



VULNERABILIDADES, CULTURA, TECNOLOGIA E RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA

Cynthia Mara Miranda
Maíra Evangelista de Sousa
Carlos Alberto de Carvalho

ORGANIZADORES





VULNERABILIDADES, CULTURA, TECNOLOGIA E RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA

Cynthia Mara Miranda
Maíra Evangelista de Sousa
Carlos Alberto de Carvalho

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFMS)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

V991

Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia [livro eletrônico] / Organizadores Cynthia Mara Miranda, Maíra Evangelista de Sousa, Carlos Alberto de Carvalho. - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2023.

16 p. : il. ; 10 x 15 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-97-7

1. Amazônia - Aspectos culturais. 2. Comunicação. I. Miranda, Cynthia Mara. II. Sousa, Maíra Evangelista de. III. Carvalho, Carlos Alberto de.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFGM, 2023.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFGM
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Daniel Borges

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFGM
após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite
dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFGM,
disponíveis em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

Memória da primeira edição da disciplina proveniente do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/AM) que envolveu PPGCOM/UFT, PPGCLC/Unama e PPGCOM/UFMG.

“Amazonizar-se é, ao mesmo tempo, verbo ativo e reflexivo, que demanda deslocamento de centros geopolíticos, sim, mas demanda também transformação na estrutura do pensamento – transfiguração da linguagem”.

Eliane Brum, 2021.

| Sumário

PREFÁCIO	13
<i>Lucas Milhomens</i>	
APRESENTAÇÃO	19
<i>Cynthia Mara Miranda, Máira Evangelista de Sousa e Carlos Alberto de Carvalho</i>	
I. VULNERABILIDADES, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO	
CAPÍTULO 1	
Vulnerabilidade(s): das formas de resistir	25
<i>Camila Ribeiro Castro Soares e José Fernando Patiño Torres</i>	
CAPÍTULO 2	
A narrativa de resistência da <i>Academia do Peixe Frito</i> pela lúdica africana na Amazônia Paraense	43
<i>Jaqueline Bandeira e Paulo Nunes</i>	

CAPÍTULO 3

- Representações sobre o Transtorno de Espectro Autista na Amazônia Legal: imagens mentais sobre o TEA em portais institucionais 59
Luna Carvalho de Lucena e Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

CAPÍTULO 4

- Apinajé: resistência e existência na Amazônia Legal 85
André Demarchi, Thainara Ferreira Cavalcante e Thiago Allan Ribeiro de Oliveira

CAPÍTULO 5

- Narrativas de professores sobre Tecnologias e Educação na Amazônia: uma perspectiva a partir do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará em Vigia (PA) 105
André Felipe da Costa Cunha e Douglas Junio Fernandes Assumpção

CAPÍTULO 6

- Narrativas docentes da Amazônia Paraense: trabalho remoto em foco 131
Jefferson Luis da Silva Cardoso e Rosângela Araújo Darwich

CAPÍTULO 7

- A difícil visibilidade dos feminicídios em narrativas jornalísticas na Amazônia Legal durante a pandemia da COVID-19 159
Luana Fernanda Rosa Martins, Cynthia Mara Miranda e Carlos Alberto de Carvalho

II. PRÁTICAS DE LINGUAGENS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

CAPÍTULO 8

- Beleza e demandas sociais de comunidades ribeirinhas: um estudo de caso sobre fotografias de Luiz Braga 175
Ana Clara Solon Rufino e Rosângela Araújo Darwich

CAPÍTULO 9	
A Amazônia pra crianças: uma análise do conteúdo da revista <i>Você sabia? Amazônia</i> da Turma da Mônica	193
<i>Adrienne da Silva Peixoto e Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira</i>	

CAPÍTULO 10	
Música e meio ambiente: <i>Canção pra Amazônia</i> como ato político e socioambiental	217
<i>Weniskley Barbosa Cavalcante, Lenício da Silva Nascimento e José Fernando Patiño Torres</i>	

III. PLATAFORMAS DIGITAIS E TECNOLOGIAS

CAPÍTULO 11	
As narrativas de desinformação sobre a pandemia da Covid-19 no estado do Amazonas	235
<i>Cristiano Alves Viana e Liana Vidigal Rocha</i>	

CAPÍTULO 12	
Narrativas da <i>342 Amazônia</i> nas plataformas digitais em defesa do meio ambiente	257
<i>Haroldo Freire da Silva Júnior e Máira Evangelista de Sousa</i>	

CAPÍTULO 13	
Cunhaporanga: o uso do Instagram na narrativa contemporânea indígena	275
<i>Geórgia de Castro Alves Milhomem, Greiciane de Souza Santos e Amanda Pereira Leite</i>	

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	297
-------------------------------	-----

PREFÁCIO

LUCAS MILHOMENS

Há anos venho ruminando a seguinte pergunta: “o que é a Amazônia?”. Não é uma questão retórica. Nem uma armadilha conceitual. Para muito além do espaço geográfico, territorial e físico, há muitos constituintes em sua formação. Alguns deles explícitos em suas dimensões continentais, hercúleas. A Amazônia é superlativa! Um “elo perdido” de um mundo que se formou em milhões de anos de trabalho árduo da natureza em favor da diversidade e da vida. Estamos falando de bilhões (ou seriam trilhões?) de organismos microscópicos e gigantescos, que se multiplicam no que chamamos de “biomas”. Uma vez vi em um documentário que a diversidade existente na Amazônia está diretamente ligada à quantidade de oxigênio produzida pela floresta, quanto mais oxigênio, mais vida, uma relação simples, mas de nuances delicadas e complexas. Também li pesquisas sérias de entidades renomadas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)¹ e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)² sobre os chamados

1. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-rio-que-flui-pelo-ar/>. Acesso em: 12 maio 2023.

2. Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br>. Acesso em: 12 maio 2023.

“rios voadores”. Confesso que fui pego inicialmente pela poética, um fenômeno climático singular onde os “rios podem voar”. Os que batizaram seu nome estavam inspirados. Consiste no seguinte fenômeno: as florestas amazônicas produzem uma quantidade absurda de água, suas raízes profundas perfuram lençóis freáticos entranhados a muitos metros da superfície, jogando água em formato gasoso na atmosfera. Uma quantidade de água maior que um rio Amazonas inteiro, levada por ventos vindos do Oceano Atlântico até colidirem com a Cordilheira dos Andes, imergindo após estrondoso impacto, produzindo a água que rega o imenso jardim do centro-sul brasileiro. Para ser mais explícito, a chuva abundante dos estados considerados “mais ricos” do país (e toda a sua produção econômica advinda do campo e da cidade) é obra amazônica e sem ela haveria, literalmente, a aridez do deserto.

Mas as *Amazônias* são muitas. Ela é o termômetro climatológico regulador do planeta. Ao Brasil pertence 60% de seu território continental e tem sido objeto de estudo das mais diferentes vertentes e áreas do conhecimento científico, das ciências biológicas e da natureza, às ciências humanas e sociais. Sendo mais específico, a leitora e o leitor têm em mãos, nesse momento, uma obra que diz respeito aos estudos da área comunicacional, um campo do conhecimento visceralmente ligado a uma tradição de compreensão do mundo por uma ótica interdisciplinar, de abordagens múltiplas, justamente o que pretende a coletânea *Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia*, organizada pelas pesquisadoras Cynthia Mara Miranda e Maíra Evangelista de Sousa e pelo pesquisador Carlos Alberto de Carvalho, respectivamente professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade da Amazônia (Unama) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A coletânea reúne textos diversos, conectados entre si pela narrativa amazônica peculiar, literata, educacional e jornalística. Os capítulos abarcam questões múltiplas e complexas, com olhares críticos, embebidos na análise arguta dos fatos, dos acontecimentos e da construção de narrativas. Das vulnerabilidades possíveis em um mundo da superexploração neocolonial capitalista, localiza-se a maior fonte de recursos naturais do planeta, o “complexo amazônico”. Denominado outrora

por Aziz Ab’Saber como um “anfiteatro da barbárie”, em decorrência de suas incomensuráveis dimensões, diversidade, riquezas, contradições e violências.

Dos alicerces que fundaram quem nós somos enquanto povo, um dos mais bonitos, como diria o grande Darcy Ribeiro – inabalável em sua esperança pelo Brasil –, está plasmada a nossa diversidade. Banhada, é bom que se diga, em muito sangue indígena e negro. Na Amazônia formou-se um complexo de biomas, que se interconectam, atuando como um organismo vivo.

Os capítulos deste livro navegam imersos nesses rios, curiosos diante de fenômenos de ontem e de hoje, de análises que buscam observar, narrar, fotografar e resistir. Como no capítulo que compõe essa coletânea sobre a história dos poetas-jornalistas que costumavam almoçar no calor do meio-dia em pleno *Ver o Peso*, na capital do antigo Grão-Pará. De um lado peixe fresco, pescado naquela madrugada, farinha boa, grossa, amarelada, do outro uma garrafa de cachaça, saborosa, quente. Estão ali contestando o estado natural das coisas, em uma Belém secular, provinciana, de elites voltadas desde sempre para o frio do hemisfério norte. Foi assim que surgiram os *Acadêmicos do Peixe Frito*, em sua originalidade “afrocabocla”, vinda dos quilombos, dos que resistiram, gestada por indígenas, negros e “cabanos”. Onde, mesmo sem saber, compreenderam o significado de consciência de classe “para si”, questionando a mentalidade mesquinha, cafona, subserviente e colonial das elites paraenses, obcecadas pelas tonalidades brancas, francesas e desbotadas, como também por tudo que é espelho (mesmo que o reflexo não seja o esperado). Aliás, sendo justo, base elementar da formação do que chamamos de “elites brasileiras”. Estas, em qualquer parte do território nacional, cultivam uma aversão atávica ao que temos de melhor, o legado dos povos originários e a ancestralidade africana.

E há também aquelas e aqueles, destacados em outro capítulo, que nunca deixaram de ser o que sempre foram, pois, apesar de tudo, resistem. Como os *Apinajé* que vivem no Bico do Papagaio, povo guerreiro, acostumado a banhar-se simultaneamente nas águas do Tocantins e do Araguaia. Altivos contra o violento colonialismo que agora tem

a moderna face do “agronegócio”. Continuam, dignos, entoando seu canto, não desistem, resistem.

O presente livro também não se isenta do momento de crise que ainda estamos vivendo: a pandemia da Covid-19. O pior desastre sanitário desde o último século, que ceifou a vida de milhões de pessoas e que teve no Brasil a participação direta de agentes do Estado, que administraram uma política, ou melhor dizendo, uma necropolítica, responsável pela perda de milhares de vidas de brasileiras e brasileiros.

Foi o que aconteceu no Amazonas, unidade da federação que permitiu (por meio de uma articulação criminoso entre o governo federal e estadual, além de diversos municípios e agentes privados) um verdadeiro genocídio contra seu próprio povo. Chegando ao cúmulo de transformar parte da população amazonense em cobaia, testando medicamentos que já àquela época eram comprovadamente ineficazes cientificamente, como o famigerado “kit covid”. Outro fato tenebroso, registrado para sempre nos anais das tragédias nacionais, foi a falta de oxigênio hospitalar para os pacientes acometidos pela doença em estado grave, situação essa de total responsabilidade dos governos (federal e estadual) que haviam sido avisados da iminente tragédia, e mesmo assim não tomaram nenhuma providência para resolvê-la com antecedência. O que gerou caos, desespero e a morte de centenas de amazonenses.

Como nos lembra o capítulo dedicado a este tema no presente livro, foram momentos traumáticos em que a doença, mortal e impiedosa, teve como aliada de primeira hora a desinformação e a produção sistemática de mentiras. As ditas “fake news” são mais complexas do que imaginamos e suas consequências muito mais danosas. Longe de ser um fenômeno do nosso tempo, a mentira como processo ajudou a forjar as histórias das civilizações. Modernamente, com a invenção do que chamamos de “jornalismo”, novas formas de mentir surgem e são aperfeiçoadas. A produção de mentiras agora pode ser difundida em veículos de massa, para bilhões de pessoas, mas também pode ser escoada em guetos, espaços de “formação de opinião” que compartilham seus valores e certezas em grupos de *WhatsApp* e *Telegram*.

Pensando essa e outras questões, temos estudos expressos nos capítulos deste livro que abordam as narrativas docentes durante o ensino

remoto em meio à pandemia. Foram muitos percalços, desafios, aprendizados, frustrações. Há um problema crônico na região norte do país (dentre tantos, é verdade). A infraestrutura telecomunicacional é uma das piores do mundo. Diretamente ligada a essa questão, a inexistência de uma política pública inclusiva (fundamental para os dias de hoje) torna esse serviço o mais caro e precário de todo o território nacional.

Este livro-coletânea apresenta distintas narrativas amazônicas de resistência, expressas por meio de imagens, música, quadrinhos e plataformas digitais, problematizando uma preocupação com a Amazônia e seu presente/futuro.

A obra também aborda um problema crônico que remete à formação patriarcal de nosso país, o assassinato sistemático de mulheres pelo fato de serem mulheres: o feminicídio. Na Amazônia, durante a pandemia da Covid-19, os casos deste tipo de violência aumentaram significativamente, fazendo com que as mulheres que vivem na região (tanto no interior como em suas capitais) tenham sua integridade física e mental ameaçadas diuturnamente. Como analisa um dos capítulos apresentados, indagando veementemente a seguinte questão: “quais vidas [de mulheres] merecem, ou não, ser vividas?”

Por fim, em decorrência desses e outros fatores estruturais, a condição de “periferia da periferia” que foi dada à Amazônia, nada tem a ver com uma impossibilidade geográfica, econômica, social ou tecnológica, muito menos por uma “maldição periférica”, onde outrora o denominado “inferno verde” – legado positivista de Euclides da Cunha – fosse intransponível. Não é esse o problema, mas a ausência profunda de qualquer projeto emancipador para o povo amazônida, sobretudo por parte do Estado. Que, aliás, nos últimos anos, tem sido um dos principais agentes empenhados em promover sua destruição.

O show de horrores é real. Em junho de 2022 a notícia das mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Philips impactaram a todos nós. Eles, como tantos outros conhecidos e anônimos, lideranças, ativistas ambientais, ribeirinhos e, sobretudo, indígenas, estavam e estão na linha de frente da luta em defesa da Amazônia, de suas gentes e riquezas. Não as que reluzem ao brilho do sol e são extraídas do fundo da terra, mas as que constroem e preservam o conheci-

mento ancestral e coletivo, de bens físicos e imateriais que se espraiam pelas florestas e rios, assentados no jardim do planeta. Os quais, como diria o poeta amazonense Thiago de Melo, mesmo no escuro, continuam sempre cantando.

Parintins, Amazonas

Julho de 2022

APRESENTAÇÃO

CYNTHIA MARA MIRANDA

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Amazônia, terreno de ninguém e ao mesmo tempo terreno de todo mundo. Terreno em que foram assassinados em junho de 2022, covardemente, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips. Mortes de defensores da Amazônia, das suas gentes e das suas riquezas naturais, que se somam a tantas outras, como as de Chico Mendes, seringueiro e militante ambiental, e da Ir. Dorothy Stang, missionária e ativista na Amazônia. Mortes, no passado e no presente, de povos originários e de quilombolas, constituindo um verdadeiro genocídio, sempre denunciado pelos povos vitimados, mas que não alcançam com o necessário destaque os holofotes da mídia nem a indignação da opinião pública, ao contrário das mortes das pessoas acima referidas. Mortes, às centenas todos os anos, de mulheres e de pessoas LGBTQIAP+, essas quase sempre postas nas estatísticas genéricas das violências e ali esquecidas, raramente causando comoção ou ações concretas para evitá-las ou preveni-las.

Múltiplas vulnerabilidades e negligências de direitos afetam as populações da Amazônia e a tornam um lugar cada vez mais violento para os que ousam defendê-la. Mas é preciso, também, perceber que as violên-

cias físicas resultam precisamente da impossibilidade de impedir mobilizações e ações de bravura, comprovando que as vulnerabilidades são geradas por sistemas de opressão que não suportam autonomias e resistências às injustiças. Se há mortes e injustiças na Amazônia – como de resto em todo o Brasil, marcado pelas desigualdades de diversas ordens e pelos preconceitos desumanizadores – não faltam multiplicidade de manifestações culturais, de ações políticas de combate às lógicas opressoras, enfim, de vida que pulsa e diz não às mortes e às vulnerabilidades, sejam físicas ou sociais.

A coletânea *Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia*, chega com a missão de ampliar as discussões das vulnerabilidades produzidas por condições de precariedades diversas e por negligências de direitos dessas populações, mas também de discutir as potências das produções culturais, tecnológicas e focos de resistências.

Desse modo, a obra conta com 13 artigos de discentes e docentes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade da Amazônia (Unama) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e é dividida em três seções: *Vulnerabilidades, resistência e educação*; *Práticas de linguagens e manifestações culturais*; e, por fim, *Plataformas digitais e tecnologias*.

A produção deste livro é um dos frutos da disciplina interinstitucional *Seminários Procad/AM*, ministrada, no segundo semestre de 2021, pelas professoras Dra. Cynthia Mara Miranda, da UFT, e Dra. Máira Evangelista de Sousa, da Unama, como parte do projeto de pesquisa *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências gloais amazônicas*.

O projeto é desenvolvido com recursos do Programa de Cooperação Acadêmica da Amazônia (Procad Amazônia), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Iniciado em 2018 e com finalização prevista para 2025, tem permitido a articulação e o intercâmbio de experiências acadêmicas e de pesquisa entre o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT), o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/Unama), além de outros

parceiros envolvidos indiretamente, como o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA).

Implementado por meio do Processo 88881.200545/2018-01, o Procad *Narrativa e acontecimento midiáticos* teve a sua execução atravessada pela pandemia da Covid-19, o que exigiu esforços da coordenação geral para redesenhar as atividades de pesquisa devido ao isolamento social imposto. Embora não prevista no cronograma inicial do projeto, a disciplina interinstitucional (UFT/Unama) se tornou viável com a abertura das instituições para a oferta de disciplinas remotas na Pós-Graduação durante a pandemia da Covid-19. Organizada sob a forma de palestras temáticas, a disciplina reuniu discentes em formação de mestrado e de doutorado da UFT e da Unama. Desse modo, se em uma direção missões de pesquisa presenciais e intercâmbio estudantil nas instituições tiveram que ser cancelados, em outra direção novos arranjos foram possíveis – com destaque para a disciplina interinstitucional e a publicação deste livro.

A experiência da oferta da disciplina foi instigante, desafiadora e possibilitou uma interação real, mesmo no espaço on-line, entre discentes dos Programas de Pós-Graduação envolvidos da UFT e da Unama. Os processos de interação ao longo do segundo semestre de 2021 caminharam para um resultado mais robusto e mensurável com a produção da presente coletânea, que também não estava prevista no planejamento inicial do Procad/AM, mas que veio como um “plus” que enriquece o cumprimento dos objetivos do projeto.

A coletânea foi estrategicamente planejada para oferecer uma oportunidade que impulsionou a produção discente em parceria com as/os docentes orientadoras e orientadores sob o abrigo da temática geral do Procad/AM, demonstrando amadurecimento científico e a consolidação do intercâmbio dos Programas. Desse modo, ao longo da disciplina foram trabalhados os conceitos que capitanearam a produção da coletânea: narrativa, vulnerabilidade, acontecimento e Amazônia.

As atividades da disciplina foram tão exitosas, que uma segunda e uma terceira oferta aconteceram no segundo semestre de 2022 e de 2023, respectivamente, de forma mais ampliada, com a participação da

UFMG. Devido a divergências de calendário acadêmico, não foi possível a participação da UFMG na primeira oferta.

Ao longo da construção da coletânea, o professor Dr. Carlos Alberto de Carvalho, coordenador do Procad/AM no PPGCOM/UFMG, somou-se à organização em parceria com as professoras Dra. Cynthia Miranda e Dra. Máira Evangelista. Os artigos reunidos, produzidos como parte da avaliação global da disciplina, passaram por uma primeira avaliação pelas professoras responsáveis. Feitas as alterações indicadas, foram encaminhados para pareceres externos, com indicações de outras alterações necessárias para garantir a consistência e a coerência das argumentações teóricas e dos procedimentos metodológicos.

Em tempos de recursos escassos para pesquisas, o Procad/AM constituiu-se como uma exceção que permite ações de intercâmbio interinstitucional de inestimável importância estratégica para Programas de Pós-Graduação em processo de consolidação ou já consolidados. Manifestamos, por isso, imensa gratidão à Capes, com renovada esperança de que a Coordenação mantenha, e mesmo amplie, projetos dessa natureza.

Por fim, prestamos nossos agradecimentos à professora Dra. Liana Vidigal pela excelente gestão do projeto Procad/AM, sempre atenta às demandas institucionais, assim como zelosa na aplicação adequada e na distribuição equânime dos recursos financeiros entre os Programas de Pós-Graduação envolvidos. A dedicação de Liana Vidigal é a garantia do sucesso das ações até aqui implementadas, muitas delas em contexto precário devido à pandemia da Covid-19.

I

Vulnerabilidades, resistência e educação

CAPÍTULO 1

Vulnerabilidade(s): das formas de resistir

CAMILA RIBEIRO CASTRO SOARES

JOSÉ FERNANDO PATIÑO TORRES

Introdução

“Eu vou fazer uma pergunta absurda: como ter a força de estar à altura de sua própria fraqueza, ao invés de permanecer na fraqueza de cultivar apenas a força?”

(Peter Pelbart, Biopolítica)

“A desatenção é a primeira etapa da violência.” (João Moreira Salles, El Salvador: A respeito da força e da fragilidade)

Até muito recentemente, a questão que coloca Pelbart na epígrafe, filósofo húngaro residente no Brasil, acionaria em nós um modo de recepção reativo, soaria realmente um absoluto absurdo. Mas vivenciamos, enquanto sociedade global e tecnológica, o acontecimento provavelmente mais marcante deste século XXI desde (até) então, fomos jogados violentamente para um futuro que se anunciava e resistíamos. Seja qual for o direcionamento e proporção que a pandemia da

Covid-19 tome na vida singular e na vida coletiva, um acontecimento dessa magnitude muda radicalmente a experiência de estar (ser) vivo num “planeta danificado” (TSING *et al.*, 2017), ou ao menos trata dessa perspectiva o nosso ponto de partida.

É inusitado que a vulnerabilidade seja tomada como uma qualificação positiva, uma posição na qual alguém afirma se situar, ou se legitima ao se afirmar. Com isso em vista, percebermos e reconhecermos a nós mesmos como vulneráveis, na condição de vulnerabilidade, pode criar cenários nos quais a resistência deixa de assumir uma forma de violência consigo mesmo e com o outro. Ao concebermos a resistência enquanto força de afirmação, potência e luta, é possível empregar seu valor frente às engrenagens de vulnerabilização, não para resistir às vulnerabilidades, mas para conectar-se a elas e resistir com elas.

Para isso, adentramos nossa proposta admitindo que são as perguntas formuladas que direcionam o percurso. Então, o questionamento inicial que lançamos às vulnerabilidades é: “o que podemos fazer?”; a partir do qual assumimos seu lugar (das vulnerabilidades) enquanto condição ontológica humana, mas também como construção social. Se sua existência está firmada, o que podemos fazer a partir disso?

Nesse sentido, o presente artigo não tem como intenção percorrer o caminho através do qual se formam (as) vulnerabilidades, para tanto as interrogações teriam que ser outras. O objetivo aqui é urdir fios – sejam eles componentes de uma trama aparentemente mais harmoniosa, sejam fios de alta tensão desencapados (CARVALHO, 2019) – para localizar, explorar e propor maneiras de receptionar e responder à vulnerabilidade, e ao processo de vulnerabilização, que possibilitem sacá-la do lugar de negação, impotência e subalternização que lhe foi conferido por um sistema colono-patriarcal-capitalístico.

Para dialogar com esse objetivo, o procedimento metodológico adotado se refere a um sumular percurso teórico e bibliográfico sobre a vulnerabilidade e algumas de suas possibilidades de interlocução. Desse modo, a questão que se coloca é: o que podemos fazer apesar das vulnerabilidades?; o que podemos fazer delas?; ou ainda e mais interessante, o que podemos fazer para(,) com(,) por (e) junto delas?

Claro que as habilidades e ferramentas necessárias para tecer com fios suaves e macios são diferentes das que precisamos para manejar fios de alta tensão, como bem nos lembrou Carvalho (2019). Então, o esforço empregado foi também para não perdermos de vista a(s) diferença(s) existente(s) entre a vulnerabilidade como condição ontológica da vida humana, e as vulnerabilidades criadas por processos de construção sociais e históricos (LEAL, 2020). Contudo, através do indício oferecido pelas próprias questões inicialmente levantadas, são justamente as diferenças que se configuram como recurso para (a)bordar e manusear o fio da vulnerabilidade. Isso porque, é a forma ou a qualidade – se negativa, se positiva (GILSON, 2016; LAGE; CAL; SILVA, 2020; LEAL, 2020) – com a qual acessamos e recebemos as diferenças, que vai indicar o que podemos fazer para(,) com(,) por (e) junto das vulnerabilidades.

Nessa esteira, não fazemos segredo, já de entrada desejamos registrar como marca do texto nossa aposta em um estilo ensaístico de escrita, como a pessoa leitora desde já pode notar, bem como temos a diferença e a vulnerabilidade assumidas enquanto potências de afirmação, de resistência, de afetação e, também, de interdependência e interconexão (BUTLER, 2016; GILSON, 2016). Somado a esse aspecto que tornamos evidência, duas outras inquietações iniciais mobilizam e são mobilizadas nessa escrita: quando nos articulamos para problematizar uma vulnerabilidade, corremos o risco de deslegitimar outra(s)? Cogitadas a partir de uma perspectiva que não parta, ou ao menos não mantenha conformidade com uma ordem patriarcal, misógina, colonial, hetero-cis- mononormativa, essas condições de diferença permanecem vulnerabilidades? Nesse ponto, o fio parece formar um nó e denotar a passagem, a dinâmica, ou o processo em que a vulnerabilidade é transformada em vulnerabilização.

Então, articulamos a vulnerabilidade em três eixos no texto. Primeiro, ela aparece em interface no jogo entre identidade e diferença (BUTLER, 2016; GILSON, 2016; LEAL, 2020); em seguida, é a resistência compreendida como mutuamente constitutiva à vulnerabilidade (BUTLER, 2016) que se integra a ela formando uma interlocução; no terceiro (seria o excluído?), o valor da vulnerabilidade é posto em marcha por sua capacidade de afetação (GILSON, 2016), ou melhor, nossa capacidade

de responder com sensibilidade à vulnerabilidade em nós e no outro, esse é um exercício e tanto. Portanto, avante!

Vulnerabilidade, identidade e diferença

Para iniciar a conversa chamamos alguns princípios e atribuições históricas, culturais e estereotipadas do feminino e do masculino. Do primeiro: acolhimento, cuidado, afetos amorosos e vulnerabilidade, passividade, loucura; do segundo: restrição, cisão, agressividade e força, atividade, razão. Quando articulamos vulnerabilidade, identidade e diferença, parecem existir naturalizações que direcionam a identidade para um polo feminino e a diferença para um polo masculino. Isso nos mobiliza a pensar se estamos tratando, de fato, de polos tão opostos e, ainda, a refletir sobre uma inversão que experimenta na outra ponta o que há de atributo masculino numa lógica que associa a vulnerabilidade com o feminino (GILSON, 2016). É interessante notar também outra manifestação ao avesso: enquanto para o feminino os três primeiros atributos deflagram modos dominantes de recepção positivos, e os três últimos, negativos; para o masculino, o que tentamos formular como princípios contrários aos do feminino, aparecem os primeiros como negativos e os segundos como positivos.

Se a vulnerabilidade ontológica é o que une a nós todos (LEAL, 2020) contendo em si unidades implícitas, e a vulnerabilidade construída ou, mais precisamente, a vulnerabilização, é o que nos segrega, engendrando discriminações explícitas, o que estamos dizendo é que na primeira concepção há uma aproximação das diferenças, enquanto na segunda são as identidades que nos separam.

As identidades são forjadas na tensão, se apresentam como necessárias quando estamos diante do outro concebido como estranho, estrangeiro e exótico, de maneiras depreciativas. Aprendemos com Butler (2016) que para diferenciar vulnerabilidade de precariedade é preciso ter em mente que a primeira existe antes da segunda, isto aciona uma condição universal de vulnerabilidade, também chamada, nos estudos de diversas áreas de conhecimento acerca do tema, de “tese da vulnerabilidade” (BROWN; ECCLESTONE; EMMEL, 2017). No entanto, a filósofa e pensadora da teoria queer afirma também que a condição de

vida precária (que ocorre da falha de infraestrutura, de suporte e de apoio) acentua a vulnerabilidade, isto é, acontece quando a vulnerabilidade é negada existência. Portanto, existem vulnerabilidades específicas (BUTLER, 2016), e diríamos que esse é o ponto de virada para os processos de vulnerabilização.

Leal (2020) nos conta que é a partir da identidade que a condição de vida de um determinado indivíduo ou grupo se torna precária em relação a outros. Isso mostra que a relação congênita e proporcional entre vulnerabilidade e precariedade, e a implicação de uma na outra, se dá no direcionamento da precariedade para a vulnerabilidade – quanto maior a condição precária, mais se é vulnerável –, mas que a recíproca não é verdadeira. A precariedade parece se vincular muito mais aos processos de vulnerabilização, quer dizer, quando as diferenças, evidenciadas pela própria formação social de identidades, passam a configurar uma lógica de exclusão.

A partir dessa lógica, a pessoa vulnerável é concebida por traços de incapacidade, impotência e fraqueza (GILSON, 2016), inserida em uma condição redutiva, como se tivesse minada qualquer possibilidade de ação. O que acontece muitas vezes é que tomamos ideias, normas culturais e sociais como verdades naturais, e acabamos sendo possuídos por elas. “Esse sentido essencial de quem somos é, até certo ponto, o funcionamento de um conjunto de normas sociais” (BUTLER, 2016, p. 17, tradução nossa). É difícil deixar para trás imagens dominantes como essas sem perder um senso tão valorizado e estruturante como o de identidade.

A vulnerabilização acontece quando a diferença é recebida como falta. Quando a abordagem à vulnerabilidade é negativa, a diferença entra em cena como algo pejorativo, até mesmo perigoso.

É típico dos processos de vulnerabilização [...] a apreensão dos indivíduos e grupos a partir do que lhes falta. Às pessoas homossexuais faltaria o sentido reprodutivo do sexo, o que as faria perversas; às mulheres faltariam as qualidades ativas e viris dos homens, o que as fariam históricas; às pessoas negras, faltariam racionalidade e competências intelectuais, o que as fariam presas a seus instintos naturais e selvagens, e assim por diante. (LEAL, 2020, p. 40).

Nesse “assim por diante”, que o autor acima deixa não dito, queremos evidenciar as pessoas indígenas e os povos tradicionais também aprendidos – através de uma cultura eurocêntrica, capitalista, branca e burguesa – por uma concepção de falta semelhante a das pessoas pretas. Ainda, desejamos ampliar, nesse aspecto, o cenário de conversa e questionar: às pessoas poliamorosas, qual é a suposta falta que as marca em relação ao casal monogâmico heterossexual, por exemplo? Arriscaríamos afirmar que na cultura hegemônica e no verniz da instituição casamento, a falta no poliamor é registrada pela maturidade e pelos atributos que a cercam, como responsabilidade e ética, o que o faria promíscuo. Podemos assim cogitar, pois o poliamor é igualmente chamado de não monogamia responsável ou ética (EMENS, 2004). Nesse sentido, deixamos em suspenso questões, como: para que se faz necessário que o poliamor se postule dessa maneira? Essas formas de adjetivação respondem a quê ou a quem?

Leal (2020) dialoga conosco apontando que a questão, nessas perspectivas, é que a diferença, ao contrário de configurar o aspecto singular como possibilidade humana de vida, é captada por estratégias complexas de saber/poder que elegem o diferente como pária. E partindo de uma concepção homogeneizante e homogeneizada, fazem com que um comportamento próprio, ou uma necessidade de readaptabilidade física, por exemplo, sejam instituídas como diferenças inferiorizantes. O ponto aqui é que a vulnerabilidade é enquadrada em processos de falta, de subjugação, que condizem com a soberania de construções sociais normativas.

A armadilha com relação à vulnerabilidade se faz presente quando, capturada pelas “estratégias de saber/poder” (AGAMBEN, 2002; ESPOSITO, 2010; FOUCAULT, 1988; SOARES, 2020), é feita matéria-prima para processos de vulnerabilização. Para iniciar os cuidados com a abordagem das vulnerabilidades, Leal (2020) nos alerta a não as tomar como naturais. Colocamo-nos atentos a esse aviso, no entanto, o problema parece se situar menos na vulnerabilidade ser recebida como algo natural – nesse ponto é crucial que levemos em consideração a distinção realizada anteriormente entre vulnerabilidade e precariedade –, mas, isto sim, de ser naturalizada como algo degradante; não é a mesma coisa.

Por isso, nos importa mais a segunda parte da sinalização de Leal (2020, p. 37), sobre voltar a atenção para “dinâmicas de poder e de valores morais e políticos” que “distribuem humanidade, modos e condições de vida” a partir de construções sociais normativas que conduzem a vulnerabilidade a uma especificidade de precariedade.

Um último apontamento desse primeiro eixo recupera o princípio masculino do início da seção, melhor dizendo, o que há de masculino na vulnerabilidade associada ao feminino (GILSON, 2016). É que a equação que vincula a vulnerabilidade à feminilidade traz nessa operação a fraqueza e a interdependência como suas componentes em conotação restritiva. Isso se deve aos valores de uma sociedade patriarcal que promove a ideia de força vitalícia e um culto ou crença na invulnerabilidade como forma de passar ileso pelas experiências da vida, uma impermeabilidade e assepsia. Bem, esses são modos de defesas estruturantes e têm sua importância numa perspectiva psicológica.

A ponte que nos dá passagem para os próximos eixos se constrói através da seguinte questão: como estarmos atentos ao que acontece e cuidar, ou o que podemos fazer, para que (as) vulnerabilidades não sejam to(rn)(m)adas em processos de vulnerabilização?

Vulnerabilidade e resistência

Se entre vulnerabilidade e precariedade há uma relação de precedência; ao entrarmos em vulnerabilidade e resistência é o imbricamento entre uma e outra que configura o cenário, não demarcando um aparecimento primário, mas enfatizando o caráter mutuamente constitutivo de ambas (BUTLER, 2016). Essa maneira de compreender ou formular a conexão entre elas, requer duas considerações, observações e, porque não dizer, modos subversivos de concebê-las. Primeiro, há diferença de uma resistência que toma forma de negação, recalque ou repressão, no sentido psicanalítico inclusive, e, portanto, resiste à vulnerabilidade; para uma resistência outra que se expressa como insurgência e potencializa pensar(es) e agir(es) com a vulnerabilidade. Segundo, e diretamente conectada à maneira que geramos resistência, respectivamente, a vulnerabilidade é vivenciada como negativa, humilhante e apartada(ora), ou como afirmativa, vivificadora e compartilhada.

Toda vulnerabilidade pode ser contextualizada, isso sugere que é sujeita a enquadramentos (LAGE; CAL; SILVA, 2020). Uma forma de enquadrar a vulnerabilidade a partir de óticas normativas, é o que pode ser chamada de “moralidade de baixas expectativas” (BROWN; ECCLESTONE; EMMEL, 2017). Essa abordagem é uma crítica à tese da vulnerabilidade que comentamos na seção anterior, pois entende que a partir dela (da tese da vulnerabilidade) há uma normalização da vulnerabilidade que leva as pessoas a não estarem dispostas a assumir riscos e reduz a expectativa dos indivíduos de superarem as condições em que se encontram.

Acreditamos que essas ponderações sejam pertinentes, pois parecem apontar para possíveis conduções a atitudes paternalistas; Butler (2016) inclusive problematizou a respeito do paternalismo ao desenvolver seu pensamento sobre a resistência à vulnerabilidade. No entanto, é interessante notar que na ótica da moralidade de baixas expectativas, a ideia que predomina advém das próprias construções capitalistas e patriarcais. De qualquer maneira, parece que caímos no julgo dos atributos masculinos, seja pela ordem patriarcal, seja na forma paternalista. O que argumentamos aqui é a importância de estarmos e nos sentirmos amparados para poder correr riscos, isso pede/traz outros valores e inverte a maneira de enxergar a própria vulnerabilidade.

Nesse sentido, nossa tarefa é enquadrar os enquadramentos, problematizar os princípios que os regem, suas formas, além de seus conteúdos. Butler (2016) nos possibilita pensar que esse procedimento desafia a compreensão ontológica dominante de resistência à vulnerabilidade. Ainda que a vulnerabilidade seja uma característica invariável das relações sociais, pois somos vulneráveis uns aos outros, “esta mesma vulnerabilidade indica uma condição mais ampla de dependência e interdependência.” (BUTLER, 2016, p. 21, tradução nossa). Nesse ponto reside outro aspecto subversivo: desvencilhar a (inter)dependência da exclusiva captura patriarcal e capitalista que a explora contaminando e contaminada por práticas de subalternidades.

A essa altura é perceptível que temos gosto em brincar com e através das palavras, há algum tempo aprendemos que brincadeira é coisa séria (WINNICOTT, 1975): então, nossa faina é encontrar maneiras conjuntas

de insurgir e legitimar subalternidades. Buscar formas de fazer com que o objeto evocativo (BOLLAS, 2009) no encontro com o outro, seja uma janela que abre acesso para outros mundos, e não um espelho, em que apenas vemos mais de nós mesmos (HILLMAN, 1989). Novamente um exercício e tanto.

Claro, existem muitos motivos para não gostar da vulnerabilidade. A maioria de nós gostaria de ser menos vulnerável sob condições nas quais somos invadidos de maneiras que não escolhemos, e ‘vulnerabilidade’ dá nome a essa mesma condição. [...] quero argumentar contra a noção de que vulnerabilidade é o oposto de resistência. Na verdade, quero argumentar afirmativamente que a vulnerabilidade, entendida como uma exposição deliberada ao poder, faz parte do próprio significado de resistência política. (BUTLER, 2016, p. 22, tradução nossa).

Posto isso, começa a ficar mais nítido o contorno de algumas instâncias da(e) resistência que são acionadas quando a compreendemos da maneira que viemos formulando em nossa reflexão. Falar de uma dimensão política da(e) resistência clama mais uma vez por atenção e(a) fazeres diante das estratégias de saber/poder. Não se trata de esconder a vulnerabilidade, mas de se apropriar dela e engajá-la como parte da resistência, isso demanda a mudança que viemos insistindo no próprio entendimento de vulnerabilidade.

A resistência à vulnerabilidade nos insere em uma dinâmica que faz (querer) negar as forças e os poderes que nos atravessam e permeiam nossas vidas de modos arbitrários. Enquanto resistir com a vulnerabilidade possibilita integrá-la como “um momento incipiente e duradouro de resistência” (BUTLER, 2016, p. 25, tradução nossa), por meio do qual a lógica capitalista e neoliberal operante de culto ao individualismo, que paradoxalmente condena o singular, possa ser colocada em xeque por formas de vidas encarnadas, nas quais o corpo é assumido em seu caráter relacional, de interdependência e apoio mútuo.

Outras instâncias são postas em movimento na ocasião de ultrapassarmos o binarismo vigente entre vulnerabilidade e resistência, a saber: a instância ética e a estética, que para nós se vincula à dimensão política da(e) resistência, inclusive a sua atuação micro, cotidiana e aparentemente ordinária. São essas instâncias que conectam a forma de recepção

com a capacidade de gerar respostas a como o mundo nos influencia e nos toca. Então, se opor à vulnerabilidade coloca em xeque a disposição para se impressionar, ser suscetível e estar aberto, para se indignar e resistir (BUTLER, 2016).

Resistir com um escudo feito de afeto, disso se trata. Há ressonância quando Butler (2016, p. 26, tradução nossa) diz: “o que me interessa são aquelas formas de resistência não violenta que mobilizam a vulnerabilidade com o propósito de afirmar a existência.” Essa forma de resistência nos faz recordar a imagem¹ captada pelo fotógrafo francês Marc Riboud, “*La jeune fille à la fleur*”, na ocasião de uma manifestação, na década de 60 do século passado em Washington nos Estados Unidos, contra a investida norte-americana na guerra no Vietnã. E, mais recentemente, no final de 2019, a cena² da bailarina Catalina Duarte pelas lentes da fotógrafa María Paz Morales nas manifestações chilenas, repletas de protestos artísticos contra a opressão e descaso do governo. As propostas de resistência e vulnerabilidade sugeridas por essas imagens nos encaminham para o eixo final.

Vulnerabilidade e afeto

Congregar vulnerabilidade, resistência e afeto pode ser recebido como ingenuidade a depender da aderência, mais ou menos consciente, ao imaginário sociocolonial. Falar de afeto, em conjunção com vulnerabilidade e resistência, na sociedade capitalista ocidental marca uma posição contraproducente, em específico no sentido foucaultiano, um cenário de ação, resposta e atuação que se refere à apropriação dos próprios mecanismos de poder (FOUCAULT, 1988). Nessa esfera, “a vulnerabilidade é invocada como uma condição constitutiva, fundamental e compartilhada – uma forma de estar aberto para ser afetado e afetar.” (GILSON, 2016, p. 72, tradução nossa).

1. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Ultimate_Confrontation. Acesso em: 2 out. 2021.

2. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/21/cultura/1574349151_671947.html. Acesso em: 2 out. 2021.

O investimento que fazemos nesse eixo se vincula à aposta de que é justamente a afetação que gera a disposição para agir, “é sendo afetados – sendo vulneráveis – que somos capazes de desenvolver uma miríade de capacidades de ação.” (GILSON, 2016, p. 76, tradução nossa). A responsividade ética é acionada quando geramos a habilidade de responder com sensibilidade ao outro, a capacidade de responder bem à vulnerabilidade em nós e no outro. Responder bem, nesse sentido, não significa uma demarcação maniqueísta das ações, na verdade se trata de acessar e assimilar a complexidade da própria condição (compartilhada) de vulnerabilidade.

Quando nos relacionamos somos vulneráveis, isso quer dizer que estamos expostos à vulnerabilidade e, no sentido que viemos desenvolvendo, também à interdependência e interconexão. Aspirar à autossuficiência faz com que a vulnerabilidade seja desvalorizada e a invulnerabilidade idealizada, gerando uma perspectiva que nega a dimensão positiva da interdependência e da interconexão (GILSON, 2016). É por esse viés que a vulnerabilidade compreendida como condição ontológica humana possibilita o compartilhamento da responsabilidade por outros indivíduos também vulneráveis, isto é, “a tese da vulnerabilidade oferece uma alternativa poderosa ao ‘mítico sujeito liberal autônomo da retórica neoliberal.’” (BROWN; ECCLESTONE; EMMEL, 2017, p. 504, tradução nossa).

O valor da vulnerabilidade, compreendida como instância de afetação, está na capacidade que ela gera de capturar as tensões e complexidades relacionadas às questões de poder, gênero e sexualidade. Nesse sentido, a vulnerabilidade aponta para uma condição de abertura, suscetibilidade e receptividade em conjunto com uma condição de ambiguidade (GILSON, 2016). A invulnerabilidade, por sua vez, “entendida como impermeabilidade e ausência de suscetibilidade, é uma forma de fechamento e uma forma de isolar a si mesmo de tudo o que pode afetar de maneiras imprevisíveis, desestabilizadoras e ostensivamente negativas.” (GILSON, 2016, p. 76, tradução nossa).

A ambiguidade que entra em cena ganha, então, uma tonalidade outra, também positiva, que diverge do significado desqualificativo que lhe foi conferido pelas ciências duras ao longo dos últimos séculos. O

psicólogo norte-americano, criador da Psicologia Arquetípica, Hillman (1981, p. 93), fala de “uma linguagem dúbia – ambiguidade consciente, mais que ambivalência inconsciente.” Empregamos essa afirmação no sentido de dizer da apropriação consciente da vulnerabilidade em vez do comando inconsciente dos processos de vulnerabilização; da disposição em assumir e sustentar os afetos suscitados pela vulnerabilidade; e da posição ambígua que surge quando passamos a resistir com a vulnerabilidade e não a ela. Isso demonstra que a

[...] vulnerabilidade é um tipo de relacionamento que pertence àquela região ambígua em que receptividade e responsividade não são claramente separáveis uma da outra, e não são distinguidas como momentos separados em uma sequência; na verdade, onde a receptividade e a capacidade de resposta se tornam a base para mobilizar a vulnerabilidade, em vez de se engajar em sua negação destrutiva. (BUTLER, 2016, p. 25, tradução nossa).

Essa negação faz referência ao desejo de controle total e idealizado das situações, acontecimentos e experiências, isto é, ao desejo de controle de si e do outro, que encerra as perspectivas de vida como se fossem cristalizadas e unívocas. O convite é para que em vez de imaginar a vulnerabilidade como uma resposta naturalizada à presença de uma posição antecedente de fraqueza, possamos compreendê-la e explorá-la de forma mais complexa. O que requer a incorporação de sua condição ambígua como uma potência que reconhece a possibilidade de existência mútua de agência e infração, de receptividade e afirmação, de força e suscetibilidade (GILSON, 2016).

Assim, a vulnerabilidade, em consonância à disposição aos afetos, indica uma zona em que as antigas dicotomias e binarismos tão bem delineados e substanciados ao longo dos séculos XVIII a XX, não servem mais como única base de sustentação aos diversos modos de vida possíveis e existentes na sociedade contemporânea. A pós-modernidade, como confluência de tempos e espaços, torna possível questionar as narrativas dominantes, ao contrário de reforçar “a questão da identidade que deseja igualar diferentes sujeitos num determinado modelo.” (SILVA, 2017, p. 154). Nesse sentido, “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por

uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.” (HALL, 2006, p. 13).

Desse modo, a vulnerabilidade colocada em pauta aparece, então, como potencial para encontros capazes de gerar ações conjuntas, de formar alianças e de criar redes de apoio. Ao problematizar a questão da vulnerabilidade em relação à liberdade, Butler (2016) afirma que a liberdade somente pode ser exercida se o suporte oferecido for suficiente para o exercício dessa liberdade, e que nenhum indivíduo se move sem um ambiente de apoio, seja com manifestações mais explícitas ou menos explícitas. Portanto, a tese da vulnerabilidade, isto é, a vulnerabilidade compreendida como condição compartilhada, “pode ser usada para desenvolver um modelo de cidadania baseado na interdependência, empatia e um primeiro plano de obrigações sociais éticas para com os outros.” (BROWN; ECCLESTONE; EMMEL, 2017, p. 504, tradução nossa).

No lugar da expressão “modelo de cidadania” citada pelos autores acima, fazemos uma opção distinta por exercício de cidadania, na intenção de escapar do uso que a palavra modelo exerce na política de identidades que, não negligenciamos, serve como importante aparato de afirmação para as “minorias” – utilizamos minoria no sentido deleuziano (DELEUZE, 1992). Portanto, referente a indivíduos oprimidos política e socialmente, e não como categorização estatística –, mas que ao mesmo tempo produz os estigmas através dos quais se espera que os indivíduos respondam exclusivamente à maneira padronizada e permitida para/pelo o grupo ao qual “pertencem” ou “deveriam” pertencer (BARBOSA, 2021).

Por fim, “trata-se [...] de erotizar a vida cotidiana, deslocando o desejo que foi capturado pelo capital, pela nação ou pela guerra, para voltar a distribuí-lo no tempo e no espaço, para tudo e para todos.” (PRECIADO, 2019, p. 223). De responder à vulnerabilidade de forma a recepcionar os afetos, de variadas tonalidades por ela engendradas, cuja resposta é envolvida “não por uma necessidade moral, mas por uma necessidade vital.” (SILVA, 2017, p. 148). Sendo assim, a vulnerabilidade como “a capacidade de ser afetado por e afetar os outros é central para o que é estar vivo.” (GILSON, 2016, p. 76, tradução nossa).

Em consideração

Como dissemos na seção introdutória do presente texto, não tivemos a intenção de nos voltarmos para os precedentes que formam (as) vulnerabilidades, ainda que, em alguma medida, apontar os mecanismos sociais, históricos, psicológicos e políticos que constituíram uma cultura hegemônica sexualizada, racializada e generificada – na qual o aspecto segregacionista instituiu lógicas de normalizações e desvios, dominações e subjugações – tenha sido impreterível para alcançarmos o objetivo, isto sim, de localizar, explorar e propor maneiras de recepcionar e responder à vulnerabilidade e ao processo de vulnerabilização. E que possibilitem sacá-la do lugar de negação, impotência e subalternização que lhe foi conferido por um sistema colono-patriarcal-capitalístico.

Para isso, nos guiamos pelas questões que nos movimentaram desde o princípio, a lembrar: o que podemos fazer para(,) com(,) por (e) junto das vulnerabilidades? Problematizar uma vulnerabilidade implica deslegitimar outra(s)? E cogitadas a partir de uma perspectiva que não parta, ou ao menos não mantenha conformidade com uma ordem patriarcal, misógina, colonial, hetero-cis-mononormativa, as condições de diferença permanecem vulnerabilidades?; para considerar que parece haver uma operação que transforma as diferenças em identidades, e faz com que a diferenciação de vulnerabilidades seja equivalente ao engendramento de discriminações e exclusões de existências distintas das configurações eugenistas.

Butler (2016) e Leal (2020) nos ajudaram a pensar que algumas vulnerabilidades “contam” mais do que outras, quando essas são capturadas e to(rn)(m)adas em processos de vulnerabilização a partir de construções sociais normativas, que conduzem a vulnerabilidade a uma especificidade de precariedade. E que o reconhecimento mais igual de vulnerabilidade é essencial na batalha por uma sociedade mais justa (BUTLER, 2016).

Com Gilson aprendemos que “é porque a vulnerabilidade é uma característica inevitável de nossa existência que a invulnerabilidade é continuamente buscada” (GILSON, 2016, p. 77, tradução nossa) como uma forma idealizada de salvaguardar-se dos afetos aos quais estamos suscetíveis na ocasião de nos dispormos e lançarmo-nos em direção aos

encontros e experiências com a vida e com o outro, ultrapassando uma lógica de espelhamento.

Em suma, compomos com o pensamento da autora, para quem a vulnerabilidade é entendida:

[...] primeiro, como condição de potência (em vez de fixidez); segundo, como fundamental e compartilhada (ao invés de atribuída desigual e hierarquicamente); terceiro, como tendo uma diversidade de manifestações (em vez de homogêneas); e, finalmente, como experimentada em formas ambíguas e ambivalentes e como tendo valor ambíguo e ambivalente (em vez de ser inerentemente negativa). (GILSON, 2016, p. 78, tradução nossa).

Resistir com a vulnerabilidade em vez de resistir à vulnerabilidade abarca a centralidade da proposta que viemos argumentando, junto a companheiros pensantes, ao longo da reflexão proposta. Isso agrega o sentido de conceber as fronteiras, sejam elas materializadas ou imaginárias – criadas por processos históricos, culturais e psicológicos –, não estritamente como divisão de territórios, mas também como pontos de encontros potentes. Conjuguar a vulnerabilidade, a resistência e o afeto com o caráter de interdependência e interconexão (BUTLER, 2016) que possibilite relaxar o controle coercitivo das normas e tornar a vida mais habitável.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burido. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BARBOSA, Mônica. Fabricando um corpo não-mono: entre catracas identitárias e a composição de constelações íntimas. *Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais*, v. 16, n. 3, p. 49-60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/36409>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BOLLAS, Christopher. *The evocative object world*. London/New York: Routledge, 2009.

BROWN, Kate; ECCLESTONE, Kathryn; EMMEL, Nick. The Many Faces of Vulnerability. *Social Policy and Society*, v.16, n. 3, p. 497-510, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1474746416000610>. Acesso em: 3 nov. 2022.

BUTLER, Judith. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Orgs.). *Vulnerability in resistance*. Durham e London: Duke University Press, 2016. p. 12-27.

CARVALHO, Carlos A. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. *Intexto*, Porto Alegre, n. 45, p. 35-54, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1807-858320190.35-54>. Acesso em: 11 set. 2022.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 209-218.

EMENS, Elizabeth F. Monogamy's Law: Compulsory Monogamy and Polyamorous Existence. *New York University Review of Law & Social Change*, v. 29, p. 277-376, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.506242>. Acesso em: 26 jun. 2022.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Tradução de M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GILSON, Erinn. Vulnerability and victimization: Rethinking key concepts in feminist discourses on sexual violence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 42, n. 1, p. 71-98, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/686753>. Acesso em: 27 out. 2022.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HILLMAN, James. From mirror to window: curing Psychoanalysis of its narcissism. *Spring: a journal of archetype and culture*, Putnam: Spring Publications, p. 62-75, 1989.

HILLMAN, James. Traição. In: HILLMAN, James. *Estudos de Psicologia Arquetípica*. Tradução de Pedro Ratis e Silva. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p. 79-98.

LAGE, Leandro R.; CAL, Danila; SILVA, Bárbara T. V. Corpo e poder: as condições de vulnerabilidade da mulher mãe no debate midiático sobre o parto. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 59, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MVTRYnBjkzVRd3yCVLgz5kx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

LEAL, Bruno S. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia M. et al. (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo; PPGCOM/UFMG, 2020. p. 31-48.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano – crônicas da travessia*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SILVA, Renata F. Por um modo de vida alegre. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 147-157, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n70p147-157>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SOARES, Camila R. C. Um estudo da contradição biopolítica e a pluralidade da psique humana. *Porto Das Letras*, v. 6 (especial), p. 96-112, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9949>. Acesso em: 2 out. 2022.

TSING, Anna *et al.* Introduction: Haunted Landscapes of the Anthropocene. TSING, Anna *et al.* (Eds.). *Arts of living on a damaged planet: ghosts and monsters of the anthropocene*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. p. 1-14.

WINNICOTT, Donald W. O brincar (Uma Exposição Teórica). In: WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 65-87.

CAPÍTULO 2

A narrativa de resistência da *Academia do Peixe Frito* pela lúdica africana na Amazônia Paraense

JAQUELINE BANDEIRA

PAULO NUNES

Introdução

O presente ensaio visa refletir sobre a narrativa de resistência que emerge da prática da *Academia do Peixe Frito*. Trata-se de um texto que investiga as práticas estéticas e sociais, bem como o diálogo entre os acadêmicos “peixefritanos”, que investiram numa prática de resistência que reverberou na Amazônia Paraense, a partir da cidade de Belém, capital do Pará. Nossa argumentação partirá da ideia de Canton (2009), que diz que o artista pode ter um compromisso social e que por meio de sua obra estabelece relações de representações estéticas que influenciam o social. Nesse sentido, partimos da ideia de que a poética que emergia da prática da *Academia do Peixe Frito* seja considerada uma expressão de narrativa de resistência na Amazônia paraense pela possibilidade de introduzir novas ideias, articular movimentos sociais, e possibilitar novas formas de fazer resistência a partir da literatura e do jornalismo.

Neste ensaio enfatizamos a *Academia do Peixe Frito* como instituição informal ligada ao processo de formação identitária dos indivíduos, sem esquecer as relações culturais, políticas e sociais existentes na época de produção das obras, os anos 1920 a 1950 do século XX, e as ideias que se

deslocam ao atual contexto de produção cultural das populações negras das periferias de Belém.

Para consolidar esse trabalho, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço muito mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Quanto à natureza e aos objetivos, apresentamos uma pesquisa classificada como básica, descritiva e exploratória. Logo, podemos definir que “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e os fenômenos de determinada realidade.” (GERARDT, 2009, p. 35 *apud* TRIVIÑOS, 1987). Para Gerardt (2009, p. 35 *apud* GIL, 2007), “este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” Este ensaio tem como principal objetivo refletir sobre as práticas sociais da *Academia do Peixe Frito* e configurar um diálogo de interface entre literatura, jornalismo e a Amazônia.

Os tópicos são apresentados de maneira que possamos compreender melhor o andamento de nossos argumentos. No primeiro momento, abordaremos o tópico “*Amazônia, narrativa e resistência da diáspora*” para tratar os conceitos da temática e depois descortiná-la. No segundo tópico, intitulado “*A Academia do Peixe Frito e o modernismo paraense*”, conheceremos a *Academia do Peixe Frito* e suas práticas sociais de resistência. Por fim, em “*Uma poética amazônica atravessada pela lúdica africana*”, é o momento em que pontuaremos a representação do fazer artístico na obra de Bruno de Menezes como a gente social representante de uma narrativa de resistência na Amazônia Paraense.

Amazônia, narrativa e resistência da diáspora

Em geral, espécie de senso comum brasileiro quando se trata da formação étnica e cultural da Amazônia, vem-nos à mente, de imediato, a configuração da região Norte atravessada de estereótipos que dão conta de que a Amazônia é morada de insulamento, solidão da floresta, o *locus* do não pensamento. Quando muito, o senso comum reitera que a “região-selva” é habitada exclusivamente por indígenas (“maldita terra de índios!”) e portugueses. Resultante de uma miscigenação entre europeus e nativos, teríamos os caboclos, categoria polêmica porque imposta por outrem ao morador das margens dos rios (GONDIM, 2007). Pouco ou quase nada se aborda a respeito das etnias ligadas às diásporas africanas (HALL, 2013) que compõem a população amazônica.

Na obra *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*, Salles (2005) apontou, em pesquisa iniciada nos anos 50 através de diversas evidências socioculturais, que a Amazônia, sobretudo o Pará, deve aos negros trazidos para a região uma série de valores e artefatos socioculturais que se entranham em nosso amazônico cotidiano. A pesquisa de Salles muda o nosso olhar e comprova o que se intuía: não é possível ser amazônico por subtração das culturas afrodiáspóricas.

Dos elementos que identificamos como resultados simbólicos da produção humana, e que chamam a nossa atenção, está a narrativa. O modernismo no Pará (FIGUEIREDO, 2012), se levarmos em conta, este grupo intelectual criou um sistema literário sustentado na diversidade etnocultural, sobretudo nas *afrofonias*.

As *afrofonias* estão atravessadas pelas *oraturas*¹. Percebemos na produção literária de Bruno de Menezes, líder da *Academia do Peixe Frito* – senão em toda, uma parte – expressões singulares das *afrofonias*, expressão simbólica, “oraturizada”, diversificada e expressiva, presentes principalmente em *Batuque e Mãe Preta* (1931), os quais serão analisados neste ensaio.

1. Entende-se como *oratura* o texto que, embora se expresse na letra, tem fortes marcas das vozes da oralidade. Autores amazônicos, africanos e afro-brasileiros estão habituados a usar a oralidade em seus textos de *oratura* (grifo nosso). Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/literafricas/literatura-angolana/-literatura-e-oralidade-africanas-mediaco.es>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Para Ricoeur (2006), a narrativa acende a compreensão do indivíduo na acepção de que o autor se utiliza do artifício do conhecimento intuitivo quando assiste ao mundo democrático, ao mesmo tempo, em que faz uma autoanálise. Trata-se de um movimento, fora/dentro/fora, o social afetando o pessoal, o pessoal, por sua vez, revigorando o social. A compreensão do homem com relação ao mundo é obviamente a instigação de que a existência da individualidade faz a sua esfera existencial mais completa e instigante. Portanto, a assimilação obtida através de uma obra literária geralmente traz vestígios individuais do autor. Ou seja, cada autor expõe uma perspectiva única, mas ele não usa esse ponto de vista único para interagir com os demais autores.

Percebemos que a narrativa permite uma variedade de caminhos para interpretações, assim, cada indivíduo tem seu próprio discurso, ou seja, não descarta e não fornece para si um trajeto feito por meio de julgamentos; não faz da censura seu objetivo, e não usa uma percepção de mundo preestabelecida para sentenciar uma sociedade que está baseada em um sistema de valores nela alicerçados.

De acordo com Motta (2013), a narrativa não é uma exposição de acontecimentos, essa é a distinção entre a literatura e o registro da história. Na compreensão do autor, o gênero, o modo de expressão, e o tipo de linguagem, são atributos que se manifestam sincronicamente, por isso cada autor priorizará determinados gêneros e estilos, sempre conforme as necessidades socioculturais de cada época.

Estevam (2011) acredita que a narrativa da literatura prevê que a literatura não seja um dispositivo empregado tão somente para disseminar ideias ou representações, mas que gere um novo tipo de senso comum, aperfeiçoando novos significados e os meios de existência. Quando Aristóteles (1970) afirmou que o ser humano é social, ele o disse, porque o ser humano possui a razão (princípio da inteligibilidade), e a capacidade de fazer discurso.

Pensar nas conexões entre Amazônia, narrativas e as modalidades de resistência daí advindas, demanda identificar seus movimentos e deslocamentos como uma linguagem que reelabora e esclarece o real, e faz da performance um ato social. As obras literárias recordam memórias permitindo o acesso a retalhos do passado que, em muitos aspectos,

ajudará a pensar o presente. Por meio das narrativas, por exemplo, é possível compreender as angústias de vidas cruzadas com marcas do social, do público e da impetuosidade do Estado. De acordo com Motta (2013), a narrativa dispõe tática e estrategicamente a sucessão dos fatos como um encadeamento com sequência e aproximações ou distanciamento do referente, etc. Tempos difíceis marcados por prisões, torturas, assassinatos e exílios obrigados daqueles que se contestavam ao regime absolutista, ver, por exemplo, a literatura da cronista Eneida (1902/1971) no realce e denúncia do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Segundo Bosi (2002), o significado de resistência que reconhecemos, refere-se à luta e ao esforço coletivo. A resistência foi construída no decorrer do tempo e em diversos continentes, contrapõe-se ao processo de categorização social definido pela certeza de que existem peculiaridades imutáveis que muitas vezes são paralisantes. No entanto, vale ressaltar que as concepções de resistência não se limitam ao confronto armado ou à guerra. Em tempos de exceção e regimes totalitários, foram muitas as imagens confeccionadas no campo literário para emblemar a punição por meio de uma escrita a contrapelo que metaforiza os desaparecimentos da palavra e a paralisação dos gestos. Conforme Canton (2009), os artistas tendem a canalizar suas atuações artísticas para expressar seus pontos de vista. Ou seja, eles encontram na atuação artística um espaço no qual possam expressar tais sentimentos dolorosos e contraditórios. Nesse sentido, pensar na narrativa atravessada pela resistência, acarreta tomada de atitudes particulares que formam novas bases sociais, definidas por novos movimentos sociais. Na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2013) explica que a própria identidade se tornou um ato de resistência, modificando-se conforme a maneira como o sujeito é representado a partir da interação entre o “eu” e a sociedade.

Em outras palavras, refletir sobre uma narrativa de resistência na Amazônia é pensar em tudo aquilo que nos constitui como sociedade. Assim é que se pode dizer que a literatura produzida por Bruno de Menezes e os demais intelectuais da *Academia do Peixe Frito* gera resistência, aliada a uma preocupação diretamente relacionada às questões da realidade de direitos civis, de valorização da cultura amazônica, de

subversão daqueles que se encontravam e, infelizmente, ainda se encontram, às margens do sistema.

A Academia do Peixe Frito e o modernismo paraense

Ao pensar as práticas socioculturais da *Academia do Peixe Frito*, destacamos que a literatura e o jornalismo desempenham ali um papel fundamental, enquanto, agindo nas margens, nas beiradas da sociedade letrada e marcada pelo afrancesamento da Belle-Époque, os intelectuais peixefritanos invertem a ótica da sociedade belemense da primeira metade do século XX. Eles propõem uma nova agenda, em que pudéssemos ver retratadas as personagens e as cenas de uma cidade até então menosprezada pela “literatura oficial” e burguesa. Assim, era necessário ressignificar gestos e gostos, “pintar novos rostos”, priorizar pretos índios, “cabocos”, migrantes, enfim, os deserdados pelo capitalismo periférico que foi produzido pela excludente época da borracha (NUNES; COSTA, 2020, p. 24).

A literatura, em vários aspectos, tem o poder de recriar pelo deslocamento de imagens e pontos de vista, os contornos da representação social, o que nos leva ao questionamento, sempre “batido”, mas oportuno: “a arte imita a vida ou a vida imita a arte?”. Oscar Wilde, por exemplo, diria que a vida imita a arte muito mais do que a arte imita a vida (WILDE, 1994). Considerando-se esta reflexão e a percepção da cultura e a arte que produzimos e consumimos nesta faixa do Brasil, a Amazônia oriental, mais especificamente Belém, nos defrontamos com formas bem específicas de organização social, econômica e política que geraram uma sociedade estratificada, excludente, que tinha na primeira metade do século XX, mais do que hoje, uma visão ainda voltada para a valorização da cultura europeia. É neste interstício que agirá a *Academia do Peixe Frito*.

Em um trabalho desta natureza, nunca é demais considerarmos a criatividade, (elemento-chave para a ação peixefritana), como um potencial inerente ao ser humano, e aqui recorreremos a Ostrower (1987, p. 5), para quem “o homem cria não apenas porque quer, ou porque gosta, e sim porque precisa; e ele só pode crescer; enquanto ser humano, coerentemente, ordenado, dando forma, criando.” Então, considera-se

que o homem necessita passar pelos estágios ou processos de criação a fim de se (re)encontrar e de se (re)conectar com uma sociedade que é repleta de informações, interações, inconstâncias sociais e hibridizações culturais. Os processos de criação estética, portanto, constituem-se em mecanismos utilizados pelos artistas para expressar suas inquietações, as quais são geradas através de seus contextos sociais, políticos, culturais e, logicamente, ideológicos. Desse modo, a criação humana seria uma forma de manifestação de particularidades sobre a sua própria existência e interação com o mundo circundante. O mundo circundante provoca o criador e ele, depois de um complexo processo de criação e recriação de um objeto estético, devolve ao mundo a obra criada, como resultado de um processo dialético.

Entretanto, antes de nos ocuparmos com a *Academia do Peixe Frito*, é vital para o andamento deste ensaio conhecer o espaço/tempo social em que os peixefritanos deram vida a este movimento fundamental para as renovações estéticas e culturais da Amazônia. Nunes e Costa (2020), na coletânea *Um olho no peixe e o outro na...*, contextualizam o movimento da Belém da época:

Belém acabara de vivenciar a higienização europeizante, advinda do projeto elitista da Era da Borracha/*Belle Époque*, viabilizado sobretudo pela figura política de Antônio Lemos². Durante o referido período, que paira sobre nossas cabeças como um fantasma beligerante, a capital do Pará, cidade de “cabocos”, teve de vestir espartilhos e chapéus de “madames”, bem como enfeitar-se com as polainas e bengalas dos “monsieures” a ostentar trajés de linho. (NUNES; COSTA, 2020, p. 21).

É nesse contexto que a *Academia do Peixe Frito* emergia com um engajamento lúdico e/ou literário, atravessado por forte sentimento boêmio, seja nas noites seresteiras ou nos barracões de pássaros e bumbás, seja nos terreiros em espaços públicos e privados das periferias de Belém. Sem os encontros formais que tradicionalmente marcam este tipo de ação, os “acadêmicos das diversidades” não dispensavam as reuniões animadas, regadas por cachaça e peixe frito. Participavam, entre outros,

2. SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente* (1986/1973). Belém: Paka-Tatu, 2022.

Bruno de Menezes, Jaques Flores, De Campos Ribeiro, Gentil Puget, Raimundo Viana e o músico Tó Teixeira³, figura de muita importância para os rapazes da Academia. Estes jornalistas e literatos investiam na mudança de parâmetros do gosto artístico e cultural e, desse modo, ajudaram a sedimentar uma literatura de viés popular e amazônica, tal fez Dalcídio Jurandir na obra *Chove nos campos de Cachoeira* que, em 1941 consagrou a expressão nominativa “intelectualidade do Peixe Frito”, conforme lemos nos preâmbulos do romance, bem como numa dedicatória a Bruno de Menezes: “Bruno, afinal este livro tem o sabor do peixe frito. Um abraço do Dalcídio.”

Creemos já estar evidente o modo irreverente que marcava o grupo de “jovens proletários” que abalaram as estruturas e a estética da sociedade da Belém de então. Isto feito, há de se afirmar que é impossível desassociar suas práticas da fisionomia da própria cidade onde habitavam. Sigamos.



Figura 1: Da esquerda para a direita: sentados: Paulo de Oliveira, Euclides Fonseca e Edgar Souza Franco; de pé: Clóvis de Gusmão, Farias Gama, Bruno de Menezes e De Campos Ribeiro
Fonte: Portal Universidade Federal do Pará (2019)⁴.

3. Ver: BANDEIRA, Jaqueline; NUNES, Paulo. “Tó Teixeira, o maioral do Umarizal?”. In: *Um olho no peixe frito e outro na...: coletânea de artigos sobre a Academia do Peixe Frito*. Belém: Folheando, 2020. p. 115-134.

4. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9913-documentario-destaca-escritores-da-academia-do-peixe-frito>. Acesso em: 3 jan. 2022.

Pensamos ser importante ressaltar aqui um dos principais pontos de encontro dos moços, entre tantos que foram palco da música, poesia e resistência ao devocional na Amazônia. Em entrevista concedida a Vânia Torres e Paulo Nunes, no documentário *Geração Peixe Frito*⁵, Leonora Brito, filha do poeta Bruno de Menezes, relata o que aqui chamamos de verdadeiro embrião de sotaques, etnias e cores que é a Amazônia: o Ver-o-Peso. A pesquisadora afirma ainda sobre a escolha do nome da agremiação, em memória às palavras de seu pai, o Ver-o-Peso é o que melhor representa o grupo no sentido de sintetizar as periferias da grande cidade e dos ribeirinhos vindos do interior da Amazônia. No sentido de representar o movimento renovador, temos um trecho do poema testemunhal da religiosa católica, jornalista e poeta sobre a *Academia do Peixe Frito*, relembra as palavras de seu pai, Bruno de Menezes:

*Eu recordo, meu pai, quando tu vinhas
suado, extenuado,
o paletó no braço, gravata solta ao vento da baía,
ao sol do meio dia.*

[...]

E me dizias, ao ver-me preocupada: “Cheguei da Academia”.

- A essa hora, papai? Mas que Academia ?

- “Ora, do Peixe Frito, minha filha:

É lá no Ver-o-Peso:

Encontro de poetas, de escritores...”

Nada compreendi, e ele me disse:

“Mas pensei em vocês. Eis o que trouxe

Para ajudar no almoço”.

E ali na mesa, acalmando a mamãe, abriu um embrulhinho:

Eram postas de peixe, bem fritinho.

Quitute mais gostoso não havia, com a farinha,

Para gente faminta.

[...]

5. O documentário *Geração Peixe Frito* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QWhV5xpegPU>. Acesso em: 25 jan. 2022.

(Poema testemunhal registrado em entrevista para o documentário *Geração Peixe Frito* de direção de Paulo Nunes e Vânia Torres, 2019)

O poema acima constitui quase um depoimento biográfico, no qual a voz poética evidencia o testemunho da existência da *Academia do Peixe Frito*, a partir do protagonismo de Bruno de Menezes, que representa um papel importantíssimo para a história da literatura no Pará, sobretudo no século XX. Pobre, preto, autodidata, nascido no bairro do juruna, periferia de Belém, Bruno é autor de vasta obra e sua vida testemunhou o cotidiano da capital paraense, não somente a pobreza, como a dinâmica movimentação dos arrabaldes, que legitimava grande parte da cultura das comunidades negras que viviam socialmente subalternizadas. Muitos de seus escritos denunciam a situação do trabalhador explorado pelo capitalismo. É neste contexto que refletimos a respeito da produção cultural desses homens que resistiram à condição social imposta por um sistema desigual, negacionista e a violência que pedia uma ação de resistência que, a partir de alguns recursos de linguagens, se coadunava com os propósitos modernistas.

Uma poética amazônica atravessada pela lúdica africana

A seguir tomaremos alguns exemplos de literatura de nosso modernista peixefritano para, deste modo, refletir a respeito da memória desse passado que, através do literário, faz-se ainda tão atual e imprescindível para a formação sociocultural desta localidade do Norte do Brasil. Os poemas de Bruno de Menezes por nós escolhidos, foram *Mãe Preta* e *Batuque*.

Mãe Preta,

*No acalanto africano de tuas cantigas,
Nos suspiros gementes das guitarras,
Veio o doce langor de nossa voz,
A quentura carinhosa do nosso sangue.*

És, Mãe Preta, uma velha reminiscência

*Das cubatas, das senzalas...
Mãe do Brasil, mãe dos nossos brancos ?*

*És, mãe preta, um céu noturno sem lua,
Mas todo chicoteado de estrelas.
Teu leite, que desenhou o Cruzeiro, escorreu num jato grosso,
Formando a estrada de São Tiago...
[...]*

*Quem mais teu leite amamentou, Mãe Preta ?
Luiz Gama? Patrocínio? Marcílio Dias ?
A tua seiva maravilhosa sempre alimentou o ardor cívico,
O talento vivo e o arrojo máximo !
[...]*

*Foste e ainda és tudo no Brasil, Mãe preta !
Gostosa, contando histórias de saci,
Ninando murucututu para os teus bisnetos de hoje !
Quanto sinhô e sinhá moça chupou teu sangue, Mãe preta !!!*

*Agora, como ontem és a festeira do Divino,
A Maria Tereza dos quitutes com pimenta e com dendê...*

*É, finalmente, a procriadora cor da noite,
Que desde o nascimento do Brasil te fizeste Mãe DE LEITE...*

*Abençoa-nos, pois, àqueles que não se envergonham de ti,
Que sugamos com avidez teus seios fartos, bebendo a vida,
E que nos honramos com teu amor.*

TUA BÊNÇÃO, MÃE PRETA!

(MENEZES, 1993, p. 225).

O texto consagra um dos ícones da cultura da diáspora negro-africana do Brasil. Como que a compensar os maus-tratos e injustiças sofridas durante o período da escravidão, a voz do poema consagra à figura da mãe negra uma justa homenagem, elevando-a a um plano de

destaque na cultura do Brasil, dando-lhe o necessário protagonismo social. A mãe preta “de” Bruno de Menezes é ressignificada pelas artimanhas da literatura. O poema, lírico e narrativo ao mesmo tempo, constitui aquilo que aqui podemos chamar de literatura de resistência na Amazônia paraense. O outro poema a comentar é aquele que dá nome ao livro homônimo:

Batuque

- (1) – “Nêga qui tu tem?
- Maribondo Sinhá!
- Nêga qui tu tem?
- Maribondo Sinhá!”

*Rufa o batuque na cadência alucinante
- do jongo do samba na onda que banza.
Desnalgamentos bamboleios sapateios, cirandeiros
cabindas cantando lundus das cubatas.
[...]*

- (1) – “Nêga qui tu tem?”

*Sudorancias bunduns mesclam-se intoxicantes
no fartum dos suarentos corpos lisos lustrosos.
Ventres empinam-se no arrojo da umbigada, as palmas batem o
compasso da toada.*

- (2) – “Eu tava na minha roça
maribondo me mordeu!...”

*Ó princesa Izabel! Patrocínio! Nabuco!
Visconde do Rio Branco!
Euzébio de Queiroz!
E o batuque batendo e a cantiga cantando
lembram na noite morna a tragédia da raça!*

Mãe Preta deu sangue branco a muito “Sinhô moço”[...]]

(3) – “*Maribondo no meu corpo!*
- *Maribondo Sinhá!.*”

*Roupas de renda a lua lava no terreiro,
um cheiro forte de resinas mandigueiras
vem da floresta e entra nos corpos em requebros*
[...]

(2) – “*Maribondo no meu corpo!*
- *Maribondo Sinhá!*
- *É por cima é por baxo!*
- *E por todo lugá!*”
(MENEZES, 1993, p. 215).

O poema começa enfatizando o refrão de uma cantiga de batuque, renunciando o tratamento dado pela voz poética a um rito de celebração pouco difundido, o das religiões de terreiro, religiões que foram transplantadas para as Américas pelos africanos escravizados. Os ritos de terreiro, como se sabe, constituíram o maior mote de resistência para que os que viveram a diáspora pudessem contrapor com a fé a dor e o sofrimento. A singularidade do texto reside no fato de o poema destacar o negro que se banha do odor “que vem da floresta e entra nos corpos em requebros”, o que nos faz especular que tratar-se ali do negro fixado no solo amazônico.

Em síntese, nos poemas *Mãe Preta* e *Batuque*, Bruno de Menezes fixa toda a sua devoção aos povos africanos numa perspectiva de valorização da negritude, negritude que deve aqui ser entendida como a cultura de resistência do negro inserido numa sociedade, a amazônica (e por extensão, a brasileira), excludente, violenta e estruturalmente racista.

A obra poética *Batuque* traz à memória a história de um povo sofrido em terra então estranha, em situação avessa e adversa. Assim sendo, fazer cultivar as raízes negro-africanas significa resistir à exploração e à violência.

Considerações finais

Em linhas gerais, refletir sobre a poética que emergia da *Academia do Peixe Frito*, ligando-a à ideia de uma poética de resistência, é oportunizar a um número maior de leitores e leitoras o acesso a uma literatura que ainda está à margem do cânone da literatura brasileira. Em alusão ao ano que se comemorou os 100 anos da Semana de Arte Moderna, acontecida em São Paulo (e que para a maioria constitui o início das inovações estéticas em nosso país), tentamos mostrar neste ensaio que na Amazônia brasileira, especificamente em Belém do Pará, um grupo de jovens irrequietos, de modo ousado e inovador, colocava-se na vanguarda das inovações modernizantes daqueles tempos. Naquele momento, a partir de várias estratégias enunciativas, que iam do jornalismo às reuniões e tertúlias boêmias, Bruno de Menezes e seus camaradas, mostravam à sociedade provinciana de Belém “com quantos paus se faz uma jangada”, ou como se pode fazer modernismos com muita ousadia, irreverência e bom humor. A partir de dois poemas de Bruno de Menezes quisemos exemplificar um pequeno recorte da literatura como manifesto de uma narrativa de resistência.

Nesse sentido, esperamos que a literatura, a de ontem e a de hoje, continue se destacando enquanto uma instituição constituída por práticas sociais e que impulsionem os sujeitos a uma mobilização transformadora, de tal forma que o movimento das pessoas e seus gestos de resistência não se resumam ao movimento modernista paraense; consubstanciado pela *Academia do Peixe Frito*, mas que ele seja conhecido e tomado, sempre que possível, como referência de resistência pela estética.

Referências

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. São Paulo: Vega, 1970.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANTON, Kátia. *Da Política às micropolíticas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ESTEVAM, Mariana. *Curso Literatura e Política: as relações entre expressão literária, demandas sociais e políticas vigentes – Tomo I*. Cadernos do ILP – ano I – nº 8. São Paulo: ILP/ALESP, 2011.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*. Belém: IAP, 2012.

Documentário Geração Peixe Frito. Direção: Paulo Nunes e Vânia Torres. Roteiro e edição: Vânia Torres. Reportagem: Vânia Torres e Alcione Nascimento. Produção: Alcione Nascimento. Imagens: Fernando Igor, Ismar Antônio Joel Amador e Relry de Aviz. Edição de imagens: Carolina Torres. Realização: Projeto de Pesquisa Academia do Peixe Frito – Unama (PPGCLC)/UFPA (FACOM/PPGCOM), Grupo de Pesquisa Narramazônia: Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense, 2019. (26 min 20seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QWhV5xpegPU>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GERARDT, Tatiana. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de cachoeira*. Belém: Parágrafo Editora, 1941.

MENEZES, Bruno. *Batuque*. Belém: SECULT, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTTA, Luís Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UNB, 2013.

NUNES, Paulo Jorge Martins; COSTA, Vânia Maria Torres. Um olho no peixe e outro na frigideira: quando a academia do peixe frito muda a cara da província. In: NUNES, Paulo Jorge Martins; COSTA, Vânia Maria Torres; OLIVEIRA, Elaine Ferreira de; SILVA, Kátia. (Orgs.). *Um olho no peixe frito e outro na...: coletânea de artigos sobre a Academia do Peixe Frito*. Belém: Folheando, 2020.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente (1986/1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2022.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

WILDE, Oscar. *A decadência da mentira e outros ensaios*. Tradução de João do Rio. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

CAPÍTULO 3

Representações sobre o Transtorno de Espectro Autista na Amazônia Legal: imagens mentais sobre o TEA em portais institucionais

LUNA CARVALHO DE LUCENA

IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Introdução

Portais governamentais brasileiros se inserem em uma complexa discussão sobre transparência e como ela se configura na internet. De acordo com Vianna, Ferreira e Lima (2020), a Lei de Acesso à Informação (LAI), ou Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, demarca uma preocupação crescente com a transparência e visibilidade de informações na gestão pública, exigindo o compartilhamento em sites de certas informações, inclusive em formato de notícia. No entanto, a visibilidade das informações nem sempre acompanha uma representação multifacetada e crítica das temáticas abordadas, o que pode, por vezes, resultar em reducionismos e apagamentos (CARVALHO, 2020).

Dentro do recorte geográfico da Amazônia Legal, tratamos da temática do autismo e de suas representações, e de como o mesmo se relaciona com seu lugar geopolítico e social. Ambos se veem historicamente entrelaçados em construções representativas externas (GONDIM, 2007; VOLKMAR; WIESNER, 2018), e pesquisas anteriores constataam que a veiculação de informações em meios midiáticos constrói representações

que diretamente afetam as ações sociais relativas ao autismo e aos indivíduos no espectro autista (ANDRADE, 2018; SANTOS; SANTOS, 2012).

Segundo Gondim (2007, p. 13), a Amazônia foi feita a partir de referenciais da Índia e da mitologia greco-romana, assim como relatos de missionários e viajantes europeus, sendo, desde o princípio, construída a partir de referenciais externos a ela. Desde as mitologias medievais do exotismo, que estabeleciam a diferenciação entre europeu e um “outro” distante, até as mitologias das Amazonas e do Eldorado, é central a demonstração desta relação dicotômica entre o “nós” e os “outros” – vistos como maravilhosos e temíveis, que despertam o interesse e o medo – mas sempre essencialmente distintos e menos humanos.

Entre suas representações edênicas e dantescas, a Amazônia fora continuamente reduzida a relações duais: civilizado/selvagem, povoado/inabitado, paradisíaco/infernal, carregados até a contemporaneidade por enfoques hegemônicos. A exterioridade da Amazônia pode ser compreendida a partir, por exemplo, das representações do vazio. Ela é, enquanto “vazia”, impessoal, anônima e passiva, necessitando da urbanização e do acesso. Estas dicotomias, por fim, escondem uma heterogeneidade biossocial amplamente invisibilizada: “É necessário dizer que a Amazônia não é virgem, nem é um espaço vazio, onde a natureza está em estado natural e intacto; tampouco constitui um imenso laboratório onde as forças da natureza atuam sem a intervenção humana.” (BORGES, 2017, p. 22-23).

Dentro desse contexto da região amazônica, buscamos analisar o Transtorno de Espectro Autista (TEA), dentro de sua presença (ou ausência) e representações diversas em portais on-line governamentais. O TEA é considerado transtorno com déficits compartilhados nas capacidades de interação e comunicação social (VOLKMAR; WIESNER, 2018; ONZI; GOMES, 2015). Alguns de seus sintomas incluem prejuízos persistentes na comunicação e interação social, e presença de comportamentos repetitivos, como interesses específicos e padrões comportamentais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021a), a Amazônia Legal é uma área delimitada por 772 municípios nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará,

Rondônia, Roraima e Tocantins. O conceito foi criado em 1953 a fim de fomentar a urbanização e ampliação econômica na região (AZINARI, 2020).

Para desenvolver a reflexão sobre as representações do Transtorno de Espectro Autista na Amazônia Legal, partimos da pergunta: “Como sites governamentais da Amazônia Legal têm representado o Transtorno de Espectro Autista (TEA)?”.

O objetivo central é, portanto, analisar como notícias em portais on-line governamentais da região amazônica têm representado o TEA. Os objetivos específicos incluem identificar discursos frequentemente presentes nas postagens a partir de termos relacionados ao TEA e Amazônia, e analisar as representações sociais do TEA e da Amazônia expressos no texto.

Para tal, coletamos termos encontrados em notícias e reportagens em portais on-line governamentais da Amazônia Legal, que incluíam a temática do TEA e/ou pessoas no espectro, utilizando ferramentas da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Dessa forma, os termos retirados são analisados em conexão com as representações sociais (MOSCOVICI, 2007) do autismo encontradas, e relacionados com as representações da Amazônia.

No segundo tópico, “Reflexões sobre o conceito de representação”, é feita uma reflexão crítica sobre o conceito de representação, debatido principalmente dentro da abordagem culturalista e da teoria de Moscovici (2010 *apud* ANDRADE, 2018). No terceiro tópico, “Produção de conteúdo institucional”, introduzimos ao leitor um debate sobre o meio de comunicação no qual se contextualiza o objeto de estudo.

O quarto e quinto tópicos representam a “Metodologia de pesquisa” e “Resultados”, nos quais são detalhados os aparatos metodológicos, métodos e conceitos relativos a estes, assim como é apresentada de forma específica a metodologia de pesquisa para, por fim, aprofundar o debate com base nos resultados obtidos.

A representação social: uma aproximação teórica para seu estudo

A construção de representações é um processo complexo e central para diversas questões amplamente debatidas nas ciências sociais, como a identificação própria e formação de identidades, as produções e formas de consumo e compartilhamento de conteúdos, e as formas normativas com as quais estruturamos o mundo, e pelas quais agimos e reagimos a ele. Portanto, para melhor compreender a representação do TEA e da Amazônia em determinado contexto, é necessário demarcar ao que nos referimos quando abordamos sobre representação.

De acordo com Hall (2016, p. 18), “na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos”. Em outras palavras, atribuímos valores, emoções e ideias no mundo dentro destes processos de associação, atribuição e diferenciação.

Indivíduos constroem e compartilham representações no âmbito coletivo, ou seja, os processos de representação são necessariamente sociais. Para o autor, os sentidos, ou seja, os valores e noções atribuídos às coisas a partir do processo de representação, existem senão enquanto produzidos socialmente, e é através deles que construímos o mundo, e a nós mesmos (HALL, 2005; HALL, 2016). São produzidos e compartilhados nas interações sociais, mídias e instituições, entre várias outras fontes, de maneira mais ou menos unilateral e/ou interacional.

As mudanças trazidas a partir da década de 1960 pelo que Hall (2005) chama de “novos movimentos sociais”, em especial o feminismo, assim como as revoltas estudantis, luta pelos direitos civis, movimentos revolucionários do terceiro mundo, movimentos pela paz, entre outros; trouxeram uma recontextualização de vínculos identitários e significações sobre categorias como etnia, nacionalidade, gênero, sexualidade, etc., questionando antigas distinções (HALL, 2005). Estes deslocamentos nos sentidos atribuídos às identidades, reforça a existência destas atribuições de sentido enquanto relacionais, ou seja, se significa algo em relação a outra coisa, um indivíduo e grupo em relação a outros. Isto prevê rela-

ções de diferenciação e exclusão hierárquicas, reguladas entre imagens antagônicas e duais, que frequentemente se veem reducionistas e desiguais (BHABHA, 1998; HALL, 2016; SANTOS, 1993; WOODWARD, 2000).

No que tange especificamente às representações sociais, Moscovici (2007) as define enquanto sistemas de valores que conferem sentido, estabelecendo crenças e imagens mentais, assim como atitudes e práticas regulamentadoras. De acordo com Santos e Dias (2015), Moscovici (2007) concebeu as representações sociais a partir da sociologia, antropologia e psicologia social, as definindo enquanto dinâmicas e relacionais, ou seja, formadas através do pensamento interindividual e da interação social. A partir de Moscovici (2007, p. 46), as representações sociais “têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa”; e existem a partir de três dimensões de formação: a “informação”, o “campo de representação” e a “atitude” (MOSCOVICI, 2010 *apud* ANDRADE, 2018).

Podemos identificar, portanto, a construção de representações sociais enquanto contínuas convergências de informações, unidades de conhecimento, a partir de fontes diversas, que vão desde instituições escolares, governamentais ou científicas, até a socialização e as mídias sociais. Estas conjunturas formam o campo de representação, sendo este uma imagem mental ou síntese processual.

Dele partem modelos sociais (atitude), ou orientações de crença e comportamento normativas. Estes processos, enquanto mutáveis, compõem uma historicidade representativa de determinado tema (ANDRADE, 2018).

Construções representativas se relacionam com processos de vulnerabilidade de diversas formas, mas principalmente no que Butler (2016, p. 16, tradução nossa) nomeia “vulnerabilidade linguística”. Para a autora, a linguagem não apenas permite a comunicação, mas age sobre nós enquanto agimos sobre ela, construindo continuamente quem somos, como agimos e como interagimos com o mundo.

A vulnerabilidade, não sendo pertencente a um ou outro grupo social, se estabelece enquanto condição humana: os corpos em si são vulne-

ráveis a suas necessidades e precisam de variadas formas de suporte. Segundo Butler (2015, p. 57-58), “tanto na sua superfície quanto no seu interior, o corpo é um fenômeno social: ele está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais.” Observamos, portanto, a construção da necessidade de suporte, e da vulnerabilidade à ausência desse suporte enquanto inerentes à sobrevivência, enquanto condição humana (BUTLER, 2016).

Produção de conteúdo institucional em redes digitais

Como explicitado no tópico anterior, as representações compartilhadas circulam por meios diversos e, dentre eles, se faz especialmente central na contemporaneidade o alcance dos meios de comunicação ou mídias. Seu crescimento se dá de forma cada vez mais acelerada desde o século XX, com a popularização do rádio e do cinema e, atualmente, com as redes digitais na internet (FRANÇA, 2012), meio no qual se delimita o conteúdo a ser analisado.

De acordo com França (2012, p. 11), com estes processos, a “Mídia se torna um conceito abrangente, uma expressão que significa várias coisas: instrumento, espaço, sujeito.” Também se vê, por conseguinte, enquanto ambiente de interações sociais, e sua capacidade interativa o inscreve em inéditas formas de compartilhamento de informações e representações, assim como criação e estabelecimento de laços, em uma convergência espaço-tempo formadora de um espaço conceitual (MARTINO, 2014).

Enquanto meio de comunicação, o jornalismo pode ser conceituado enquanto “uma forma de conhecimento” que “sustenta-se no seu caráter de mediação entre público e realidade” (AGUIAR; RODRIGUES, 2021, p. 245), o que prevê um compromisso do profissional jornalista com o relato de eventos reais dentro de certos parâmetros de competência, como o uso capaz da linguagem, a confiabilidade das informações e a seleção cuidadosa do que seriam relatos relevantes (AGUIAR, RODRIGUES, 2021; FRANÇA, 2012). Em outras palavras, temos explícitos enquanto conteúdos jornalísticos, aqueles previamente selecionados tendo em mente seu potencial interesse público.

A essa compreensão somamos Hall (2016), que explana as representações enquanto sujeitas a mudanças especialmente em momentos de

desestabilização da cultura e de suas normas, revelando novas facetas que as diretrizes sociais não comportavam, o que reestrutura reações sociais, trazendo uma recontextualização das identidades e das práticas, e formulando os vínculos identitários a partir de várias desestabilizações fragmentárias (SANTOS, 1993; MATOS *et al.*, 2020). Saraiva e Coutinho (2012) ressaltam as mídias enquanto ambiente de circulação de representações sociais, e aceleradoras de diversas mudanças de construção representativa.

Apesar de França (2012) denotar que estas mudanças não têm necessariamente cunho negativo, e que o dinamismo das concepções é naturalmente previsto, Carvalho (2020) destaca que o jornalismo também é ator de violências simbólicas diversas, como a reprodução de discursos preconceituosos e de estereótipos, a redução de problemáticas complexas e o apagamento de vítimas no relato de violências.

Temos no jornalismo, inclusive inserido em interfaces on-line, um campo de reprodução e reconstrução, de descentramentos e reforçamentos de representações que influenciam e são influenciadas pelo meio social no qual se inserem. Portais governamentais, enquanto atribuídos a órgãos institucionais e, portanto, de forte potencial normativo, são importantes recortes de construção de sentido sobre interações sociais e políticas e relações de vulnerabilização em determinados grupos.

Metodologia de pesquisa

A fim de analisar as representações sociais expressas em portais on-line de conteúdo institucional de governos estaduais da Amazônia Legal, fizemos uma pesquisa quali-quantitativa e exploratória, de procedimento documental a partir da coleta de notícias e reportagens que incluíam a temática do Transtorno de Espectro Autista (TEA) e/ou pessoas no espectro. A coleta foi feita manualmente e organizada em planilhas para a codificação. Os requerimentos de escolha dos *sites* incluíam: que sejam portais estaduais oficiais, e que os estados pertençam à Amazônia Legal, totalmente ou parcialmente, o que se limita ao Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Quadro 1).

Estado	Link do Portal
Pará	pa.gov.br
Amazonas	amazonas.am.gov.br
Maranhão	ma.gov.br
Roraima	portal.rr.gov.br/
Rondônia	rondonia.ro.gov.br
Amapá	portal.ap.gov.br/
Tocantins	to.gov.br
Acre	acre.gov.br/
Mato Grosso	mt.gov.br

Quadro 1: Portais estaduais selecionados
Fonte: Elaborado pelas autoras.

As notícias deviam conter em seu título ou corpo de texto as palavras “autista” (refere ao nome mais recente da condição, Transtorno de Espectro Autista, ou ao indivíduo com TEA); e “autismo” (denominação ainda popularmente utilizada). O recorte cronológico foi estabelecido entre os meses de setembro e dezembro de 2021, o que foi uma escolha principalmente motivada por uma amostragem a mais atualizada possível, e que representasse notícias fora de datas comemorativas para um parâmetro mais amplo e possivelmente uma variedade maior de temáticas.

Para codificar e categorizar os conteúdos utilizamos aparatos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), que abarca diversos instrumentos metodológicos que podem ser utilizados de maneira variada e interdisciplinar. O primeiro passo foi a raspagem, ou coleta e organização do material, seguido pela “categorização”, um processo que tem como objetivo diferenciar elementos a partir de indicadores selecionados que devem ser codificados dentro de certas diretrizes e, então, agrupados em temáticas (BARDIN, 2011). Como se trata de uma exploração temática de representações relativas a dois temas (Autismo e Amazônia), temos como diretriz principal a frequência de aparição de termos relacionados, levando em consideração as conexões entre os termos. Para isto, foi realizada uma raspagem (coleta e organização do

material em planilhas), e depois, uma codificação de suas palavras em ferramentas digitais como WordCounter¹.

Após categorizadas, a análise foi aprofundada com a aplicação da teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2007). Segundo Moscovici (2007) e Recuero (2009), as representações sociais são formadas a partir de informações adquiridas de várias fontes, como instituições (escolar, familiar), mídias (televisiva, cinematográfica), e através da interação social, sendo então estabelecidas enquanto unidades de conhecimento sobre um tema. Estes conhecimentos, no âmbito do campo de representação, sintetizam a partir destas unidades de informação uma imagem mental. Os campos de representação, portanto, geram modelos sociais, os quais passam a se associar com atitudes, que aqui significam comportamentos, crenças e emoções resultantes destas imagens mentais (ANDRADE, 2018).

Resultados

A primeira fase se deu com a raspagem do material, que representa um total de 75 notícias e reportagens e 47.305 palavras. Como pode ser visualizado no Quadro 2, o número de notícias nos portais governamentais on-line se viu disperso de maneira desigual entre os nove estados que têm territórios no delineamento geográfico da Amazônia Legal.

A variação notável do número de matérias é um dado que resulta em mais perguntas. Ao buscarmos uma correlação entre matérias que incluam a temática do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dados populacionais e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021b), não foi encontrada uma ligação por proporcionalidade.

As pesquisas sobre serviços, normas e acessibilidade com relação ao TEA por estado são rarefeitas, mas também não constatamos uma ligação direta entre o número de matérias e o número de unidades de serviço a pessoas com TEA por estado (PORTOLESE *et al.*, 2017).

1. Disponível em: <https://wordcounter.net/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Estado	Link do Portal	Número de Notícias
Pará	pa.gov.br	47
Amazonas	amazonas.am.gov.br	17
Maranhão	ma.gov.br	5
Roraima	portal.rr.gov.br/	4
Rondônia	rondonia.ro.gov.br	1
Amapá	portal.ap.gov.br/	1
Tocantins	to.gov.br	0
Acre	acre.gov.br/	0
Mato Grosso	mt.gov.br	0

Quadro 2: Número de notícias por Estado

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As palavras mais localizadas foram “pessoas” (275 vezes), “Estado” (224), “deficiência” (193) e “autismo” (191). Também é relevante o número elevado de frequências das palavras “saúde” (180), “atendimento” (147) e “governo” (141). As ligações entre palavras mais localizadas foram “transtorno espectro autista” (97) e “pessoa com deficiência” (82).

Em específico ligadas às palavras “autismo” ou “autista”, vemos as conexões “políticas para autismo” (44) e “pessoas com autismo” (40). Nas palavras singulares, foram considerados apenas substantivos, adjetivos e verbos, mas se apenas uma palavra fosse enquadrada nestas categorias nos conjuntos de duas ou mais, o conjunto foi considerado.

As categorias foram construídas a partir de 119 termos (palavras ou conjuntos de palavras), dos quais 4 estão em mais de uma categoria. No total, eles se repetem 8.352 vezes. O número de termos e número de vezes que se repetem por categoria está disposto abaixo (Quadro 3).

A categoria mais comum, “Ações públicas, normas e políticas”, apresenta maior número de termos e de repetições totais. Isto se dá pelo próprio objetivo do canal de mensagem, enquanto compartilhamento de notícias e/ou acontecimentos ligados às ações do poder público.

Dentro destas delimitações, nos concentramos em analisar as representações relativas ao TEA e ao indivíduo no espectro autista, dos órgãos

públicos em si, das ações institucionais e de como relacionam o segundo ao primeiro, e considerar as representações relativas a esta interação, que, no entanto, não a representam diretamente. A análise considerou, também, que se tratam de representações em uma localização geográfico-cultural específica.

Categorias	Denominação da Pessoa com TEA e do TEA	Poder Público / Órgão / Estado	Ações públicas / normas / políticas	Meio Social / Cotidiano
Número de termos	22	37	50	14
Total de repetições	2356	2318	3115	756
Lista de termos	pessoas, deficiência, autismo, pessoa, autista, transtorno, espectro, TEA, crianças, usuários, especial, importância, importante, com deficiência, espectro autista, transtorno espectro, com autismo, com transtorno, autista TEA, da pessoa com, transtorno espectro autista, pessoa com deficiência	sespa, estadual, público, centro, pública, governador, barbalho, atendimentos, município, coordenação, Belém, Amazonas, região, ASCOM, SEDUC, nacional estado, Pará, governo, SEJUSC, CEPA, Lima, profissionais, unidade, municípios, CIIR, coordenadora, secretária, wilson lima, nayara barbalho, Nayara, secretaria estado, governo estado, coordenação estadual, helder barbalho, são luis, secretaria de estado	Saúde, atendimento, feira, políticas, social, ações, direitos, serviços, ação, educação, inclusão, carteira, divulgação, programa, cidadania, casa, identificação, lei, trabalho, assistência, projeto, programação, atividades, cadastro, CIPTEA, reabilitação, serviço, atualizada, rede, garantir, desenvolvimento, servidores, evento, acesso, parceria, setembro, livro, espaço, entrega, foto, carteira identificação, identificação pessoa, estadual políticas, políticas públicas, saúde pública, assistência social, direitos humanos, saúde bucal, políticas para autismo, carteira de identificação	meio, casa, famílias, vida, lima, população, mãe, marcelo seabra, profissionais, livro, dia, anos, semana, hoje

Quadro 3: Número de termos, repetições e lista de termos
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Começando por representações mais abrangentes relativas ao TEA, encontramos nos textos uma questão dicotômica que merece atenção: pessoa com autismo/pessoa autista. O termo “com autismo” aparece 72 vezes, e o termo “autista(s)” 135 vezes. É importante notar que “autista” também foi contado enquanto parte de “espectro autista”, o que sugere sua utilização em outros contextos apenas 29 vezes.

A terminologia de como se tratar o indivíduo autista está no centro de um debate que se estabelece entre o que Anderson-Chavarria (2021) chama de “modelo médico” e “modelo social” do autismo, que ora enfoca enquanto transtorno e diagnóstico, ora enquanto identidade social.

A formação da identidade, a partir de sua inserção na sociologia, passa a relacionar-se com a conotação do pertencimento (HALL, 2005). Santos (1993) e Bhabha (1998) compreendem a identidade contemporânea enquanto envolta de variados pertencimentos, especialmente mutável e fragmentada entre vínculos identitários diversos como nação,

classe, etnia e gênero. “Autismo”, no modelo social, se torna uma identidade e parte de um coletivo.

Uma das divergências principais no uso entre os termos “com autismo” e “autista” nas notícias e reportagens, e como representam de maneira diversa a identidade do indivíduo, está em como conectam a condição ao sujeito. Os termos “com autismo” ou “com transtorno do espectro autista”, estiveram majoritariamente relacionados à palavra “pessoa(s)” (63). Apesar de se encontrar em outros contextos, como “diagnosticado com”, ou referente a um grupo social mais específico, como “adultos”, “crianças” ou “alunos”, vemos nesta representação, primariamente, a construção de um sujeito anônimo, geral, focalizando, portanto, em sua condição enquanto autista.

A preposição “com” significa, na linguagem portuguesa, a companhia ou adição. “Autismo” e “pessoa” estão, portanto, unidos através de uma ligação específica e, no entanto, são conotados enquanto existências separadas. A representação de um indivíduo acompanhado de sua condição é comum na linguagem biomédica, e frequentemente utilizada. Isto se soma às menções (180 vezes) da palavra “saúde”, comumente presente enquanto classificação da temática abordada pela notícia.

Santos e Santos (2012) comentam sobre as primeiras descrições do autismo, e como afetaram representações e reações consequentes, e ainda afetam. Inicialmente representado enquanto “desligado” ou “vazio”, o indivíduo autista era inacessível, ou mesmo desprovido de profundidade e personalidade. Mesmo após variados deslocamentos na concepção científica do autismo, as imagens mentais do isolamento das primeiras descrições ainda afetam as representações do senso comum.

Todavia, a ideia de existência de um corpo ideal e perfeitamente saudável, aparte da doença física ou deficiência, prevê estas condições enquanto barreiras a ultrapassar para alcançar o “indivíduo verdadeiro”, herança de um pensamento positivista. A inserção do corpo deficiente e autista em oposição a este ideal de saúde necessariamente infere representações de diferenciação que o estabelecem enquanto essencialmente subordinado. Esta ligação relativa do autismo com o sujeito é criticada por movimentos sociais liderados por pessoas com deficiência, como o

da neurodiversidade, que enfatizam o TEA ser uma condição vitalícia e, portanto, incurável.

De acordo com Singer (2019), o conceito de neurodiversidade está inserido a partir do princípio de biodiversidade, e abrange uma variabilidade natural e valiosa nas formas neurológicas humanas, assim como o princípio de que a conservação dessa diversidade é de interesse geral. Dentro da neurodiversidade, as configurações são variadas entre todos os indivíduos, e algumas são construídas socialmente enquanto menos funcionais.

A representação da diferença, segundo Hall (2016), foi conceituada pela linguística enquanto formativa do significado do que se é enquanto oposto ao que não se é. Sendo, portanto, relacional entre opostos binários que, se inicialmente auxiliam no reconhecimento de uma diversidade, reduzem seus significados, ignorando contextos e complexidades, e frequentemente estabelecendo-as a partir de um polo dominante. Nos processos identitários, isto se traduz na subjetivação do “eu” em oposição ou diferenciação do “outro”.

Para pensar o corpo com deficiência fora dessa dicotomia, buscamos dialogar com o conceito de vulnerabilidade de Butler (2015;2016). Nesta concepção, a vulnerabilidade é essencialmente constituída na relação com o outro e com a sociedade como um todo, implicando a capacidade de ser afetado e de afetar (SABSAY, 2016).

Como exemplo do uso do termo em contexto, podemos trazer o seguinte recorte:

Vale ressaltar que na virada de 2020 para 2021, o Governo do Maranhão deu prioridade a um espetáculo com mais luzes e menos barulho. A medida foi pensada para não afetar animais e pessoas com autismo, que são mais sensíveis ao barulho dos fogos. (RETROSPECTIVA..., 2021, n.p).

A estruturação das frases que incluem a pessoa autista, como no exemplo acima, frequentemente estão na voz ativa, tendo como sujeito termos na categoria “Poder público, órgão e Estado” (PPOE), em relação aos quais são mencionados termos de “Ações públicas, normas e políticas” (APNP), e, por fim, se encerra com a “Denominação da Pessoa

com TEA e do TEA” (DPTEA) como objeto. Isto indica que se trata de “alguém” que “faz algo” a “outro” (são utilizadas siglas para facilitar a leitura): “A carteira (APNP) é uma iniciativa do Governo do Pará (PPOE), voltada a garantir direitos das pessoas com autismo (DPTEA)” (LIRA, 2021b, n.p).

Como podemos identificar a partir de Hall (2016), as relações duais muitas vezes assumem um lado dominante que, neste caso, é identificado na figura do Estado. A vulnerabilidade linguística (BUTLER, 2016) pode, desta forma, construir as representações sociais dos sujeitos enquanto passivos diante das formas de vulnerabilização, dentro de uma lógica paternalista.

Construídos enquanto essencialmente mais vulneráveis que outros corpos, os corpos com deficiência estão inseridos em uma interseção de vulnerabilidades inerentes e contingentes (SCULLY, 2014), físicas e transponíveis a partir de suportes sociais, assim como embutidas em padrões socioculturais. Sendo as redes de suporte infraestruturais necessárias para a sobrevivência de todos os corpos, a noção de dependência do Estado e de medidas institucionais não é incabível. No entanto, o fato de as formas de significação de pessoas com TEA serem majoritariamente enquanto objetos aos quais se age, e não detentores da ação, possivelmente reforça essas representações paternalistas de uma vulnerabilidade essencial a este grupo.

Abaixo, podemos observar exemplos de recortes nos quais se vê presente o termo “autista(s)”:

Alcineia Cardoso é mãe do Benício, que com convive com a TEA. Ela afirma ter orgulho de ver as pessoas com autismo reconhecidas e ganhando cada vez mais reconhecimento. “É uma sensação muito boa, e essa carteira é muito necessária, garante a prioridade do autista onde ele chegue, algo muito importante devido às limitações, especialmente relacionadas à espera. Agradeço ao governo por agarrar essa causa”. (RETROSPECTIVA..., 2021, n.p).

Diego Queiroz, é publicitário e pessoa autista. Para ele, ter feito parte das duas ações foi uma honra. “Esta causa ainda carece de muito conhecimento e, como pessoa autista, sei da demanda. Os cursos foram uma longa jornada e é importante poder reunir todos os alunos das

duas iniciativas para celebrar este momento e divulgar um trabalho tão importante”, afirmou. (QUIRINO, 2021, n.p).

[...] a SePcD lançou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), documento que garante à comunidade autista do Amazonas atendimento prioritário em todos os segmentos dos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. (PESSOAS...2021, n.p).

Podemos notar, primeiramente, em dois destes casos, a atribuição de nome ao indivíduo autista. Nestes dois casos também está presente a citação direta da fala do familiar (no primeiro caso), e da própria pessoa (no segundo caso), e estas características são também encontradas em outras aparições do termo.

Em segundo lugar, há uma certa dissonância entre a voz do “narrador” quando, no primeiro exemplo, introduz o indivíduo autista enquanto “pessoas com autismo” e, mais ainda, enquanto “TEA”, o sujeito representado plenamente por sua condição. Após a “pessoa” ser identificada e nomeada, a voz da mãe introduz o mesmo grupo social enquanto “o autista”.

A construção de “o autista” neste caso é singular, mesmo que esteja pluralizada. Enquanto as primeiras “pessoas com autismo” são reconhecidas, com elas se convive, sobre elas se age, “o autista” chega em lugares, performa ações, e é – e isto é bastante central – detentor de uma causa, palavra que surge novamente no segundo caso.

Entrelaça com a linguagem escolhida pelo entrevistado, o “narrador” o introduz por nome, função, e enquanto “pessoa autista”. O indivíduo, então, se apresenta ele mesmo enquanto “pessoa autista”, e temos novamente uma pessoa detentora de ação e de conhecimento sobre si. Ele não apenas age sobre o mundo, mas enfatiza conhecer sua própria realidade, e isto está diretamente ligado a ser uma pessoa autista.

No terceiro exemplo, temos estruturas similares a várias outras frases anteriores, no entanto, o “narrador” introduz um novo personagem, a “comunidade autista”. Similar a “pessoas com autismo”, é de certa forma anônimo, plural, não os concede nome próprio ou lhes confere uma

ação direta. Entretanto, a própria ideia de comunidade prevê conotações várias.

Comunidade prevê pertencimento, compartilhamento de uma cultura e de uma história. Uma comunidade se diferencia e é diferenciada, no entanto, pela sua capacidade de compartilhamento por vínculos culturais, assumindo a existência de suas próprias formas de construção simbólica. A “comunidade” e a “causa” são, portanto, indicadores de uma capacidade de resistência (BUTLER, 2016), pois criam suportes além das instituições governamentais, em suas relações solidárias, representações, conhecimentos e ações.

Segundo pesquisas no Reino Unido (KENNY *et al.*, 2016), ainda há considerável diversidade na preferência de terminologia para o indivíduo autista. Porém, os resultados indicaram que uma proporção majoritária de adultos autistas e familiares preferem o termo “pessoa autista”, enquanto poucos profissionais o endossam; já “pessoa com autismo” tem uma proporção relativamente oposta. Estamos em outro espaço geográfico e sociocultural, mas os resultados da pesquisa são condizentes com os exemplos dados.

Assim como na pesquisa, podemos identificar a relação entre a representação biomédica e a preferência pela utilização “pessoa com autismo”. Segundo Kenny *et al.* (2016), existe uma noção prevalente entre profissionais de que a existência do ser enquanto indivíduo deve vir acima de sua condição de saúde. No entanto, esta representação pode reduzir a existência do autismo e do TEA a sua condição enquanto diagnóstico ou doença. Nos exemplos citados acima, mesmo que se dê preferência ao indivíduo, este permanece anônimo e subordinado à sua condição.

A preferência dos indivíduos autistas adultos na utilização de “pessoa autista” viria, em contrapartida, do entendimento do TEA enquanto característica pessoal e intrínseca. Em outras palavras, se é autista como se é alto ou baixo.

A compreensão do autismo enquanto atributo pessoal o permite deslocar-se da lógica biomédica de doença ou vulnerabilidade inerente, e adentrar o campo da identidade social. Colocar-se enquanto pessoa autista neste sentido significa mais que a atribuição preferencial à condição, significa a admissão de “pessoa” e “autismo” dentro de uma

só vivência, em suas complexidades diversas e dinâmicas sociais e políticas. De acordo com Woodward (2000), os movimentos sociais comumente são mobilizados por identidades partilhadas, e objetivam assumir responsabilidade na construção e representação de suas próprias identidades.

Há exceções nas notícias, no entanto, como uma ocorrência na qual o termo “com autismo” foi utilizado para alguém que estava nomeada na notícia (mas ainda diretamente ligado à uma palavra mais neutra), e em que a “pessoa autista” permaneceu em concordância com as representações biomédicas e paternalistas.

Podemos ver outra faceta dessas representações no exemplo abaixo:

[...] o Natea atende cerca de 300 usuários, no CIIR. Focado na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e em outras evidências científicas, o espaço oferece serviços multiprofissionais que auxiliam no desenvolvimento de pessoas com autismo. (LIRA, 2021a, n.p).

A palavra desenvolvimento, além de estar associada com o discurso biomédico, vela representações Iluministas de uma evolução linear da sociedade. As construções de uma necessidade específica de desenvolvimento assumem a existência de um estado pouco ou não desenvolvido, o que reforça representações estigmatizantes.

Mesmo que todos os portais selecionados se localizem na Amazônia Legal, a palavra “Amazônia” é raramente citada, e quando é, nomeia uma Universidade ou Fundação, como no caso abaixo:

No total, 500 funcionários públicos estaduais e municipais de 14 municípios finalizaram as capacitações para uma atuação profissional cada vez mais inclusiva no curso de pós-graduação em nível de aperfeiçoamento em “Políticas Públicas e Gerenciamento de Processos Inclusivos: Um olhar para o transtorno do espectro autista” e no curso de aperfeiçoamento “Projeto TEA: inclusão, desenvolvimento e autismo na Amazônia”. (QUIRINO, 2021, n.p).

“Amazônia” aparece no corpo do texto em apenas cinco postagens das 76 coletadas, sendo todas do portal de notícias governamental parense. A ausência da palavra Amazônia, especialmente quando se refere à região enquanto lugar geopolítico e social, é bastante ilustrativa de

uma possível desassociação entre o referencial biomédico e institucional de tratamento ao TEA, e a localização. Se veem mais frequentemente representados os estados, dentro de uma lógica paternalista de apoio que pode não considerar particularidades socioculturais.

A palavra inclusão se repete 73 vezes, e desenvolvimento 42. Aqui, as duas se veem associadas enquanto construções relacionadas ao aperfeiçoamento. Etimologicamente relacionada à palavra “perfeito”, aperfeiçoamento pode ser compreendido como o processo de tornar algo mais próximo de perfeito.

O desenvolvimento “de pessoas com autismo” está, portanto, em sua possibilidade de “inclusão” em um “desenvolvimento” preexistente, a fim de um estado “perfeito”. E, na única ocorrência na qual Amazônia e TEA se interligam na mesma frase, o estado perfeito e incluído do autismo está diretamente relacionado ao estado perfeito e desenvolvido da Amazônia, moldado em ideais hegemônicos e europeus.

A Amazônia é sujeito, segundo Carvalho (2020), de diversas construções representativas redutivas, enquanto subordinada a categorizações externas. Ela, desta forma, é representada como passiva em relação aos agentes dominantes políticos, econômicos e culturais; e enquanto objeto passivo da ação alheia, não deteria sua própria capacidade de representar e construir.

Butler (2016) enfatiza a importância da construção simbólica através da linguagem, de quem fala e a quem fala. Em especial, temos a capacidade de nomear a nós mesmos enquanto ato de resistência. Poder se nomear significa poder dar informação (conhecimento) sobre si, e possivelmente reestruturar como se é representado.

A escassez de representações da Amazônia a torna obscura. Imposta apenas de forma impessoal, através de um padrão institucional que tem em suas origens construções racionalistas da objetividade e pragmatismo, que buscam paradigmas da perfeição eurocêntrica da industrialização e saúde corpórea, diferenciando-nos de todos os outros através do que nestes falta. A invisibilização do autismo também está presente na reduzida visibilidade de informações sobre o tema no período selecionado nos estados do Maranhão, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Acre e Mato Grosso.

Os efeitos de um reducionismo e invisibilização históricos podem ser observados de várias maneiras, como no acesso à educação, à saúde e à moradia, o que inclui o acesso à educação especial e a possibilidade de usufruto de políticas públicas e direitos fundamentais (COSTA FILHO, 2016; PORTOLESE *et al.*, 2017). Assim a região se vê inscrita em relações assimétricas com polos econômicos nacionais, e dentre seus próprios espaços (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Segundo Malinga (2003), os descentramentos resultados da colonização no continente africano modificaram práticas comunitárias anteriores que permitiam certo nível de vivência independente, favorecendo um modelo importado e alheio ao que já estava estabelecido, em prol do desenvolvimento que reduz realidades à existência em uma linha entre desenvolvidas e atrasadas. Apesar disso, existe uma pluralidade de ações de resistência com relação às pessoas com deficiência e autistas, que centram na sua fala a representação de quem são. No entanto, concluímos que questionar estas representações hegemônicas europeias demonstra uma etapa importante para a compreensão das dificuldades de grupos minoritários considerando seu lugar geocultural.

Considerações finais

Este trabalho permitiu-nos encontrar termos que se repetiam frequentemente. Considerando o contexto de suas aparições, eles foram então analisados a partir das Representações Sociais. Consideramos que alcançamos análises representativas do Transtorno do Espectro Autista e de sua ligação com o lugar geopolítico da Amazônia Legal.

Foram identificados padrões linguísticos de utilização da função dos termos, a partir das categorias, que esclareceram como estas se dispuseram enquanto representações da diferenciação, em disposições dicotômicas, e como estas dualidades reduziam simbolicamente questões complexas e heterogêneas.

Dentro de uma conceituação de vulnerabilidade enquanto condição humana corpórea e social, portanto considerando problemáticas sociais da deficiência, identificamos representações de processos de vulnerabilização inerentes e contingentes, ou seja, relativos tanto a sintomas do próprio TEA, quanto a padrões sociais de comportamento que não

derivam diretamente destes. Como exemplo, se deu enfoque à questão da vulnerabilidade linguística na representação da pessoa autista, e como a linguagem pode ecoar visões paternalistas e reducionistas da deficiência e do TEA, representando seus corpos enquanto essencialmente mais vulneráveis e passivos – necessitados da ação externa ao invés de capazes de atividade própria – em uma relação dual e subordinada ao poder institucional.

Também identificamos representações contrastantes: do TEA enquanto vínculo identitário compartilhado, enquanto formador de comunidades, enquanto condição de existência – vitalícia e cotidiana. A partir da representação do indivíduo enquanto membro ativo em redes de relações de solidariedade, vemos despontar representações de uma capacidade de resistência e existência além da relação dual.

A quantidade de termos foi abrangente e, dela, várias outras temáticas poderiam ser aprofundadas. Devido à sua diversidade, não foi possível abarcar todo o conteúdo na análise das Representações Sociais, no entanto, pesquisas consequentes podem oferecer novos discernimentos e considerações.

Referências

AGUIAR, Leonel; RODRIGUES, Cláudia. Expertise no jornalismo: considerações sobre a autoridade profissional no contexto da desinformação impulsionada pelos algoritmos. *Chasqui*, Equador, n. 147, p. 243-240, 2021.

ANDERSON-CHAVARRIA, Melissa. The autism predicament: models of autism and their impact on autistic identity. *Disability and Society*, v. 37, n. 8, 2021.

ANDRADE, Francisca. A Amazônia além das florestas, dos rios e das escolas: representações sociais e problemas ambientais. *Ambiente & Sociedade*, v. 21, 2018.

AZINARI, Amanda Pereira. Educação no/do campo na Amazônia Legal Mato-Grossense e os processos de resistência ao capital. *Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA*, v. 7, n. 1, p. 186-200, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Fábio. A Amazônia no imaginário ocidental: do mito do eldorado aos conflitos atuais. *Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, v. 2, n. 1, p. 16-32, 2017.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Rethinking vulnerability and resistance. BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia. *In: Vulnerability in resistance*. Durham: Duke University Press, 2016. p. 12-27.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. In: *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Cidade: Editora 2020. p. 109-130.

COSTA FILHO, Waldir Macieira da. *O desafio da educação inclusiva para crianças com deficiência intelectual: um estudo do caso da Escola Estadual Marta da Conceição em Belém-Pará-Amazônia*. 2016. 264f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galáxia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 24, 2012.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amazônia Legal – O que é*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados – Mato Grosso*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 16 jan. 2022.

KENNY, Lorcan *et al.* Which terms should be used to describe autism? Perspectives from the UK autism community. *Autism*, v. 20, n. 4, p. 442-462, 2016.

LIRA, Mozart. Oficinas lúdicas para crianças com transtorno do espectro autista são realizadas pelo Natea. *Agência Pará*, 2021a. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/oficinas-ludicas-para-criancas-com-transtorno-do-espectro-autista-sao-realizadas-pelo-natea/#:~:text=Mensalmente%20o%20Natea%20atende%20cerca,des->

envolvimento%20de%20pessoas%20com%20autismo. Acesso em: 18 jan. 2022.

LIRA, Mozart. Sespa prossegue cadastrando para a carteira de identificação das pessoas com autismo. *Agência Pará*, 2021b. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/31680/sespa-prossegue-cadastrando-para-a-carteira-de-identificacao-da-pessoas-com-autismo>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MALINGA, Joshua. *The African View of Independent Living. Sweden: Independent Living Institute*, 2003. Disponível em: <http://www.independentliving.org/docs6/malinga2003.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATOS, Daniela *et al.* Tempos enredados em “AmarElo”, de Emicida. In: MAIA, Jussara; BERTOL, Rachel; MANNA, Flávio Valle Nuno (Orgs.). *Catástrofes e crises do tempo: historicidades dos processos comunicacionais*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 239-259.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. *Revista Caderno Pedagógico*, v. 12, n. 3, 2015.

PESSOAS com Deficiência: Governo do Amazonas garantiu assistência e direitos da população em 2021. Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Amazonas, 2021. Disponível em: <http://www.sejusc.am.gov.br/pessoas-com-deficiencia-governo-do-amazonas-garantiu-assistencia-e-direitos-da-populacao-em-2021/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 107, p. 63-90, 2015.

PORTOLESE, Joana *et al.* Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, v. 17, n. 2, p. 79-91, 2017.

QUIRINO, Isabela. Capacitar para incluir: Estado investe na formação de servidores públicos. *Agência Pará*, 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/31592/capacitar-para-incluir-estado-investe-na-formacao-de-servidores-publicos>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RETROSPECTIVA: Maranhão se consagra entre os principais destinos turísticos do Brasil. *Agência de Notícias*, Governo do Maranhão, 2021. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=328470>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SABSAY, Leticia. *Permeable Bodies*. In: BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (Orgs.). *Vulnerability in resistance*. Durham e London: Duke University Press, 2016. p. 278-302.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo social*, v. 5, p. 31-52, 1993.

SANTOS, Geovane Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 8, n. 1, p. 173-187, 2015.

SANTOS, Michele Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 364-372, 2012.

SARAIVA, Evelyn Rúbia de Albuquerque; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. *Psicologia em estudo*, v. 17, p. 205-214, 2012.

SCULLY, Jackie Leach. Disability and vulnerability: on bodies, dependence, and power. In: MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan (Orgs.). *Vulnerability: New essays in ethics and feminist philosophy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014. p. 204-221.

SINGER, Judy. What is neurodiversity?. *Neuro Diversity*, 2019. Disponível em: <https://neurodiversity2.blogspot.com/p/what.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

VIANNA, Antonio João de Oliveira; FERREIRA, André; LIMA, Melina Pompeu de. Lei de acesso à informação nos portais governamentais: uma avaliação nos municípios da região do Médio Paraíba Fluminense. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 3, p. 242-264, 2020.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. *Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 2000. p. 7-72.

CAPÍTULO 4

Apinajé: resistência e existência na Amazônia Legal

ANDRÉ DEMARCHI

THAINARA FERREIRA CAVALCANTE

THIAGO ALLAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

Introdução

Este artigo apresenta um panorama sobre a crítica à ideia de desenvolvimento e as estratégias de resistência do povo Apinajé aos projetos da frente de expansão do século XIX, seguidos pelos projetos desenvolvimentistas e megaempreendimentos a partir do século XX em Tocantins, estado pertencente à Amazônia Legal. O Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição entre o Bioma Cerrado e o Bioma Amazônia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019); e o Bioma Amazônia está presente em cerca de 9% do território, concentrado na microrregião do Bico do Papagaio, extremo norte do estado, onde está localizado o território do povo Apinajé.

Os Apinajé são um dos povos Jê, do tronco linguístico Macro-jê, que durante a frente de expansão colonial do século XIX quase foram extintos por diversas formas de violências, massacres e epidemias. Um povo que (re)existe no território, e seu crescimento populacional coincidiu com a luta pelo reconhecimento da ocupação ancestral de seu território, assim, a (re)existência territorial é uma das bases do modo de vida Apinajé, em que pessoas, grupos e metades se produzem em movi-

mento (RIBEIRO APINAJÉ, 2019). É nesse contexto que também se dá a luta pela proteção do território diante do avanço dos projetos desenvolvimentistas na segunda metade do século XX na Amazônia Legal.

A Amazônia Legal é um conceito político instituído pelo governo Vargas em 1953, através do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sua área corresponde a 59% do território nacional e abrange totalmente os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 2020).

Trata-se de um recorte espacial e administrativo feito sob a perspectiva sociopolítica, que transcende os espaços geográficos e ecossistemas da região Norte do Brasil – abrange os estados do Mato Grosso, Maranhão e os biomas Cerrado e Pantanal – a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de regiões que historicamente compartilham desafios econômicos, políticos e sociais, seguindo os preceitos do pensamento desenvolvimentista com propostas de ocupação por meio de grandes obras estatais.

A ideologia desenvolvimentista surge como programa geopolítico da era pós-colonial na segunda metade do século XX. O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, em 1949, abriu caminho para os ideais desenvolvimentistas como força reguladora das nações, que se manteve inalterado por 40 anos, sendo substituído pelos ideais da globalização com o fim da Guerra Fria (KOTHARI *et al.*, 2021). Para Acosta (2016), os elementos básicos da ideia de desenvolvimento alimentam-se dos valores impostos pela noção de progresso civilizatório defendida pelos europeus a partir do século XVII, extremamente expansionista, influente e destrutiva. O Brasil acompanha e insere esses ideais de progresso e desenvolvimento em sua política e formação cultural desde a invasão europeia, assumindo maior protagonismo após a proclamação da República, deixando explícita sua posição ideológica na própria bandeira, com o lema “Ordem e Progresso”. Nas últimas décadas, o Brasil ocupou a posição “privilegiada” entre os países em desenvolvimento.

Sob a influência renascentista do aperfeiçoamento constante, os ideais do desenvolvimento partem do princípio de que todas as nações precisam avançar tecnológica e economicamente na mesma direção, sendo os líderes das “nações desenvolvidas” os responsáveis por mostrar o caminho para o progresso. Nesse contexto, progresso, evolucionismo e desenvolvimento são faces de uma mesma moeda, na qual as sociedades e nações são concebidas a partir de uma escala evolutiva ascendente e as diferenças culturais são reduzidas a “estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo.” (CASTRO, 2005, p. 13).

Castro (*et al.*, 2018) aponta para uma perspectiva de desenvolvimento em que “há o interesse da reprodução social de um grupo dominante” em detrimento de grupos classificados como não desenvolvidos, pobres e vulneráveis, com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias. Nessa perspectiva, povos e territórios são colocados em posição de *falta*, identificados como obstáculos culturais e ambientais para o desenvolvimento econômico. Ao se posicionarem fora da lógica desenvolvimentista, a importância social, histórica e ambiental dos povos originários não é reconhecida e seus territórios são tachados como terras improdutivas.

Leal (2020) afirma que as escolhas das diferenças que inferiorizam e vulnerabilizam determinados grupos ou territórios não se dão por processos óbvios e naturais, mas ocorrem a partir de estratégias complexas de “saber/poder” que estabelecem estereótipos, fixando as diferenças e reduzindo as identidades. Existe na noção de vulnerabilidade apresentada pelo autor “um campo de tensões que perpassam e articulam necessariamente diferenças, identidades, corpos e situações.” (LEAL, 2020, p. 39). Para o autor, ser vulnerável é uma experiência do viver submetido ao estado de exceção.

Nesse cenário de crescimento econômico, desenvolvimento, capitalismo e vulnerabilidade, a Amazônia Legal aparece como um recorte espacial e administrativo criado para fins de planejamento e intervenção econômica nos parâmetros coloniais do desenvolvimento. As diferenças do território Amazônico e seus povos servem como “ancoragem da vulnerabilidade” (LEAL, 2020), evidenciadas por comparações quantitativas e índices que contribuem para o pleno funcionamento da

engrenagem capitalista, pautada na desigualdade social, no aumento da produtividade e na exploração da natureza como fonte inesgotável de recursos. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2020 – 2023 é um exemplo de como a Amazônia ainda é vista como um território precarizado que necessita do aporte externo para alcançar o pleno desenvolvimento:

Em termos relativos, os estados da Amazônia Legal apresentam baixas densidades demográficas, consequência direta do seu processo de formação histórico econômica, precária infraestrutura, aspectos que colaboram para as grandes distâncias e para a falta de oportunidade endógena. (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 2020, p. 12).

Pensar a Amazônia a partir das fragilidades marcadas pela lógica colonialista é negar a diversidade desse território e dos povos que há séculos resistem para sobreviver. Atualmente são cerca de 430 mil indígenas e aproximadamente 180 povos que resistiram e resistem aos projetos da frente de expansão e ao desenvolvimentismo do Estado e das grandes corporações na região (MILHOMENS; GOHN, 2017). No texto *Amazônia Antropizada*, Viveiros de Castro (2013) aponta que a Amazônia é uma região ocupada há milênios pelos povos indígenas. Estudos arqueológicos e etnológicos confirmam a existência de formações socioculturais milenares na Amazônia que desapareceram a partir de 1600, caso de aldeias com mais de 500 mil m², habitadas por até 5 mil pessoas, comprovando que a Amazônia sempre foi uma região densamente povoada.

Para a elaboração deste artigo utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica a partir de dados secundários de etnografias do povo Apinajé (NIMUENAJÚ, 1983; DAMATTA, 1976; GIRALDIN, 2000; ROCHA, 2001; 2012; ROCHA, 2019), além de estudos e discussões acerca da temática da expansão colonial e desenvolvimentista dos séculos XIX e XX na região da Amazônia Legal (CASTRO, 2005; ACOSTA, 2016; CASTRO *et al.*, 2018; KRENAK, 2020a; 2020b; KOTHARI *et al.*, 2021). Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama histórico das estratégias de sobrevivência e resistência adotadas pelo povo Apinajé e sua relação com os projetos de

expansão colonial e desenvolvimento econômico da Amazônia Legal. Assim, parte-se da construção de argumentos que demonstram a continuidade da política genocida presente nas frentes de expansão colonial do século XIX, nas ações desenvolvimentistas do Estado a partir do século XX, na concepção sociopolítica da Amazônia Legal, para, em seguida, apresentar o povo Apinajé e suas estratégias de resistência e existência.

Amazônia Legal: a reinvenção das frentes de expansão colonial no século XX

A Amazônia Legal é um conceito político instituído pelo governo Vargas em 1953 através do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sua área corresponde a 59% do território nacional e abrange totalmente os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 2020). A concepção desta divisão sociopolítica representa, no Brasil, o processo ocidental de reinvenção do modo de expansão colonial iniciado no século XX, no qual Estado e mercado atuam em conjunto para ocupação e exploração genocida e ecocida em nome do desenvolvimento econômico.

A partir de 1964, os projetos desenvolvimentistas para a região ganharam destaque com a expansão da malha rodoviária e a construção das BRs 230, 163, 153 e 210, além do incentivo para exploração agropecuária, construção de usinas hidroelétricas, linha de comunicação e a Zona Franca de Manaus (OLIVEIRA; PIFFER, 2017).

Nesse período é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com base em um inventário sistemático dos minerais, solos e vegetações, realizado por meio do mapeamento aerofotográfico e análises de campo inéditas, executado pelo projeto Radar da Amazônia (RADAM). Para Maringoni (2016, n.p), o II PND foi a “maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo” com foco na exploração agropecuária e mineral da região.

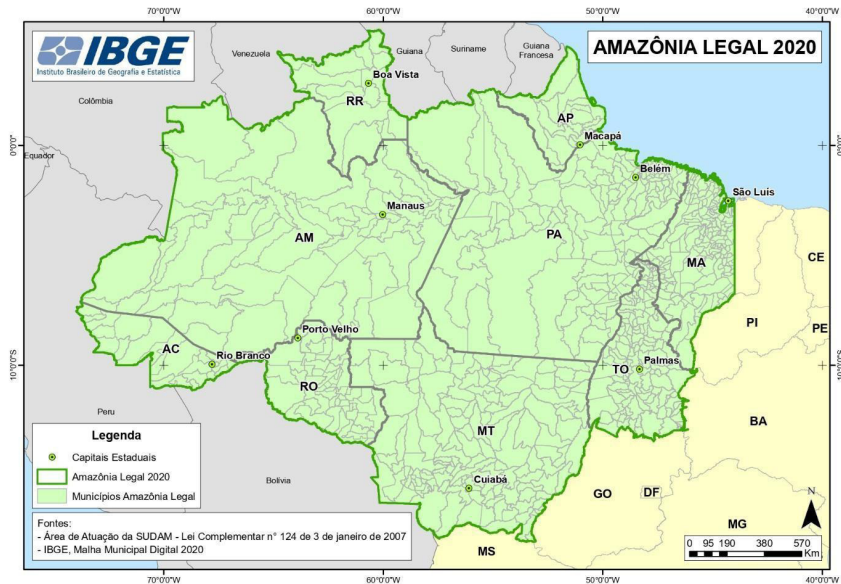


Figura 1: Divisão Geopolítica da Amazônia Legal
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Segundo Oliveira e Piffer (2017), a intensa apropriação da região incentivada pelos programas estatais de desenvolvimento deu origem a áreas intituladas de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs).

Dentre essas, encontra-se a RPA do Cerrado Centro Norte, delimitação que engloba o oeste baiano, sul piauiense e maranhense, além do Tocantins, áreas especializadas na produção mecanizada de grãos, principalmente de milho e soja. (ELIAS, 2015 *apud* OLIVEIRA; PIFFER, 2017, p. 169).

Para Castro *et al.* (2018, p. 34), nesse modelo de desenvolvimento socioeconômico, a Amazônia surge como uma região de fronteira para a produção capitalista, onde os sistemas da economia e do poder-estado são controlados pelas grandes empresas e latifundiários, sendo assim, um pequeno grupo determina as “regras do jogo político, social e econômico” em detrimento dos povos originários da região.

É na Amazônia Legal que está localizada a maioria dos povos e territórios indígenas do Brasil, logo, os principais conflitos socioambien-

tais envolvendo indígenas concentram-se nessa região (MILHOMENS; GOHN, 2017). A expansão desordenada e violenta das fronteiras e a capitalização da Amazônia Legal são marcas das heranças do período colonial.

A implementação da política desenvolvimentista na Amazônia Legal impulsionou a exploração da natureza em grande escala, ocasionado a expropriação e exploração de povos e comunidades tradicionais que têm seus modos de vida atrelados à dinâmica da natureza. Indígenas e quilombolas estão entre as populações mais afetadas pela “exploração, colonização e vulnerabilização do estado capitalista em suas mais diversas faces.” (DEMARCHI, 2020, p. 66). São povos que existem porque resistem e há 522 anos buscam reconhecimento de seus mundos, saberes e estéticas (DEMARCHI, 2020).

Apinajé: resistência e existência

Entre os nove povos indígenas presentes no Tocantins, os Apinajé se consideram uma ramificação dos Timbiras Ocidentais, apesar de se aproximarem mais linguisticamente e culturalmente dos Kayapó Setentrionais (NIMUENDAJÚ, 1983). Para o autor, o nome Apinajé ou Apinayé não se trata de uma autodenominação do grupo, apesar de o nome Apinajé prevalecer entre o próprio grupo e os demais grupos Timbiras Orientais, existem outras denominações como *ôd*, *ôdo*, *ôti*, *hôti* e *ahôtiyê*, derivadas da palavra que significa “canto”.

Essas derivações fazem referência à localização do território tradicional dos Apinajé. Os Apinajé vivem em uma região de transição do Cerrado para a Floresta Amazônica, no “canto” entre os Rios Araguaia e Tocantins. O encontro dos rios e o desenho que se forma no mapa faz alusão a uma cabeça de papagaio que dá origem ao nome da microrregião “Bico do Papagaio” (GIRALDIN, 2000), como pode ser observado na Figura 2:

DaMatta (1976) aponta que entre os povos da família linguística Jê, os Apinajé destacaram-se nos estudos etnográficos e na Antropologia Social por serem um grupo que destoava dos demais por sua organização social complexa. Nos estudos etnográficos os povos Jê eram considerados pouco desenvolvidos quando comparados aos povos que habi-

tavam as áreas de floresta. Nimuendajú (1983) foi o primeiro a descrever a vida ritual elaborada e a complexidade cultural dos povos do Cerrado, questionando essas ideias equivocadas:

Ele demonstrou como aqueles povos concebiam sistemas sociais baseados em princípios dualistas, através dos quais construíam diversos pares de metades, os quais, por sua vez, seccionavam suas sociedades. A quantidade de pares de metades, entretanto, variava segundo os diferentes povos. (GIRALDIN, 2000, p. viii).

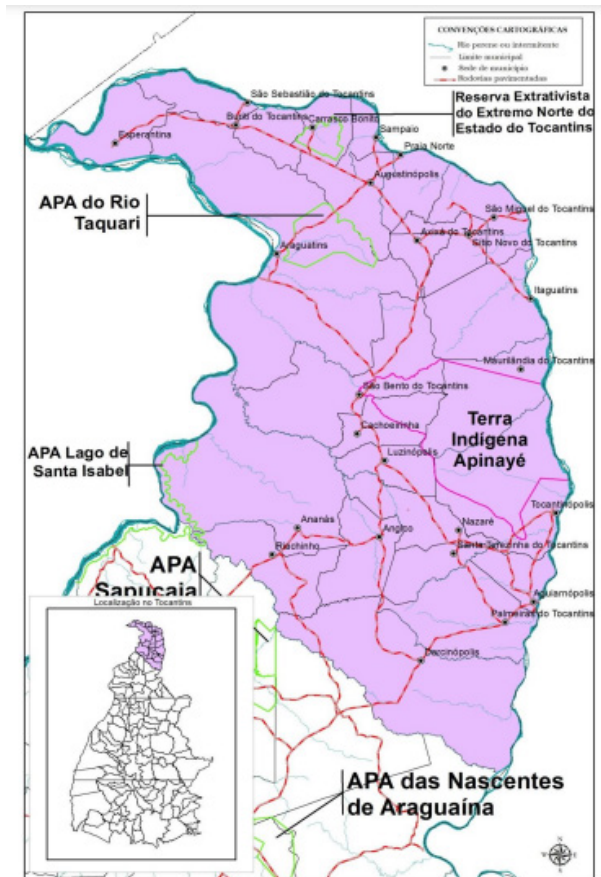


Figura 25. Localização da Microrregião do Bico do Papagaio

Figura 2: Microrregião do Bico do Papagaio
 Fonte: Secretaria de Planejamento e da Modernização da
 Gestão Pública do Estado do Tocantins (2012, p. 17).

De acordo com Nimuendajú (1983), os primeiros registros acerca do território Apinajé ocorreram entre 1633 e 1658 com a chegada de missões dos padres jesuítas Antônio Vieira, Francisco Velloso e Manoel Nunes. No entanto, o primeiro registro de contato com os não indígenas comprovado historicamente ocorreu em 1774 a partir de relatos do Tenente Coronel Antônio Luiz Tavares Lisboa, que na época navegava pelo rio Tocantins e apontou em seus registros um número elevado de indígenas à margem esquerda do rio.

Para DaMatta (1976), é com a ocupação do sertão nordestino e a intensificação da navegação do rio Tocantins que os Apinajé começam a ser integrados à história do Brasil e afetados pelas frentes de expansão colonial. No final do século XVIII, a criação extensiva de gado nos sertões da Bahia, do Piauí e do Maranhão, além do aumento da navegação do rio Tocantins em decorrência do declínio das atividades auríferas, na região Sul de Goiás, favoreceram o surgimento de agrupamentos não indígenas às margens do rio, intensificando o contato e os conflitos com os Apinajé (ROCHA, 2012).

Com o avanço da colonização do território Apinajé, os indígenas empreendiam incursões contra os grupos não indígenas em defesa de seu território. A fim de conter as incursões indígenas, em 1780 e 1791 foram criados os postos militares de Alçoçaba e Arapary, respectivamente. O primeiro foi desativado após ofensivas dos indígenas. Para Nimuendajú (1983), a criação destes postos e a fundação de São João do Araguaia estabeleceram o contato permanente entre os Apinajé e a população não indígena.

Nesse período, os Apinajé adotaram diferentes estratégias de sobrevivência. Num primeiro momento, com a criação dos postos militares, reagiram à invasão de seu território violentamente. No entanto, após o revide tiveram suas aldeias bombardeadas e plantações destruídas. Pressionados pelo avanço da fronteira pastoril, os indígenas migraram para o oeste e se estabeleceram na região da atual cidade de Carolina/MA, fundando o primeiro povoado com população indígena e não indígena do território Apinajé. Após alguns anos de convivência pacífica, em 1823 os indígenas se veem em meio aos conflitos políticos da região e aliam-se a Antônio Moreira, que defendia os interesses do Estado de

Goiás na disputa da região do Bico do Papagaio com o Estado do Pará. Nesse período ainda, os Apinajé integraram, com um contingente de 250 guerreiros, as tropas de José Dias de Mattos na luta pela Independência do Brasil (DAMATTA, 1976).

As alianças com os políticos locais e a participação na luta pela independência podem ser entendidas como importantes estratégias de sobrevivência para os Apinajé. Durante sua pesquisa etnográfica, Rocha (2012) aponta para o não reconhecimento do feriado de 7 de setembro como uma data importante para os Apinajé:

O diretor esclareceu-me que os Apinajé não reconheciam essa data como importante para eles, pois se consideravam à parte do processo de independência do Brasil. Podemos inferir que, para os Apinajé a participação histórica nos movimentos bélicos desse episódio político é visto como algo que diz respeito à conjuntura da época e leva a crer que os Apinajé tenham encarado a participação nos conflitos pela independência como uma oportunidade de realizar alianças políticas que pudessem favorece-los e não como uma iniciativa ideológica. (ROCHA, 2012, p. 55).

A ocupação do território Apinajé e a expansão dos interesses e atividades econômicas no Norte Goiano avançaram lentamente entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, as alianças entre os Apinajé e os políticos locais eram frequentes e esses dois fatores, de certa forma, evitaram a completa extinção. Os dados demográficos apresentados por Nimuendajú (1983) apontam que em pouco mais de um século os Apinajé tiveram sua população reduzida em mais de 97%, passando de 4.200 indígenas em 1824, para 150 em 1928. Além dos conflitos com a população não indígena, a invasão do território Apinajé ocasionou diversas epidemias que contribuíram para a quase extinção desse povo.

Os dados demográficos apontam para o crescimento exponencial da população a partir de 1930. Ao realizar seu estudo etnográfico, DaMatta (1967) registrou a presença de 253 indígenas no território e, em 47 anos, a população cresceu cerca de 90%, atingindo a marca de 2.342 indígenas em 2014 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2022).

O período de crescimento populacional dos Apinajé coincide com o processo de reconhecimento, demarcação e homologação da Terra

Índigena Apinajé, que se inicia em 1926 sob a liderança do cacique José Dias que, juntamente com um grupo de indígenas, viajou até o Rio de Janeiro e solicitou ao então presidente da República, Washington Luís, e ao marechal Rondon, a demarcação de seu território (ROCHA, 2012).

Nimuendajú (1983) relata que em 1932 quase a totalidade do território Apinajé já estava invadido por não indígenas:

Em toda a região acham-se moradores neobrasileiros, se bem que muito espalhados. Alguns se fixaram na vizinhança das aldeias dos índios. Até há uns vinte anos passados, os Apinayé não se lembrariam de ver nisto um perigo para o futuro da tribo. Devido à sua índole afável, tomavam como verdadeiras todas as promessas de solidariedade dos intrusos e quando abriram os olhos já era tarde: excetuadas duas pequenas áreas em torno das aldeias Bacaba e Gato Preto, toda a terra da tribo já tinha seus donos “legais” e também aquele pouco que ainda lhes resta corre o perigo de ser “legalizado” por qualquer fazendeiro suficientemente poderoso e descarado. (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 9).

Apenas em 1940 o Serviço de Proteção ao Índio instala um posto no território para exercer um melhor controle dos invasores e mediar os conflitos entre os Apinajé e os nãp indígenas. Por 35 anos os agentes locais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), da FUNAI, e os indígenas, solicitaram a demarcação do território sem que houvesse qualquer esforço dos órgãos responsáveis. Em 1975 os primeiros Grupos de Trabalho (GT) para delimitação foram instituídos pela FUNAI, e até 1982 vários estudos foram realizados para delimitar a área a ser demarcada. Apesar de os Apinajé almejavem a demarcação, não estavam dispostos a aceitar as delimitações propostas pela FUNAI, que reduziam consideravelmente a área do território original (LADEIRA; AZANHA, 1998).

A construção da Transamazônica em 1970 impactou o processo de demarcação do território Apinajé, tanto pelo aumento das invasões quanto pelo desejo do Governo Federal em priorizar o projeto desenvolvimentista da Transamazônica e reduzir os limites da Terra Indígena tida como empecilho para o crescimento econômico da região. Os políticos e fazendeiros de Tocantinópolis alegavam que uma área de 25.000

ha era suficiente para suprir as necessidades dos indígenas (ROCHA, 2012).

Cabe ressaltar que nos processos de demarcação das Terras Indígenas sempre existiu uma intenção direta em silenciar os povos originários e pautar as suas necessidades a partir do olhar da sociedade de consumo, a partir de uma relação hierárquica baseada no olhar do homem europeu, entre sociedades humanas e natureza, sociedades ocidentais e não ocidentais, ou as estigmatizadas como primitivas.

Diante da morosidade para a demarcação e do claro interesse em reduzir a área da Terra Indígena, os Apinajé se organizaram e decidiram interromper o tráfego da Transamazônica em maio de 1984 para reivindicar a demarcação imediata. Após esse episódio, teve início o que alguns autores chamam de “mutirão guerreiro”, uma organização até então inédita entre os indígenas da região. Em dezembro de 1984, com a morosidade das instituições na demarcação e a intenção de reduzir o território, Maria Barbossa, liderança responsável por fomentar o cenário de efervescência política das mulheres Apinajé, reuniu lideranças e guerreiros Kayapó, Xerente e Krahô, entre eles o conhecido cacique Kayapó Raoni. Cerca de 70 indígenas reivindicaram a demarcação e posicionaram-se contra a redução nos limites da área de 151.000 ha para 85.800 ha, abrindo por conta própria picadas para delimitar os limites da área reivindicada (ROCHA, 2001; ROCHA, 2019).

Em fevereiro de 1985 pouco se avançou no processo demarcatório e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) mostrava-se irredutível na demarcação de apenas 85.800 ha. Maria Barbosa mobilizou novamente outros povos indígenas aos arredores do Território Apinajé e dessa vez com cerca de 200 indígenas bloqueou a BR Transamazônica, reivindicando a demarcação de 148.600 ha.

À medida que os indígenas se organizavam na luta por seus direitos e território, os conflitos intensificaram, uma vez que políticos e fazendeiros da região demonstravam-se contrários e dispostos a impedir a demarcação com violência e ameaças contra os indígenas.

A demarcação do território em 14 de fevereiro de 1985, apesar de um grande passo em direção ao reconhecimento do território tradicionalmente ocupado, não cessou as violações e ameaças sofridas pelos

Apinajé. Parte da área indicada pela FUNAI para demarcação foi retirada da demarcação oficial pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário para beneficiar aliados políticos do então Governador do Estado de Goiás, Iris Rezende (ROCHA, 2001; 2012).

Os Apinajé ainda reivindicaram a área retirada da demarcação e, quase 10 anos depois a FUNAI iniciou um processo de revisão para inclusão das áreas retiradas, designado de “Área Indígena Apinajé II”. No momento, este processo encontra-se paralisado mesmo após a homologação da Terra Indígena Apinajé, em 1997. Para Pacheco Oliveira (1998 *apud* ROCHA, 2012, p. 69):

A territorialização é um ato político que implica em um processo de reorganização social na medida em que permite a um conjunto de indivíduos o acesso a limites geográficos bem determinados, onde passa ser criada a possibilidade de reformulação de uma identidade própria. Reformulação importante enquanto subsidiária dos mecanismos de tomada de decisão, representação e reestruturação de formas culturais (inclusive as que se relacionam com o meio ambiente e com o universo cosmológico).

Nota-se que o processo de territorialização não terminou com a homologação da área, ele persiste não apenas para incorporar as áreas retiradas, mas sobretudo como estratégia fundamental de sobrevivência. Além de toda a problemática envolvendo os processos demarcatórios, os povos indígenas convivem constantemente com a violência e violações causadas pelos projetos de desenvolvimento e megaempreendimentos na Amazônia Legal.

A ideia de busca pelo crescimento econômico nas políticas desenvolvimentistas do Estado para a Amazônia Legal perdurou até a primeira metade do século XX. A partir do século XXI, as políticas de cunho desenvolvimentistas trazem uma multiplicidade no modo de pensar e agir sobre o espaço amazônico que trazem consigo a mercantilização perversa da natureza em termos ambientais e sociais (TELES; MORAIS, 2019).

As ações humanas em busca do desenvolvimento, seja ele qual for, têm causado mudanças geográficas, geológicas, fluviais e hidrológicas em que as consequências ainda não se revelaram completamente.

Os agentes empresariais e governamentais envolvidos na execução desses projetos justificam suas ações argumentando acerca da possibilidade de desenvolvimento econômico, geração de empregos e melhoria na qualidade de vida das populações locais. Desconsideram a extensão dos danos ambientais, sociais e econômicos que tais empreendimentos causam.

Na área de Cerrado da Amazônia Legal, um dos maiores alvos dos projetos desenvolvimentistas é a Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins na microrregião do “Bico do Papagaio”, área que abrange a Terra Indígena Apinajé. Rocha (2012) aponta que os Apinajé enfrentam as ameaças ocasionadas pela construção de hidrelétricas e outros megaempreendimentos na região de seu território. A execução desses projetos nos arredores da Terra Indígena é discutida constantemente dentro e fora das aldeias. A luta pela Terra, enquanto corpo-território, tem se constituído num espaço político de formação de novas lideranças indígenas.

Os movimentos reivindicatórios têm destacado a participação de jovens professores e de lideranças femininas, como também tem consolidado a atuação de agentes não indígenas que convivem com os Apinajé [...] Sendo assim, a participação nos movimentos extra-aldeia entre os Apinajé tem possibilitado o contato e o conhecimento da realidade de outros povos indígenas, bem como, das estratégias de mobilização desses grupos. (ROCHA, 2012, p. 96).

Paralelamente aos impactos negativos ocasionados pelos projetos desenvolvimentistas, os povos indígenas permanecem resistindo, empenhando-se em mostrar que é possível viver como parte da Natureza e fora da lógica de um sistema baseado na acumulação material (ACOSTA, 2016).

No que tange aos megaempreendimentos, os Apinajé marcam sua posição contrária à execução desses projetos com ações que vão desde a luta pela paralisação ou pelo não licenciamento da obra, até iniciativas no tocante ao processo de indenizações compensatórias (ROCHA, 2012). As estratégias de resistência durante o processo de demarcação do território, em especial a realizada sob a liderança de Maria Barbosa, contribuíram para a estruturação de novas estratégias frente às ameaças dos megaempreendimentos e exploração na Amazônia Legal. A proposta

de um modo de vida que “suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo” (KRENAK, 2020a, p. 23), tem motivado os Apinajé a se organizarem formalmente por meio de associações que articulam, mobilizam e lutam pela Terra.

Breves considerações (sobre)vivência

O evolucionismo biológico e cultural esteve associado à ideia de progresso e reafirmou no campo científico a concepção de que a humanidade e sua organização social, política e econômica seguiam um modelo lógico de avanço do simples para o complexo, do primitivo para o civilizado (CASTRO, 2005). Com isso, estabeleceu uma relação de hierarquia pautada pelo olhar do homem europeu entre sociedades humanas e natureza, sociedades ocidentais e não ocidentais, ou selvagens.

No fim do século XX o discurso do desenvolvimento ainda sustentava a promessa magnífica de que no fim, todas as sociedades venceriam o abismo que separa ricos e pobres e partilhariam os frutos da civilização industrial. No século XXI o que restou foi a luta diária pela sobrevivência (KOTHARI, *et al.* 2021). Nos deparamos com a iminência de a Terra não suportar nossa demanda e a concretude de que as ações do ser humano sob ela estão causando o colapso e a insustentabilidade da própria vida humana na Terra (KRENAK, 2020b).

Nesse sentido, progresso, evolucionismo e desenvolvimento são faces de uma mesma moeda, na qual as sociedades e nações são concebidas a partir de uma escala evolutiva ascendente e as diferenças culturais reduzidas a “estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo.” (CASTRO, 2005, p. 13).

O modo de vida ancorado nos ideais desenvolvimentistas tem resultado no aumento das desigualdades, vulnerabilidades, novas formas de privações, genocídio dos povos originários, destruição de ecossistemas e mudanças climáticas. E nos leva a questionar, o que se pretende desenvolver? Para quem? Com que benefício? A que custo? Outro mundo é possível?

Por hora é preciso (re)conhecer que outros modos de vida, até então silenciados, têm nos mostrado uma extraordinária variedade de alternativas a esse regime dominante e suas raízes coloniais, patriarcais e racistas. É preciso pensar que um outro mundo é possível. Um mundo que existe e esteve esquecido “pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade.” (KRENAK, 2020a, p. 21).

Na contramão da visão de mundo do homem como centro de todas as relações, direcionada aos seres humanos com maior poder de consumo e dos grandes centros urbanos, existe e sempre existiu à margem da história a cosmovisão dos povos originários, na qual o ser humano vive em comunidade e harmonia com a Natureza. Nesse sentido, o povo Apinajé tem buscado no conhecimento e experiências ancestrais estratégias de sobrevivência e assim resistem há 522 anos pelo direito de existir. Para Acosta (2016, p. 20), a busca pela sabedoria ancestral não está ligada à “idealização de um melhor sistema de acumulação material”, mas sim, a uma via oposta à lógica desenvolvimentista que transforma tudo e todos em mercadoria.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: CASTRO, Celso. (Org.) *Evolucionismo cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Edna Maria Ramos *et al.* Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Papers do Naea*, Belém, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2018.

DAMATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

DEMARCHI, André. Contranarrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia M. *et al.* (Orgs.) *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

GIRALDIN, Odair. *Axpen Pyrak: história, cosmologia, onomástica e amizade formal Apinaje*. 2000. 296f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série Relatórios Metodológicos. *Biomass e Sistema Costeiro-Marinheiro do Brasil*. v. 45. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101676>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. *Amazônia Legal 2020: Organização Territorial*. 1 carta topográfica, color, PDF. Escala 1:250.000. 2020. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2020/Mapa_da_Amazonia_Legal_2020.pdf Acesso em: 10 dez. 2021

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terra Indígena Apinayé. *Terras Indígenas no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3584>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KOTHARI, Ashish *et al.* *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. *O Amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. *Diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos nas Terras indígenas krahô, krikati e apinajé, situadas na área de influência do corredor de transporte multimodal centro-norte*. Hidrovia Araguaia-Tocantins: Acervo Digital do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 1998. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/documentos/diagnostico-socio-economico-e-avaliacao-de-impactos-nas-terras-indigenas-kraho-krikati-e-apinaje-situadas-na-area-de-influencia-do-corredor-de-transporte-multimodal-centro-norte/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia M. *et al.* (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 31- 48.

MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. *Ipea - Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 13, n. 88, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3297. Acesso em: 20 nov. 2021.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria Glória. Movimentos indígenas e redes de mobilização: o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Brasil. *Eutopia*, n. 12, p. 65-80, dez. 2017.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1983.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda; PIFFER, Moacir. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 19, n. 1, p. 164-178, jan./abr. 2017.

RIBEIRO APINAJÉ, Júlio Kamêr. *Mê ixpapxà mê ixàhpumunh mê ixujahkrexà: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar PANHĨ*. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ROCHA, Raquel Pereira. *A Questão de Gênero na Etnologia Jê a partir de um estudo sobre os Apinajé*. 2001. 140f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2001.

ROCHA, Raquel Pereira. *O “tempo do primeiro” e o “tempo de agora”*: transformação social e etnodesenvolvimento entres os Apinajé/TO. 2012. 327f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2012.

ROCHA, Welitânia. *O Movimento das mulheres indígenas Apinajé: tempo, política e chefia feminina*. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Plano Regional de Desenvolvimento (PRDA): 2020-2023. 1ª ed. amp. – Belém: SUDAM, 2020.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. Diretoria Geral de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). *Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável*. Estudo da Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Tocantins. Vol. I, Palmas: Seplan/DZE, 2012. Disponível em: http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Publicacoes_Tecnicas/Tocantins/TO_Rel_Dinamica_Cob_Uso/Din_Cob_Uso_Tocantins_voll.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

TELES, Elistenia da Fonseca Bezerra; MORAIS, Fernando. Os Grandes Empreendimentos em Áreas Cársticas na Amazônia Legal Brasileira: o caso do Estado do Tocantins. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 13, n. 33,

p. 20-41, set/dez. 2019. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4760>. Acesso em: 27 jan. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Amazônia antropizada. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 6, p. 22-23, 2013. Disponível: <https://piseagrama.org/amazonia-antropizada/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CAPÍTULO 5

Narrativas de professores sobre Tecnologias e Educação na Amazônia: uma perspectiva a partir do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará em Vigia (PA)

ANDRÉ FELIPE DA COSTA CUNHA

DOUGLAS JUNIO FERNANDES ASSUMPÇÃO

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou oficialmente, no dia 11 de março de 2020, o status de pandemia para a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), nomeada como Covid-19 (BRASIL, 2020c). Esta doença que afetou o mundo todo, tem no isolamento social uma das principais estratégias para a sua contenção, que também traz consigo diversas consequências na vida das pessoas no âmbito econômico, de saúde, ambientais, dentre outros (BEZERRA; SILVA; SOARES; SILVA, 2020).

No Pará, o marco legal que formalizou a adoção destas medidas de isolamento social foi o Decreto nº609/2020 de 16 de março de 2020, no qual medidas de regulamentação das atividades laborais foram adotadas e resultaram no fechamento ou restrição de funcionamento de distintos locais de trabalho, com a área da Educação também impactada.

Com a publicação do Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado no dia 28 de abril de 2020, com vista a dar parâmetros às instituições educacionais brasileiras sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não

presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, foram estabelecidas diretrizes para a adoção de soluções metodológicas com vistas a possibilitar a continuidade de suas atividades (BRASIL, 2020a).

Sob esta perspectiva, Couto, Couto e Cruz (2020) retratam que a educação foi atingida, levando professores e alunos em cursos antes presenciais, a atuarem em atividades educacionais em rede e, assim, os profissionais da educação passaram a produzir e distribuir conteúdos, acompanhar, orientar, avaliar e estimular as suas alunas e os seus alunos, buscando uma forma de interação mais atraente através de ambientes virtuais.

No entanto, Cruz (2019) aponta para a questão da inserção de tecnologias digitais no contexto educacional, especificamente na região da Amazônia, destacando a necessidade de formação para os professores e a disponibilização de ferramentas visando a qualidade no ensino.

Sobre a transferência da dimensão presencial das atividades para o universo virtual, Oliveira, Fernandes e Andrade (2020) ressaltam que os professores e estudantes se viram obrigados a realizarem esta migração, transpondo suas metodologias e práticas pedagógicas de um contexto para o outro e, sem nenhum preparo prévio, se viram criando conteúdos para plataformas virtuais, gravando videoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência.

Portanto, este trabalho objetiva analisar as narrativas dos professores da região amazônica sobre os impactos da pandemia da Covid-19, tendo como lócus/origem das narrativas os docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA), Campus Avançado Vigia, acerca das experiências pedagógicas vivenciadas no contexto da pandemia da Covid-19. Para isto, propõe-se a discussão sobre o cenário educacional amazônico, especificando o contexto pandêmico, assim como a relação entre as Tecnologias Educacionais e o trabalho docente na pandemia. A partir dessa base, o intuito é refletir por meio de levantamento bibliográfico sobre as relações entre ensino e pandemia na Amazônia. A proposta metodológica deste artigo está pautada no conhecimento sobre Narrativas (MANASSES, 2021), analisando os relatos de três professores do

IFPA Vigia, que foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, de forma presencial (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Pandemia da Covid-19 e o cenário Educacional Amazônico

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2021a), a região da Amazônia Legal é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios em Rondônia, 22 municípios no Acre, 62 no Amazonas, 15 em Roraima, 144 no Pará, 16 no Amapá, 139 no Tocantins, 141 no Mato Grosso, bem como 181 municípios no Estado do Maranhão situados ao oeste do meridiano 44°, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Este corresponde a cerca de 58,9% do território brasileiro.

O território amazônico apresenta uma realidade complexa desde os primórdios de sua construção, que ocorreu sob a ótica da colonização, com projetos de desenvolvimento (econômico, social, ambiental, dentre outros) que vinham de fora da região (GONÇALVES, 2010). O autor segue ressaltando que esta região que já foi considerada um “vazio demográfico” (pela grande extensão territorial e pequena concentração populacional), apresenta uma complexidade constituída por seus diversos sujeitos com matrizes de racionalidade múltiplas, com características socioculturais, econômicas e ambientais diferentes. Além disso, este território que outrora era isolado em relação ao mundo, mas com o avanço tecnológico pode estar conectado com o mesmo, configura um espaço que apresenta uma multiplicidade de características, fazendo com que não seja possível tratá-lo no singular, mas sim, como “Amazônias”.

Para conhecer o cenário educacional amazônico no período da pandemia recorreu-se, de forma preliminar, a contextualização das questões históricas e estruturais, pois a Amazônia por muito tempo foi pensada “de fora para dentro”, como fora salientado anteriormente por Gonçalves (2010), sem que fossem levadas em consideração as especificidades fisiográficas e socioculturais da região, gerando um extenso histórico de conflitos e injustiças sociais na Amazônia. Essas observações apontam para elementos que contribuíram para as desigualdades cada

vez mais presentes nos centros e centralidades urbanas na Amazônia (MACHADO, 2020).

O cenário da pandemia da Covid-19 acentuou as problemáticas sociais, uma vez que ocasionou não apenas a disseminação de infectados, mortes e medo, mas também modificou as dinâmicas de cidades no mundo todo, provocando mudanças discursivas e a produção e uso de narrativas no plano político, brasileiro e mundial (RODRIGUES, 2020).

No contexto amazônico, Escobar (2020) aponta para as desigualdades no que se refere ao enfrentamento ao coronavírus, mostrando-se evidente nas periferias urbanas, porém, o impacto ainda maior situa-se nas comunidades negras rurais, tendo em vista o ritmo de alastramento e letalidade da doença. De acordo com a autora, outros grupos em situação de vulnerabilidade também são apontados como alvos da doença, como os povos indígenas que, nas regiões do Amazonas e Amapá, conforme dados do relatório da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), publicado em 2020.

Ainda sobre os impactos da pandemia na região amazônica, Silva (2020, p. 73) aponta para a realidade da cidade de Manaus, em que as consequências para a região indicam que as questões sobre o acesso a saúde pública, trabalho e renda são “variáveis que tornam mais drástica, para os mais pobres, vulneráveis, trabalhadores informais e autônomos, a geografia do novo coronavírus na metrópole amazônica, e nos estados da região norte do país.” Destaca-se a situação da cidade de Manaus que sofreu no mês de janeiro de 2021, mais especificamente nos dias 14 e 15 de janeiro (CRISE..., 2021), uma terrível crise de desabastecimento de oxigênio nos hospitais, provocando várias mortes.

Com relação ao aspecto da conectividade e estrutura para o acesso e utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) na região, Fonseca (2012) observa que, historicamente, o norte do país é a região que menos possui cobertura de telecomunicações, isto é, serviços de telefonia fixa, celular, fibra óptica e acesso à internet. Esse fato se interliga ao alto custo tecnológico de investimentos, dentre outros fatores, por conta da questão demográfica. O autor aponta para

estudos de demanda que mostram que o público interessado no acesso à internet na Amazônia vem a ser cada vez maior, buscando de forma gratuita (através de projetos públicos), ou mesmo pela compra de pacotes de dados.

Este cenário de déficit estrutural relacionado à conectividade na região, é apontado por Santos, Neto e Coelho (2021) como um dos principais fatores para a baixa produtividade do ensino na pandemia, tendo em vista a questão do acesso à recursos tecnológicos digitais em algumas regiões (por exemplo, a região da Amazônia), ao acesso menor, por conta da baixa oferta de conexão à internet, ou mesmo à telefonia.

Para exemplificar essa realidade mencionada, Souza, Moreira, Congilio e Barbosa (2021, p. 12) apresentaram dados de um levantamento realizado com estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), localizada na cidade de Marabá (PA). O trabalho demonstra, dentre outras informações, “que menos da metade dos estudantes (40,3%) possuem acesso irrestrito via rede sem fio (Wi-Fi) à internet, via telefone e computador.”

Deste modo, observa-se que parte da população encontra-se à margem do processo de utilização destas ferramentas como apontam Couto, Couto e Cruz (2020, p. 210) para os movimentos em diversos setores das mídias, promovendo maneiras da experimentação de um “isolamento criativo”, por meio das ferramentas digitais, das redes sociais que ofertam conteúdos variados, favorecendo o entretenimento das pessoas. Por outro lado, há uma parte da população que não tem condições materiais para tal, demonstrando que isolamento social criativo é para poucos, e está relacionado à estrutura das moradias, à renda suficiente para ter conexão de internet estável e veloz.

Em outro levantamento realizado por Albuquerque, Bandeira e Gonçalves (2020) em uma instituição educacional da cidade de Belém/PA, destacou-se que as principais dificuldades apontadas por 70% dos estudantes, durante o processo de adaptação de aulas por meio do ensino remoto, estão relacionadas a três categorias: saúde, economia e letramento digital, conforme descrito no Quadro 1.

Categorias	Definição
Saúde	Questões psicológicas e emocionais e os problemas de saúde, devido ao contexto da pandemia.
Economia	Condições socioeconômicas dos estudantes, à falta de recursos financeiros que gera dificuldade de acesso à internet, à plataforma on-line e de tempo para acompanhar as atividades.
Letramento Digital	Domínio das ferramentas on-line, disponibilizadas no uso da plataforma, e a metodologia de ensino proposta pelos professores.

Quadro 1: Principais problemáticas na adaptação de estudantes ao ensino remoto
 Fonte: Adaptado de Albuquerque, Bandeira e Gonçalves (2020, p. 113-117).

Por outro lado, Machado (2020) aponta que o cenário pandêmico pode apresentar ao Brasil e à Amazônia uma nova perspectiva sobre o básico (Saúde, Educação, Moradia), sobre ações verdadeiramente prioritárias, em função da pandemia descortinar os problemas que sempre estiveram presentes, exigindo um maior cuidado e um olhar mais sensível para as especificidades da Amazônia a partir das transformações geradas no pós-pandemia.

Tecnologias Educacionais e o trabalho docente

A denominação de “sociedade da informação” tem sua base no crescimento técnico e científico do século XX, que provocou alterações nos campos econômico e sociocultural, tornando o mundo globalizado, no qual as informações são propagadas em alta velocidade alterando as dinâmicas sociais (CARVALHO, 2021).

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) permitem que o conhecimento seja difundido de forma ampla, seja

no cotidiano das pessoas, seja no âmbito das instituições sociais. O crescimento da computação e o posterior estabelecimento da internet estreitaram as relações sociais, permitindo que pessoas situadas em diferentes localidades se comuniquem de forma síncrona e assíncrona (CARVALHO, 2021).

Dessa forma, o autor supracitado enfatiza que as transformações provocadas pela globalização, além do aspecto comunicacional, também trouxeram um maior grau de competitividade no sistema capitalista, exigindo dos trabalhadores atualização constante para adaptação às demandas do momento, tendo em vista que a tecnologia também se altera de forma constante.

Soares-Leite e Nascimento-Ribeiro (2012) destacam as principais problemáticas enfrentadas para a inclusão e efetiva utilização das TDICs no Brasil, afirmando que os entraves perpassam por fatores, como: a falta de conhecimento e domínio técnico por parte dos professores, as condições de trabalho (estrutura) encontradas na escola, a necessidade da realização de formação continuada, os currículos escolares e as resistências por parte dos mesmos em aderirem aos recursos.

Apesar do cenário brasileiro apresentar fatores limitantes, segundo Moran (2000, p. 51), “hoje o ensino de qualidade passa necessariamente pelo acesso rápido, contínuo e abrangente a todas as tecnologias, principalmente as telemáticas.” Ainda de acordo com o autor, a abrangência tecnológica deve compor um norte para a sociedade, atuando como projeto político à procura de formas de diminuir a distância que separa os que podem e os que não podem pagar pelo acesso à informação.

Entretanto, o autor também chama a atenção para o fato de que as tecnologias não necessariamente são a resolução dos problemas educacionais, pois se há dificuldades no ensino presencial, não é possível resolvê-las somente com o espaço virtual. Neste sentido, é necessário tentar a síntese dos dois modos de comunicação: o presencial e o virtual, valorizando o melhor que cada um proporciona (MORAN, 2000).

A suspensão das aulas presenciais, por todo o mundo, obrigou os professores e estudantes a migrarem para a realidade on-line, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que foi designado por

ensino remoto de emergência. De repente, os docentes se viram transformados em youtubers gravando videoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom, e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom. (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que aparentemente o uso das tecnologias educacionais e o implemento das plataformas digitais, como o Google Meet, não causariam um impacto com relação ao ensino remoto em tempos normais, porém, o contexto da pandemia intensificou o uso e acesso à internet e às plataformas educacionais, causando um colapso na rede mostrando que o Brasil enfrenta uma crise quanto à modalidade de ensino proposto (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 2021).

Metodologia

A proposta metodológica deste trabalho está ancorada na perspectiva sobre narrativas, que são definidas por Manasses (2021) como a arte de contar uma história, descrever/relatar algum acontecimento. Inicialmente pautadas na tradição oral, as narrativas podem ter a função de informar, interpretar e entreter, no decorrer da história já ganharam o contorno da escrita e das imagens (em movimento).

De acordo com Motta (2013, p. 120), “as narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca serem analisadas isoladamente, sob a pena de perderem seu objeto determinante.” As narrativas criam significações sociais, estão associadas a contextos históricos, culturais, sociais, relacionados a crenças, valores, ideologia, política. O autor reforça que a análise se dá através da situação comunicacional, muito mais do que o objeto (texto) em si, buscando os elementos significadores que compõem o contexto.

Para coletar os dados, recorreu-se a entrevistas, que são definidas por Cervo, Bervian e Silva (2007) como uma conversa orientada para um objetivo específico, que é recolher informações que componham os dados de uma pesquisa, por meio de um interrogatório. Segundo o autor, este instrumento é utilizado quando os pesquisadores necessitam de

dados que não estão disponíveis em documentos ou em outros registros, mas que podem ser fornecidos por certas pessoas. Para a realização da entrevista, optou-se pelo roteiro semiestruturado, que segundo Laville e Dionne (1999), permite que o entrevistado formule uma resposta pessoal, oferecendo uma melhor ideia sobre aquilo que pensa realmente. Desta forma, as questões utilizadas foram as seguintes:

1 – Descreva a sua experiência pedagógica no período de aulas remotas e híbridas, apontando os avanços e as dificuldades encontradas.

2 – Quais foram as tecnologias de informação e comunicação que você utilizou? Na sua opinião, qual foi a importância dessas ferramentas para o trabalho pedagógico naquele momento?

3 – A partir do que foi experienciado neste período, você entende que é possível e/ ou necessário utilizar estas ferramentas no trabalho pedagógico a partir do retorno presencial das atividades? Justifique.

A pesquisa ocorreu com três docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Avançado Vigia, através de entrevistas realizadas em dezembro de 2021, de forma presencial. O critério de escolha dos docentes se deu a partir da representação dos três Eixos Tecnológicos trabalhados no âmbito do Campus: Informação e Comunicação; Recursos Naturais; Turismo, Hospitalidade e Lazer, sendo um professor por eixo.

A análise dos dados tem como primeiro procedimento a sistematização das narrativas das entrevistas em um quadro, destacando os principais elementos relevantes para este trabalho. A sistematização proposta tomará como referência três categorias: 1) Os Impactos provocados pelo Ensino Remoto Emergencial; 2) A relação estabelecida pelos docentes com as TDIC's; 3) As contribuições das TDIC's a partir do retorno presencial. Posteriormente, essas categorias serão exploradas de modo a discutir sobre a presença das tecnologias educacionais no contexto do IFPA Vigia, relacionando com o contexto Amazônico, tendo em vista abordagem sobre narrativas dos docentes.

Caracterização do IFPA Vigia e as narrativas dos professores sobre o ensino remoto na pandemia

A cidade de Vigia de Nazaré está localizada na região amazônica, mais especificamente no Estado do Pará, há cerca de 100km da capital Belém e possui cerca de 54.650 habitantes, segundo dados do IBGE (2021b). Na Figura 1, é possível identificar a posição do município de Vigia no mapa do Estado do Pará.



Figura 1: Localização da cidade de Vigia de Nazaré no mapa do Estado do Pará

Fonte: Blog Vigia de Nazaré: Descubra a Pérola do Salgado Paraense (2022).

Tendo como principal atividade econômica a pesca, a cidade de Vigia possui 57 comunidades e uma vila, sendo estas localizadas nas zonas rurais e nas vilas afastadas do centro, concentrando pequenos produtores e pescadores que representam a maioria do percentual das principais atividades econômicas (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) do município (DORES, 2015).

O Campus Avançado Vigia trabalha atualmente com cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, sendo eles Aquicultura, Recursos Pesqueiros, Eventos e Informática. O Campus trabalha também com a Pós-Graduação Lato Sensu, através de um curso intitulado Inovações Curriculares na Educação do Campo (BRASIL, 2020b). Os Institutos Federais foram criados através da Lei Federal 11.892/2008 e tem como uma de suas principais finalidades o disposto no art. 6º:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008, n.p).

É importante ressaltar o fato de que a Educação Profissional é caracterizada pela necessidade de realização de atividades práticas, levando em consideração o fato de serem voltadas para o mundo do trabalho e para a prática profissional.

Diante do cenário da pandemia causada pela Covid-19, o IFPA, assim como a maior parte das instituições educacionais do Brasil, foi levado a adotar a suspensão das atividades presenciais, em linha com a política de isolamento social utilizada para o combate ao vírus. Através da Portaria nº 705/2020/GAB, de 15 de maio de 2020, as atividades presenciais foram suspensas e foi estabelecido que as atividades seriam realizadas de forma remota.

O período de suspensão foi utilizado então para diagnosticar, projetar, planejar e organizar como se dariam as atividades na instituição durante a pandemia, culminando na elaboração, no âmbito do Campus Vigia, do “Plano de Retorno das Atividades Acadêmicas e Administrativas no Campus Avançado Vigia e Proposta de Recomposição do Calendário Acadêmico 2020”. Segundo o documento, este plano:

[...] visa demonstrar os estudos realizados no âmbito da realidade do Campus Avançado Vigia, que subsidiaram as soluções encontradas para a retomada das atividades de forma gradual, a fim de atender todos, primando pela equidade nas ações e atividades que serão realizadas ao longo deste período, em que ainda não se tem experiência segura e comprovada em nenhum lugar do planeta. (BRASIL, 2020b, p. 8).

Dessa forma, o plano especifica como foram realizados os estudos diagnósticos a respeito da realidade experienciada pela comunidade acadêmica diante da pandemia, assim como busca apontar o planejamento acadêmico perpassando pela organização didático-pedagógica dos cursos ofertados pelo Campus em questão, os processos de acom-

panhamento e avaliação, as medidas de biossegurança providenciadas, assim como outras informações.

No sentido do acesso às TDIC's, o Plano afirma que uma parte significativa dos alunos não têm acesso pleno a estes recursos. Para isto, foram realizadas pesquisas institucionais através de Formulários Google Forms¹ para mapear a situação dos alunos e, no Campus Vigia “menos de 100 estudantes responderam ao mesmo. Além desse, outros Formulários Google Forms foram aplicados pelas Coordenações de Cursos” (BRASIL, 2020b, p. 26). O aplicativo WhatsApp também foi utilizado para acompanhar a situação vivenciada pelos estudantes.

Para apresentação das narrativas coletadas e, por questões éticas da pesquisa, optou-se por apresentar apenas o perfil do entrevistado, sem nomeá-lo, conforme descrito no Quadro 2:

DOCENTE	PERFIL
Docente 01	Sexo masculino, docente dos cursos de Aquicultura e Pesca.
Docente 02	Sexo feminino, docente do Curso Técnico em Informática.
Docente 03	Sexo feminino, docente dos cursos Técnicos em Eventos e Hospedagem.

Quadro 2: Perfil dos docentes entrevistados
Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 apresenta os principais elementos das narrativas dos docentes, de acordo com as categorias de análise trabalhadas:

1. O Google Forms, serviço gratuito da empresa Google para criação de formulários online, utilizado no meio acadêmico e escolar e em outros segmentos.

Categorias	Docente 1
1) Os Impactos provocados pelo Ensino Remoto Emergencial	“Tivemos vários avanços, no sentido de avançar mesmo com o conteúdo né, avanços no sentido também de ser enriquecedor de se trabalhar formas metodológicas diferenciadas para cada turma né, então eu falo que é uma turma disciplinada que não foi engessada né, foi uma disciplina que ela foi trabalhada de forma a partir do contexto daquela turma.”
2) A relação estabelecida pelos docentes com as TDIC's	“As dificuldades encontradas, é que os alunos batem naquela tecla na inicial, e não sabem usar. No sentido de não ter tecnologias, de não ter o uso da internet, mesmo de forma homogênea né então isso fez com que esses estudantes acabassem se dissipando, se perdendo em alguns pontos da disciplina em alguns assuntos.”
3) As contribuições das TDIC's a partir do retorno presencial	“Experienciando, acredito que essas ferramentas adaptadas ao ensino elas devem ficar, elas devem ser utilizadas daqui para frente, elas devem ser exploradas ainda mais, não é? Porque às vezes a gente sente a necessidade de ter uma complementação pedagógica. Pode ser utilizada de forma complementar, para aprofundar algum tema, tirar dúvida, não para ministrar aula diretamente, a internet veio pra ficar.”

Categorias	Docente 2
1) Os Impactos provocados pelo Ensino Remoto Emergencial	<p>“Tive que me adaptar às novas tecnologias e base de dados, assim como novas plataformas de conhecimento e transmissão de informação por meios digitais. Tive que reformular minhas aulas e metodologias para atingir os alunos de forma efetiva. Precisei adquirir novos materiais tecnológicos para proporcionar as aulas e transmissão de dados e materiais de estudo. Encaro essas situações como positivas porque me forçou a modificar minhas rotinas e adquirir novos conhecimentos.”</p>
2) A relação estabelecida pelos docentes com as TDIC's	<p>“Alunos não estavam preparados para mudança de formato, levando a um baixo índice de aprendizagem e baixa participação nas aulas e atividades, muitas vezes por não terem equipamento como celular smart ou notebook, acesso à internet, e falta de interesse em estudar não sendo presencial. Muitas vezes quem participava ligava só o celular/notebook e deixava o professor falando, sem interagir na aula.”</p>
3) As contribuições das TDIC's a partir do retorno presencial	<p>“Sim, acredito que com essas novas experiências adquiridas o ensino e ferramentas utilizadas não serão descartados e sim agregarão melhorias ao formato presencial e na preparação de material conteudista das disciplinas, bem como a utilização dos diversos ambientes de aprendizagem”.</p>

Categorias	Docente 3
1) Os Impactos provocados pelo Ensino Remoto Emergencial	“As aulas remotas e híbridas para mim apresentaram mais dificuldades do que avanços, uma vez que grande parte dos discentes tinham pouco recurso tecnológico ou quase nenhum recurso. Dessa forma, percebi que a maior dificuldade foi de repassar o conteúdo com qualidade, visto que as conexões dos alunos ou minha falhavam e prejudicava o andamento das aulas.”
2) A relação estabelecida pelos docentes com as TDIC's	“Utilizei o Google meet e o app WhatsApp para tornar mais dinâmicas as aulas e a interação com os alunos. O último facilitava a nossa comunicação na hora de tirar dúvidas e de outros diálogos.”
3) As contribuições das TDIC's a partir do retorno presencial	“No meu caso, que trabalho em uma instituição do interior do Pará, com alunos de áreas remotas, com pouca ou quase nenhuma conexão, as aulas presenciais são insubstituíveis e torna inviável a utilização de ferramentas utilizadas nas aulas híbridas. Pode existir a melhor tecnologia de comunicação no mundo, se o aluno não tem acesso, não servirá de nada para o desempenho estudantil e o processo de ensino-aprendizagem”

Quadro 3: Principais elementos das narrativas coletadas dos docentes entrevistados
Fonte: Elaborado pelos autores.

Narrar é acionar a memória, é selecionar das memórias narradas episódios julgados mais relevantes do que outros para o propósito pretendido com a narrativa ofertada à fruição, e esse processo de seleção aponta para a impossibilidade de que qualquer acontecimento narrado o seja em sua completude (CARVALHO, 2021). Ribeiro e Vasconcelos (2020) defendem que as narrativas permitem alcançar um sentido aprofundado da experiência.

Sobre o interesse de pesquisadores pela narrativa, um aspecto é compartilhado entre as diferentes abordagens que tomam as narrativas como dado de pesquisa, relacionada a necessidade e importância de se obter diretamente dos sujeitos relatos sobre as experiências que viveram ou vivem para reconstruir trajetórias de vida, obter acesso à interpretação dos próprios sujeitos sobre suas experiências, fornecendo uma maior profundidade nos diversos aspectos das realidades estudadas (SANTOS; VÖLTER; WELLER, 2014).

Neste caso, a partir da narrativa sobre a experiência do uso de TDIC's, vivenciada no contexto pandêmico, o Docente 01 ressalta que houve avanços e pontos positivos, como o desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, o avanço no conteúdo, tendo em vista que este processo ficou interrompido com a suspensão das atividades na instituição em questão. No entanto, observa-se que o mesmo Docente 01 também relata a dificuldade no acompanhamento das atividades por parte dos alunos ao afirmar que o motivo estava relacionado a “não ter o uso da internet mesmo de forma homogênea então isso fez com que esses estudantes acabassem se dissipando, se perdendo em alguns pontos da disciplina em alguns assuntos.” Por um lado, o conteúdo teve continuidade, por outro, parte dos estudantes não participou deste processo que, anteriormente ao contexto vivido pela pandemia, não havia um movimento de busca por diferenciação/variação metodológica.

Do ponto de vista da formação continuada, a afirmação do docente demonstra um aspecto positivo para a sua organização metodológica neste contexto de ensino remoto emergencial, como afirma Moran (2000, p. 29), “avançaremos mais se aprendermos a equilibrar planejamento e criatividade, organização e adaptação a cada situação, a aceitar os imprevistos, a gerenciar o que podemos prever e a incorporar o novo, o inesperado.”

Quando se trata da participação dos alunos no processo educativo, percebe-se uma lacuna provocada, de acordo com a narrativa do Docente 01, pelas dificuldades no acesso aos recursos tecnológicos que permitiam a comunicação no contexto do ensino remoto. Menezes e Francisco (2020) ressaltam que o uso dessas tecnologias precisa de reflexão quanto a sua aplicação pedagógica no cotidiano escolar, pois a

pandemia mostrou que a educação necessita de mudanças e que estas não podem ser atribuídas aos professores como únicos responsáveis, mas sim, necessita-se abrir espaços de discussões aprofundadas sobre formação de professores, as condições estruturais para o uso das TDIC's, dentre outros fatores.

No relato da Docente 02, observa-se a repetição dos termos “tive” e a relação com os termos “precisei” e “me forçou”, que apontam para o fato de que o contexto de aulas remotas tendenciou a um maior aprofundamento sobre ferramentas digitais, recursos de TDIC's, que anteriormente não faziam parte do escopo metodológico destes professores.

Percebe-se também a repetição do mesmo problema relatado pelo Docente 01, que é a falta de estrutura por parte dos alunos para participarem das atividades, afirmando que houve um baixo índice de participação e os alunos que participavam não necessariamente interagiam na aula. Ferreira, Ferraz e Ferraz (2021) abordam que o contexto do trabalho docente na pandemia apresenta-se com a dinâmica de realização de atividades para serem respondidas pelos alunos e corrigidas pelos professores, no formato “*delivery*”, não havendo interação. Essas atividades podem se dar a partir de encontros síncronos com “interação virtual” (em que nem sempre há uma interação real através dos recursos disponíveis), ou mesmo de atividades assíncronas, no formato on-line, a partir de plataformas digitais. De acordo com os autores, a aula, em situações normais de trabalho (presencial), já apresentava fatores que desfavoreciam o processo ensino-aprendizagem (materiais, motivação, etc.), no entanto, na condição pandêmica, o trabalho tornou-se ainda mais difícil.

A Docente 03 ressalta de forma mais veemente os aspectos negativos da experiência, ao destacar que as aulas remotas apresentaram mais dificuldades do que avanços, creditando às dificuldades no acesso dos discentes aos recursos das TDIC's. No trecho “a maior dificuldade foi repassar o conteúdo com qualidade”, a docente demonstra que, no discurso analisado, o ensino remoto provocou uma queda ou até mesmo a perda da qualidade no processo educacional.

O relato dos Docentes 01 e 02 sobre a continuação da utilização das TDIC's no contexto do ensino presencial diferencia-se da narrativa

da Docente 03 sobre a sua experiência no contexto do ensino remoto pois, enquanto os dois primeiros levantam a possibilidade e salientam a importância desta continuidade, a Docente 03 rechaça a possibilidade, observando que na região onde atua é “inviável”.

O aspecto relacionado ao acesso à recursos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação apresenta-se como um dos fatores principais que configuraram a dificuldade de implementação do Ensino Remoto Emergencial. Muitas escolas no Brasil não utilizam as TDIC como ferramentas didáticas, além do fator da qualidade no acesso, tendo em vista a extensão territorial do país e as diferenças socioeconômicas (SANTOS; NETO; COELHO, 2021). Os dados apresentados pelo Campus Vigia já demonstram esta realidade, tendo em vista que menos de 100 estudantes responderam ao questionário que visava mapear o acesso aos recursos digitais (BRASIL, 2020b).

O relato da experiência vivenciada e narrada pela Docente 01 com relação à inviabilidade da utilização das TDIC's na região onde está situado o IFPA Vigia, tendo em vista as condições de acesso dos alunos, aponta para o que Neto (2019) afirma quanto à realidade da tecnologia na região amazônica, pois a estrutura geográfica da região não proporciona meios para que as políticas públicas cheguem, fragilizando o ensino-aprendizagem. Por outro lado, destaca-se a afirmação de Fonseca (2012) sobre os empecilhos colocados pelos responsáveis pela prestação destes serviços que argumentam sobre o alto custo de investimento, embora haja uma grande demanda para a região.

Neste sentido, Moran (2000) salienta a importância das tecnologias na ampliação do conceito de aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, no estabelecimento de novas pontes entre o presencial e o virtual. Todavia, ensinar não depende somente de tecnologias, elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Para o autor, ensinar e aprender são os maiores desafios enfrentados em todas as épocas e, particularmente, agora em que as pessoas estão pressionadas pela transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.

Considerações finais

Este trabalho buscou discutir sobre a relação entre TDIC's e Educação no contexto amazônico, partindo das experiências narradas por docentes do IFPA Campus Avançado Vigia, no contexto do ensino remoto, ocasionado pela pandemia da covid-19. A construção bibliográfica da pesquisa demonstrou o caráter complexo que a discussão sobre Amazônia carrega, tendo em vista a sua extensão demográfica, sua diversidade econômica, sociocultural, dentre outros fatores (GONÇALVES, 2010).

No entanto, nota-se que a questão do acesso a recursos tecnológicos digitais está relacionada com a própria infraestrutura de cobertura de internet que a região possui, que carece de melhorias e avanços, encontrando barreiras no seu desenvolvimento (FONSECA, 2012). Nesse sentido, a realidade provocada pela pandemia, que levou as escolas do mundo todo à necessidade de utilizar ferramentas digitais, trouxe impactos para a educação na região amazônica relacionados principalmente ao acesso precário dos estudantes.

Os dados coletados demonstraram, através das narrativas docentes, que este foi um dos principais fatores que dificultaram o trabalho remoto e que, de acordo com as perspectivas de uma das docentes, torna inviável a permanência da utilização de tais ferramentas virtuais, em função das condições de acesso por parte dos discentes.

Salienta-se, ainda, a questão da vulnerabilidade em que os alunos, não apenas da instituição estudada conforme as narrativas docentes apontam, mas também da região amazônica sofrem. Os autores citados neste trabalho apontaram para um cenário de vulnerabilidade socioeconômica por parte dos alunos não necessariamente provocada pela pandemia, mas que foi trazida à tona e superlativada pela situação de saúde que exigiu o isolamento social como primeira medida de combate, interferindo na continuidade dos estudos pela falta de recursos tecnológicos para acompanhar o ensino remoto emergencial.

Em suma, conclui-se que determinadas partes e grupos sociais da região amazônica foram fortemente afetados pela pandemia da Covid-19 no que tange à educação, expondo as fragilidades e vulnerabilidades da região, seja no sentido econômico (evidenciado pelas escassas possi-

bilidades de acesso a recursos tecnológicos por parte dos estudantes), seja pela infraestrutura de parte da região em relação à cobertura de internet, dentre outros fatores.

Referências

ALBUQUERQUE, Andréa de; GONÇALVES, Tadeu; BANDEIRA, Márcia. A formação inicial de professores: os impactos do ensino remoto em contexto de pandemia na região Amazônica. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 2, p. 102-123, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/639>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; SILVA, Carlos Eduardo Menezes da; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Menezes da. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, Supl.1, p. 2411-2421, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9g4hLHkSSW35gYsSpggz6rn/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 25 de jan 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/005/2020 - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. *Plano de Retorno das Atividades Acadêmicas e Administrativas no Campus Avançado Vigia e Proposta de Recomposição do Calendário Acadêmico 2020*. Vigia- PA: IFPA, 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal Universidade Aberta do SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. Brasil: UNA-SUS, 2020c. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para entender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (Orgs.). *Narrativas e Poéticas Midiáticas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. *Tecnologias Digitais e Educação a Distância*. 2 ed. Mossoró, RN: Edições UERN, 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). *Observatório da Covid-19 nos Quilombos*. Conaq, 2020. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Igrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: Educação na Pandemia da Covid-19. *Interfaces Científicas – Educação*, v 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CRISE do oxigênio: um mês após colapso em hospitais, Manaus ainda depende de doações do insumo. *Portal G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CRUZ, Geanice Raimunda Baia Cruz. Desafios, limites e contradições da inserção das tecnologias digitais no campo educacional na Amazônia-PA. In: PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos; CARMO, Eraldo Souza do. (Orgs.). *Tecnologias Educacionais na Amazônia: tensões, contradições e mediações*. Curitiba: Appris, 2019.

DORES, Liliame Amanda Oliveira das. *Turismo de base comunitária como indutor de desenvolvimento local: um estudo das realidades e potencialidades do Distrito de Porto Salvo, Vigia-PA*. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Pará, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/7626>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ESCOBAR, Ana Lucia. A interiorização da pandemia: potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. *Revista NAU Social*, v.11, n. 20, 2020.

FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Roselane Duarte; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento. Trabalho Docente na Pandemia: discursos de professores sobre o ofício. *Fólio - Revista de Letras*, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9070>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FONSECA, Lucas Milhomens. Ciberativismo Na Amazônia: Os Desafios Da Militância Digital Na Floresta (2012). In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio. (Orgs.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Brasil – Pará -Vigia: Panorama*. IBGE, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vigia/panorama>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

MACHADO, Rodrigo Luciano Macedo. Cenários e Efeitos da Pandemia na Amazônia. Análise de Mapeamento da COVID-19 nos estados do Pará e Amazonas. *Revista Ensaios de Geografia*, Niterói, v. 5, n. 10, jul. 2020.

MANASSES, Miguel Angelo. *Narrativas Contemporâneas*. Curitiba: Intersaberes, 2021.

MENEZES, Suzy Kamylla de Oliveira; FRANCISCO, Deise Juliana. *Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem*. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 28, p. 985-1012, 2020. Disponível em: <http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/v28p985/6749>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologia audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NETO, Francisco Alves da Silva. Tecnologia Educacional: reflexões e desafios. In: PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos; CARMO, Eraldo do. (Orgs.). *Tecnologias Educacionais na Amazônia: tensões, contradições e mediações*. Curitiba: Appris, 2019.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; FERNANDES, Juliana Cristina da Costa; ANDRADE, Elisângela Ladeira de Moura. Educação no contexto da pandemia da Covid-19: adversidades e possibilidades. *Itinerarius Reflectionis*, Dossiê – Educação Brasileira e a EAD no contexto da pandemia de covid-19: perspectivas e desafios, v. 16, n. 1, 2020.

PARÁ. *Decreto nº 609 de 16 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, a pandemia do coronavírus COVID-19. Belém, PA: Governo do Estado, 2020.

Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391233>. Acesso em: 11 jan. 2022

PARÁ. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. GABINETE DA REITORIA. *Portaria nº 705/2020/GAB, de 15 de maio de 2020*. Art. 1º Suspender as atividades acadêmicas presenciais (ensino, pesquisa e extensão), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, por tempo indeterminado. Belém do Pará: IFPA, 2020 Disponível em: <https://ifpa.edu.br/coronavirus/documentos-covid-19/5147-portaria-705-assinada/file> Acesso em: 17 abr. 2023.

RIBEIRO, Edla Freitas; VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. A Entrevista de Narrativa de vida: uma abordagem que revela um gênero. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 9, n. 4, 2020.

RODRIGUES, Jondison. Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus. *Paper do NAEA*, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v29i1.8725>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SANTOS, Juliana Ferreira dos; NETO, Antônio Fernandes Góes; COELHO, Patrícia Farias. Acesso à educação e à tecnologia: desafios em tempos de pandemia. *Educação & Linguagem*, v. 24, jul./dez, 2021.

SANTOS, Hermílio; VÖLTER, Bettina; WELLER, Wivian. Narrativas – Teorias e métodos. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, p. 199-203, jun. 2014.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil. O caso de Manaus, Amazônia. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, v. 55, n. 115, p.61-68, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis20341>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SOARES-LEITE, Werlayne stuart; NASCIMENTO-RIBEIRO, Carlos Augusto do. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. *Revista Internacional de Investigación en Educación*, p. 173-187, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896010.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de; MOREIRA, Edma do Socorro Silva; CONGILIO, Celia Regina; BARBOSA, Cloves. Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões a partir dos estudantes de Ciências Sociais em Marabá-PA. *Ciências Sociais Unisinos* Dossiê: Fronteiras étnicas, biodiversidade, conflitos e resistências na Amazônia, v. 57, n. 1, p. 3-15, jun. 2021.

TEIXEIRA, Daiara Antonia de Oliveira; NASCIMENTO, Francisleile Lima. Ensino Remoto: o uso do Google Meet na Pandemia na Covid-19. *Boca - Boletim de Conjuntura (Boca)*, Boa Vista, v. 7, n. 19, p. 44-61, 2021.

VIGIA DE NAZARÉ: descubra a pérola do salgado paraense. Localização e principais eventos. *Blog Vigia de Nazaré*, 2022. Disponível em: <https://vigiadenazare.wordpress.com/localizacao-e-principais-eventos/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

CAPÍTULO 6

Narrativas docentes da Amazônia Paraense: trabalho remoto em foco

JEFFERSON LUIS DA SILVA CARDOSO

ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH

Introdução

A sociedade contemporânea mundial sofreu um grande baque em seu processo de evolução. Foi experimentado o cenário de isolamentos, protocolos de segurança, hospitais com relatos espantosos, famílias enlutadas, lojas fechadas, desemprego assolando países, pessoas desalojadas, economias em colapso, espaços sociais com entradas restritas, a necessidade de políticas sociais fortes e, em meio a esse cenário, a educação também sofreu os efeitos da pandemia de Covid-19. São diversas as “fotografias” que exemplificam o momento. Assim, ainda é fundamental a atenção à saúde comunitária em escala global, no sentido de conter o vírus e manter a esperança por dias melhores.

No contexto da educação, a vida da escola foi atingida de forma desafiadora. A retirada dos atores sociais que ali viviam em interação física, se viu apartada por conta da não aglomeração - estratégia bastante eficaz para o combate à disseminação do vírus. Assim, um “novo” arranjo precisou ser feito para que o processo de ensino e aprendizagem não se visse tão prejudicado. Na verdade, buscaram-se alternativas que possibilitassem o permanecer aprendendo e ensinando. Desse modo, a tecno-

logia foi acionada e a relação escola-professores-alunos foi dimensionada na tela de um *smartphone*, *tablet*, computador de mesa ou *notebook*, e nas mídias digitais que dão vida ao aparato tecnológico em análise, e que imprimiu, sobre o trabalho do professor, uma reflexão sobre o lugar da tecnologia na formação docente e na prática pedagógica.

O presente estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), e se configura como uma pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de formulário aberto para coleta das informações, segundo Prodanov e Freitas (2013), e análise de narrativas, segundo Motta (2013).

A presente contribuição está dividida em sete seções. Além desta breve introdução, passa-se aos seguintes tópicos: Metodologia; A educação na Amazônia paraense: um cenário em mutação; O trabalho remoto na pandemia: do acontecimento às adaptações sociais; Narrativas docentes: práticas pedagógicas no trabalho remoto; Conclusão; e, por fim, a apresentação das fontes dos autores que serviram de base para a presente discussão na seção de Referências.

Metodologia

A pesquisa em questão parte do seguinte problema: como os professores da educação básica na Amazônia Paraense perceberam o acontecimento do trabalho remoto em sua prática pedagógica? O objetivo geral é analisar as narrativas de professores da educação básica na Amazônia Paraense a partir de suas atividades no trabalho remoto.

A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa na medida em que analisa os significados, motivações, aspirações, atitudes e valores dos sujeitos e que dão vida aos processos sociais (MINAYO, 2014). As interações entre os sujeitos são ricas em detalhes, vivências e experiências que permitem a evolução da sociedade, dessa maneira, dar atenção às diferentes visões e ideias é aproveitar o rico material das histórias de vida imbricadas nas relações de trabalho que as pessoas estabelecem na trajetória da humanidade.

Para construção do *corpus* desta investigação científica foi necessária a pesquisa bibliográfica por meio de estudo de campo com caráter explicativo e aplicação de formulário aberto para coleta das informa-

ções (PRODANOV; FREITAS, 2013) junto aos professores da educação básica que participaram da pesquisa. No sentido de criar um perfil dos investigados, foi elaborado o quadro a seguir:

Participante	Gênero	Idade	Nível de escolaridade	Tempo de atividade docente
Narrador 01	M	25	Especialista	2 anos
Narrador 02	F	38	Mestre	13 anos
Narrador 03	F	42	Especialista	12 anos
Narrador 04	F	26	Graduação	1 ano
Narrador 05	M	30	Mestre	4 anos
Narrador 06	F	45	Mestre	20 anos
Narrador 07	M	32	Especialista	5 anos

Quadro 1: Perfil dos investigados
Fonte: Elaborado pelos autores.

No total, sete profissionais da educação participaram da investigação, de doze contatados para o estudo. Registrou-se certa resistência de professores em participar de pesquisa on-line na pandemia, que alegam, quase sempre, excesso de trabalho, falta de tempo e cansaço ao final do dia. Os partícipes são dos municípios de Belém, Ananindeua e Tomé-Açu, todos no estado do Pará.

No que se refere à análise das informações, foi usado o estudo das narrativas na perspectiva de Motta (2013), que elucida sobre as estratégias de comunicação no sentido de atrair, envolver e convencer os interlocutores na formação de sentidos do que se diz. Ainda segundo o autor, é importante estudar as narrativas pelos seguintes motivos:

1) entender quem somos e nossas autonarrações; 2) entender como pensamos o mundo; 3) compreender porque as vezes tentamos representar fielmente o mundo e outras imaginativamente; 4) entender como representamos o tempo tornando-o um tempo humano; 5) verificar como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos; 6) estudá-las para melhor contá-las. (MOTTA, 2013, p. 27).

Na perspectiva de Carvalho (2012), as narrativas são exatamente aquilo que o tempo lhe permite ser, não importando sua remissão de passado ou o que se projeta para o futuro, ou da intensidade do presente. Narrar seria, então, uma permanente atualização, a capacidade de tornar a atualidade eternizada, já que após acontecer, se perderá na memória. Assim, “a narrativa é significativa, na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15), e que ficam marcados na sociedade pelo ato de registro.

A educação na Amazônia Paraense: um cenário em mutação

Contextualizar o cenário amazônico não é tão fácil, nem tampouco se faz de forma breve, dada a vastidão de ambientes, localidades, fazeres e dizeres sobre o processo de ocupação do território Amazônia no âmbito nacional, e para além de tais fronteiras. Nas linhas escritas por Santos (2017) sobre a ocupação desse espaço, o processo se inicia no século XVI e se acelera entre os séculos XIX e XX, congregando as populações chamadas tradicionais que são indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, caboclos, migrantes nordestinos e outra infinidade de atores sociais.

A atualidade é marcada pelo atravessamento do olhar internacional que busca seus recursos hídricos e naturais de forma intensa e, por vezes, predatória, dado o avanço do capitalismo com a financeirização na região em formato de monopólios corporativos e das grandes empresas transnacionais (MILHOMENS; GOHN, 2018).

O olhar disposto no estudo de Tangerino Neto e Oliveira (2011) recai sobre a diversidade cultural existente na região, já que os costumes, as lendas, as músicas, os saberes imaginários e tantos outros são respeitados pelos educadores como um espaço representado pelo homem que vive e se reconhece nesse modo de vida. Tal diversidade também deve ser levada em consideração pelos projetos que são direcionados à região, pois essa relação “é movida pela compreensão de que há uma profunda inter-relação entre o particular e o geral” (COLARES, 2011, p. 188) como forma de resguardar os saberes acumulados pelos povos da Amazônia.

Num outro prisma, o estudo de Castro *et al.* (2018) demonstra que a fronteira expansionista de projetos “desenvolvimentistas” segue em franca ascensão, evidenciando o caso dos maiores Estados da Região – Amazonas, Pará e Mato Grosso –, sendo o primeiro forte na produção industrial da zona Franca de Manaus; o segundo desponta na questão extrativista e uma agropecuária de baixa produtividade; já o último, possui uma agropecuária de larga escala ligada às *commodities* agrícolas. Confirma-se com isso, que:

A Amazônia apresenta uma estrutura bastante complexa e muito diferente de outras regiões do país, uma vez que existem, em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitual, atividades econômicas de base familiar, cooperadas e solidárias, que envolvem tecnologias simples, e processos de produção capitalistas, em larga escala, caracterizados por médios e grandes empreendimentos que usam sofisticadas e complexas tecnologias, desenhando, assim, uma matriz geográfica conflitual de uso e de significado do território e dos recursos naturais, expressa em lógicas e práticas diferentes e opostas. (CORREA; HAGE, 2011, p. 87).

Nesse parâmetro, as cidades vão tomando conta do espaço e, na medida do possível, urbanizando-se, como o caso das grandes metrópoles: Belém (PA), Manaus (AM) e Cuiabá (MT), que despontam no norte do Brasil e dividem as vastas experiências por aqui existentes, quer dos saberes locais, como o caso das populações tradicionais, quer dos saberes elaborados trazidos pela educação escolarizada que contribui para o progresso da humanidade com o processo de ensino e aprendizagem.

Esses processos acontecem de formas bastante diferentes, uma vez que cada localidade possui a sua história, a forma de lidar com a ocupação do espaço e a própria construção dos grupos sociais que convivem em realidades amazônicas diferentes e se inter-relacionam numa verdadeira simbiose local (SANTOS, 2017). A questão da identidade dos sujeitos enquanto parte do ambiente em que se vive é importante, na medida em que:

Somente passando a ser o sujeito de sua própria história, e não o objeto de uma história definida e escrita pelo estranho à região, é que

o homem da Amazônia poderá reencontrar ou recriar sua identidade perdida, usufruir de uma verdadeira liberdade político-cultural e assim traçar seu próprio destino, para viver como um ser moderno, integrado à natureza e à sua própria cultura, construindo uma história da Amazônia também, ou principalmente, para sua gente. (LOUREIRO, 2002, p. 120).

O autor assegura que quanto mais consciente de seu papel social o ser humano estiver, mais ele contribui para os processos evolutivos de sua comunidade e, desse modo, a educação possui um papel-chave, pois:

[...] é um processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural [...]. Porém, com a “complexificação” da vida social, foram implementadas práticas sistemáticas e intencionais destinadas a cuidar especificamente desse processo, instaurando-se então instituições especializadas encarregadas de atuar de modo formal [...]. Nasceram então as escolas. (SEVERINO, 2006, p. 289).

A escola tem papel primordial neste debate, como ambiente de instrução e formação humana. Segundo Charlot (2001), ensinar necessita das visões internas e externas a esta instituição, já que ensinar é uma ação que acontece fora dos sujeitos, mas que só tem êxito pelo movimento interior que ele faz. O autor chama atenção para a missão da escola como proposta de evolução dos sujeitos, na medida em que traz para o interior das aprendizagens a ação-reflexão, dando sentido ao que se aprende e à prática social.

Nas reflexões de Sampaio (2016), a escola básica tem a missão de atualizar as populações sobre os conhecimentos e saberes para solucionar questões contemporâneas e harmonizar os sujeitos às novas necessidades e aspirações, por meio dos conhecimentos científicos e da experiência aplicada no cotidiano. Elias (2002) alega que quanto mais conhecimentos um indivíduo tem, mais capacidade de inovar socialmente ele terá. O autor acrescenta ainda que as experiências acumuladas pelas sociedades permitem relações mais avançadas e evoluídas, de forma que as gerações posteriores não precisarão passar pelas mesmas experiên-

cias já vividas, tecendo novas estratégias para solucionar problemas já conhecidos.

As relações travadas no ambiente escolar na Amazônia revelam essa diversidade de experiências, pois os alunos são bastante heterogêneos, com práticas culturais diferentes (costumes, crenças, religião, etc.) e que por meio da educação e do professor, podem aprender a conviver com essas diferenças de forma a respeitá-las (MOURA; FERREIRA, 2017), uma vez que a escola “como qualquer outra instituição social, reflete as condições gerais de vida da comunidade em que está inserida.” (ANTUNES, 2003, p. 20). O autor também alerta para que os educadores, em especial, consigam pensar em estratégias de ensino que valorizem as potencialidades de seus alunos no sentido de uma aprendizagem significativa e conectada com sua realidade local.

A educação básica no Pará, que conta com 144 municípios, sendo o segundo Estado da região norte em tamanho com 1,2 milhões de km², e o mais populoso, com 8,6 milhões de habitantes (BRASIL, 2020), apresentou, em 2020, o seguinte cenário relacionado às escolas básicas no território paraense:

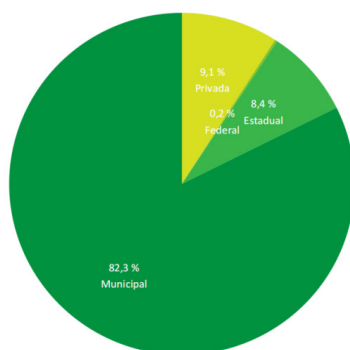


Gráfico 1: Percentual de escolas de educação básica por esfera administrativa
Fonte: INEP/MEC (BRASIL, 2020).

São, ao todo, 10.757 estabelecimentos de ensino de educação básica, sendo a maior parte expressiva ligada à rede municipal com participação de 82,3%, que pode ser justificada como a maior demanda junto à população em idade escolar. Nesse âmbito, registra uma redução no

número de matrículas de 81.287 vagas, apesar do registro oficial de 2,3 milhões de matrículas, como mostra o Gráfico 2, a seguir.

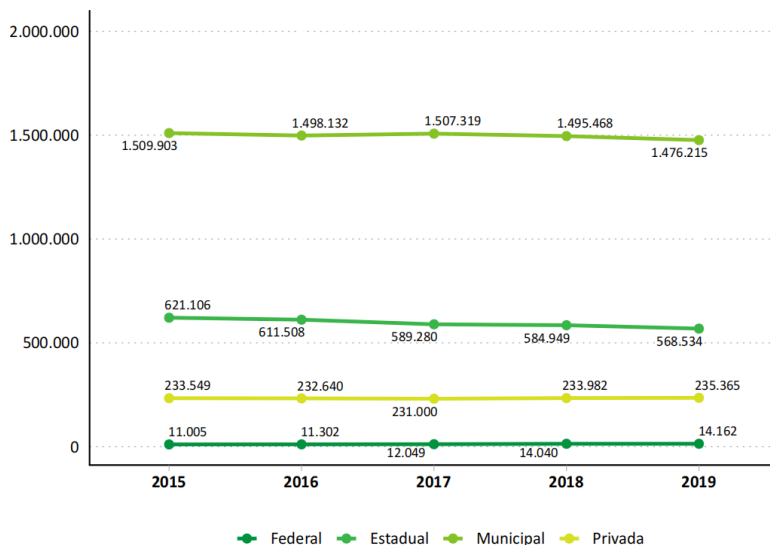


Gráfico 2: Evolução de matrículas entre 2015-2019
Fonte: INEP/MEC (BRASIL, 2020).

Destaca-se a predominância da rede municipal, com 64,3% das matrículas realizadas, responsável pelas etapas elementares da educação – educação infantil e ensino fundamental. Acredita-se que a universalização da educação básica em curso no Brasil tem grande impacto, pois é uma indicação da Constituição Federal de 1988 referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996), a qual afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita na faixa etária dos 4 aos 17 anos, inclusive aos que não a fizeram em idade própria (BRASIL, 1988; 1996).

Foca-se neste estudo no ensino fundamental, haja vista que os professores que contribuíram com suas narrativas fazem parte desse nível de ensino e são da rede municipal. O Gráfico 3 mostra as matrículas em destaque por dependência administrativa e localização da escola. Assim, fez-se uso deste para mostrar a relação Cidade x Campo e que tem um debate muito relevante na região.

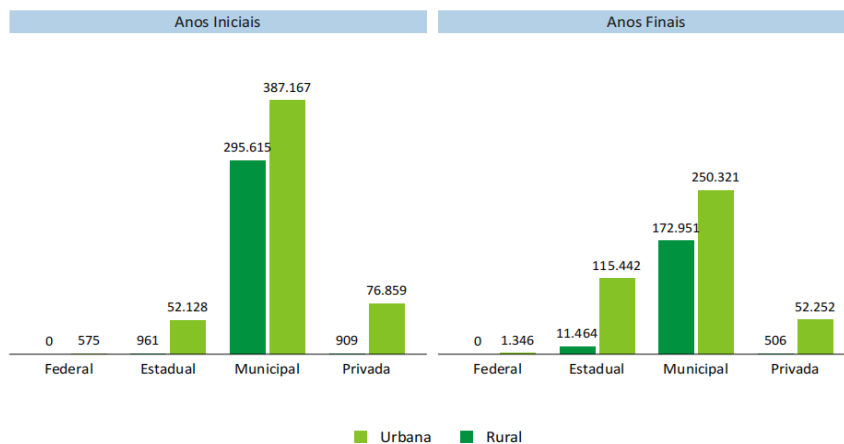


Gráfico 3: Dependência administrativa e localização das escolas
Fonte: INEP/MEC (BRASIL, 2020).

Na análise é importante pontuar que as matrículas na zona rural ainda são expressivas e revelam uma preocupação com os alunos do campo no estado do Pará. Nessa linha de pensamento, os docentes exercem forte influência, na medida em que a formação de professores para o contexto amazônico deve resguardar a diversidade e o rico acervo cultural regional existente, de forma mais contundente na educação do campo e que sejam feitas por meio de um planejamento sólido e políticas educacionais efetivas para a região (VALENTE; COSTA, 2017); pois “educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre eles e elas, pessoas e comunidades possam ser criadas e recriadas.” (BRANDÃO, 2002, p. 26).

Quando é pensado na formação de professores, o ideal, segundo a LDB 9.394/1996, é que sejam formados em nível superior em cursos de licenciatura nas diversas áreas de conhecimento. O Gráfico 4 demonstra o panorama da formação inicial dos professores do ensino fundamental.

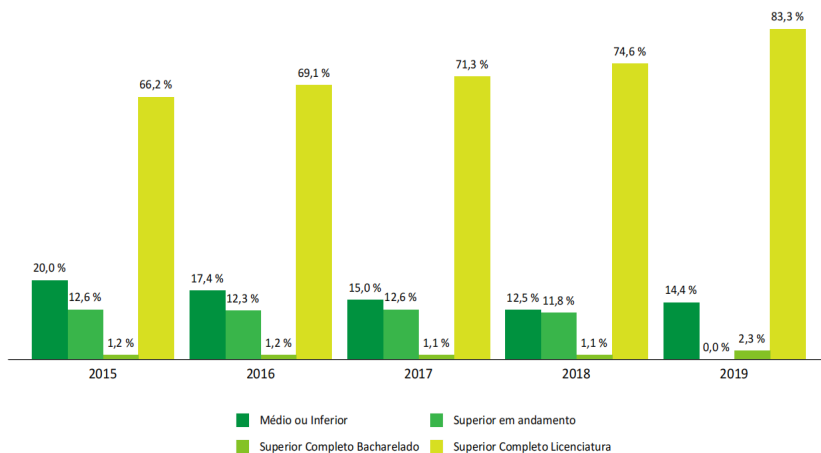


Gráfico 4: Formação inicial dos professores do estado do Pará
Fonte: INEP/MEC (BRASIL, 2020).

É possível perceber pelo gráfico que o quantitativo de professores formados em licenciatura, como apregoa a LDB 9.394/1996, aumentou em torno de 17,07% no intervalo analisado, o que representa um grande ganho para a sala de aula e, conseqüentemente, para a educação básica de modo geral. Um dos responsáveis por esse aumento é o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), um dos projetos mais bem-sucedidos dos últimos tempos, que trata do professorado a nível nacional. Idealizado no ano de 2007 e colocado em ação por meio do Decreto nº. 6.755 a partir de maio de 2009, foi destinado exclusivamente a professores em exercício na educação básica do país que: 1) não tenham formação superior; 2) queiram se graduar na área que atuam; 3) atuem em área distinta da formação inicial; e, 4) sejam graduados, mas não em licenciatura (BRASIL, 2013).

O Parfor, na visão de Bastos (2017, p. 111):

[...] vem com essa responsabilidade de possibilitar a formação aos professores que já estão na sala de aula, mas não tem a formação em nível superior. Acredita-se que, através da formação, os professores devem produzir mudanças qualitativas em suas salas de aula e em sua vida profissional.

A pesquisa de Ferreira, Oliveira e Oliveira (2021) demonstra vivamente que os resultados do Parfor no Pará devem ser percebidos pelos gestores públicos como uma importante ferramenta na formação de professores da educação básica, na medida em que possibilita um novo olhar sobre a classe professoral do Brasil, resguarda a formação adequada e exigida pelas normas educacionais, e garante o acesso, via concurso público, do profissional às salas de aula, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental. Os autores complementam quando afirmam que:

A oferta do programa reavivou interesses e sonhos por parte dos docentes da rede pública. Isso porque, por meio dele, muitos que não nutriam mais possibilidades de ter uma formação em nível superior puderam alcançá-la e isso reacendeu nestes novos horizontes para a permanência no mercado de trabalho. (FERREIRA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 279).

Assim, a educação básica paraense segue na esperança de dias melhores e em busca de uma educação emancipatória que permita o inter-relacionamento dos diversos sujeitos que compõem o cenário social do estado, seja no campo ou na cidade. Na avaliação de Corrêa e Hage (2011, p. 96), é necessário que a educação no Pará possa superar a educação bancária amplamente questionada por pesquisadores progressistas, que afirme seu caráter multicultural ao oportunizar “a convivência e o diálogo entre as diferentes culturas, etnias, raças, gêneros, gerações, territórios, e particular, entre o campo e a cidade”; já que a educação, por meio das escolas, possui a capacidade transformadora da sociedade que tanto se busca (COLARES, 2011).

O trabalho remoto na pandemia: do acontecimento às adaptações sociais

Uma vez reconhecido o contexto pandêmico em que os dados da pesquisa que sustenta este capítulo foram coletados, é importante perceber as ressonâncias que este fato desencadeou junto às diversas instâncias sociais. A educação se vê desafiada pelo “tsunami” da tecnologia e das mídias digitais que invadiu, não só a escola e o fazer docente,

mas transportou para a casa do professor “a sala de aula”. Esse ambiente, cheio de intrigas trazidas pelas interações sociais, agora se vê na tela de um recurso tecnológico como o *notebook*, computador de mesa, *tablet* ou *smartphone*, o último bem mais usual entre os brasileiros.

Essa mudança do ambiente presencial para o virtual se dá no cenário do “teletrabalho” (*home office*, trabalho remoto, trabalho à distância, etc.), como apontam os estudos de Rocha e Amador (2018), executado pelos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e que tem sido o ambiente educacional dos professores pelo mundo, pois “com o enorme desenvolvimento e a popularização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a possibilidade de poder trabalhar em qualquer lugar se tornou uma realidade bastante acessível e, muitas vezes, atrativa” (ROCHA; AMADOR, 2018, p. 253) que, no contexto pandêmico, tomou de vez os domicílios dos professores no Brasil e no resto do mundo.

Nos apontamentos de Rosenfield e Alves (2011), são seis os tipos de teletrabalho: 1) trabalho em domicílio: pode ser visto como *small office/home office* (SOHO), trata-se do trabalho realizado na casa do profissional; 2) trabalho em escritórios-satélite: trabalhos em filiais das empresas centrais; 3) trabalho em telecentros: estabelecimentos próximos aos domicílios dos profissionais com postos de trabalho ao atendimento de clientes remotos; 4) trabalho móvel: fora do domicílio, em viagens, trabalhos de campo ou instalações dos clientes; 5) trabalho em empresas remotas ou *off-shore: call-centers* ou telesserviços; e, por fim, 6) trabalho informal ou teletrabalho misto: arranjos com algumas horas de trabalhos fora da empresa. No Brasil, usa-se o tipo 1, como conceito central.

A partir dessas reflexões, é importante localizar o trabalho remoto como um acontecimento que modificou a prática pedagógica dos professores. Nos estudos de França (2012), acontecimento é o fato e/ou ocorrências que merecem destaque e relevância em vários domínios, conceituando e tratando de maneira singular cada um deles. Assim, é visto como “[...] um conceito muito presente no campo da história; a história do acontecimento constrói suas narrativas a partir de momentos marcantes.” (FRANÇA, 2012, p. 12). Como as atividades executadas no

momento atual de pandemia e que marcam a história da humanidade atrelando todas as atividades laborais à questão das tecnologias da informação e comunicação, às mídias digitais, como elementos que foram decisivos para continuidade da educação básica, fortemente marcada pelo ensino presencial. Assim, a escola, os alunos e os professores:

[...] precisaram se reinventar e repensar o processo de ensino e aprendizagem, que de uma ora para outra, passou a ser realizado de forma não presencial, obrigando professores e alunos a adaptar-se às novas condições impostas, sem o devido planejamento e tão pouco a disponibilidade de formação docente. (VALLE; MARCOM, 2020, p. 140).

No olhar de Thurler (2002), foi necessário que a escola e os professores, de forma mais focal, repensassem seu local de trabalho e também o seu processo de formação para adaptar-se aos diferentes tempos sociais. Perrenoud (2002) corrobora nesse sentido quando adverte sobre a urgência de descrever as condições e limitações do trabalho real do professor executado num dado tempo histórico. Essas premissas demarcam os desafios da pandemia para os professores, pois para Moran, Masetto e Behrens (2000), torna-se fundamental que os docentes busquem sempre melhores condições de execução de seus trabalhos, formas de comunicação, auxílio aos alunos e as diferentes maneiras de ensinar os conteúdos, as atividades e a própria avaliação.

Narrativas docentes: práticas pedagógicas no trabalho remoto

As contribuições que são apresentadas nesta seção detalham parte dos desafios vividos pelos professores (aqui denominados “Narradores”) no bojo do Ensino Remoto que é resultado do trabalho executado na pandemia, pois desde antes, os documentos legais já se requeriam uma:

[...] mediação pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem que ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação, compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, n.p).

É interessante mencionar que até o momento da escrita deste estudo, ainda se vivia o contexto do isolamento e distanciamento social, das práticas de higiene e da campanha de vacinação que foi exigida pela maioria dos governadores e prefeitos como forma de controle e redução dos casos diários registrados pelo sistema de saúde brasileiro, evitando com isso o elevado número de óbitos que se teve no auge da pandemia.

As atividades educacionais aos poucos voltaram às salas de aula com base em todos os protocolos de segurança amplamente divulgados pelos meios de comunicação do país. Assim, os professores trazem em suas falas as marcas de todo esse contexto vivido na educação. O escopo que deu origem aos relatos era único em seu objetivo: registrar os desafios docentes no curso do trabalho remoto. A partir disso, chegou-se aos seguintes cenários:

No meu primeiro semestre de 2021, o impacto foi visível e de grande proporção negativa, visto que algumas habilidades foram prejudicadas, principalmente a leitura, tentamos videoaulas, porém o acesso à internet na minha comunidade é bem difícil nesse contexto amazônico que vivemos, consegui realizar alguns atendimentos presenciais individuais, mas não consegui abranger a todos os alunos. O planejamento segue se adaptando à realidade, os conteúdos já são disponibilizados pela Semed e o professor busca uma maneira mais eficiente de levar até o aluno, a relação professor-aluno também está prejudicada, pois não conheço todos eles, alguns eu nunca vi, mas espero que no próximo semestre esse problema já não exista. No entanto, o ensino remoto é um aprendizado entre ambas as partes alunos/professores/tecnologia. (Narrador 01, 2021).

O relato é enfático sobre a sensação negativa que o ensino remoto trouxe aos professores ao apontar para a dificuldade de se ter uma boa conexão com a internet na comunidade em que vivem. Destaca, ainda, os prejuízos sofridos na relação professor-aluno, em sua percepção, por conta do afastamento da sala de aula. Assim, é interessante a afirmação que aponta que o ensino remoto foi um aprendizado. Para Kirchner (2020, p. 51), “a pandemia trouxe muitos desafios, mas trouxe inúmeras possibilidades de mudanças, podemos dizer que vivemos em um tempo de ousadia. Uma jornada de trabalho intenso [...], muitas dúvidas, ansiedades, preocupações e também de muita entrega”, ou seja, uma cons-

tante avaliação de nossas práticas docentes no sentido de encontrar a melhor forma de atingir os objetivos traçados no âmbito do ensino.

O ensino remoto impactou de muitas formas a educação mundial, no qual as relações entre alunos e professores mudaram do físico para o virtual. Houve uma mudança drástica no ensino e aprendizagem dos alunos, mudou a forma de avaliação dos discentes, novas abordagens de ensino sendo utilizadas nesse momento para que a aprendizagem seja significativa. Sobre os conteúdos de ensino, percebi uma certa flexibilidade na seleção destes e com isso, os alunos no ensino presencial já apresentavam algumas dificuldades de aprendizagem e/ ou de acesso à informação através da Internet, principalmente aqui na amazônia, pelo desenvolvimento lento em termos tecnológicos. Com a pandemia tornou-se um grande desafio para todos. Acredito que com as novas tecnologias em prol do ensino venha somar positivamente para a construção de uma educação básica melhor para todos. (Narrador 02, 2021).

O segundo relato aponta para uma visão em escala mundial sobre a situação vivida. Afirma que foram drásticas as mudanças na educação, o que imprimiu a necessidade de pensar novas formas de ensino no sentido de tornar as aprendizagens mais significativas. Observa as dificuldades de conexão com a internet para obter informações no contexto amazônico, porém crê que as “novas tecnologias” podem contribuir decisivamente para o ensino. Nesse contexto, Santaella (2008) problematiza essa interação com as tecnologias e mídias que agora se fazem mais presentes na prática dos professores. A autora evidencia que a própria evolução social nos conduziu a esse cenário, onde todos podem ser autores e emissores no compartilhamento de ideias e conteúdos, tudo isso por meio da tecnologia e das mídias fortemente presentes em nossa sociedade. Dessa forma:

O ensino remoto trouxe à tona o distanciamento que a escola pública sempre teve com as tecnologias de forma mais acentuada na realidade nos estados da Amazônia brasileira. A falta de recursos dos envolvidos no processo ensino aprendizagem nos fez planejar com mais cuidado e criatividade, principalmente porque nesse modelo de ensino perdemos o contato com os outros que eram fundamentais no diálogo e interação social que são primordiais na aprendizagem. Na ver-

dade, nem todos os alunos têm celular ou internet para realizar suas atividades, então fica difícil avaliar os mesmos. (Narrador 03, 2021).

Na narrativa do professor, pode-se perceber que o foco de sua reflexão recai sobre a realidade da escola pública e a falta de recursos tecnológicos para desenvolver práticas mais atuais, com destaque aos estados da Amazônia. Revelou a necessidade que teve de planejar melhor como os conteúdos seriam trabalhados com destaque à criatividade. Para tanto, perante a sua realidade, enfatizou o fato de os alunos não terem acesso à tecnologia para executar as suas atividades.

As pesquisas na área da educação e tecnologia aplicadas ao ambiente escolar podem ampliar o acesso à informação, aproximar as limitações de espaço-tempo e agilizar as comunicações entre escola, professores e alunos (SANTOS, 2019), de maneira que deveriam fazer parte de uma política nacional de educação no sentido de equipar (com tecnologias e mídias) as escolas, seus professores e os alunos.

Diante da realidade em que vivemos em nossa escola: maioria dos alunos de zona rural aqui na Amazônia paraense é sem acesso à internet, ficou complicado desenvolver atividades. O material mais acessível a todos foi o impresso, em que os pais ou responsáveis iam buscar na escola. A minha prática docente ficou resumida apenas ao material impresso. As dúvidas que surgiam, por parte dos discentes, eram sanadas via *WhatsApp*. (Narrador 04, 2021).

A análise do professor é assertiva sobre a educação do campo na Amazônia Paraense, onde os alunos, em sua maioria, não têm acesso à internet. Nesse caso, a saída foi o material impresso e os vários planejamentos para sua entrega e o processo de retorno para correções e *feedback*, que aconteceu via mídia digital do *WhatsApp*. O referido docente registra com tom de pesar que sua prática docente se viu resumida a materiais impressos. Nos estudos de Oliveira *et al.* (2020), a metodologia utilizada pelas escolas, secretarias estaduais e municipais de educação aos alunos que não possuem conectividade, foi a entrega de material impresso. No entanto, é importante refletir que “a maneira pela qual a informação é adquirida, a forma de lidarmos com ela, sua manipulação e processo de ressignificação foram drasticamente alterados e

a escola precisa se adequar aos novos contextos sociais que emergem.” (GUALDA, 2019, p. 110).

Desse modo, houve a necessidade de perceber que:

O maior impacto é na avaliação, tendo em vista que os alunos resolvem as atividades em casa, por meio de material impresso. Muitas vezes os mesmos não participam das aulas *on-line*, até pela falta de internet em algumas áreas com conexão precária, e ainda tem o fator da conexão com bastante interrupção aqui na Amazônia paraense, desse modo, a avaliação fica comprometida, pois, na maioria das vezes, não sabemos se foi o próprio aluno que respondeu a atividade. O que mais me incomoda no ensino remoto é o distanciamento do aluno e professor. (Narrador 05, 2021).

O docente já inicia a sua fala sobre a questão da avaliação prejudicada pela falta de acesso à internet, ou quando tem, a conexão é precária e com interrupções, um cenário que diz ser da Amazônia Paraense. Mas, na concepção do narrador, o aspecto de impacto consideravelmente negativo foi o distanciamento aluno-professor, que em verdade impacta todo trabalho docente e necessita da atenção devida pelos gestores educacionais. Para Rigoletti e Deliberato (2020), há necessidade de compreender que a mediação pedagógica do professor em ambiente escolar oportuniza vivências ao aluno que são relações favoráveis às evoluções cognitiva, comunicativa e afetiva, que são as pontes necessárias para o conhecimento acadêmico do alunado, pois:

O ensino a distância tem trazido vários impactos na prática docente, uma vez que foi necessária uma reorganização no trabalho, desde a seleção de conteúdos e materiais didáticos mais autoexplicativos focando naquilo que é imprescindível na aprendizagem do aluno, ao uso das ferramentas digitais para as aulas *on-line*. Quanto à relação professor-aluno, gostaríamos de um maior alcance, pois nem todos podem realizar essa troca, por não possuírem internet em casa, celular, computador. O ensino remoto é um grande desafio para a docência no contexto da Amazônia paraense com conexão inconstante da internet, porém é a única alternativa para minimizar os impactos causados pela pandemia na educação. (Narrador 06, 2021).

A resposta do entrevistado já inicia atrelando o trabalho remoto ao ensino a distância por conta da mediação tecnológica com uso das

mídias digitais entre professores e alunos para que os conteúdos possam ser repassados. Porém, isso se configura num grande desafio para a docência na educação básica do estado do Pará. Finaliza sua contribuição afirmando que esta foi a única saída para amenizar os impactos da pandemia na educação. Nessa perspectiva, Libâneo (2014) afirma que o professor necessita de uma cultura geral mais ampliada, no sentido de aprender a aprender, investir em formação que lhe permita criar competências e habilidades mais refinadas para o agir em sala de aula, que inclui o domínio de linguagens informacionais, saber usar os meios de comunicação, bem como manusear mídias e multimídias. Desse modo:

O ensino remoto, no início, foi impactante tanto para minha prática docente, quanto para os alunos, pois ninguém estava preparado para essa nova estratégia de ensino. Foi necessário estudar novas metodologias para que os alunos desenvolvessem seu aprendizado com eficácia. Porém, tanto eu como educadora e os alunos com seus respectivos responsáveis, ainda encontramos barreiras com relação ao ensino remoto, na realidade amazônica é mais complicado por conta da tecnologia que não chega a todos e quando chega, tem uma instabilidade considerável, o que dificultou o ensino remoto baseado na internet. (Narrador 07, 2021).

A última contribuição revela a surpresa em ter que trabalhar de maneira remota. Avalia que foi necessário estudar novos contextos e metodologias para que os alunos de fato aprendessem nesse momento. Assim como todos os demais narradores, enfatiza a questão das dificuldades sofridas em termos tecnológicos e de acesso à internet na realidade amazônica, e que esse fato dificultou, em parte, o ensino remoto. Segundo Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual (BRASIL, 2020), a situação tecnológica de acesso à internet nas escolas municipais no Pará não é tão animadora. Na avaliação realizada, apenas 30,5% delas têm acesso à internet, sendo 6,1% para os alunos e 6,4% para o ensino e aprendizagem; já com relação aos recursos tecnológicos, como computador de mesa, portátil ou *tablet*, somados chegam a pouco mais de 20%, o que demonstra uma fragilidade considerável em termos de acesso à tecnologia e suas mídias na educação básica. Desse modo, se mostra um cenário que exige mudanças.

Por fim, o estudo revelou que todos os dias, desde o surgimento do ensino remoto, há dificuldade de relacionar os saberes, conhecimentos e experiências à “nova” realidade educacional. Arelado a isto, vem a necessidade de ampliar os investimentos em políticas públicas que, de fato, auxiliem escolas, professores e alunos para o convívio com as tecnologias e mídias digitais.

Conclusões

Os resultados apontam para a ideia de que a tecnologia e a conexão com a internet são de baixa qualidade na Amazônia Paraense. A pandemia exigiu “novos” cenários no processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto. Apesar de as mídias digitais serem usadas com mais frequência, os materiais impressos tiveram grande peso e, assim, a pandemia é desafiadora para os professores, que precisam refletir sobre sua prática pedagógica.

O estudo demonstra, a partir das narrativas docentes, a necessidade que a educação na Amazônia Paraense tem com relação às políticas públicas que tragam investimentos em todos os sentidos, efetivamente àquelas que busquem equipar as escolas com a estrutura tecnológica e formação de todos os envolvidos para uso de mídias digitais. A pandemia direciona à escola, e os professores e os alunos a uma realidade com foco nas relações informacionais, no sentido de amparar todos os seus partícipes sobre as formas de ensinar e aprender em diferentes contextos.

Este estudo aponta pontos fortes na fala dos professores: a) é unânime a ideia de que a tecnologia e a conexão com a internet são de baixa qualidade na Amazônia Paraense; b) a pandemia exigiu “novos” cenários no processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto; c) apesar de as mídias digitais serem utilizadas com mais frequência, os materiais impressos tiveram grande peso; e d) a pandemia desafia os professores a refletirem sobre sua prática pedagógica. Em última análise, é reforçada a urgência de pensar na formação de professores para o contexto da pandemia, na medida em que as marcas deixadas perpassam por diversas dificuldades, como a falta de investimentos tecnológicos nas escolas da Amazônia Paraense, baixa conectividade dos alunos e a necessidade de pensar articulações para que os discentes possam ter uma aprendizagem

significativa em qualquer contexto. Cenário que demanda o direito de acesso e permanência à educação pública de qualidade e democrática que se almeja para o Brasil.

Referências

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BASTOS, Jaqueline Mendes. *Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-Parfor: concepções, diretrizes e princípios formativos*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=III%20%2D%20erradicar%20a%20pobreza%20e,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 8 jan. 2022.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB*. Relatório de Gestão do Parfor 2009-2013. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1892014-relatorio-parfor-pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o Artigo 80 da Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 7 jan. 2022.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 jan. 2022.

BRASIL. *Resumo Técnico do Estado do Pará - Censo da Educação Básica 2019*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *Matrizes*, v. 6, p. 169-188, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos *et al.* Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Paper do NAEA*, v. 27, n. 1, 2018.

CHARLOT, Bernard. A noção da relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In: CHARLOT, Bernard. (Org.). *Os jovens e o saber*. Perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLARES, Anselmo Alencar. História da Educação na Amazônia: questões de natureza teórico-metodológicas: críticas e proposições. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 11, n. 43e, p. 187-202, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639960>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio. Muffarej. Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 14, n. 18, p. 79-105, jan./jun. 2011.

ELIAS, Norbert. *Teoria Simbólica*. Oeiras, Portugal: Celta, 2002.

FERREIRA, Aline da Silva; OLIVEIRA, Iamila Brito de; OLIVEIRA, Liliani Aquino. Parfor na Amazônia Paraense: contribuições para a qualidade da educação do município de Óbidos-PA. *Revista Teias*, v. 22, n. 65, abr./jun. 2021.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galaxia*, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GUALDA, Linda Catarina. Educador 4.0: impactos da revolução tecnológica na prática docente. *Revista de Humanidades Tecnologia e Cultura*, Faculdade de Tecnologia de Bauru, v. 9, n. 1. dez. 2019.

KIRCHNER, Elenice Ana. Vivenciando os desafios da educação em tempos de pandemia. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jerneton Arlan; MAYER, Leandro. (Org.). *Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, Vera Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade. *Cadernos CERU*, série 2, v. 29, n. 2, dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10 ed. São. Paulo: Hucitec, 2014.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarcisio; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOURA, Fádía Lorena de Souza; FERREIRA, Ediene Pena. Educação e Diversidade: repensando o ensino de língua portuguesa no contexto amazônico. In: COLARES, Maria Lilia Imbiriba Souza; PEREZ, José Roberto Ruz; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. *Educação e realidade amazônica*. v. 2. Uberlândia: Navegando publicações, 2017.

OLIVEIRA, Vanuza Cecília de et al. De repente 4.0: mudanças de paradigma educacional em tempo de pandemia. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jerneton Arlan; MAYER, Leandro. (Orgs.). *Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

PERRENOUD, Philippe. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RIGOLETTI, Vanessa Calciolari; DELIBERATO, Débora. Mediações pedagógicas com alunos com deficiência e necessidade complexa de comunicação: percepção dos professores. *Revista Educação Especial*, v. 33, e13, 1-25, 2020.

ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. *Caderno EBAP.EBR*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 1, jan./mar. 2018.

ROSENFELD, Cinara Lerrer; ALVES, Daniela Alves de. Teletrabalho. In: CATTANI, Antônio Davi; HOLZMANN, Lorena. (Orgs.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 414-418.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. Práticas, saberes e conhecimento - escola e currículo. In: MARIN, Alda Junqueira; GIOVANNI, Lucian Maria. *Práticas e saberes docentes: os anos iniciais em foco*. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2016.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura de massa às interfaces na era digital. *Revista Faced*, Salvador, n.14, p.105-118, jul./dez. 2008.

SANTOS, Ivone. *Uso das novas tecnologias da informação e comunicação como ferramenta no processo de ensino aprendizagem nas escolas da sede do município de Serra do Ramalho - BA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Assunção, 2019.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes. *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

TANGERINO NETO, Dorival Pereira.; OLIVEIRA, Rosinele. Saberes culturais e educação na Amazônia. *In: XVII FÓRUM DE LETRAS DA AMAZÔNIA*, 17., 2011, Belém, PA, *Anais [...]*. Belém: Unama, 2011.

THURLER, Mônica Gather. Da avaliação dos professores à avaliação dos estabelecimentos escolares. *In: PERRENOUD, Philippe. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VALENTE, Rosiane de Sousa; COSTA, Sinara Almeida da. Formação de professores de Educação Infantil no Pará: apontamentos preliminares. *In: COLARES, Anselmo Alencar et al. Educação e realidade amazônica*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lúcia Rizi. Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. *In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jerneton Arlan; MAYER, Leandro. (Orgs.). Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

II

Práticas de linguagens e
manifestações culturais

CAPÍTULO 7

A difícil visibilidade dos feminicídios em narrativas jornalísticas na Amazônia Legal durante a pandemia da COVID-19

LUANA FERNANDA ROSA MARTINS

CYNTHIA MARA MIRANDA

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as narrativas jornalísticas sobre feminicídio que ocorreram no território amazônico no segundo semestre de 2021, período em que a pandemia da COVID-19 intensificou e deu visibilidade às desigualdades sociais e de gênero na Amazônia. Em razão da ampla dimensão social do feminicídio, considerado o ápice de todas as violências contra as mulheres, levanta-se a indagação quanto à forma como as narrativas jornalísticas sobre esses crimes foram construídas na região em um período em que o mundo vivenciava os impactos de uma pandemia.

A violência contra as mulheres assume muitas formas que vão além da violência física, como a violência simbólica, psicológica e patrimonial. No Brasil, desde 2006 as vítimas de violência doméstica e familiar são amparadas pela Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que configura a violência contra as mulheres como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” (BRASIL, 2006, n.p). A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e

familiar contra as mulheres, tendo em vista o que a legislação caracteriza como “doméstica e familiar”:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006, n.p).

No que se refere ao feminicídio, o crime do assassinato de mulheres em razão do seu gênero entrou no código penal brasileiro em 2015. Após a publicação da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), o crime de feminicídio ficou entendido como “homicídio qualificado de mulheres em razão do gênero e foi incluído no rol de crimes hediondos. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.” (MIRANDA, 2021, p. 14).

Em 1976, Diana Russel usou pela primeira vez o termo feminicídio, em Bruxelas, capital da Bélgica, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres no âmbito da criminalização dos assassinatos de mulheres em razão do seu gênero (RADFORD; RUSSEL, 1992). No contexto da América Latina, o conceito foi reapropriado por Lagarde (2005) que, em concordância com Russel, usou o termo feminicídio como uma forma de narrar os assassinatos impiedosos às mulheres seguidos da exposição de seus corpos pelas ruas de Ciudad Juárez no México (MIRANDA, 2021).

A violência contra as mulheres e o feminicídio são cada vez mais pautados por diferentes veículos de comunicação e geralmente os casos mais graves são os que ganham mais repercussão e estão mais suscetíveis a tornar-se notícia. Pensar o exercício do jornalismo na perspectiva da responsabilidade social remete ao compromisso de tratar e problematizar as grandes questões sociais do país. Nesse sentido, a violência contra as mulheres e o feminicídio ocupam amplo espaço entre as mazelas sociais brasileiras. Para Santos (2019):

Os veículos de comunicação são considerados mecanismos formadores de opinião. O combate ao feminicídio é um esforço que tem relação direta com a necessidade de uma mudança cultural e estrutural do comportamento social para mitigação desse tipo de crime. Esse esforço que deveria ser adotado pelas distintas esferas da sociedade, tem na imprensa um espaço importante para sensibilização sobre o referido problema social. (SANTOS, 2019, p. 9).

Nesta direção, o presente texto promove reflexões sobre as narrativas jornalísticas do feminicídio na Amazônia Legal durante a pandemia da COVID-19 em portais de notícia de referência na região. Para desenvolver a proposta procede-se ao embasamento conceitual da narrativa da violência contra as mulheres (LAGARDE, 2005; MIRANDA; NOGUEIRA, 2018; CARVALHO, 2020), e na sequência será apresentada a análise das notícias sobre o crime do feminicídio utilizando como metodologia a análise de conteúdo.

Aspectos conceituais da violência contra as mulheres e das narrativas jornalísticas sobre feminicídio

A violência contra as mulheres – grave problema social no país – deveria ser amplamente pautada na mídia para que houvesse um esclarecimento da população sobre o tema. Nesse sentido, não se trata do mero noticiar feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres, mas de efetivamente situar tais agressões e violações a partir das perspectivas das violências motivadas por relações de gênero, raça e classe. Durante a pandemia da Covid-19, essa violência esteve mais evidente ainda nos lares brasileiros, já que com as medidas de isolamento social as mulheres tiveram que passar mais tempo em suas casas, convivendo com seus agressores. Isso revela uma contradição, já que o espaço doméstico, que deveria ser o mais seguro para as mulheres, com a pandemia, tornou-se ainda mais nocivo.

Dados do Instituto de Pesquisa DataSenado (2021), em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, apontaram em dezembro de 2021 que 86% das mulheres brasileiras notaram aumento na violência cometida pelo sexo masculino. Dito isso, e levando em consideração esses altos índices de violência contra as mulheres na Amazônia, o

assunto deveria ganhar mais destaque nos meios de comunicação, como forma de conscientizar a respeito do crime e alertar as vítimas sobre as características para identificar quando elas estão sendo violentadas pelos seus companheiros. O mesmo pensamento foi compartilhado por Miranda e Nogueira (2018):

Ao considerar os altos índices de violência contra a mulher que o Brasil possui e a forma como afeta à sociedade, estima-se que esta seja uma pauta que os meios de comunicação se interessem, devido ao seu valor-notícia, o qual se constitui a partir de conceitos subjetivos por meio dos quais os editores avaliam o que será ou não veiculado naquele meio de comunicação. (MIRANDA; NOGUEIRA, 2018, p. 165-166).

Um dado que pode ser observado nas notícias sobre feminicídio é que muitas delas revelam uma história apelativa para chamar a atenção do público mais pela barbaridade do assassinato e curiosidade do receptor, do que de fato pelo problema em si: a violência contra as mulheres no mais elevado grau, ou seja, a morte da mesma apenas pelo fato de ser mulher e se encontrar em condições vulneráveis ao agressor e à sociedade como um todo.

Quanto mais “espaço” um determinado assunto ocupa nos meios de comunicação, mais propenso fica a ocupar as discussões do imaginário social, com a possibilidade inclusive de chegar ao poder público e, potencialmente, chamar a atenção das autoridades para a necessidade de políticas públicas que possam resolver determinados problemas sociais, como é o caso da ocorrência dos feminicídios no país.

Ser mulher em um contexto pandêmico e amazônico foi um desafio que assolou e ainda assola inúmeras vítimas de violência. Diante da crise mundial de saúde, muitas vivenciaram, ainda mais de perto, as agressões no lar, sofridas especialmente pelos companheiros ou ex-companheiros. Um olhar direcionado às vítimas que residem na região amazônica do país, mulheres que estão mais vulneráveis à violência por residir em locais esquecidos pela gestão pública e, conseqüentemente, pelos interesses das empresas jornalísticas. Carvalho (2020) destaca sobre a forma que a mídia expõe e conta essas histórias:

A exemplo de narrativas que acabam levando ao apagamento narrativo de vítimas e tantas outras estratégias midiáticas que amplificam preconceitos, práticas de ódio e variadas modalidades de violências físicas e simbólicas contra pessoas ou coletividades. Interessa em particular refletir sobre as mídias jornalísticas como promotoras de violências - talvez mais especificamente as simbólicas - tomando como referência múltiplas facetas das relações de gênero, e mais amplamente, a realidade da Amazônia Legal. (CARVALHO, 2020, p. 111).

As narrativas são importantes nas diversas formas contadas porque o narrador, em particular os jornalistas, não estão falando de si, mas se apropriando de outras histórias que serão levadas ao público. Por essa prerrogativa, é importante ter sensibilidade com a notícia contada, mas, sobretudo, na visão de Carvalho (2020), é irresponsável e “imprudente” que o autor se coloque na narrativa considerando “os acontecimentos segundo lógicas de supostas” questões da história, mas que, todavia, dizem mais respeito à consciência individual do jornalista sobre o fato.

Ademais, como não somos os únicos responsáveis pelas narrativas sobre nós mesmos, tampouco controlamos unilateralmente os acontecimentos que nos afetam, é necessária atenção a outras atrizes e atores atuando nessas dinâmicas, que têm no jornalismo agente importante. (CARVALHO, 2020, p. 122-123).

Na visão do autor, é importante prestar atenção a todos os paradigmas envolvendo a violência contra as mulheres para que as histórias contadas através da mídia sejam um elo de coletividade em prol da luta dos direitos das vulneráveis e não a banalização do tema violência, em sua gravidade mais insana, o feminicídio. As reportagens devem ser uma voz consciente e não o contrário.

A seguir será realizada a análise das notícias selecionadas sobre o feminicídio na Amazônia a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para verificar como a narrativa jornalística referencia os crimes que envolvem assassinatos de mulheres em razão de condição de gênero.

Análise das notícias sobre feminicídio na Amazônia Legal

Para alcançar o objetivo proposto, desenvolveu-se uma análise de conteúdo sobre a narrativa jornalística do feminicídio na Amazônia

Legal. Para isso, foi realizada uma busca de notícias com a palavra-chave “feminicídio” em portais de notícia de referência nos estados pertencentes à Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. O portal de notícias escolhido para a busca das notícias foi o G1, que pertence ao grupo empresarial que controla a Rede Globo de Televisão e algumas de suas afiliadas. O G1 possui versões próprias nos estados da Amazônia Legal, contemplando notícias tanto das capitais como de outros municípios dos referidos estados.

O recorte temporal escolhido para seleção das notícias foi o segundo semestre de 2021, compreendendo os meses de julho a dezembro. O período selecionado justifica-se tendo em vista o aumento dos crimes de feminicídio na Amazônia Legal em decorrência da pandemia da COVID-19, que fez com que muitas mulheres tivessem que ficar isoladas em suas casas junto com os seus agressores. Foram selecionadas nove notícias no referido período, sendo uma de cada capital de estado da Amazônia Legal. A seguir destaca-se o título de cada notícia e a data da publicação:

- “Mulher é morta pelo marido em frente aos filhos durante crise de ciúmes no interior do AM”, notícia publicada no dia 24 de novembro de 2021, no portal G1 Amazonas¹.
- “Mulher morre após ser esfaqueada e estrangulada em Rio Branco; marido é preso e confessa crime”, notícia publicada no dia 9 de julho de 2021, no portal G1 Acre².

1. MULHER é morta pelo marido em frente aos filhos durante crise de ciúmes no interior do AM. *Portal G1 Amazonas*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/24/mulher-e-morta-pelo-marido-em-frente-aos-filhos-durante-crise-de-ciumes-no-interior-do-am.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

2. GADELHA, Alcinete. Mulher morre após ser esfaqueada e estrangulada em Rio Branco; marido é preso e confessa crime. *Portal G1 Acre*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/07/09/mulher-morre-apos-ser-esfaqueada-e-estrangulada-em-rio-branco-marido-e-presos-e-confessa-crime.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

- “Marca de estrangulamento é fator para polícia prender suspeitos que tentaram simular suicídio de mulher em RO”, notícia publicada no dia 7 de dezembro, no portal G1 Rondônia³.
- “Mulher é morta com 18 facadas durante briga com marido na zona Oeste de Boa Vista”, notícia publicada no dia 15 de julho, no portal G1 de Roraima⁴.
- “Modelo é morta a facadas pelo ex-namorado que não aceitava fim do relacionamento, diz família”, notícia publicada no dia 1º de setembro, no portal G1 do Pará⁵.
- “Mulher é morta na frente da filha pelo ex-namorado em São Luís”, notícia publicada no dia 27 de setembro, no portal G1 do Maranhão⁶.
- “Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio”, notícia publicada no dia 14 de setembro, no portal G1 de Amapá⁷.

3. NÚBIA, Jheniffer. Marca de estrangulamento é fator para polícia prender suspeitos que tentaram simular suicídio de mulher em RO. *Portal G1 Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/12/07/marca-de-estrangulamento-e-fator-para-policia-prender-suspeitos-que-tentaram-simular-suicidio-de-mulher-em-ro.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

4. MULHER é morta com 18 facadas durante briga com marido na zona Oeste de Boa Vista. *Portal G1 Roraima*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/15/mulher-e-morta-com-18-facadas-durante-briga-com-marido-na-zona-oeste-de-boa-vista.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

5. MODELO é morta a facadas pelo ex-namorado que não aceitava fim do relacionamento, diz família. *Portal G1 Pará*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/01/modelo-e-morta-a-facadas-na-regiao-metropolitana-de-belem-diz-familia.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

6. MULHER é morta na frente da filha pelo ex-namorado em São Luís. *Portal G1 Maranhão*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/27/mulher-e-morta-na-frente-da-filha-pelo-ex-namorado-em-sao-luis.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

7. PACHECO, Núbia. Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio. *Portal G1 Amapá*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/09/14/mulher-e-morta-a-facadas-dentro-da-propria-casa-em-macapa-pm-suspeita-de-feminicidio.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

- “Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela”, notícia publicada no dia 6 de dezembro, no portal G1 de Mato Grosso⁸.
- “Mulher é morta a tiros na frente da família pelo ex-companheiro; suspeito tirou a própria vida”, notícia publicada no dia 24 de agosto, no portal G1 do Tocantins⁹.

Com base nas notícias analisadas no portal G1 de cada um dos estados que compõem a Amazônia Legal foi possível identificar que grande parte desses crimes foi cometida pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas, dentro da própria casa do casal ou da ex-companheira. Outra característica comum na análise dessas notícias é que os feminicídios são praticados normalmente por arma branca (faca) e estrangulamento.

Das nove notícias analisadas, em três (Maranhão, Roraima e Acre) não foi encontrada a palavra feminicídio no título ou no corpo da matéria. Presume-se, assim, que a reportagem não cogitou a ideia de que a vítima foi assassinada pelo fato de ser mulher. As demais até mencionaram a palavra feminicídio, porém, de forma bastante superficial e nenhuma destas reportagens especificou, de fato, o que é o crime de feminicídio.

Na pesquisa também foi possível constatar que dos nove portais analisados, apenas o portal G1 Amapá, com a matéria “Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio” (PACHECO, 2021), citou o nome feminicídio no título da reportagem. No corpo da notícia, o nome foi citado apenas uma vez.

As notícias analisadas apontam que os feminicídios ocorreram após discussão do casal e algumas das mortes aconteciam na frente dos filhos. Outra característica também comum nas histórias contadas nas reportagens é que os homens não aceitavam o fim do relacionamento e matavam

8. TÉCNICA de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela. *Portal G1 Mato Grosso*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/06/tecnica-de-enfermagem-e-morta-a-facadas-na-frente-da-filha-de-12-anos-e-suspeito-e-ex-marido-dela.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

9. MULHER é morta a tiros na frente da família pelo ex-companheiro; suspeito tirou a própria vida. *Portal G1 Tocantins*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/08/24/pm-diz-que-homem-assassinou-ex-companheira-e-depois-se-matou-em-casa-na-regiao-sul-de-palmas.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

as vítimas. Algumas dessas mulheres possuíam medida protetiva contra o agressor e mesmo assim foram assassinadas. Os crimes ocorreram no período do dia e também da noite. Entre as notícias analisadas, as vítimas, de cor branca ou preta, pertenciam a diversas classes sociais.

As reportagens analisadas nos G1s dos estados da Amazônia Legal não aprofundam sobre os casos de feminicídio nestes estados e não trazem dados sobre a estatística desses crimes. Algumas ainda deixam a dúvida se a morte se trata mesmo de um crime ocorrido apenas pelo fato de ser mulher ou outro tipo de crime. Somente o G1 de Mato Grosso, na notícia “Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela” (TÉCNICA..., 2021) mapeou os dados de feminicídio naquele estado e colocou um retrato do número de casos deste tipo de crime (Figura 1).



Figura 1: Notícia feminicídio no Mato Grosso
 Fonte: Portal G1 Mato Grosso (TÉCNICA..., 2021).¹⁰

A notícia do G1 Mato Grosso também cita que 56% das mortes ocorreram nas residências das vítimas. O levantamento apontado pelo *site*

10. TÉCNICA de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela. *Portal G1 Mato Grosso*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/06/tecnica-de-enfermagem-e-morta-a-facadas-na-frente-da-filha-de-12-anos-e-suspeito-e-ex-marido-dela.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

revelou ainda que em 38% das mortes o principal meio empregado pelos autores dos crimes foram armas brancas (facas), como o próprio caso relatado na notícia de feminicídio analisada deste portal.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ainda do ano de 2015 (a última desta natureza realizada pelo instituto), apontou que o pior estado de todo país para ser mulher é Roraima (OS PIORES..., 2017). O levantamento, publicado em uma reportagem da jornalista Valéria Bretas, na revista *Exame*, dois anos depois, destacou que a “taxa de mortes no estado foi de 11,4 para cada grupo de 100 mil mulheres.” (BRETAS, 2017, n.p).

Na mesma matéria, a revista indica que o número é quase três vezes maior do que a média nacional, de 4,4 e quase cinco vezes superior do que o estado mais populoso do país, São Paulo. Esse último estado, conforme mapeou o IPEA e apontou a revista *Exame*, é o estado brasileiro com menor índice de mulheres mortas, 2,7 mortes para cada 100 mil habitantes.

No geral, a proporção de mulheres assassinadas tem crescido nos últimos anos. Segundo o estudo, a taxa de homicídios entre mulheres saltou 7,5% entre 2005 e 2015. Por outro lado, em alguns estados, houve melhora na variação da taxa de violência: São Paulo teve uma redução de 35% nesse período. (BRETAS, 2017, n.p).

O levantamento do instituto também indica que outros estados da região Amazônica entraram no *ranking* com maior número de assassinatos de mulheres. Estes estados são: Rondônia, Pará, Tocantins e Amazonas, sucessivamente (BRETAS, 2017).

Numa análise das narrativas para além dos títulos das notícias, pode-se observar que as reportagens dos G1s analisadas abordam de maneira superficial os casos de feminicídio e a violência contra as mulheres. A principal ausência consiste precisamente da não indicação das relações de gênero como motivadoras e legitimadoras das práticas de feminicídios, assim como de outras dinâmicas de violências físicas e simbólicas contra as mulheres. Estudos de matrizes feministas diversas têm reiteradamente chamado a atenção para o quanto as lógicas de inferiorização das mulheres – e demais pessoas associadas ao feminino –

são trágicas não somente pelo privilégio supostamente pertencente ao homem branco, cis e presumivelmente heterossexual, mas pelo corolário daí advindo: quem não esteja nessa categoria não merece reconhecimento e estima ética, política e moral.

Em relação às vítimas, observou-se na cobertura jornalística aqui enfatizada, que elas foram apresentadas também de uma forma superficial, sem que se aprofunde a respeito da história daquela mulher ou tampouco a representação social que ela exercia em um contexto enquanto ser existente. As reportagens relatam os casos, com um plano de fundo mais factual do que social a respeito de um crime dessa magnitude. Apagar as histórias de vida das vítimas, ou relegá-las a plano inferior, não somente obnubila as relações de gênero, como também indica quais são as vidas que merecem ou não serem vividas.

Miranda (2021) pontuou que mesmo com o aumento nos estudos de comunicação de gênero no Brasil, a mídia ainda se encontra cercada de características herdadas de um país conservador, sexista e machista. As notícias, dessa maneira, são reflexo de uma sociedade de intensa desigualdade entre os gêneros. O número restrito de notícias sobre feminicídio selecionadas nos meses de agosto a dezembro de 2021 é um exemplo disso. Os feminicídios continuam ocorrendo em escalada na Amazônia Legal, a pandemia da COVID-19 favoreceu esse cenário, mas muitos desses casos estão longe de serem agendados pela narrativa jornalística.

Considerações finais

A análise de conteúdo das notícias sobre feminicídio nos portais G1 dos estados da Amazônia Legal durante a pandemia da Covid-19 apontou que as narrativas não aprofundaram o tema sobre feminicídio, pelo contrário, esses portais de notícia expõem o assunto de maneira factual e sem contextualizar com questões de combate e prevenção da violência, por exemplo. As notícias analisadas silenciaram a trajetória de vida das mulheres assassinadas, ignorando o seu pertencimento familiar e social e nem sequer foi mencionado se as mulheres assassinadas sofriam outros tipos de violência pelos seus companheiros, ou mesmo se elas eram ameaçadas de morte por esses assassinos. Consequentemente,

as dinâmicas de hierarquização e exclusão que marcam as relações de gênero estão praticamente ausentes nas narrativas coletadas.

Notamos, ainda, que em direção contrária aos dados estatísticos disponíveis sobre as violências contra mulheres motivadas por relações de gênero nos estados que compõem a Amazônia Legal, o noticiário parece pouco atento às reais dimensões dos feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres. Outra tendência verificada está na pouca atenção aos recortes interseccionais, como classe, racialização, orientação sexual e outras variáveis que podem melhor explicitar níveis diferenciados de vulnerabilidade.

O tema deveria ganhar mais espaço na mídia. Espera-se que este assunto seja compreendido em sua totalidade nos veículos de comunicação, uma vez que também é um papel fundamental do jornalismo envolver diversos setores da esfera cível e pública na discussão da violência contra as mulheres. Para cumprir tal propósito, as narrativas jornalísticas deverão sair das lógicas tradicionais de abordagem das violências de gênero que vitimam as mulheres: como mais um tipo de violência que assola as sociedades. Dito de forma mais objetiva, é urgente nomear as violências físicas e simbólicas contra as mulheres e os feminicídios como aquilo que são: o resultado trágico e vergonhoso das relações de gênero que criam hierarquizações excludentes e ditam quais vidas merecem ou não serem vividas.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRETAS, Valéria. Os piores estados para ser mulher no Brasil. *Exame*, 16 jul. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- CARVALHO, Alberto Carlos. Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. Vulnerabilidades, Narrativas, Identidades. In: MIRANDA, Cynthia Mara; SOUSA, Máira Evangelista de; CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro Rodrigues (Orgs.). *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- GADELHA, Alcinete. Mulher morre após ser esfaqueada e estrangulada em Rio Branco; marido é preso e confessa crime. Portal G1 Acre, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/07/09/mulher-morre-apos-ser-esfaqueada-e-estrangulada-em-rio-branco-marido-e-preso-e-confessa-crime.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. *Pesquisa DataSenhado: Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília, DF:

Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/publicacaodatasetenado?id=violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas*. 4 ed. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Relatório Final Estágio de Pós-Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MODELO é morta a facadas pelo ex-namorado que não aceitava fim do relacionamento, diz família. *Portal G1 Pará*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/01/modelo-e-morta-a-facadas-na-regiao-metropolitana-de-belem-diz-familia.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MULHER é morta a tiros na frente da família pelo ex-companheiro; suspeito tirou a própria vida. *Portal G1 Tocantins*, 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/08/24/pm-diz-que-homem-assassinou-ex-companheira-e-depois-se-matou-em-casa-na-regiao-sul-de-palmas.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MULHER é morta com 18 facadas durante briga com marido na zona Oeste de Boa Vista. *Portal G1 Roraima*, 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/15/mulher-e-morta-com-18-facadas-durante-briga-com-marido-na-zona-oeste-de-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MULHER é morta na frente da filha pelo ex-namorado em São Luís. *Portal G1 Maranhão*, 2021c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/27/mulher-e-morta-na-frente-da-filha-pelo-ex-namorado-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MULHER é morta pelo marido em frente aos filhos durante crise de ciúmes no interior do AM. *Portal G1 Amazonas*, 2021d. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/24/mulher-e-morta-pelo-marido-em-frente-aos-filhos-durante-crise-de-ciumes-no-interior-do-am.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

NOGUEIRA, Rose Dayane Santana; MIRANDA, Cynthia M. A cobertura da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. In: PÔRTO JR, Gilson; CASTRO, Darlene Teixeira; MELO, Gabriela Pereira; BACELAR, Alessandra (Orgs.). *Comunicação, ensino e tecnologia: experiências e discussões pertinentes à formação do profissional*. Porto Alegre: Editora FI, 2017. p. 156-176.

NÚBIA, Jheniffer. Marca de estrangulamento é fator para polícia prender suspeitos que tentaram simular suicídio de mulher em RO. *Portal G1 Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/12/07/marca-de-estrangulamento-e-fator-para-policia-prender-suspeitos-que-tentaram-simular-suicidio-de-mulher-em-ro.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OS PIORES estados para ser mulher no Brasil. *Agência Patrícia Galvão*, 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/os-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PACHECO, Núbia. Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio. *Portal G1 Amapá*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/09/14/mulher-e-morta-a-facadas-dentro-da-propria-casa-em-macapa-pm-suspeita-de-femicidio.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana. *Femicide: the politics of woman killing*. New York: Twayne Pub, 1992.

SANTOS, Cleide das Graças Veloso dos. *O uso do termo feminicídio no Jornal Folha de São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

TÉCNICA de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela. *Portal G1 Mato Grosso*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/06/tecnica-de-enfermagem-e-morta-a-facadas-na-frente-da-filha-de-12-anos-e-suspeito-e-ex-marido-dela.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CAPÍTULO 8

Beleza e demandas sociais de comunidades ribeirinhas: um estudo de caso sobre fotografias de Luiz Braga

ANA CLARA SOLON RUFINO

ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH

Introdução

A fotografia é uma linguagem universal, mas sua interpretação depende da forma como é contemplada, das vivências e saberes que as pessoas trazem com elas, pois significados precisam ser atribuídos à imagem que é observada. Pautando-se como uma mídia fundamental para a área da comunicação, a fotografia surgiu no século XIX e evoluiu consideravelmente ao longo dos tempos, em um movimento de contínua metamorfose, mostrando que o seu processo de transformação é dinâmico e cheio de significados.

Uma fotografia de referência nasce de um olhar aguçado e de percepções diferenciadas sobre a realidade e os seus processos. E é sob esse olhar que a vivência ribeirinha, com sua cultura, histórias, belezas e desafios, é abordada neste estudo, o qual se fundamenta em imagens produzidas pelo fotógrafo paraense Luiz Braga (1956), que se dedica ao trabalho de registrar, de forma artística e, sobretudo humana, com forte apelo social e crítico, a vida das pessoas simples de Belém e do Marajó, rompendo estigmas e estereótipos sobre a Amazônia e a sua identidade.

O interesse pela temática surgiu de inquietações vividas por meio de experiências enquanto mestranda do curso de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (UNAMA), em que foram evidenciadas temáticas referentes a narrativas ribeirinhas e suas vulnerabilidades. Além disso, somam-se experiências acumuladas como professora de Artes enquanto componente curricular de escolas públicas do município de Benevides, no Estado do Pará, que permitiram aproximar conteúdos teóricos da realidade da prática pedagógica. Destaca-se a relevância acadêmica do debate que permite elaborar um pensamento crítico a respeito dessa realidade cultural específica, bem como a relevância social, correspondente à visibilidade dada a especificidades das comunidades ribeirinhas e suas vulnerabilidades, a fim de superá-las.

Ao compreender a fotografia como uma referência para traçar um olhar crítico sobre problemas sociais da Amazônia paraense, este estudo de caso apresenta relações entre beleza e situação de vulnerabilidade social de comunidades ribeirinhas presentes em fotografias de Luiz Braga. Os registros fotográficos analisados permitem observar possíveis vulnerabilidades de pessoas e grupos, caracterizadas por ausências, ou reduzida capacidade de protegerem a si próprios devido ao meio de vida e à escassez de recursos. É neste sentido que vulnerabilidade social corresponde à capacidade, poder ou possibilidade de controle reduzido para proteger seus interesses em relação a outros agentes (LEAL, 2020).

Em linhas gerais, objetiva-se identificar de que forma a beleza presente em fotografias de Luiz Braga abre espaço à expressão de vulnerabilidade social de comunidades ribeirinhas e à necessidade de garantia de direitos. Mais especificamente, pretende-se aprofundar o conhecimento acerca da vida das comunidades ribeirinhas na Amazônia paraense a partir de um posicionamento crítico fundamentado na arte de Luiz Braga. As fotografias, portanto, devem permitir o estabelecimento de diálogo com o modo de vida, a cultura, as narrativas e os desafios sociais do povo amazônico por meio do olhar sensível, amoroso e aguerrido de Luiz Braga, que materializa esta pesquisa.

Este trabalho se encontra estruturado em quatro seções: introdução, com uma breve apresentação da pesquisa; a arte de Luiz Braga e as

demandas sociais da Amazônia, com a apresentação sucinta do autor, de seu trabalho e a importância deles para o registro fotográfico e denunciativo de um povo, sua vida cotidiana e a valorização de sua cultura naquele espaço; metodologia, delimitando o caminho da pesquisa, estratégias e intencionalidades; e resultados e discussão, com ênfase na análise realizada.

Metodologia

Escolheu-se realizar um estudo de caso como método de pesquisa por utilizar dados qualitativos, para explicar, explorar e descrever vulnerabilidades das condições inerentes às comunidades ribeirinhas a partir da utilização de fotografias como recurso visual. Ressalta-se, pois, que os objetos analisados foram coletados do acervo particular do autor com autorização do mesmo.

O levantamento de dados relacionados à realidade amazônica expressa nas imagens, bem como sua análise e o entrecruzamento com o modo de vida, a cultura, as narrativas e os desafios sociais do povo amazônico. Assim como, pautou esta pesquisa com a finalidade de inferir apontamentos críticos a respeito do poder das transformações de uma arte que traça o diálogo com a vida baseada na necessidade de intervenções e proposições diretivas diante das realidades explícitas e implícitas através do olhar sensível, amoroso e aguerrido de Luiz Braga, que materializa esta pesquisa.

Segundo Rios, Costa e Mendes (2016, p. 102), registros fotográficos ora são utilizados como uma das fontes de pesquisa, ora como objeto de pesquisa.

Atendo-se à ligação das imagens com a pesquisa e com as incursões científicas, infere-se que ora a fotografia se apresenta como fonte de dados em si mesma, ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento e resultado (SANTOS, 2000), ou ainda, como defende Warren (2009), uma combinação dessas categorias.

Durante a coleta de dados, destacando a Amazônia, suas belezas, singularidades e problemáticas inerentes às comunidades que vivem a realidade e a cultura ribeirinhas, com o objetivo de formular questões ou

um problema com a finalidade de apontar hipóteses, e poder aumentar a familiaridade do pesquisador com a temática pesquisada (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.187), buscou-se como fonte de pesquisa os autores que tratam sobre as vulnerabilidades existentes a partir de narrativas do cotidiano. Também foram acionados autores de base teórica que discorrem sobre os aspectos relevantes evidenciados sobre essa temática no que diz respeito ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da região e relacionou-se estes elementos com as fotografias de Luiz Braga. Por fim, foi realizada a análise dos dados coletados, interpretando-os e traçando uma crítica no trato com o que foi observado empiricamente através de experiências a partir das narrativas, destacando os limites e contradições acerca da temática da pesquisa.

A arte de Luiz Braga e demandas sociais da Amazônia

As peculiaridades das comunidades ribeirinhas amazônicas correspondem, em grande parte, às precariedades no que diz respeito à estrutura de moradia, saneamento, mobilidade, locomoção e transporte, dentre outras limitações que remetem à situação de vulnerabilidade. Mais do que isso, é importante afirmar que essas comunidades apresentam uma identidade cultural que as diferencia. A este respeito, Carvalho (2018, p. 26-27) indica que:

A Cultura Amazônica exige um olhar etnográfico no sentido de salientar o valor dessas águas através de vários olhares, não buscando verdades e conceitos definitivos e rígidos, mas num ir e vir constante de análises e reflexões não homogêneas e sempre próximas dos atores do lugar. A interação com os ribeirinhos busca compreender suas práticas cotidianas, suas motivações que trazem diversas enchentes pedagógicas de investigação.

Oliveira e Mota Neto (2004, p. 59) apontam que a comunidade ribeirinha é aquela que nasce e se desenvolve à beira dos rios e lagos e que molda seu cotidiano de acordo com suas vivências culturais e sociais a partir da sua relação direta com o rio dentro da realidade amazônica, com reflexos associados “à alimentação, ao transporte, ao lazer, à higiene, ao trabalho e às condições naturais e de vida”. Sendo assim,

faz-se necessário entender a relação entre as comunidades ribeirinhas com as políticas públicas que alcançam este ambiente singular de forma articulada, dando a devida atenção às limitações dessas comunidades a fim de promover a valorização de uma identidade ímpar.

Em outros termos, em uma comunidade ribeirinha, os saberes, as representações da realidade e o imaginário com relação à terra estão diretamente vinculados ao trabalho e à habitação. A terra é entendida como espaço de trabalho, de moradia, de sobrevivência e de comunidade, bem como de educação, que serve à transmissão de saberes, atitudes e valores através das práticas cotidianas, para as gerações futuras, com a manutenção de tradições. Logo, são necessárias políticas públicas que possibilitem a valorização da identidade ribeirinha (LOUSADA; COSTA; SANTOS, 2019). Sendo assim, compreende-se que a identidade cultural é uma espécie de teia com infinitas relações sociais que se estabelecem historicamente e tecem valores entre os indivíduos de uma sociedade.

É nesse contexto que os registros fotográficos de Luiz Otávio Salameh Braga têm enfoque na exuberante natureza, na força do caboclo trabalhador, nas vulnerabilidades sociais, violações de direitos aos quais são fadados os sujeitos da Amazônia, na inconfundível beleza da mulher marajoara e na identidade desse povo. Com esta forma especial de ver o mundo, ele é reconhecido por realizar um trabalho a favor da vida, com técnicas primorosas que lhe renderam prêmios importantes.

De acordo com Chiarelli (2005), a fascinação de Luiz Braga pela comunicação visual é nata. Aos 11 anos de idade, ele iniciou sua anônima trajetória e, mais tarde, se formou em arquitetura pela Universidade Federal do Pará (UFPA), ganhando experiência no jornalismo como editor e fotógrafo de 1978 a 1980. Em 1979, a partir de sua primeira mostra individual em preto e branco, Luiz Braga retratou cenas de rua e de trabalhadores ribeirinhos como parte do projeto “Visualidade Popular na Amazônia”, da Fundação Nacional de Arte (Funarte).

O fotógrafo Luiz Braga dedica-se ao trabalho de registrar de forma artística, mas sobretudo, humana, com forte apelo social e crítico, a vida das pessoas simples de Belém do Pará e do Marajó, rompendo estigmas e estereótipos sobre a Amazônia e sua identidade. Através da sua arte é possível enxergar a beleza, a riqueza da natureza, do trabalho e das

relações humanas. Contudo, mesmo que esse não seja o foco do seu trabalho, é possível vislumbrar as vulnerabilidades escondidas na periferia de Belém e nos rios da Amazônia. Assim, o autor traça os aspectos que se cruzam com literaturas que refletem, criticam e apontam alternativas para as muitas violações de direitos, sejam ambientais, econômicos, sociais e de gênero.

A representatividade que as imagens de Luiz Braga fazem emergir, junto com a reflexão sobre a realidade e o chamamento de amor pela Amazônia e seu povo, são evidenciados prioritariamente, e não apenas, com intencionalidade na compreensão de luta, de sentimento de pertencimento e com grande inquietação em possibilitar a visibilidade e vozes aos “invisíveis” e se mover por eles.

Através de suas fotografias, fica evidente uma relação afetiva muito forte do fotógrafo com os sujeitos registrados por ele durante a exposição de seu trabalho. Pode-se perceber uma organização visual detalhista que valoriza o indivíduo, bem como a imagem fotografada como um todo, que destaca a luz e as cores refletidas no traço visual poético da Amazônia. Um imaginário retratado pela realidade peculiar de sofrimento e da pobreza que constitui, por exemplo, o cotidiano coletivo da comunidade ribeirinha, baseado nas experiências vividas por essas comunidades, no que diz respeito aos aspectos que envolvem as narrativas ambientais como um todo e que perpassam por uma espécie de herança de gerações, em que os costumes e atitudes derivam da criação familiar, das possibilidades de trabalho que se apresentam, dos aspectos físicos da vizinhança em relação ao grupo de convívio e aos elementos que cercam esse ambiente.

Rancière (2009), aproximando imagem fotográfica de uma *prática estética*, enfatiza relações entre beleza e vulnerabilidade, dando destaque ao caráter político da fotografia. O sentido de prática estética envolve relações entre lugar, discurso e possibilidades do que é dado a ver. Assim, fatos históricos e culturais, bem como práticas sociais transparecem na imagem e compõem um pano de fundo essencial para o contato sensível com ela.

A seguir, quatro imagens fotográficas são utilizadas, com um foco central que se desloca de construções a pessoas. Da centralidade de

habitação e transporte em que a presença humana transparece apenas em sua obra (“Casa e barco no Combu”), passa-se à presença de um homem, ainda distante, de costas para a câmera e em trânsito (“Furo do Maracujá”) e, em seguida, à proximidade e ao sorriso de um homem que chega, com o produto de seu trabalho, no ponto em que é fotografado (“Açaí chegando”) para, por fim, chegar-se a uma nova geração, à ludicidade e comunhão de crianças com o espaço em que vivem (“Meninos jogando no barracão sobre palafitas”). A beleza, que não é incompatível com a situação de vulnerabilidade social, a torna concreta e inquestionável.

A primeira fotografia de Luiz Braga analisada é intitulada de “Casa e barco no Combu” (2007) e retrata as condições de moradia e de transporte nessa localidade, onde ganham destaque “a casa e o quintal com seus jiraus que pertencem, individualmente, a cada grupo familiar, do mesmo modo que o produto da colheita e os demais frutos do roçado.” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 73).



Figura 1: Casa e barco no Combu
Fonte: Braga (2007).

Na fotografia acima observa-se um forte contraste por ela ser estruturada em preto e branco. O destaque para esses dois elementos – moradia e transporte – se dá de forma proposital, pois eles são colocados no centro da paisagem e com o jogo intencional das tonalidades de preto e branco das árvores que os cercam, assim como do rio. A embarcação tem aspecto antigo, envelhecido e, portanto, evidencia a precariedade da qualidade e da segurança desse transporte, que faz parte da realidade dessa comunidade. A casa de palafita encontra-se isolada, sem uma vizinhança aparente, o que mostra uma espécie de isolamento dos moradores e, com isso, também destaca uma vulnerabilidade no que diz respeito às necessidades emergenciais deles. Em contrapartida, a esse respeito, Lira e Chaves (2016) ressaltam que:

As comunidades tradicionais ribeirinhas não estão isoladas no tempo e espaço; distanciadas uma das outras, elas estabelecem conexões e vínculos entre si. As sociedades urbanas, por exemplo, necessitam da produção agrícola e extrativista da vida rural para sobreviver. Em contrapartida, as comunidades tradicionais precisam estabelecer trocas com a sociedade urbano-industrial para adquirirem acesso a bens e serviços que garantam sua reprodução social. (LIRA; CHAVES, 2016, p.74).

Mantendo semelhanças com a fotografia anterior quanto às características gerais das cores utilizadas, na fotografia intitulada “Furo do Maracujá” (2021) evidencia-se outro tipo de transporte dos ribeirinhos – a canoa. Agora, porém, a ideia que ganha destaque, para além da vulnerabilidade da embarcação pequena e extremamente instável para navegação segura diz respeito à profundidade proposta pela paisagem que parece tomar conta da canoa e do homem que está remando pelo rio. Um elemento remete à habitação nas proximidades – o trapiche de madeira que pressupõe a existência de uma moradia fora do quadro de registro da fotografia, o que, por sua vez, remete às condições sociais em que vivem as pessoas às margens do rio, mais uma vez tratando a questão do isolamento com relação à ausência de uma vizinhança próxima.



Figura 2: Furo do Maracujá
Fonte: Braga (2021).

A terceira fotografia analisada é intitulada “Açaí chegando” e, agora, Luiz Braga dá cor aos elementos que compõem seu registro, retratando a cultura ribeirinha através de seu modo de vida relacionado ao trabalho e alimentação, o que está diretamente ligado ao processo de extração desse produto – o açaí – para subsistência e atendimento das necessidades básicas da família, bem como para desenvolvimento das atividades de trabalho dos ribeirinhos.

Observa-se, mais uma vez, a atenção dedicada à embarcação que ganha destaque no registro fotográfico de Luiz Braga, o que leva à reflexão acerca da importância dedicada a este elemento cultural peculiar das comunidades ribeirinhas. Outro aspecto relevante é a utilização das águas do rio como fonte de subsistência da comunidade ribeirinha e que se torna elemento primordial e constante em seus registros.

Apesar da incontestável beleza capturada na essência da relação respeitosa do homem com a exploração da natureza amazônica, também existe uma relação de perigo iminente, evidenciada pela vulnerabilidade do transporte, que muitas vezes excede em peso de mercadorias e

em número de tripulantes, expondo as comunidades ribeirinhas a essa fragilidade.



Figura 3: Açai chegando

Fonte: Braga (2009).

Na última fotografia analisada, intitulada “Meninos jogando no barracão sobre palafitas/Paisagem ribeirinha”, Luiz Braga mostra um momento descontraído de crianças brincando de futebol em um barracão. Ele utiliza as cores reais nesse registro também e, com isso, pode-se observar que a pretensão pode ser justamente deixar a leitura desse registro mais leve através da alusão feita à alegria das crianças.



Figura 4: Meninos jogando no barracão sobre palafitas/Paisagem ribeirinha
Fonte: Braga (2019).

Para além da sensação que o registro causa de imediato, existem ainda fortes elementos culturais a serem enfatizados que compõem essa fotografia. A peculiaridade do ambiente, com chão de tábuas de madeira e a cerca ao redor, que delimita o espaço, bem como a sutil presença da paisagem ao fundo, dando conta da relação direta com a natureza no ambiente de convívio das comunidades ribeirinhas.

É possível notar também, de forma delicada, a precariedade presente em outros elementos específicos, como as vestimentas simples, mesmo que em uma relação simbólica, ligada à prática de uma brincadeira, e os pés descalços dos meninos sobre uma plataforma de tábuas, que remontam às condições de vulnerabilidade social, haja vista que a falta de um calçado possibilita riscos de ferimentos com frestas da madeira.

Fatores assim são inerentes à realidade cultural apresentada. Além disso, há a ênfase no brinquedo utilizado – a bola de plástico amassada, mas que ainda assim serve a seu propósito de promover a ludicidade para estas crianças, que também auxilia na construção da ideia do acesso a brinquedos de baixa qualidade, muito embora, não se descarta o fato de que, acidentalmente, a criança possa pisar e perder o equilíbrio, podendo causar danos físicos ou machucados graves. O registro fotográfico apresenta a relação comum e empiricamente observada, considerando que as comunidades ribeirinhas recebem doações de roupas, calçados e brinquedos usados.

Resultados e discussão

Diante de tudo que foi exposto ao longo desta pesquisa, pode-se afirmar que foi possível imergir na singularidade do olhar sobre a Amazônia a partir das fotografias de Luiz Braga e toda sua humanidade, histórias e protagonismo que fortalecem a importância da arte para a vida e em favor da vida através de seus registros da realidade da cultura de comunidades ribeirinhas. A sua intertextualidade com as narrativas sociais, observando-se aspectos, numa delas sobre a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas, favoreceu uma análise de ângulos diferentes com um outro olhar sobre a beleza, a técnica, o meio ambiente, e também suas vulnerabilidades ligadas aos fatores sociais arraigados na Amazônia paraense.

Neste contexto, é importante ressaltar que Luiz Braga enfatiza o respeito à identidade de cada comunidade, e o saber que ser parecido não significa ser igual:

Pensar o espaço de uma comunidade ribeirinha na Amazônia, significa superar algumas visões estereotipadas acerca dos significados do que é viver essa múltipla identidade, marcada por diversos aspectos, que vão desde a relação imbricada com a natureza à construção diária da vida nas práticas do cotidiano. (VICTORIA, 2016, p. 8).

Diante disso, a compreensão da heterogeneidade, bem como o respeito a ela, é um dos resultados mais importantes da pesquisa. Saber que nem todas as canoas, palafitas e águas são iguais, embora se pareçam, clama

por demandas diferentes, que é o grito da Amazônia. Lançar um olhar específico sobre suas comunidades e entender suas dinâmicas pôde ser proporcionado através desta pesquisa.

Sobre o uso da fotografia como agente social, pode-se afirmar que a mesma tem a capacidade de remeter a várias formas diferentes de interpretações da realidade que retrata. Especificamente, no que diz respeito aos registros de Luiz Braga utilizados nesta pesquisa, destacam-se as comunidades ribeirinhas em seu cotidiano expressando sua cultura e todas as suas vulnerabilidades inerentes aos fatores sociais que as cercam.

Sendo assim, foram evidenciadas problemáticas existentes e a partir da leitura social, do ponto de reflexão, foi possível fazer uma análise crítica da forma de tratamento que se dá sobre fatos tão graves que, por sua frequente veiculação, passam despercebidos ou vistos como parte de uma quase normalidade, desprezando, assim, o papel denunciador que a fotografia carrega consigo.

Refletindo sobre as vulnerabilidades que foram identificadas como mais problemáticas, pode-se apontar as condições gerais de moradia e sua precariedade, e que, por mais que haja grande interesse em manter as tradições culturais, também há interesse das comunidades ribeirinhas em receber incentivos que os ajudem a progredir em diversos aspectos, pois “há um interesse da comunidade em manter os modos de vida, as tradições e a cultura ribeirinha em seu tempo, sendo bem-vindas as intervenções que fortaleçam esses componentes.” (SANTOS; LEAL; VERAS, 2020, p. 118).

Com relação ao meio de transporte das comunidades ribeirinhas, também pode-se apontar como um dos marcos de vulnerabilidade presentes e que devem ser enfatizados nos registros de Luiz Braga. As embarcações utilizadas pelos ribeirinhos, no geral, são canoas a remo ou a motor, e barcos de pequeno porte que servem tanto para transportar os moradores quanto para escoar as mercadorias e sua produção para subsistência e manutenção financeira familiar.

Por fim, a beleza dos registros de Luiz Braga não oculta as mazelas sociais que se destacam, de um modo geral, quando vêm à tona as reais condições do cotidiano ribeirinho, como na fotografia “Meninos jogando no barracão sobre palafitas/ Paisagem Ribeirinha” (BRAGA,

2019). Nela identificam-se elementos nas roupas simples e supostamente de segunda mão, bem como na bola utilizada como brinquedo, que aparentemente está em péssimas condições, mesmo ainda servindo à promoção da diversão dos meninos, que remetem à ideia de que estas comunidades vivem e sobrevivem de doações de roupas, calçados e brinquedos usados.

Também pôde-se compreender com mais precisão, a partir disso, os debates em torno da temática, onde as narrativas que envolvem as vulnerabilidades amazônicas, com enfoque socioeconômico e ambiental, foram evidenciadas, e foi possível refletir a respeito de forma crítica. Sobre isso, Castro *et al.* (2018) destacam os conflitos na Amazônia, em que se opõem às comunidades tradicionais e o forçoso progresso, em via do crescimento econômico sob qualquer custo. Da mesma forma como a distribuição desigual de renda, a ineficácia do combate ao desmatamento, bem como a fragilização das políticas públicas.

Outro fator a ser destacado gira em torno da supervalorização da ciência e da tecnologia face à destruição do meio ambiente, em busca de progresso, aspectos advindos desde a revolução industrial e que ainda hoje navegam cruelmente pelos rios da Amazônia.

No século XX, a concepção mais tradicional de desenvolvimento traz como ponto de partida o crescimento econômico e como os “ganhos” desse “crescimento” seriam usados ou mesmo “escorreriam” para melhorias sociais da população como um todo. Essa concepção positiva entende a necessidade do processo e a ideia de que o crescimento não se resume ao aspecto econômico. No entanto, outras concepções entendem o processo de desenvolvimento na perspectiva de que há o interesse da reprodução social de um grupo dominante, e esse interesse tem provocado, na dinâmica do capitalismo, transformações e destruição de grupos não dominantes e do meio ambiente, com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias. (CASTRO *et al.*, 2018, p. 4).

O que se vê é o empobrecimento do amazônida, o crescimento do desmatamento, as vulnerabilidades e um modelo econômico que não corresponde à dignidade necessária para a vida dessas comunidades. Urge a mudança nas teorias, ideologias, valores políticos, concepção e formação social para alcançar o equilíbrio entre desenvolvimento,

preservação da vida e dignidade humana. O modelo econômico e político vigente não tem dado conta de responder a essas demandas, o que requer mudança na formação da sociedade através da educação crítica e participativa, de um controle social eficaz nos espaços de debate e de poder.

Considerações finais

A arte vai além da beleza, leveza e estética. Acima de tudo, a arte por si só não fala. A intencionalidade humana e a energia que nela se colocam dão a ela o poder de encantar, sensibilizar, denunciar, falar. Assim, sob a ótica humana e artística de Luiz Braga, as tessituras dos textos conversam entre si, provocando uma dinâmica dialógica, coerente, convergente, necessária, rica e solidária a favor da vida. Técnicas primosas levam a cenários sociais, trazem sentimento de responsabilidade e pertencimento a toda beleza, mas também a vulnerabilidades às quais a Amazônia e seu povo estão sujeitos.

Dentre as belezas, destacam-se as imagens de rios, paisagens, o trabalho humano, as relações sociais e a singularidade do sujeito da Amazônia. Porém, em contraste a essa beleza exuberante, o desenvolvimento e as tecnologias, que não chegam aos povos dos rios e das matas, pautam-se como uma falácia da revolução industrial vivida e pensada para outros atores e cenários que não a Amazônia. O capitalismo industrial trouxe outras formas de pobreza, escravidão social e subalternidade das pessoas excluídas de benesses em relação aos “donos do poder”.

Assim, a mudança na forma de educar a base, o diálogo comunitário, a participação social, o exercício correto do controle social nas instâncias de poder, se fazem necessários para conscientizar as comunidades ribeirinhas sobre suas vulnerabilidades e seus direitos. A formação cidadã não somente na escola, mas a reflexão crítica a respeito do Projeto Político Pedagógico das instituições que atendem essas comunidades, bem como os demais segmentos da vida das crianças e da comunidade, devem ser discutidas e repensadas com o objetivo de fortalecer a educação do pensar e do ser para o saber fazer.

Este estudo deu conta de seu objetivo, referente a identificar o espaço que a beleza presente em fotografias de Luiz Braga abre à expressão de

vulnerabilidade social de comunidades ribeirinhas e à necessidade de garantia de direitos. Em preto e branco ou em cores, o belo é oferecido como caminho para a construção de uma visão crítica diante da realidade retratada.

Neste sentido, pode-se concluir que o caminho mais coerente frente ao grito de socorro da Amazônia e suas vulnerabilidades é trazido à tona por pessoas como o fotógrafo Luiz Braga que, com seus registros fotográficos, lança seu olhar à beleza, à essência dessas comunidades ribeirinhas e consegue mostrar, para além do que os olhos podem ver, demandas da vida ribeirinha amazônica e todas as limitações que cercam essa realidade.

Referências

- CARVALHO, Márcia da Silva. *As águas da cultura vivida inundando a educação: uma leitura sobre letramentos e cultura ribeirinha*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CHIARELLI, Tadeu. Luiz Braga e a fotografia opaca. In: BRAGA, Luiz. *Retratos amazônicos*. São Paulo: MAM, 2005.
- LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, M. et al. (Org.) *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 31-48.
- LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.
- LOUSADA, Elizangela Viana; COSTA, Kleby Miranda; SANTOS, Olaíza Quaresma dos. A constituição da identidade ribeirinha: a interface linguagem e cultura. *Revista Amazônida*, v. 4, n. 2. p. 1-18, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares da. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (Org.). *Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas*. Belém: CCSE-UEPA, 2004. p. 37-59.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- RIOS, Sadraque Oliveira; COSTA, Jean Mario Araujo; MENDES, Vera Lucia Peixoto Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. *Discursos fotográficos*, v. 12, n. 20, p. 98-120, 2016.
- SANTOS, Éder Rodrigues dos; LEAL, Rubens Savaris; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Geograficidade e vulnerabilidades na Amazônia

ribeirinha: comunidade Xixuaú, Roraima, Brasil. *PatryTer*, v. 3, n. 6, p. 109-120, 2020.

VICTORIA, Claudio Gomes da. Comunidade Ribeirinha, cotidiano, juventude e cultura: interfaces de um diálogo em História Oral no Amazonas. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2016, Porto Alegre. *Anais[...]* São Leopoldo: Oikos Ltda, 2016. p. 1-13.

CAPÍTULO 9

A Amazônia pra crianças: uma análise do conteúdo da revista *Você sabia? Amazônia* da Turma da Mônica

ADRIANNE DA SILVA PEIXOTO

IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Introdução

O presente trabalho apresenta a seguinte problemática: como a revista em quadrinhos *Você sabia? Amazônia* (2005), da Turma da Mônica, apresenta a região Amazônica para o público infantil? Tendo como objetivo analisar como a Amazônia é apresentada nesta publicação, identificando como esta região é descrita, quais temas são abordados e quais metanarrativas estão contidas na história.

A Amazônia é objeto de muitos estudos acadêmicos por várias razões: a sua vasta extensão territorial, com uma população de 29,6 milhões de pessoas em 2021 (OLIVEIRA, 2021) sua diversidade de fauna e flora; seus problemas ambientais, principalmente a devastação da floresta amazônica, com um crescimento de 29% de áreas desmatadas entre 2020 a 2021; e preservação ambiental na Amazônia (A FLORESTA..., 2015).

A justificativa do presente estudo envolve questões acerca do imaginário amazônico, conhecimento desta região e suas peculiaridades, apresentação dos problemas ambientais e sociais existentes e formas sustentáveis de utilização dos recursos naturais. Observando a forma como a Amazônia é apresentada em uma revista em quadrinhos voltada para o

público infantil, pois a importância de repassar informações verdadeiras acerca desta região para outras localidades, compromete quem escreve, quem lê e quem é vivente desta região.

A pesquisa seguiu o caminho metodológico inicialmente com a escolha da revista *Você sabia? Amazônia* (2005), da Turma da Mônica, pontuando como a Amazônia é descrita, quais temas são abordados na história e nas suas metanarrativas. Para os dados acerca da descrição da Amazônia e temas abordados, foram elaborados dois quadros explicativos com base na categorização de análise quantitativa proposta por Bardin (2016), e a análise qualitativa das metanarrativas inclusas na história, embasada por Motta (2013).

Para desenvolver a proposta do estudo, foram abordados aspectos conceituais acerca da cultura Amazônica baseados em Loureiro (2015), a invenção da Amazônia por Gondim (2007), mundamazônia abordando a visão local e global de Loureiro (2014), Amazônia entre rios e floresta com Loureiro (2014), o pensamento crítico sobre a Amazônia por Castro *et al.* (2018), e o debate sobre desenvolvimento e fenômenos das histórias em quadrinhos com Menezes (2017).

Cultura e construção do espaço Amazônico e seu imaginário

Sobre a cultura Amazônica é necessário abordar primeiramente a questão da natureza. Ela sempre existiu, mas com o passar do tempo, o homem começou a modificá-la, como consequência esta região foi perdendo as suas peculiaridades e “inocência”. A ação do homem na natureza fez com que as narrativas existentes na Amazônia desaparecessem e uma parte da história se perdesse, resultando pouco conhecimento desta (LOUREIRO, 2015).

A relação de submissão *versus* dominação fez com que ocorressem respostas da própria natureza na intervenção do homem, aparentando por certo tempo o homem como dominador da natureza e em contraposição a natureza reagia a essas ações. Nem sempre a relação entre o homem e a natureza foi de submissão e dominação, o nativo diante de tanta magnitude conseguiu criar uma relação para a construção de um sistema cultural singular, englobando suas características típicas, movi-

mentos e mistérios, se tornando “uma cultura viva, em evolução, integrada e formadora de identidade.” (LOUREIRO, 2015, p. 31).

Segundo Loureiro (2015), o nativo da Amazônia está longe da modernidade das grandes capitais as quais estão carregadas de tecnologias e mudanças culturais, suprindo suas necessidades diárias pelos rios e florestas, e quando este necessita ir à cidade, leva consigo seus costumes e insere uma parte de seus traços originais, resultando no intercâmbio cultural.

Os pequenos movimentos que acontecem na Amazônia já chamam atenção para um imaginário surreal das comunidades ribeirinhas, pois há sempre uma explicação das pessoas mais velhas para os acontecimentos. Um exemplo seria o encontro das águas de cores diferentes de certos rios amazônicos, como o Amazonas e o Rio Negro, sendo a coloração das águas amareladas de um rio e negras de outro, ocorrendo a mistura dos rios gerando um tom negro-amarelado, que tem a intenção de demonstrar o limite existente entre um ambiente e outro, gerando respeito entre eles. Segundo Loureiro (2015, p. 81), “uma surrealidade cotidiana, instigadora do devaneio, na qual os sentidos permaneçam atentos e atuantes, porque é próprio desse estado manter a consciência atuante.”

A Amazônia é considerada única, mítica e incomparável, pois cada parte que a compõe é completamente diferente da outra, com desenhos de rios diferentes e paisagens diversificadas, fazendo com que se tenha a sensação de estar diante de algo sublime. “Nada substitui o estar diante dela ou ter estado nela. É como participar de uma cerimônia do imaginário.” (LOUREIRO, 2015, p. 83).

Segundo Loureiro (2015), a vida na Amazônia ainda convive com seus mitos, deuses, personificação de ideias ou elementos que são comuns em seu cotidiano. Alguns exemplos, como a tentativa de explicações, são os filhos ilegítimos, sendo considerados filhos do boto; as curvas que na floresta fazem com que os homens percam o caminho de volta pela ação do curupira; as tempestades que ocorrem pelo enfurecimento da mão-do-vento, entre outros. “A vida social articula-se em torno de uma linguagem poética anterior aos tempos históricos, que

flui tão naturalmente como os fluxos que têm as águas de um regato.” (LOUREIRO, 2015, p. 121).

Sobre a criação da Amazônia, Gondim (2007) defende que esta não foi descoberta e nem construída, mas sim criada pela percepção histórica greco-romana, a qual acredita na existência de um local chamado “Índias” que fora relatado por peregrinos, viajantes, missionários e comerciantes através de suas viagens. Além disso, a mitologia indiana descrevia que neste lugar haveria uma natureza diversificada, deslumbrante e apavorante aos homens medievais. As crenças eram que animais monstruosos e pagãos bárbaros habitavam este lugar.

Na primeira tentativa de desvendar o Novo Mundo, os europeus tinham concepções mitológicas acerca desta terra que deveria ser desbravada. Quanto mais conheciam acerca deste novo lugar, mais esse imaginário se concretizava, por ser novo e diferente da realidade europeia, contendo medo, magia e deslumbramento, por conseguinte, ambição pelas riquezas que nela encontraram (GONDIM, 2007). Acreditava-se também na existência de um paraíso perdido e uma fonte da eterna juventude nas índias. As convenções religiosas acreditavam que um rio nascia naquele lugar, o qual embaixo de suas águas encontrariam riquezas e uma espécie de fonte que poderia curar os males da sociedade como a fome, doenças e pestes existentes já naquela época (GONDIM, 2007).

A cultura dos povos viventes neste novo mundo chamou a atenção por tratar-se de costumes diferentes da realidade europeia. E os europeus questionaram a forma de viver e se relacionar deste povo, além da diversidade da fauna e flora existente. Os questionamentos iniciaram pelos animais de porte pequeno que habitavam esta imensa região devido à decorrência do clima. Já com relação aos nativos, eram considerados povos frágeis, por não possuírem pelos, serem insensíveis, covardes e preguiçosos, pois costumavam ficar deitados em uma rede por horas (PINTO; SILVA, 2016).

Ao construir a história da Amazônia, os povos nativos foram excluídos da formação social amazônica, sendo marginalizados e sem direito à ocupação de terras, além de suas expressões religiosas serem renegadas. Ao longo da história, a complexidade da sociedade Amazônica é

perceptível em suas consequências até os dias atuais. Esse processo de ocupação europeia fez com que ocorresse deculturação e a desfiliação identitária dos povos tradicionais nativos existentes na Amazônia, ocorrendo uma imposição cultural e religiosa por uma “invenção” confundida com exploração, o que contribuiu para a devastação do meio ambiente, a destribalização e a concentração de terra por um grupo prioritário (PINTO; SILVA, 2016).

Desde a Amazônia colonial¹ é identificada uma forma de dominação deste território, inicialmente pela busca de uma língua unificada para a comunicação geral, doutrinando os indígenas e buscando ultrapassar a cultura e a língua materna já existentes, uma forma de anulação da diversidade cultural dos povos nativos. No contexto atual, a globalização traz um sentido ideológico de dominação e controle, fazendo com que o geral anule o particular, uma forma de vitória do que é único sobre o diverso (LOUREIRO 2014, p. 32).

Loureiro (2014) destaca que o global não tem objetivo de anular a cultura local, porém, o global acaba por isolar a cultura local cada vez mais, denominando-a como sacrários folclóricos de uma determinada região para serem utilizados por pesquisadores e turistas, perdendo o real sentindo daqueles costumes ou conhecimentos específicos, tornando-os uma espécie de laboratório para ser catalogado na história.

Tudo nasce do local e se depara com o global, sendo que o local se torna algo delimitado, porém necessário para a continuação da história globalizada. Neste contexto, aparece um declínio cultural e étnico pela homogeneização da vida moderna, não ocorrendo uma oposição, mas sim tendências construtivistas de uma realidade global. Por outro lado, percebe-se a luta do que é local e global, uma resistência do particular e uma vitória do global (LOUREIRO, 2014).

A Amazônia é vista como um local que guarda um grande tesouro escondido e para se conseguir chegar a este, tem-se que enfrentar vários obstáculos presentes nesta região. Esses obstáculos são desafios que

1. A Amazônia Colonial consta do período de 1600 a 1823, quando foi dominada pelos portugueses, os quais expulsaram outros europeus, principalmente os espanhóis da região e construíram fortes, formaram vilas e cidades e converteram uma parte dos indígenas sobreviventes ao cristianismo (A FLORESTA..., 2015).

devem ser desvendados e lutados contra, pois são considerados povos inferiores e suas crenças e culturas são desconsideradas e simplesmente banidas, além de destruírem suas moradias, lugares sagrados, e suas histórias esquecidas, ocorrendo a dominação dos que procuram lucrar com as riquezas da Amazônia (LOUREIRO, 2014).

Toda essa procura e ânsia de achar o que mais tem de valioso na Amazônia, gera consequências que comprometem o futuro desta região, disseminando as populações indígenas e afetando os ribeirinhos em sua sobrevivência, além de perder uma importante fonte de oxigênio para a atmosfera e espécies de animais silvestres e flora que têm sido extintos.

No momento presente, a cultura Amazônica pode nos apresentar raríssimas manifestações existentes desse imaginário, resultante de uma singular relação entre o homem e a natureza. Essa cultura persistirá e continuará apresentando suas deslumbrantes riquezas até o momento em que as queimadas nas florestas, as poluições dos rios e a mudança no modo de utilizar seus insumos de forma desregrada destruir por completo todo esse cultural construído e reproduzido por povos antigos, que traduzem toda uma riqueza de conhecimentos que ajudam a viver melhor em sociedade (LOUREIRO 2003).

A vivência na Amazônia se tornou um desafio com o avanço do mundo globalizado e os problemas ambientais existentes, porém, a perseverança dos indígenas e caboclos que residem na floresta encontra meios de manter esse imaginário poetizante que só existe nesta região, preservando o que esta região tão rica e misteriosa pode proporcionar.

Entre o rio e a floresta, pode-se viver experiências metafísicas, além dos limites normais, as quais mostram o movimento da floresta e em seus desafios viventes e suas entidades habitantes com suas respectivas funções. A boiúna² apresenta as movimentações dos rios – a calma e a violência em seu rumo, o curupira que faz com que os caçadores se percam na floresta, a iara que seduz e mata aqueles que aparentemente

2. Um dos mitos mais importantes do folclore, a Boiuna – ou Cobra Grande – é uma gigantesca serpente que habita os rios caudalosos da Amazônia.

não deviam morrer, e a tristeza que não vem da alma e sim do canto do Acauã³, ave do mal agouro (LOUREIRO, 2003).

A imagem percebida da Amazônia é que esta pode estar próxima e distante ao mesmo tempo, pois pode ser percebida de forma geral, com um olhar superficial do todo, e de uma forma específica, obtendo uma percepção a mais do que é exposto. Mesmo com a destruição deste território, ainda há como vê-la como uma terra indestrutível e com recursos inesgotáveis, além de um imaginário cultural riquíssimo que é passado de forma oral de gerações em gerações às populações sobreviventes da Amazônia (LOUREIRO 2003).

A Amazônia frequentemente é pauta em debates acadêmicos e políticos no que se refere a ser uma região que ainda necessita ser explorada e conectada ao restante do Brasil. Essa integração se refere às teorias de desenvolvimento econômico e social que abrangem os temas centrais acerca da desigualdade social, distribuição de renda e custos ambientais deste crescimento (CASTRO *et al.*, 2018).

Ao abordar-se o tema desenvolvimento da Amazônia, é preciso pontuar acerca das fronteiras, especificamente com relação à produção capitalista. O desenvolvimento econômico desta região perpassa ainda pelos padrões coloniais que abrangem os interesses dos agentes públicos e privados que norteiam as políticas e ações idealizadas para esta região, tendo consequências negativas para a região no que se refere à exploração de recursos naturais e os danos às populações viventes (CASTRO *et al.*, 2018)

Fenômenos das histórias em quadrinhos

As histórias em quadrinhos (HQs) apresentam aos leitores uma forma diferente de ler um texto composto de imagens, expressões, figuras em forma de narrativas que compõem a compreensão de ideias expressas de forma lúdica e divertida. Segundo Menezes (2017), as histórias, quando articuladas com imagens e palavras, expressam uma

3. Os índios Tupinambás reconheciam no canto melancólico da ave denominada “macauan”, uma mensagem das almas, um aviso benéfico dos antepassados. Seu canto já foi interpretado como “Deus quer um” e, com isso, acredita-se que quando canta, ela anuncia a morte de quem a escuta.

significação articulada, solicitando uma especial interpretação por parte do leitor, para que possa ocorrer o entendimento da narrativa. Além disso, as HQs são ferramentas que utilizam as imagens e suas sequências de ações para representar o modo de dizer das palavras no decorrer da história.

Definir as HQs em um gênero textual tem sido uma tarefa difícil para diversos autores e, inclusive, quadrinistas, com o entendimento de que este tipo de narrativa é considerado relevante como experiência de linguagem. Por ter em sua composição palavra, figuração, balão, onomatopeias, legenda, quadro, sarjeta, moldura e calha, pode ser considerado um gênero textual que compõe sentido.

Segundo Eisner (1999, p. 5 *apud* MENEZES, 2017, p. 48) histórias em quadrinhos “[...] são um veículo de expressão criativa, uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia.”

As figuras apresentadas na HQs são apenas imagens isoladas sem qualquer entendimento, e a partir do momento que passam a fazer parte da sequência articulada às palavras, se tornam a arte de contar narrativas em formas de quadrinhos que representam as falas de forma ordenada e continua, com registros de movimentos dos personagens, tempo e espaço (MENEZES, 2017).

As histórias em quadrinhos são consideradas um meio de comunicação, pois podem apresentar temas relevantes, levando informações para toda a sociedade. Essas narrativas possuem linguagens complexas por serem consideradas uma forma de arte (EISNER, 1999 *apud* MENEZES, 2017; MACLOUD, 1995 *apud* MENEZES, 2017).

Segundo Menezes (2017), as HQs nos apresentam uma interpretação diferente de cada imagem contida na narrativa, pois expressa uma parte do discurso que se desenvolve em sua sequência. Esclarecendo o sentido de cada linguagem (verbal e não verbal) utilizada no decorrer da história.

Para que ocorra a compreensão total da narrativa em uma história em quadrinho, todos os seus detalhes e as figuras devem ser lidos,

refletidos e capazes de gerar uma leitura crítica do que pode vir a ser abordado neste tipo de texto.

Metodologia

O caminho metodológico do estudo apresentou as seguintes etapas: a escolha da publicação *Você sabia? Amazônia* (2005) da Turma da Mônica (Figura 1); a identificação de como a Amazônia é descrita, quais temas são abordados e metanarrativas estão contidas nas histórias. Para os dados acerca da descrição da Amazônia e temas abordados, foram divididos dois quadros explicativos, com base na categorização de análise quantitativa proposta por Bardin (2016), e na análise qualitativa das metanarrativas contidas na história embasada por Motta (2013).

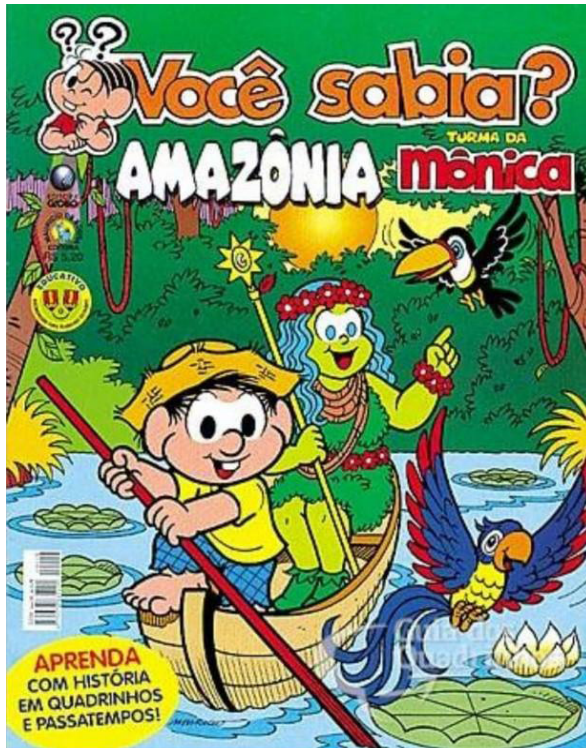


Figura 1: Capa da revista
Fonte: Turma da Mônica, n. 19, ago. 2005.

A pesquisa é considerada exploratória e descritiva, pois proporciona mais familiaridade acerca da problemática que propõe pesquisar, como a região Amazônica é apresentada em uma revista em quadrinhos voltada para o público infantil, descrevendo e identificando temas abordados, além de metanarrativas presentes nas histórias.

Resultados e discussões

A narrativa é dividida em duas partes, a primeira abrange a diversidade de árvores, a preservação ambiental, os problemas ambientais existentes nesta região e as moradias dos viventes. Na segunda parte são apresentados os fenômenos existentes, as variedades de fauna e flora típicas desta região e o modo de vida dos povos que vivem na Amazônia.

Os resultados da pesquisa sobre o questionamento inicial acerca da apresentação da Amazônia na revista em quadrinho *Você sabia? Amazônia* para o público infantil, foram tratados em três passos, iniciando com a descrição da Amazônia (Quadro 1), seguida dos temas abordados (Quadro 2) e, por último, das metanarrativas contida nas histórias.

Espaço	<ul style="list-style-type: none"> • Grande extensão territorial; • Área de extenso território verde; • Grande extensão de rios: Rio Amazonas.
Flora	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de variadas espécies de árvores e plantas: Vitória-Régia (maior flor do mundo) e a maior folha do mundo (não especificada).

Fauna	<ul style="list-style-type: none"> Variadas espécies de animais nativos: Peixe-boi, Titanus Gigantus (maior besouro existente); Mariposa Imperador (tamanho de uma caneta); Camarão Pitu (maior camarão existente) e Sucuri (cobra grande).
Fenômenos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Existência de fenômenos naturais nativos: A Pororoca.
Povos Nativos	<ul style="list-style-type: none"> Povos que vivem em casas às margens ou sobre o rio. Indígenas (maior concentração de comunidades indígenas).
Moradias	Palafitas (às margens ou sobre os rios).
Cultura Local	<ul style="list-style-type: none"> Mãe Natureza. Lendas Amazônicas: “As Amazonas”. Conhecimentos milenares.
Maior zona de livre comércio	Zona Franca de Manaus
Exploração Ambiental	Por mineradoras

Quadro 1: Descrição da Amazônia
 Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nesse primeiro quadro, a Amazônia é descrita como grande extensão territorial de áreas verdes com existência de variadas espécies nativas de animais e vegetais, além dos rios, citando o rio Amazonas. Um dos grandes fenômenos existentes, a “*Pororoca*”, é explanada sendo apenas o encontro das águas, sem mais explicações. Os povos viventes como pessoas que vivem em casa às margens ou sobre o rio, não especificando

quem seriam estes. Citam as lendas das “*Amazonas*” em relação a seu imaginário, abordam a forma de viver dos indígenas e seus conhecimentos de extração e utilização dos recursos naturais de forma sustentável. A revista apresenta uma personagem que se denomina “Mãe da Natureza”, a qual expõe a Amazônia com uma visão de um ser vivente desta localidade. É pontuada a existência de mineradoras que exploram os recursos naturais de forma não sustentável e contribuindo para a poluição de rios e mares, e a Zona Franca de Manaus sendo de extrema importância para a economia desta região.

Preservação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a importância das árvores e de seus benefícios: saúde (medicamentos); transporte; produção de ferramentas; aquecer; cozinhar; • Formas de preservação da fauna e flora; • Preservação dos rios.
Consciência Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Reciclagem e reutilização do papel; • Extração e utilização dos recursos naturais de forma sustentável; • Respeito pela natureza e seus viventes.
Problemas Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Devastação ambiental: abertura de estradas; • Contaminação dos rios por resíduos despejados irregularmente; • Exploração Inadequada dos recursos naturais.

Quadro 2: Temas Abordados na revista
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os temas presentes em toda a publicação apresentam a relevância da preservação ambiental, demonstrando a importância das árvores e de seus benefícios para a humanidade, tais como as formas de preservação da fauna, flora e seus rios. A revista remete à conscientização ambiental através da proposta de reciclagem e reutilização de papel; extração de recursos naturais de forma sustentável e respeito à natureza e seus viventes. O tema mais instigante é sobre os problemas ambientais que são pontuados como a devastação ambiental, principalmente por conta de aberturas de estradas, contaminação dos rios por resíduos despejados de forma irregular por mineradoras, além de exploração ambiental inadequada.

Metanarrativas

As narrativas sempre trazem alguns temas de plano de fundo com questões éticas ou morais que são incorporadas nas histórias quando o narrador se propõe a narrar, fazendo com que ocorra uma reflexão por parte dos leitores sobre determinada discussão, que são relativamente abstratas e evasivas, rememorando o imaginário cultural de uma determinada localidade (MOTTA, 2013).

A Amazônia sempre foi considerada uma região que convive com seus mitos, deuses, personificação de entidades e seres encantados que fazem parte da cultura local e seu cotidiano, por isso, toda e qualquer narrativa que se proponha a abordar esta região sempre apresenta temas com o objetivo de um aprendizado ou de uma experiência de vida (LOUREIRO, 2015).

A história em questão nos apresenta temas de fundo importantes sobre a Amazônia que nos levam a reflexões acerca desta região. Pode-se pontuar:

- O imaginário amazônico, quando a história apresenta a “mãe natureza” como uma personagem que é caracterizada com uma entidade que protege a natureza, mostra a região Amazônica e pontua problemas ambientais existentes;

- Descrição da Amazônia incluindo sua fauna, flora, rios e viventes nativos desta região;
- Problemas ambientais existentes, principalmente o desmatamento e a poluição dos rios;
- A preservação ambiental e a utilização dos recursos naturais de forma sustentável;
- O modo de vida dos indígenas e a utilização dos recursos naturais existentes de forma sustentável e consciente, conhecimentos milenares acerca de medicamentos para a cura de doenças do corpo e da alma.

A narrativa apresenta elementos importantes acerca da Amazônia, como os problemas ambientais ocorrentes, formas de preservação da natureza, descrição desta região e imaginário amazônico. Porém, percebe-se que as informações apresentadas na história são superficiais, pois apresentam elementos que podem ser facilmente pesquisados e encontrados em buscas na internet ou livros didáticos. Ao longo da história, o autor nos passa a impressão de que não se preocupou com uma pesquisa mais aprofundada acerca da Amazônia.

Ao abordar esta região com grande extensão de rios, apresentou apenas um dos rios, o Amazonas, como considerado o mais importante, não havendo maior esclarecimentos acerca de outros rios, principalmente ao explicar do fenômeno da *Pororoca*, que apenas é apresentado como um “encontro de águas” apresentada na (Figura 2; quadrinho 2). Ao citar sobre a maior folha do mundo, ocorreu a falta de informação, pois não citou a espécie (Figura 3; quadrinho 1). Não especifica os povos viventes desta região, apenas que vivem em casa às margens ou sobre o rio (Figura 4; quadrinho 4). Quanto ao imaginário amazônico, explana apenas sobre as “*Amazonas*” (Figura 5; quadrinho 4), sem abordar outras lendas tão conhecidas quanto esta.



Figura 2: Pororoca (quadrinho 2)

Fonte: Turma da Mônica, n. 19, p. 27, ago. 2005.



Figura 3: Maior folha do mundo (quadrinho 1)
Fonte: Turma da Mônica, n. 19, p. 30, ago. 2005.



Figura 4: Palafitas (quadrinho 4)
 Fonte: Turma da Mônica, n. 19, p. 9, ago. 2005.

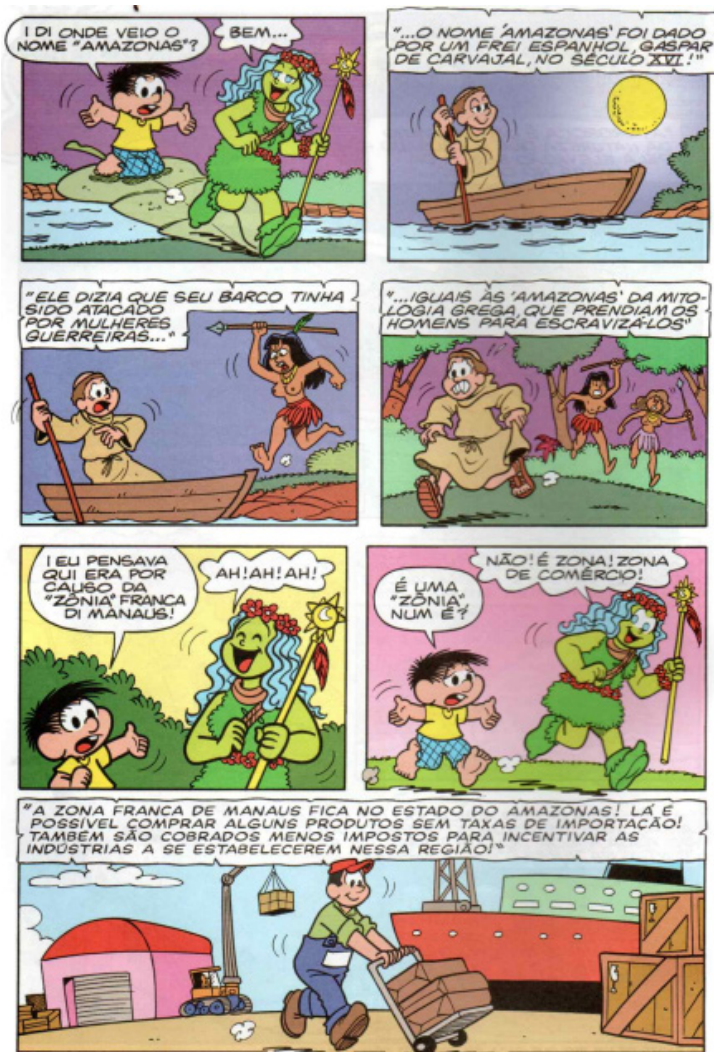


Figura 5: Amazonas (quadrinho 4)

Fonte: Turma da Mônica, n. 19, p. 28, ago. 2005.

A narrativa apresenta desinformações quando traz os trechos como “isso porque a Amazônia é considerada o pulmão do mundo” (Figura 6; quadrinho 8) sendo uma afirmação não verdadeira, pois já se sabe que oxigênio produzido pelas árvores é absorvido pela própria floresta. Loureiro (2014) nos mostra que a Amazônia é uma importante fonte de

oxigênio para a atmosfera, e que a busca por seus recursos naturais não sustentáveis resulta na extinção de espécies de fauna e flora desta região comprometendo a sua sobrevivência e de seus viventes.



Figura 6: Pulmão do mundo (quadrinho 8)
Fonte: Turma da Mônica, n. 19, p. 7, ago. 2005.

Há a falta de informação sobre os grandes projetos e empresas existentes que fazem a exploração dos recursos naturais de forma não sustentável; outro ponto a observar é a não abordagem das dificuldades de sobrevivência dos povos nativos dessa região que não estão presentes na revistinha. Para Loureiro (2014), o território amazônico vem sendo dominado desde a era colonial buscando uma língua unificada, doutrinando os indígenas e desconsiderando a cultura deste povo. Atualmente, percebe-se a dominação ideológica de domínio e controle cultural, afastando a realidade do povo vivente e suas dificuldades de sobreviver em tempos globalizados.

Considerações finais

A revista tem a proposta de apresentar a Amazônia em sua diversidade de fauna e flora, pontuando a magnitude desta região para os viventes e para o mundo como um todo, pois é considerada uma região de grandes riquezas e recursos naturais que auxiliam na melhoria da vida do ser humano. Além de apresentar os problemas ambientais existentes como o desmatamento das florestas, a contaminações de rios, a exploração dos recursos naturais sem responsabilidades e as aberturas de estradas; a revista também explana sobre os fenômenos existentes como a *Pororoca*, os animais nativos e as espécies diversificadas de sua flora; e ainda apresenta os habitantes desta região que fazem uso dos recursos da natureza de forma sustentável.

Esse tipo de narrativa é considerado relevante, pois é voltado para o público infantil, ajudando na formação intelectual destes, construindo percepções importantes com relação à floresta Amazônica e a sua preservação, e apresentando os problemas ambientais existentes. Esta narrativa foi escrita por alguém com olhar superficial da Amazônia, não conhecendo as suas peculiaridades, apenas apresentando informações já divulgadas em livros didáticos e na internet. Porém, ao tentar apresentar a Amazônia, é necessário conhecer esta região profundamente, sentir e entender como as coisas acontecem, e não apenas reproduzir o que está presente em livros didáticos ou sites na internet. A forma de apresentar a Amazônia sendo mais próxima possível de sua realidade, depende do olhar além do explícito, sentir e compreender que toda essa diversidade

de fauna e flora, fenômenos específicos que ocorrem, conhecimentos milenares dos indígenas e o seu imaginário, devem ser perceptíveis na vivência do seu íntimo, uma relação natureza e homem.

Referências

A FLORESTA habitada: história da ocupação humana da Amazônia. *Imazon*, 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CASTRO, Edna Maria Ramos de *et al.* Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Paper do NAEA*, UFPA, v. 27, n. 379, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11113>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. 4ª ed. Belém: Cultura, 2015.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Meditações e devaneio: entre o rio e a floresta. *Somanlu*, v. 3, n. 1/2, 2003. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/196>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Mundamazônico: do local ao global. *Revista Sentidos da Cultura*. v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/view>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MENEZES, Débora Paz. *Fenômeno da leitura e dimensão educativa das histórias em quadrinhos*. 2017. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Diego. População amazônica chega a 29,6 milhões de pessoas em 2021. *Portal Amazônia*, 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/populacao-amazonida-chega-a-29-6-milhoes-de-pessoas-em-2021>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PINTO, Ernesto Rena Melo de Freitas; SILVA, Francisco Eleud Gomes da. NEIDE, Gondim. *A invenção da Amazônia*, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia). *RELEM* – Revista Eletrônica Mutações, Manaus, v. 7, n. 12, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/1008>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Maurício de. *TURMA DA MÔNICA. Você sabia? Amazônia*. São Paulo: Globo Brasil, n. 19, ago. 2005.

CAPÍTULO 10

Música e meio ambiente: *Canção pra Amazônia* como ato político e socioambiental

WENISKLEY BARBOSA CAVALCANTE

LENÍCIO DA SILVA NASCIMENTO

JOSÉ FERNANDO PATIÑO TORRES

Introdução

A Amazônia é a maior região de mata nativa do Brasil e do mundo. Porém, há muitas décadas – talvez desde a chegada dos portugueses, em 1500 – tem sido vítima de madeireiros, grileiros, garimpeiros e invasores com interesses diversos. A maior floresta tropical do mundo, dona da maior biodiversidade do planeta, está sob constante risco e sua instabilidade afeta negativamente as mudanças climáticas. Mais de 1 bilhão de árvores foram derrubadas na Amazônia entre agosto de 2018 e julho de 2019, o que representa um crescimento de 30% no desmatamento. No primeiro semestre de 2021, os alertas de desmatamento apontaram para um aumento da devastação, sendo que o mês de junho registrou o maior número de focos de calor em 14 anos; e o registro de conflitos no campo em 2020 foi o maior dos últimos 35 anos (GREENPEACE BRASIL, 2021).

A atividade agropecuária avança a cada dia sobre a floresta. Os rios estão sendo ameaçados pela construção de hidrelétricas. Garimpo, invasões e roubo de madeira continuam assolando terras indígenas e unidades de conservação. Áreas da floresta estão sendo vendidas via

leilão para empresas explorarem petróleo e gás natural. Além disso, estudo recente do MapBiomas (2021) mostrou que, entre 1985 e 2020, a área utilizada para garimpo e mineração no Brasil cresceu seis vezes, saltando de 31 mil para 206 mil hectares. Só a Amazônia concentra 72,5% desse total. Isso significa que, de cada quatro hectares minerados no Brasil, três deles estão na Amazônia. Outro dado importante mostra que, entre janeiro e julho de 2021, 74% das novas áreas para mineração foram abertas incidindo em áreas protegidas – como Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Existem alguns programas do governo federal para frear a exploração e destruição da Floresta Amazônica. Um exemplo dessas ações foi a criação de dois sistemas de monitoramento via satélite da Amazônia. Um deles é o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), utilizado desde 1988 para identificar visualmente os polígonos de desflorestamento por meio de imagens. Com esses dados, é possível calcular as taxas anuais de desflorestamento, fazer projeções e produzir um banco de dados geográfico ao longo do tempo.

A conscientização sobre a preservação da Amazônia tem sido objeto de mobilizações sociais que vão desde ações capitaneadas por ambientalistas, como também pela classe artística, que inclui músicos, atores e demais entusiastas da causa. No âmbito do Projeto de Lei que restringe a demarcação de terras indígenas no país, Alok, Vitão, Gisele Bündchen e outros artistas se posicionaram em apoio aos povos indígenas (QUEIROZ, 2021). Em setembro de 2021, uma ação foi articulada entre artistas e a Organização Não Governamental Greenpeace, resultando em uma música e um clipe de mais de 11 minutos contra a degradação da Amazônia. Foram 31 artistas, entre atores, compositores, cantores e lideranças indígenas que gravaram *Canção pra Amazônia*, de composição de Nando Reis e Carlos Rennó, que também dirigiu o clipe (GREENPEACE BRASIL, 2021).

O manifesto poético-musical em vídeo em defesa da maior floresta tropical do mundo reuniu nomes da música nacional, de vários estilos e gerações, como Anavitória, Arnaldo Antunes, Caetano Veloso, Camila Pitanga, Daniela Mercury, Elza Soares, Gaby Amarantos, Milton Nascimento, entre outros. O vídeo ganhou grande repercussão e reverberou

na mídia nacional, sendo exibido na revista eletrônica *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, no dia 5 de setembro de 2021¹.

A partir desta contextualização e tomando por base as discussões em torno da música enquanto arte engajada política e culturalmente, este artigo tem o objetivo de discuti-la como forma de comunicação e protesto em defesa de causas ambientais. Para tanto, analisa-se a obra *Canção pra Amazônia*, lançada pelo Greenpeace em 2021. O trabalho está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresenta-se uma discussão teórica que baliza a análise empreendida. Na segunda, destaca-se os procedimentos metodológicos e, por fim, apresenta-se uma análise da referida música como forma de comunicação e protesto.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é classificada como descritiva e explicativa na proposta de Gil (2007). A pesquisa descritiva exige do pesquisador diversas informações sobre aquilo que se pretende estudar e busca descrever determinados fatos e fenômenos de uma realidade. Para Gil (2007), a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Nesse sentido, a pesquisa explica o porquê dos fenômenos através dos resultados oferecidos. Ainda segundo Gil (2007), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, pois a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige uma descrição minuciosa e detalhada.

Para tanto, é feita uma descrição do clipe *Canção pra Amazônia*, na qual são destacados pontos das imagens e da letra da música que remetem à preocupação e alertam para a preservação da Amazônia, além dos elementos que buscam despertar o público para os cuidados das riquezas naturais. Desta forma, esta pesquisa é também qualitativa e, quanto aos procedimentos técnicos, é um estudo de caso, ao abordar a referida obra analisada como exemplo dentro de um universo mais amplo (ANDRÉ, 2013).

Inicialmente, fez-se revisão bibliográfica prospectiva, conforme Alyrio (2009), com a investigação em material teórico preliminar sobre

1. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9832275/>. Acesso em: 20 set. 2022.

o assunto de interesse. Posteriormente, foi feita a análise do clipe destacando suas construções narrativas e simbólicas em torno da temática ambiental, em especial da preservação da Amazônia brasileira, bem como as suas repercussões na mídia nacional.

A música como grito da Amazônia

O acervo fonográfico brasileiro apresenta vários exemplos de como a música foi utilizada em diversos momentos da história do país como instrumento de luta e mobilização em prol de várias causas, em especial contra o regime militar instalado no Brasil com o golpe de 1964. Conforme Lira, Silva e Florentino (2020), a música brasileira tem muitos artistas dispostos a questionar os problemas vivenciados pela sociedade, que deixam claro que o protesto sempre partia de uma parcela consciente da classe artística que não se conformava com as condições vivenciadas no país.

Com o golpe militar de 1964, diversos artistas foram exilados e usaram suas canções para protestar ou mesmo cantar as saudades do Brasil. Como exemplos clássicos há Geraldo Vandré, com a canção “*Pra não Dizer que não Falei das Flores*” (1968), que instigava a população a lutar contra a situação vigente no país na época. Outro exemplo é Belchior, com a música “*Como nossos Pais*”, interpretada por Elis Regina, e Aldir Blanc e João Bôscoli, com a música “*O Bêbado e a Equilibrista*” (1979). Esta última se tornou o Hino da Anistia, mesmo sendo composta antes da aprovação da Lei de Anistia. Caetano Veloso com a sua “*É Proibido Proibir*” (1968) é outro clássico com apelo revolucionário.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve o consumo das vertentes artísticas (incluindo aqui a música) dos anos anteriores e os intérpretes continuaram entoando canções que exaltavam a luta de seus antecessores. Este período contou com artistas que não renegaram a herança de seus ídolos pregressos. Houve a busca e a luta por meio de lindas canções, com o foco permanecendo o mesmo: crítica aos governantes corruptos, porém com um adicional. Em algumas letras, o povo também passou a ser retratado, como em *Alagados* (1986) dos Paralamas do Sucesso, que retrata o cotidiano das pessoas que moram em favelas; *Comida* (1987) da banda Titãs, que mostra que a fome intelectual

é uma necessidade semelhante à fome física [...]. (LIRA; SILVA; FLORENTINO, 2020, p. 172).

Essas músicas ainda hoje são entoadas em forma de protesto e são consideradas, por grande parte de seus ouvintes, hinos contra qualquer forma de opressão, repressão, corrupção e o próprio sistema capitalista. Além disso, outro tema que passou a ser recorrente nas músicas brasileiras foi a preocupação com o meio ambiente, em especial com a Floresta Amazônica. Um exemplo desse processo é a música “Saga da Amazônia”, do paraibano Vital Farias (1982). Esta pode ser considerada canção que “[...] ecoa através de sua poesia quanto à matança, destruição da natureza e poluição das águas.” (LIRA; SILVA; FLORENTINO, 2020, p. 173).

Segundo Saunier (2017), as discussões sobre a preservação da Amazônia ganharam mais força com as instalações de projetos desenvolvimentistas na região Norte do país, como a Zona Franca de Manaus (1967), a construção da Rodovia Transamazônica (1969-1974) e a criação de diversas unidades de conservação e a construção de hidrelétricas. A partir disso, passaram a surgir músicas com um caráter mais ambientalista que vão ao encontro do enfrentamento da crise ambiental causada por projetos equivocados planejados e instalados na Amazônia, e que ganharam força no período da ditadura militar no Brasil, passando a configurar entre os esforços na sensibilização da sociedade e na promoção de ações visando a proteção da floresta e da biodiversidade presente nela.

A música popular brasileira também tem destacado o meio ambiente e a Amazônia. Pesquisa realizada pela bióloga especialista em Educação Ambiental, Mariana Araguaia, e disponibilizada no portal *Brasil Escola*², apontou a relação da música com questões ambientais. São descritas algumas canções que levam em seu conteúdo a biodiversidade, o aquecimento global, o ecossistema e suas precariedades. Algumas das canções relatadas podem ser destacadas a seguir:

2. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/musicas-ambientais.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

- *Absurdo*, de Vanessa da Mata: a cantora mato-grossense aponta o comportamento autodestrutivo humano que, ao prejudicar a natureza, prejudica a si mesmo.

- *Sobradinho*, de Sá e Guarabyra: escrita por dois dos principais nomes do rock rural, a canção se inicia com versos diretos, pontiagudos: “O homem chega e já desfaz a natureza/Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar”.

- *Xote Ecológico*, de Luiz Gonzaga: essa música fala sobre a destruição dos recursos naturais do planeta e seu impacto para os seres humanos.

- *Planeta Azul*, de Xororó e Aldemir: além de falar sobre a poluição provocada pelo homem, essa música sugere também pontos interessantes para serem abordados em discussões no que diz respeito às inversões climáticas (ARAGUAIA, 2022).

Além disso, é importante ressaltar que a preservação da Amazônia também foi tema de músicas de Roberto Carlos, como a canção “Amazônia”, e de Anitta, com “Amazonas”, em que a artista fez questão de gravar um clipe no local do tema da música. São produções que têm em comum o viés político no sentido de usar a liberdade poética como forma de chamar atenção para causas importantes e mobilizar a sociedade em busca de melhorias e/ou engajamento em causas ambientais, políticas e sociais.

Nesse sentido, a música aparece como instrumento deste processo, pois conforme Wazlawicket, Camargo e Maheirie (2007, p.106):

A atividade musical, enquanto integrante de uma cultura, criada e recriada pelo fazer reflexivo-afetivo do homem, é vivida no contexto social, histórico, localizado no tempo e no espaço, na dimensão coletiva, onde pode receber significações que são partilhadas socialmente e sentidos singulares que são tecidos a partir da dimensão afetivo-volitiva e dos significados compartilhados.

Assim, a música, como linguagem reflexivo-afetiva, leva as pessoas a se envolverem em causas pela emoção que ela proporciona. Desta forma, a música expressa um conjunto de fatores que são indissociáveis, complexos e circunscritos em um contexto social (MOREIRA, 2014). Assim, deve-se entender o significado das músicas não apenas como algo artístico que ela possui, mas também como algo que ela produz em

determinado contexto. Somado a isso, Nunes (2005, p. 50) destaca que “a função comunicativa da música está intrinsecamente relacionada a seu papel social, sendo necessária sempre uma relação sistemática entre ela e o contexto social que a produz e a recebe.”

A reação de um indivíduo à arte ou a fenômenos artísticos relacionados, como a música, é construída e influenciada a partir de sentimentos pessoais, opiniões, construção filosófica, preconceitos e experiências que surgem para criar as preferências de um indivíduo. Há uma tendência comportamental do ser humano em procurar certos ambientes de que gosta que, ao mesmo tempo, afasta-o de coisas que entram em conflito com seu gosto. Parece algo óbvio, mas existe uma questão essencialmente filosófica por trás deste comportamento (GONZÁLEZ REY, 2007).

Parente e Feitosa (2019) acrescentam que a música é utilizada em contextos sociais e políticos, perdurando no imaginário e memória coletivos pela sua ampla difusão, se configurando como resistência cultural e mobilização social em prol de determinadas causas. Assim, tanto para o ouvinte quanto para o compositor, a música está relacionada à afetividade, que contempla as emoções e os sentimentos. A música é, portanto, “uma linguagem reflexivo-afetiva” (MAHEIRIE, 2003), isto é, se configura como uma expressão do pensamento afetivo e tem uma função simbólica, ao revelar uma época, um fato, uma causa, uma temática específica.

Numa escola, a sensibilização ambiental pode ser utilizada em diversos contextos, como músicas para serem tocadas antes de um evento, para atividades de interpretação de texto, encerramento de uma aula ligada ao tema, entretenimento, ou mesmo sendo lançado um desafio para que seja feito um festival de músicas ambientais, nas quais estas podem ser apresentadas pelas alunas e pelos alunos.

Com relação aos temas que envolvem a busca por uma identidade regional, a música se revela importante mediadora cultural. Na TV regional está presente tanto em programas musicais específicos, com temas caipira, samba, *rock* etc., como de forma transversal integrando programas que abordam cultura local, agenda cultural e manifestações

folclóricas. É o caso de *Carrossel da Saudade* (TV Cultura/Amazonas), exibido semanalmente há quatro décadas (MENESES, 2020).

Portanto, ao pensar-se nas letras musicais que envolvem ou trazem à tona debates sobre a questão ambiental, como é o caso da *Canção pra Amazônia*, questiona-se se as mesmas podem criar meios para a reflexão em relação às interferências sociais em diversas temáticas. A música aparece, neste contexto, como um meio para discutir a questão numa perspectiva crítica, entendendo a complexidade do tema e a partir de seu contexto histórico, observando-se os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos.

Canção pra Amazônia: um grito dos artistas brasileiros

Em setembro de 2021, em meio às discussões do projeto de lei sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, considerado um retrocesso por ambientalistas e defensores dos povos originários, a ONG Greenpeace lançou o *Projeto Canção pra Amazônia*, que reuniu mais de 30 artistas em prol da preservação da floresta. O projeto também contou com o apoio de lideranças indígenas e teve o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a preservação da Amazônia e das terras dos indígenas que lá habitam.

A campanha foi totalmente sem fins comerciais e os artistas participantes não receberam cachês, além de cederem sua imagem e voz para o projeto. A gravação da música levou cerca de sete meses, entre fevereiro e agosto de 2021. Cada artista gravou seu trecho separadamente, como forma de minimizar os riscos de contaminação por Covid-19. O projeto teve apoio também da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE Amazônia (DANTAS, 2021).

A música foi composta por Carlos Rennó e Nando Reis. A interpretação contou com diversos nomes da música, entre eles Caetano Veloso, Elza Soares, Gal Costa, Gilberto Gil, Criolo, Duda Beat, Anavitória, Rael e Vitão.

A música e o clipe foram lançados no dia 5 de setembro, data em que se comemora o Dia da Amazônia, no canal do *YouTube* da ONG Greenpeace Brasil e já conta com mais de 28 mil curtidas e 279 mil visualizações³. Ao todo, o vídeo tem 11 minutos e 46 segundos e intercala imagens dos artistas interpretando a música e de cenas de destruição na Amazônia, como queimadas, desmatamento e avanço da pecuária. A legenda do vídeo no Canal da Greenpeace Brasil diz o seguinte:

Nosso maior patrimônio está ameaçado. Vítima do apetite voraz de grileiros, madeireiros, garimpeiros e invasores – e fragilizada pelas ações e pelo discurso de um governo omissivo e irresponsável – a Amazônia corre perigo. É hora de levantar nossas vozes contra a destruição da floresta.

Costuma-se observar nos noticiários brasileiros diversas informações desesperadoras sobre a Amazônia, principalmente por conta do desmatamento, queimadas e conflitos no campo. A situação da região motivou a direção do Greenpeace para a organização de um manifesto poético-musical em vídeo para defesa da maior floresta tropical do mundo.

Além da grande quantidade de intérpretes, o clipe é formado por um combo de letra incisiva e cenas reais da destruição da Amazônia (Figura 1), promovendo uma narrativa que emociona e envolve o público numa tentativa de proporcionar mais engajamento nas ações em prol da Amazônia. A ONG também usa estrategicamente os artistas por serem figuras da sociedade que se comunicam com muita gente, desta forma possibilita a ampliação do alcance da mensagem de maneira mais rápida e efetiva, buscando, assim, ganhar mais adesões para a causa ambiental.

Logo na primeira estrofe é possível entender que a música é uma crítica ao atual cenário da Amazônia brasileira e à inércia do poder público diante da situação.

Maior floresta tropical da Terra
A toda hora sofre um duro golpe
Contra trator, corrente, motosserra
A bela flora clama em vão “me poupe”

3. Dados coletados no dia 15 de fevereiro de 2022.

Porém tem uma gente surda e cega
 Para a beleza e o valor da mata,
 Embora o mundo grite que já chega
 Pois é a vida que o desmate mata
 Mais vasta ainda todavia é a devastação e o trauma
 Focos de fogo nos sufocam fauna, flora e até a alma
 Compositores: Carlos Aparecido Renno / Nando Reis, 2021.



Figura 1: *Frames do clipe Canção pra Amazônia*
 Fonte: Elaborado pelos autores por meio de captura de tela.

A música segue destacando os grandes algozes da floresta, como a mineração, o agronegócio, as hidrelétricas, as queimadas e o desmatamento. Além disso, os autores da canção destacam que os ataques à floresta desregulam o clima mundial e são promovidos por quem nega a Ciência e as riquezas que a floresta possui estando em pé. Os compositores também criticam o governo que abandona a Amazônia e libera a expansão das plantações de soja e dos pastos para o gado do agronegócio. Outro ponto de destaque é a exaltação dos povos da floresta como verdadeiros guardiões e a falta de consciência da população que não pensa no futuro das gerações.

Dos povos da floresta sob pressão
 O indígena, seu grande guardião
 Em comunhão com ela há milênios
 Nos últimos e trágicos decênios
 Vem vindo a mata sendo ameaçada
 E cada terra deles atacada
 Por levas de peões de poderosos
 Com planos de riqueza horrorosos
 É invasão, destruição, ódio a quem são seus empecilhos
 Eles não pensam no amanhã nem do planeta nem dos próprios
 filhos

Compositores: Carlos Aparecido Renno / Nando Reis, 2021.

Os madeireiros, garimpeiros e grileiros são apontados na música como algozes da Amazônia, sendo responsáveis pelo desmatamento e poluição dos rios. Também é destacado que as agressões à Amazônia influenciam diretamente no clima, pois o processo de transpiração da floresta tem papel importante no ciclo da água e das chuvas em outras regiões do país. Além disso, as belezas naturais do bioma amazônico são destacadas em outros trechos da letra, que exaltam a obra da natureza como “Tão pródiga, tão pura, tão diversa”. Por fim, a música ressalta a importância da ciência e dos estudos que já comprovaram que o desmatamento influencia diretamente no clima, como no aquecimento global e na escassez de chuvas em algumas regiões. A música se encerra conclamando a população a salvar a Amazônia.

Amazônia
 Quando afinal o homem dimensiona a
 Amazônia
 Que venha a ter valido a nossa insônia
 E Amazônia e
 Enquanto nos encante e emocione a
 Amazônia
 Salve a Amazônia
 Salve-se a selva ou não se salva o mundo

Compositores: Carlos Aparecido Renno / Nando Reis, 2021

Por fim, verifica-se o potencial da música e do clipe para o fortalecimento da luta política e socioambiental em defesa da Amazônia e contra as ações humanas e governamentais que insistem em destruir esta riqueza natural. Os artistas figuram como elementos importantes e estratégicos de apelo e mobilização social em prol da causa, principalmente pela legião de seguidores que os acompanham via redes sociais digitais.

Diante desse cenário, observou-se que a música se configura como um produto cultural capaz de operar estrategicamente nas lutas sociais, em especial na luta ambiental, ao trazer elementos que levam a sociedade ao processo autorreflexivo. Nesse contexto, a *Canção pra Amazônia* atuou como elemento influenciador na luta ambiental em favor da Amazônia ao trazer elementos narrativos que foram reforçados pelos sistemas midiáticos, possibilitando experiências e posicionamentos diante da causa ambiental.

Considerações finais

A *Canção pra Amazônia* é um exemplo de como a música pode ser utilizada como ato político em prol de causas sociais e ambientais, como na luta pela preservação da Amazônia. No caso analisado neste trabalho, verificou-se que o Greenpeace utilizou de forma estratégica a música como instrumento para mobilizar a população em torno de uma causa em prol da qual a ONG atua e defende. Neste caso em específico, também foram utilizados artistas de renome nacional, que foi mais uma estratégia da campanha, pois estes artistas usam de suas influências na sociedade, principalmente pela legião de seguidores que os acompanham via redes sociais digitais, para engajar um maior número de pessoas na ação. Quando esses artistas adotam uma postura de defensores das causas ambientais, em especial da Amazônia, ocorre um impacto significativo, normalmente a favor dos pontos por eles defendidos.

Ressalta-se, ainda, que as reflexões realizadas a partir da *Canção pra Amazônia* envolvem a música e o meio ambiente no primeiro plano, mas como mensagens subjacentes tem-se a representação da identidade de povos tradicionais ao destacar no clipe participantes indígenas que estão vestidos a caráter. Essa compreensão da música como instrumento polí-

tico da causa ambiental traz em seu bojo um ar transgressor, do ponto de vista estético, que tem em si o caráter de questionar temas cruciais para o contexto histórico da atualidade.

Essa representação da realidade amazônica é recorrente em outros discursos midiáticos sobre a região, porém esse traz o apelo ambiental a partir da música com enunciados midiáticos que representam o descaso, a destruição e a falta de compromisso dos governantes com a riqueza natural que é a Amazônia. Mas também ressaltam o cenário de abundância de seus recursos naturais e sua importância no ciclo da vida na terra.

Referências

ALYRIO, Rovigati Danilo. *Métodos e técnicas de pesquisa em administração*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013. Disponível em: <https://www.nelsonreyes.com.br/Marli%20Andr%C3%A9.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ARAGUAIA, Mariana. Músicas ambientais. *Brasil Escola*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/musicas-ambientais.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DANTAS, Jorge Eduardo. Ouça Agora! “Canção pra Amazônia”: um manifesto poético-musical em defesa da maior floresta tropical do mundo. *Greenpeace*, 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ouca-agora-cancao-para-amazonia-um-manifesto-poetico-musical-em-defesa-da-maior-floresta-tropical-do-mundo/>. Acesso em 10 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GREENPEACE BRASIL. *Canção pra Amazônia*. Youtube, 05 set. 2021. 1 vídeo (11min46seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yE1PENHOpDQ&t=1s>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LIRA, Aldízio Francisco; SILVA, Laudénice Freitas da; FLORENTINO, Nádia Nelziza Lovera de. A música como instrumento de protesto: uma leitura da canção saga da Amazônia. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 21, n. 51, p. 169-184, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/25943>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAHEIRIE, Katia. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003. Disponível em: <https://>

www.scielo.br/j/pe/a/Mj7QYdVRbYk5QSF7F8sDRLf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAPBIOMAS. Área ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020. *MapBiomass*, v. 7, 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MENESES, Verônica Dantas. TV Regional e identidades locais. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* vulnerabilidades, narrativas e identidades. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2020. p. 173-192.

MOREIRA, Nélio Ribeiro. *A música e a cidade: práticas sociais e culturais na cena da canção popular em Belém do Pará na década de 1980*. 2014. 299f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/6627>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NUNES, Talita Rodrigues. *A influência da música sobre as representações sociais de meio ambiente no contexto de uma exposição científica*. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101572>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PARENTE, Felipe Andrade Vaz; FEITOSA, Saulo Ferreira. A música e o bem viver. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 14-31, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/1107/1554>. Acesso em: 20 jan. 2022.

QUEIROZ, Isabela. Famosos se juntam aos indígenas contra o marco temporal. *O Povo*, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2021/08/25/famosos-se-juntam-aos-indigenas-contra-o-marco-temporal.html>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SAUNIER, Karine Aguiar de Sousa. *Não mate a mata: visões ambientais precursoras na obra musical de Adelson Santos*. 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)

– Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6342>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WAZLAWICK, Patrícia; CAMARGO, Denise de; MAHEIRIE, Kátia. Significados e sentidos da música: uma breve “composição” a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 105-113, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100013>. Acesso em: 20 jan. 2022.

III

Plataformas Digitais e Tecnologias

CAPÍTULO 11

As narrativas de desinformação sobre a pandemia da Covid-19 no estado do Amazonas

CRISTIANO ALVES VIANA

LIANA VIDIGAL ROCHA

Introdução

A pandemia da Covid-19 tornou-se a maior crise sanitária e humanitária dos últimos tempos em nível global, potencializada ainda pelo “encurtamento” das distâncias em virtude dos ágeis transportes, e pela diminuição (ou a sensação de diminuição) do espaço-tempo como resultado da velocidade em que as telecomunicações operam e fazem circular as informações. A morte de milhões de pessoas ocasionada pela disseminação do chamado novo coronavírus (e suas variantes) demonstra claramente como as fronteiras perderam o sentido e como a humanidade está mais interligada do que sugerem as ideias sobre estado-nação ou nacionalismo. Para o vírus não há fronteira, território, distinção de língua ou qualquer diferenciação simbólica e imaginária criada pela espécie humana. O efeito desastroso dessa transmissão – metaforicamente vinda como em ondas – são milhões de mortos, sequelas físicas e psicológicas, tristeza e luto para as famílias, grandes impactos sociais e econômicos sobre as populações em diversas regiões do mundo.

Não bastassem consequências negativas, a pandemia da Covid-19 evidenciou também outro aspecto cultural e social contemporâneo: o

fenômeno da desinformação e sua rápida difusão. Não é exagero afirmar que a desinformação traz consigo efeitos tão danosos quanto a própria pandemia na medida em que muitas pessoas acabam acreditando em narrativas conspiratórias e inverídicas sobre a ciência, medidas preventivas, tratamentos médicos, e até mesmo sobre a eficácia das vacinas.

Como consequência, o vírus continua a se espalhar e a se modificar, tornando o controle da doença ainda mais difícil e distante. Com o intuito de promover a discussão sobre os motivos que levam o público a acreditar em desinformações, traçaremos paralelos e conexões que cremos haver entre os conceitos de informação/desinformação, narrativa e ciberespaço.

Ao tomar como base a divisão das eras culturais utilizada por Santarella (2003), desde a época da cultura oral, passando pela cultura escrita, impressa, transitando pela cultura de massas, das mídias até chegar no momento atual da cultura digital, a desinformação esteve presente de modo mais ou menos intenso, obviamente com denominações diferentes e dinâmicas de produção e difusão em conformidade com cada era.

Ressalta-se que esta é uma pesquisa do tipo descritiva, baseada em revisão bibliográfica com autores que tratam do conceito de ciberespaço (MADISON, 2004; CLARK, 2010), narrativa (MURPHET, 2005; COBLEY, 2014; SQUIRE, 2014; MOTTA, 2017), informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007) e desinformação (DEMO, 2000). A partir de uma amostra qualitativa, foram selecionadas três narrativas sobre Covid-19 que circularam no estado brasileiro do Amazonas (AM) em períodos distintos (2020-2022). O intuito é mostrar como essas narrativas se apresentam (conteúdo), o formato com o qual foram desenvolvidas (texto, foto, vídeo, etc.) e indicar as razões que levam o público a acreditar nas informações falsas.

Ciberespaço e Narrativa

O mundo conectado em redes computacionais, tecnológico e virtual é um dos traços mais marcantes da era pós-moderna e do que se denomina cultura digital ou cibercultura. Contudo, a cibercultura só se tornou viável porque foi precedida pelo ciberespaço. Madison (2004)

observa que há uma grande variedade de definições sobre o ciberespaço, que ora destacam a parte física, ora enfatizam o lado metafórico da expressão.

O autor debruçou-se sobre o assunto, inclusive, apresentando algumas definições e associações. Para ele, o ciberespaço pode ser compreendido como “um corpo único de conhecimento; um lugar, uma coleção de lugares, uma rede, uma estrada e uma autoestrada” (MADISON, 2004, p. 250). Além disso, o autor completa afirmando que o ambiente pode ser associado a “um mercado, um espaço aberto, uma comunidade virtual (ou conjunto de comunidades) e um conjunto de relacionamentos baseados em status; uma gigante fotocopiadora, um livro ou uma biblioteca.” (MADISON, 2004, p. 250-251, tradução nossa)¹. Afinal, o próprio termo pode ser compreendido como uma metáfora que busca associar o espaço virtual ao que ficou conhecido como internet.

Ao longo dos anos, muitas definições diferentes evoluíram para o termo ciberespaço. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos, por exemplo, considera o ciberespaço como “um domínio global dentro do ambiente de informação que consiste na rede interdependente de infraestruturas de tecnologia da informação, incluindo a Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computador e processadores e controladores incorporados”. (OTTIS; LORENTS, 2010, p. 268, tradução nossa²).

1. No original: *Cyberspace is “a single body of knowledge.” Cyberspace is a place, a collection of places, a network, a highway and an information “commons.” It is a marketplace, an open space, a “frontier,” a virtual community (or set of communities) and a set of medieval status-based relationships. Cyberspace has been characterized as a giant photocopier, as a book and as a library.*

2. No original: *Over the years, many different definitions have evolved for cyberspace. The US Department of Defense, for example, considers cyberspace as “a global domain with in the information environment consisting of the interdependent network of information technology infrastructures, including the Internet, telecommunications networks, computer systems, and embedded processors and controllers.” (JP 1-02).*

Para Clark (2010, p. 1, tradução nossa)³, o ciberespaço pode ser caracterizado a partir de um modelo composto por quatro camadas. São elas: i) as pessoas que participam da experiência cibernética, ou seja, aquelas que se comunicam, trabalham com informações, tomam decisões e executam planos, transformando assim a natureza do ciberespaço; ii) a informação que é armazenada, transmitida e transformada no ciberespaço; iii) os blocos lógicos de construção que compõem os serviços e suportam a plataforma do ciberespaço; iv) as fundações físicas que sustentam os elementos lógicos.



Figura 1: Camadas do Ciberespaço
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Clark (2010).

Para este trabalho, as camadas que interessam são àquelas que se referem aos usuários e às informações. Sobre os usuários, Clark (2010, p. 4, tradução nossa) explica que “as pessoas não são apenas os usuários

3. No original: *The people who participate in the cyber-experience – who communicate, work with information, make decisions and carry out plans, and who themselves transform the nature of cyberspace by working; The information that is stored, transmitted, and transformed in cyberspace; The logical building blocks that make up the services and support the platform nature of cyberspace; The physical foundations that support the logical elements.*

passivos do ciberespaço, elas definem e moldam seu caráter às maneiras que escolhem para usá-lo.” Com relação à camada das informações, o autor afirma que a informação, no ciberespaço, apresenta muitas e diferentes formas, o que evidentemente mostra que “a captura, o armazenamento e o processamento” se tornam o “ponto central da experiência.” (CLARK, 2010, p. 3, tradução nossa)⁴.

Já Madison (2004, p. 251) acredita que o ciberespaço remete à tecnologia, à metáfora e à teoria, sendo que por vezes essas abordagens parecem se chocar. Portanto, para o autor, a melhor forma de entender ciberespaço é aproximar o seu sentido de narrativa, pois nela existem tramas, enredos com vários personagens, sejam eles “bons” ou “maus”, que interagem uns com os outros. Madison (2004) se concentra em duas definições de narrativa e que estão relacionadas: a primeira no sentido acadêmico, como uma construção social, e a segunda no sentido popular de narrativa, como uma história com começo, meio e fim.

Assim, podemos afirmar que, antes mesmo do surgimento do ciberespaço e da internet, o ser humano já era considerado um sujeito narrativo por apresentar uma tendência em compreender o que está ao redor e a conceber o que chamamos de realidade pelos olhos da imaginação. A narrativa pode ser relacionada com o forjamento de histórias a partir dos sentidos e significados que atribuímos às coisas e ao mundo. Desse modo, “estudos transculturais (por exemplo, CHAFE, 1980; LÉVI-STRAUSS, 1972) sugerem que a narrativa é uma forma básica e constante de expressão humana independentemente da origem étnica, língua primária e enculturação.” (HAZEL, 2007, p. 1, tradução nossa)⁵.

A palavra narrativa pode ser associada a um elemento estruturante de nossas identidades, uma espécie de amálgama formadora daquilo que somos como sujeitos individuais e sociais. Cobley (2014, p. 2, tradução nossa)⁶ afirma que “onde quer que haja humanos, parece haver

4. No original: *But clearly the creation, capture, storage and processing of information is central to the experience.*

5. No original: *[...]cross-cultural studies (e.g. Chafe 1980; Levi-Strauss 1972) suggest that narrative is a basic and constant form of human expression regardless of ethnic origin, primary language, and enculturation.*

6. No original: *Wherever there are humans there appear to be narratives.*

narrativas”. Afinal, o ser humano sente necessidade de contar a sua própria história desde os primórdios de sua existência. Além disso, o ato de consumir histórias de diferentes tipos de meio de comunicação é também uma forma de contribuir para a ampliação e desenvolvimento de novas e futuras narrativas.

Contudo, o autor afirma que “tão logo começamos a olhar mais de perto esse fenômeno, fica evidente que o impulso aparentemente natural de contar histórias e ouvir histórias (ou ler) está longe de ser simples.” (COBLEY, 2014, p. 2, tradução nossa)⁷. Assim, é possível afirmar que, ao longo dos anos, a narrativa tem sido essencial para o desenvolvimento humano, pois sua construção mostra uma maneira “preeminente de representação”, possibilitando que o mundo seja compreendido de formas específicas (LYOTARD, 1984; COBLEY, 2014).

Murphet (2005, p. 60, tradução nossa) assevera que “contar uma história é articular eventos representados em uma sequência, colocando uma coisa após a outra, traçando conexões causais até que passemos (como disse Aristóteles) do começo, para o meio, para o fim.” Segundo o autor, a ideia que temos de tempo está diretamente ligada às formas de narrativa que conhecemos.

Squire (2014, p. 273) entende a narrativa como sucessões de signos que atuam na construção de sentidos. Em outras palavras, trata-se de “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares e não gerais.” A autora discorda daqueles que afirmam ser o tempo um fator indispensável na construção de uma narrativa, apesar de exercer influência em vários conceitos sobre o tema.

Seguindo o raciocínio de Squire, uma narrativa também pode ser alinear, sem uma ordem cronológica contínua. Ela afirma também que as narrativas podem ocorrer em diversas mídias, inclusive em imagens móveis (filmes), apresentando-se por meio de uma sequência de signos, não importando o sistema de símbolos, da mídia ou da matriz semiótica em que esta sucessão é apresentada. A autora lembra que histórias não podem ser consideradas universais porque elas precisam de

7. No original: [...] *as soon as we start to look more closely at this phenomenon, it is evident that the apparently natural impulse of storytelling and story listening (or reading) is far from simple.*

“recursos sociais, culturais e históricos particulares e operam dentro deles” (SQUIRE, 2014, p. 273). Sendo assim, uma história pode tocar profundamente um grupo social e não fazer o menor sentido para outro.

Já Motta (2017) defende que as narrativas são recursos argumentativos utilizados em jogos de linguagem. Seu estudo é focado nas narrativas como estratégias organizadas do discurso jornalístico. O pesquisador afirma que:

Jornalistas, diretores de TV e produtores contam histórias porque sabem que homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, constroem temporalmente suas experiências. Por isso, exploram com astúcia e profissionalismo o discurso narrativo para causar efeitos de sentido. (MOTTA, 2017, p. 2).

Em seu artigo intitulado *Análise pragmática da narrativa jornalística*, Motta (2017) propõe um caminho para se compreender como as histórias jornalísticas dispersas podem se tornar narrativas completas se forem identificadas em uma sequência temática, juntadas e encadeadas as partes cronologicamente. Várias histórias colocadas em uma só podem, segundo o autor, recriar a realidade com estrutura, clímax e desfechos que transformam as histórias em uma narrativa inédita e completa. O que eram várias notícias unitárias passam a ser um acontecimento integral. A memória constrói a nossa realidade como se fosse uma espécie de ilha de edição – como disse o poeta Waly Salomão em seu poema *Carta aberta a John Ashbery* (1996) – e assim construímos a nossa realidade no mundo e na vida. A vida se transforma em arte. Construímos então nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro.

Motta (2017) segue argumentando que construímos os significados a partir de pedaços de informação que são obtidos no fluxo midiático e dessa forma compreendemos a nossa existência.

Informação e desinformação

O termo informação possui significados amplos, controversos, complexos e interdisciplinares. Nesta disputa semântica, os diferentes campos do saber elaboraram sentidos distantes uns dos outros, o que nos

leva a pensar se não seria mais assertivo atribuir termos diferentes para significados tão difusos entre si. Para tanto, apresentamos alguns desses conceitos com o intuito de compreender a complexidade da expressão.

Capurro e Hjørland (2007) fizeram um estudo sobre a história, a etimologia e a filosofia acerca da palavra informação. Segundo os autores, as raízes são latinas (*informatio*), mas a origem do termo é grega. Na idade média, informar era relativo a dar forma à matéria ou a alguma substância (in-formar). Devido à grande influência da filosofia iluminista e do racionalismo moderno, especialmente de René Descartes (1596-1650), o conceito de informação passou a ser relacionado às ideias, que seriam as formas do pensamento, não sendo retratadas em algum lugar do cérebro, mas no sentido de que essas ideias informam o próprio espírito (mente) sobre algo. Portanto, o conceito de informação sofre uma transição da idade média para a modernidade, afastando-se da ideia de dar forma (formar) para comunicar alguma coisa a alguém.

Essa concepção mais abstrata de informação só começou a ser modificada no início do século XX com o surgimento da teoria da informação, ou teoria matemática, proposta por Shannon e Weaver, em 1948. No entanto, como afirmaram Capurro e Hjørland (2007, p. 162), foi também nesse período que teve início a controvérsia em torno do conceito de informação, mais especificamente no contexto da cibernética, campo científico que atribuía ao termo “um alto grau de abstração e não reduzidos à comunicação do conhecimento humano.” Ainda de acordo com os autores, no final dos anos de 1970, as concepções sobre informação na filosofia da ciência e na filosofia analítica eram próximas as da física, da biologia e da linguística. Como resultado disso, houve uma tendência de reumanizar o significado de informação, isto é, trazê-la para o contexto da cultura.

Uma das conclusões do trabalho intitulado *O Conceito de Informação*, de Capurro e Hjørland (2007), é que, para se abrandar as controvérsias sobre o sentido de informação, o mais importante é separar o significado do termo como objeto ou coisa (números de *bits*, documentos, etc.) de informação como um conceito subjetivo, ou seja, como um signo que depende da interpretação de um agente cognitivo. No entanto, os pesquisadores lembram que “questões de interpretação também são difíceis

porque frequentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural.” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 194).

Ao considerarmos que informação é uma coisa ou objeto, que depende das necessidades interpretativas e das habilidades do indivíduo, e que é um conhecimento transmitido a alguém, nos alinhamos ao entendimento de Rocha (2020, p. 231) ao afirmar que “a desinformação mantém esse mesmo significado, porém, é o seu conteúdo que apresenta a mutação”. Em outras palavras, o conceito de informação é correlato ou similar ao de desinformação, o que os diferencia é o tipo de conteúdo falso ou verdadeiro, certo ou incerto.

Nesse sentido, Demo (2000, p. 39) afirma, inclusive, que “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz.” O autor esclarece que o fenômeno pode ser considerado o mesmo, contudo, os sinais são apenas opostos. Para o pesquisador, o ato de desinformar faz parte do processo da informação, uma vez que, ao elaborar a informação, é feita a seleção dos dados que realmente são considerados interessantes e/ou relevantes, o que pode, de alguma maneira, levar à manipulação das informações.

Em certo sentido, todo processo informativo é manipulador, porque seleciona a informação disponível, além de a interpretar hermeneuticamente. Esta é marca do conhecimento como tal: à medida que conhece a realidade, destaca nela o que o método pode captar, além de impingir interpretações orientadas pelo interesse, por vezes escuso. (DEMO, 2000. p. 40).

Demo (2000) explica ainda que é impossível escapar da manipulação. Entretanto, isso não significa que não seja possível elaborar táticas “abertas de controle”, pois é difícil ter o domínio total e absoluto sobre qualquer informação principalmente em tempos de tecnologia avançada e redes de compartilhamento. Assim, o autor confirma que “a manipulação menos prejudicial é aquela que se oferece à discussão aberta”, mas afirma que a informação possui um caráter ambivalente, “tanto em quem a pronuncia, quanto em quem a recebe.” (DEMO, 2000. p. 40-41). E é justamente essa ambivalência que possibilita a criação, a invenção e a distorção que vemos nas desinformações.

Conforme dissemos no início deste capítulo, a desinformação e as chamadas *fake news* (notícias falsas) agravaram o já conturbado cenário da pandemia da Covid-19 no mundo inteiro. O Brasil vive um momento de grande polarização política e radicalização ideológica e talvez isso tenha criado um ambiente ainda mais favorável para a propagação das narrativas de desinformação.

Em meio ao caos visto e vivido por muitos durante a pandemia, comparável às histórias apocalípticas de filmes de ficção científica, as narrativas de desinformação encontraram terreno fértil para se propagarem rapidamente, assim como um vírus. Rocha (2020) lembra que esses conteúdos são geralmente polêmicos e quase sempre inverídicos. Já os objetivos dos indivíduos ou grupos que elaboram essas publicações podem ser associados a gerar tráfego na rede, impulsionar e conquistar audiência, fortalecer partidarismos ou ideologias, enfraquecer o jornalismo, produzir lucro/faturamento e envolver o público.

Grande parte dessas narrativas parecem absurdas e, em geral, com um olhar mais atento e um pouco de disposição para checar a veracidade dessas postagens, pode-se descobrir ou, pelo menos, desconfiar que se tratam de notícias e conteúdos não verdadeiros. Mas então, o que leva tantas pessoas a acreditarem e a replicarem essas publicações? Os estudos do campo da psicologia e da comunicação são caminhos possíveis para tentarmos compreender este fenômeno que ocorre, sobretudo, no ciberespaço.

Shane (2020), em artigo para a *First Draft*, organização independente e sem fins lucrativos criada em 2015 para combater a desinformação, listou algumas razões que ajudam a entender como a psicologia humana pode nos tornar vulneráveis a essas narrativas de desinformação. Dez conceitos foram elencados e, obviamente, não temos a pretensão do aprofundamento em cada um deles neste trabalho. O que se almeja é tão somente descrever brevemente algumas dessas definições dadas pela organização com base em estudos do campo da psicologia, de modo que sirvam como sugestão e referência para análises mais detalhadas sobre cada uma delas. Desta forma, optamos por destacar seis dessas definições por estarem de algum modo relacionadas umas com as outras: i)

comodismo cognitivo; ii) teoria do processo duplo; iii) heurística; iv) dissonância cognitiva; v) viés de confirmação e vi) raciocínio motivado.

O *comodismo cognitivo* é uma característica que nos leva a escolher maneiras mais fáceis para lidar com as situações ou problemas, frequentemente, optando pelas soluções que exigem menos trabalho. Segundo essa definição, os seres humanos evoluíram para usar o mínimo de esforço mental possível para não ter que pensar muito sobre cada situação ou coisa. Isso explicaria o fato de nossos cérebros terem se tornado tão eficientes. O risco que esse comportamento oferece é não emprendermos o esforço necessário para pensar, por exemplo, se algo que vimos nas redes sociais é verdadeiro ou falso.

A *teoria do processo duplo* sugere que temos duas formas básicas de raciocinar. Sistema 1: processo automático que exige pouco esforço. Sistema 2: processo analítico que demanda um esforço maior. Conforme Shane (2020), por temos a tendência de agir com comodismo cognitivo, optamos com frequência pelo sistema 1 quando achamos que é possível resolver algo mais facilmente. Entretanto, essa escolha nos torna vulneráveis à desinformação porque quanto mais fácil e rápido processarmos algo, maiores serão as chances de julgarmos que algo é verdadeiro enquanto pode não ser. Essa “pressa” pode nos levar a esquecer detalhes importantes, por exemplo, nos lembrar de algo que vimos nas redes sociais, mas esquecer que aquilo foi desmentido.

Heurística, em uma definição bastante simplificada, são indicadores que lançamos mão para fazer julgamentos rápidos sobre algum assunto ou coisa. Conforme o referido artigo, utilizamos a heurística porque é mais fácil do que fazer análises complexas, sobretudo no ciberespaço, onde existe uma enorme quantidade de informações. Mas a heurística pode nos levar a conclusões equivocadas, quando, por exemplo, fazemos uso da “heurística do endosso social”, na qual se atribui como certa a opinião de um especialista. Aceitar como verdade a opinião de uma pessoa somente porque confiamos nela não é uma atitude totalmente segura, afinal, essa pessoa também pode estar errada.

Os três conceitos apresentados até aqui foram fundamentados em estudos que relacionam a psicologia humana ao ciberespaço, entre os quais destacamos o trabalho produzido por Dario Taraborelli (2008, p.1)

no qual se enfatiza a ideia de “deferência epistêmica” como sendo a capacidade de confiar em fontes de informação para formar novas crenças. O autor sugere que isso é um aspecto comum no mundo digital (ciberespaço) e que para ser cognitivamente eficiente é necessário confiar em estratégias heurísticas simples, rápidas e relativamente fáceis.

Conforme Shane (2020), *dissonância cognitiva* é uma experiência negativa que ocorre quando nos deparamos com informações que contradizem nossas próprias crenças. Isso pode nos levar a rejeitar informações confiáveis e verídicas para atenuar a contrariedade provocada pela dissonância.

O *viés de confirmação* é um conceito que revela uma atitude contrária à dissonância, ou seja, a tendência de acreditar em informações que confirmam as nossas crenças arraigadas. Um bom exemplo é o “movimento antivacina”, em que pessoas rejeitam as evidências científicas e os dados que demonstram a redução do número de casos graves e de mortes provocadas pela Covid-19 em função do avanço da vacinação. Informações que destaquem os efeitos colaterais e a ineficácia das vacinas serão, por outro lado, aceitas pelos adeptos das ideias antivacina.

Por último, destacamos aqui o conceito de *raciocínio motivado*, no qual a tendência seria acreditar naquilo que queremos aceitar em vez de buscar a verdade. Sendo assim, evidências, fatos e provas cabais sobre determinado assunto são inaceitáveis se não reafirmam aquilo em que desejamos crer. Citados pela *First Draft*, os cientistas cognitivos David Rand e Gordon Pennycook publicaram um artigo⁸, em 2019, em que discordam da ideia do *raciocínio motivado*. Para eles, a questão não é que nossa capacidade de raciocinar está sendo sequestrada pelas convicções partidárias ou ideológicas, e sim porque muitas vezes deixamos de exercer nossas habilidades críticas e somos mentalmente preguiçosos. Conforme os cientistas, esse é o ponto crucial da nossa vulnerabilidade psicológica à desinformação e não o *raciocínio motivado*.

8. O artigo *Why do people fall for fake news?* pode ser consultado no site do jornal *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/19/opinion/sunday/fake-news.html>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

Narrativas de desinformação na Amazônia

A região amazônica, especialmente o estado do Amazonas, foi um dos primeiros lugares do Brasil a sofrer os impactos da “primeira onda” de transmissão da Covid-19, no início de 2020. A rede de saúde do estado foi também a primeira a atingir o limite da capacidade de atendimento e a entrar em colapso, o que levou à falta de leitos para os doentes; e de medicamentos, aparelhos e oxigênio medicinal para os procedimentos de entubação dos casos mais graves. Cenas aterrorizantes foram vistas por meio da mídia: milhares de mortes, pessoas desesperadas tentando conseguir uma vaga nas UTIs para seus familiares, covas sendo abertas nos cemitérios para enterrar as pessoas que sucumbiram à doença.

Nesse cenário, a desinformação também ganhou destaque, configurando-se em um problema grave e que deve ser combatido. Para tanto, apresentamos três exemplos de narrativas falsas que circularam em sites de redes sociais e em aplicativos de troca de mensagens durante o período da pandemia no estado do Amazonas. Nesse sentido, foram selecionadas três narrativas de períodos distintos que compreendem os anos de 2020, 2021 e 2022. São elas: i) Foto e vídeo de caixão vazio são antigas e não têm relação com enterros por Covid-19 no Amazonas (MORAES, 2020)⁹; ii) Queda de mortes por Covid-19 no Amazonas não é consequência de tratamento precoce (PACHECO, 2021)¹⁰, e iii) Vídeo de pai desesperado é antigo, foi filmado no Amazonas e não tem relação com vacina (VÍDEO..., 2022)¹¹. As narrativas foram coletadas de três veículos que trabalham com verificação de informações (*fact-checking*), no caso Agência Lupa, Agência Aos Fatos e Estadão Verifica.

O primeiro exemplo coletado para ilustrar a discussão se trata de um conteúdo cuja legenda dizia que caixões vazios estavam sendo enterrados para gerar pânico e aumentar o número de mortes no Amazonas,

9. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/29/verificamos-foto-caixao-vazio-enterros-covid-19-amazonas/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

10. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/queda-de-mortes-por-covid-19-no-am-nao-e-consequencia-de-tratamento-precoce/>. Acesso em: 16 maio 2022.

11. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/video-pai-desesperado-vacina-manaus-paraiba/>. Acesso em: 16 maio 2022.

um dos estados brasileiros que registrou maior quantidade de mortes no início da pandemia (Figura 1).

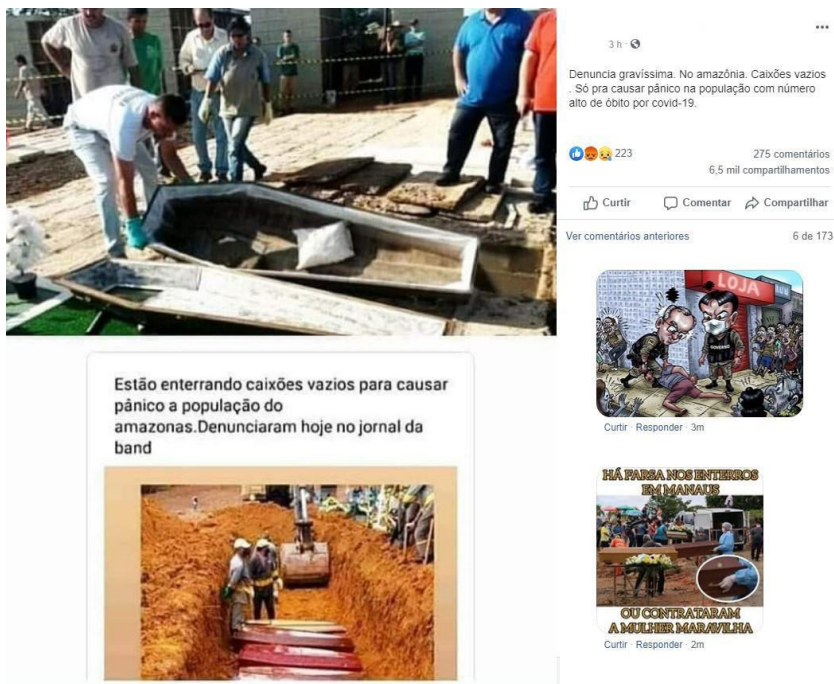


Figura 1: Desinformação sobre o enterro de caixões vazios no estado do Amazonas

Fonte: Captura de tela do site da Agência Lupa (MORAES, 2020)¹².

No início de 2020, período da primeira onda da pandemia de Covid-19 no estado do Amazonas, circulou nas redes sociais uma montagem com duas fotos. A primeira mostra um caixão aberto contendo um saco e uma pedra e várias pessoas ao seu redor. A legenda afirma se tratar de caixões que estavam sendo enterrados vazios no Amazonas para provocar pânico na população em razão da pandemia. A foto abaixo da montagem mostra vários caixões sendo enterrados em uma vala comum

12. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/29/verificamos-foto-caixao-vazio-enterros-covid-19-amazonas/>. Acesso em: 3 maio 2022.

com o auxílio de uma retroescavadeira. A legenda diz que a notícia teria sido dada no Jornal da Band.

A informação foi analisada pela agência de *fact-checking* Lupa e verificou-se que era falsa. A primeira foto foi feita pelo fotógrafo Milton Rogério e publicada no site São Carlos Agora em 30 de maio de 2017. Conforme a Lupa, a polícia descobriu que um grupo do município de São Carlos, interior de São Paulo, simulou a morte de uma moradora de rua para receber o seguro de vida.

Uma reportagem publicada no site Uol mostrou que o grupo liderado por um ex-agente funerário fez apólices no nome da mulher, com valores que variavam entre 800 mil e 1,4 milhão. Antes, os fraudadores se aproximaram da vítima argumentando querer ajudá-la a retirar a segunda via dos seus documentos de CPF e RG. Os protocolos foram retidos pela quadrilha e, com isso, conseguiram obter os documentos que serviram para forjar as apólices. A quadrilha conseguiu um atestado de óbito falso com a ajuda de um médico. Antes do golpe se concretizar, a Polícia Civil de São Paulo desvendou a farsa e na investigação o caixão foi desenterrado. Descobriu-se, assim, que no seu interior só havia uma pedra e um saco cheio de serragem (SCHIAVONI, 2017).

A segunda foto, que mostra os vários caixões em uma vala, foi realmente feita no Amazonas durante a pandemia, porém, de acordo com Moraes (2020), a prefeitura de Manaus (AM), responsável pelos cemitérios do município, negou que os caixões estavam vazios. Os veículos de comunicação Band Nacional e Band Amazonas também negaram a veiculação de reportagem sobre o assunto.

É possível observar que a narrativa sobre os caixões vazios se baseou em um fato verdadeiro – golpes em seguros de vidas – para criar a história de que as mortes por Covid-19 no estado estavam sendo fraudadas para gerar pânico na população. Além disso, a narrativa, elaborada a partir de textos curtos associados a fotografias/ilustração e também a vídeos, aponta para o *comodismo cognitivo*, uma vez que a informação não requer grande esforço de compreensão e nem de questionamento, sobretudo, por acrescentar o dado de que a história foi noticiada por uma reconhecida emissora de televisão. Isso leva o público a pensar que

a informação já havia sido checada pelo veículo e, assim, seria verdadeira.

O segundo exemplo selecionado é referente à desinformação que circulou pelas redes sociais, em abril de 2021, com destaque para o Facebook, sobre a queda de mortes por Covid-19 no Amazonas em virtude da eficácia do tratamento precoce realizado à base de medicamentos, como ivermectina, azitromicina e hidroxicloroquina. Verificada pela Agência Aos Fatos (PACHECO, 2021), a publicação foi classificada como falsa (Figura 2).

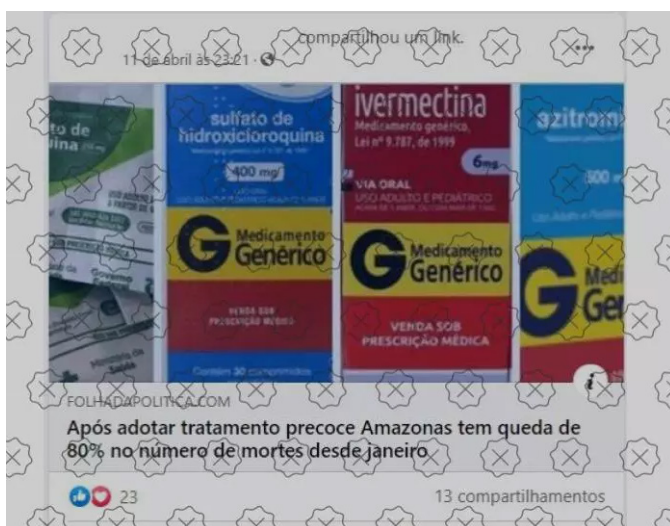


Figura 2: Publicação falsa sobre tratamento precoce
Fonte: Captura de tela do site da Agência Aos Fatos (PACHECO, 2021)¹³.

A Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM) revelou que a queda no número de mortes, de 3.536 para 684, em março de 2021, se deu em virtude das medidas de restrição implementadas para atividades econômicas consideradas não essenciais no estado. Essa ação foi necessária porque o sistema de saúde do Amazonas havia entrado em colapso por causa do elevado número de pessoas contaminadas com o vírus. Mesmo tendo distribuído ivermectina e azitromicina nas

13. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/queda-de-mortes-por-covid-19-no-am-nao-e-consequencia-de-tratamento-precoce/>. Acesso em: 3 maio 2022.

Unidades Básicas de Saúde de Manaus, o órgão público esclareceu que o “tratamento precoce” não havia sido adotado pelo governo estadual. Além disso, a distribuição da medicação não conteve o avanço da doença (PACHECO, 2021).

Apesar da desinformação basear-se em dados verdadeiros e divulgados pela SES-AM, a queda de 80,65% no número de mortes por Covid-19 não ocorreu em função do uso de medicamentos não comprovados para o tratamento da doença, mas sim por causa das medidas restritivas adotadas pelo governo do estado. Esse tipo de conteúdo apresenta um falseamento da verdade, pois não há pesquisas científicas que comprovem a eficácia dos medicamentos, citados na narrativa, para tratar a doença.

Por apresentar um formato simples, reunindo texto e imagem, a desinformação foi compartilhada em sites de redes sociais, como Facebook, mas também em sites considerados informativos, como o Folha Política. Nesse sentido, podemos pressupor que a *heurística* foi uma das razões que levou o público a acreditar nesse tipo de desinformação, pois, ao fazer um julgamento rápido do conteúdo, sem aprofundar ou questionar os números apresentados, a narrativa engana e confunde o usuário. Para completar, os dados foram realmente publicados pela Secretaria de Saúde, porém com uma justificativa totalmente diferente àquela apresentada na desinformação.

O terceiro e último exemplo compreende uma desinformação que circulou no ciberespaço em janeiro de 2022. A desinformação, no formato de vídeo, mostra um pai desesperado ao constatar que o seu filho havia morrido (Figura 3). A cena, em qualquer situação, é chocante, pois mostra a revolta do pai. O fato realmente aconteceu, em Manaus, no ano de 2019, porém não no contexto no qual foi divulgado três anos depois.

A notícia verdadeira tratava de uma mãe e um bebê que morreram na Maternidade Balbina Maestrino, localizada na capital amazonense, após aguardarem por atendimento por dois dias seguidos e sem sucesso. Na ocasião, ao receber a comunicação do falecimento, o pai da criança se desespera e tenta quebrar uma máquina de lanches do hospital. Nessa

mesma época, servidores denunciaram a falta de condições adequadas de trabalho e a péssima estrutura do local.



Figura 3: Desinformação sobre vacinação em criança
Fonte: Captura de tela de Estadão Verifica (VÍDEO..., 2022).¹⁴

O Estadão Verifica e o projeto Comprova (VÍDEO..., 2022) fizeram a checagem do vídeo, constatando que se tratava de conteúdo falso, pois o material havia sido editado “para mudar o seu significado original”, sendo usado para espalhar uma mentira sobre os efeitos colaterais da vacina contra Covid-19 em crianças. Para confundir ainda mais o público, o vídeo foi divulgado como um caso que havia ocorrido na Paraíba, mas que alcançou compartilhamentos em todo o território nacional, inclusive, no Amazonas.

Com relação às razões que levam o público a acreditar nesse tipo de desinformação, inferimos que, por se tratar de registro em vídeo, as pessoas tendem a acreditar que não houve manipulação da narrativa. Nesse sentido, afirmamos que o *raciocínio motivado*, ou seja, o usuário acredita no que quer em vez de procurar a verdade, seja uma das causas para tantos compartilhamentos no ciberespaço. Além disso, a empatia

14. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/video-pai-desesperado-vacina-manaus-paraiba/>. Acesso em: 3 maio 2022.

com a imagem do pai desesperado faz com que as pessoas não raciocinem de forma lógica, deixando-se levar pelo lado sentimental.

Considerações finais

As narrativas de desinformação na Amazônia são reflexos de um fenômeno mundial e não há características particulares que diferenciem a região do que ocorre em nível global. O estado do Amazonas faz parte de um contexto social e cultural próprio da pós-modernidade, assim como as outras regiões brasileiras urbanizadas e inseridas digital e tecnologicamente. Neste mundo pós-moderno, híbrido, fragmentado, onde as mudanças são rápidas e constantes, tanto as nossas identidades pessoais como as sociais e culturais se deslocam e se recolocam a depender das circunstâncias.

O mundo virtual ou ciberespacial possui características bastante parecidas com o mundo “real”, o que nos leva a refletir que o sujeito e o ciberespaço se constroem simbolicamente, no universo imaginário, isto é, por meio de narrativas, as quais se compõem de informação ou desinformação. Ambas são faces da mesma moeda, diferindo-se pelo teor verdadeiro ou falso.

As narrativas de desinformação ocorridas no período que compreende a pandemia da Covid-19 no Amazonas revelam, portanto, um fenômeno presente no mundo pós-moderno e digital. Em janeiro de 2021, o governo do Amazonas publicou uma lei que previa punição para quem divulgasse notícias falsas sobre a pandemia da Covid-19 e outras epidemias no Estado. A multa foi estipulada entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil, e o valor arrecadado seria revertido para apoiar o tratamento de epidemias no estado. A iniciativa não extirpa a proliferação de conteúdos falsos, porém, aponta para uma preocupação do poder público em combater a prática (AMAZONAS..., 2021).

Se por um lado, temos a criação e disseminação dessas narrativas motivadas para fortalecer ideologias ou partidarismos, gerar tráfego nas redes sociais, conquistar audiência, enfraquecer o jornalismo, gerar lucro e envolver o público, do outro temos a comprovação de que o espaço-tempo foi alterado. O volume de dados nos deixa ansiosos pelas informações que circulam em profusão no ciberespaço. Como consequência,

ocorrem comportamentos psicológicos que nos tornaram vulneráveis às narrativas de desinformação, como a falta de disposição e interesse para pesquisar e confirmar as histórias que chegam até nós por aplicativos de mensagens ou pelas redes sociais, nos tornando mais vulneráveis e suscetíveis a acreditar em conteúdos falsos e enganosos.

Por fim, esclarecemos que este trabalho não teve como objetivo principal identificar as razões que levam o público a acreditar e compartilhar conteúdos enganosos, mas sim promover a discussão em torno dessas razões a partir de narrativas que circularam no período da pandemia da Covid-19 envolvendo o estado do Amazonas. Observamos, ainda, que as razões elencadas pelo *First Draft* podem ocorrer em mais de uma narrativa, o que necessitaria de mais pesquisas sobre o assunto, envolvendo, por exemplo, os estudos de recepção.

Referências

AMAZONAS aprova lei que prevê multa a quem divulga notícia falsa sobre pandemias. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/01/4900073-amazonas-aprova-lei-que-preve-multa-a-quem-divulga-noticia-falsa-sobre-pandemias.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, abr. p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/JAdmYW>. Acesso em: 7 jan. 2022.

CLARK, David. Characterizing, cyberspace: past, present, and future. *ECIR Working Paper*, MIT Political Science Department, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/GifZD>. Acesso em: 11 maio 2022.

COBLEY, Paul. *Narrative*. London: Routledge, 2014.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>. Acesso em: 15 maio 2022.

HAZEL, Paul. *Narrative: an introduction*. Swansea Institute of Higher Education, 2007. Disponível em: http://www.paulhazel.com/blog/Introduction_To_Narrative.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

LYOTARD, Jean-François. *The Postmodern Condition: a report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

MADISON, Michael J. The Narratives of Cyberspace Law (or, Learning from Casablanca). *27 Columbia Journal of Law and the Arts*, v. 249, 2004. Disponível em: https://scholarship.law.pitt.edu/fac_articles/351. Acesso em: 15 jan. 2022.

MORAES, Maurício. Foto e vídeo de caixão vazio são antigas e não têm relação com enterros por Covid-19 no Amazonas. *Agência Lupa*, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/Qycv>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise pragmática da narrativa*. São Paulo: Portcom; Intercom, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/eQWia>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MURPHET, Julian. Narrative Time. In: FULTON, Helen *et al.* *Narrative and Media*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

OTTIS, Rain; LORENTS, Peeter. Cyberspace: Definition and implications. In: *International Conference on Cyber Warfare and Security*. Academic Conferences International Limited, 2010. Disponível em: <https://shre.ink/QycN>. Acesso em: 30 abr. 2022.

PACHECO, Patrícia. Queda de mortes por Covid-19 no AM não é consequência de ‘tratamento precoce’. *Agência Aos Fatos*, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/QyF6>. Acesso em: 3 maio 2022.

ROCHA, Liana Vidigal. As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de desinformação. In: MIRANDA, Cynthia M. *et al.* (Orgs). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 22, 2003.

SCHIAVONI, Eduardo. São Carlos: Polícia acusa família de enterrar caixão vazio para ficar com o seguro. *Portal Uol*, 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/01/sao-carlos-policia-acusa-familia-de-enterrar-caixao-vazio-para-ficar-com-seguro.htm>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SHANE, Tommy. The psychology of misinformation: why we’re revulnerable. *First Draft*, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3SnjqhP>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2014.

TARABORELLI, Dario. How the web is changing the way we trust. In: BRIGGLE, Adam; WAELBERS, Katinka; BREY, Philip (Orgs). *Current Issues in Computing and Philosophy*. Amsterdam: IOS Press, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/QycJ>. Acesso em: 3 maio 2022.

VÍDEO de pai desesperado é antigo, foi filmado no Amazonas e não tem relação com vacina. *Estadão*, São Paulo, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/QyVA>. Acesso em: 3 maio 2022.

CAPÍTULO 12

Narrativas da 342 *Amazônia* nas plataformas digitais em defesa do meio ambiente

HAROLDO FREIRE DA SILVA JÚNIOR

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA

Introdução

As últimas décadas foram marcadas por várias transformações da sociedade. Nesse novo cenário, despontou uma acentuada preocupação com a natureza. Com isso, a preservação do meio ambiente começou a ocupar lugar de destaque na mídia e a ser uma das prioridades para a humanidade. Tal preocupação se pauta no paradoxo: progresso e desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental.

Concomitantemente, o avanço das tecnologias digitais modificou as relações das mídias com o público, promovendo transformações sociais, culturais e comunicacionais. As redes sem fio apresentam amplo alcance e permitem que a informação circule de forma ubíqua. Com smartphones conectados à internet, qualquer pessoa pode ter acesso a textos, fotos, áudios, vídeos, sobre os mais diversos temas, incluindo, o meio ambiente. Desse modo, vive-se em uma sociedade que se configura cada vez mais como uma sociedade informacional (CASTELLS, 1999) e midiaticizada (HJARVARD, 2012), em um contexto de cultura da convergência (JENKINS, 2009).

Partindo desse enfoque, o objetivo deste artigo é compreender a atuação da *342 Amazônia* na luta pela preservação da floresta amazônica. A união entre *342 Amazônia*, *Greenpeace* e *Mídia NINJA* originou a criação do primeiro aplicativo de mobilização e ação de causas ligadas à defesa da natureza e do meio ambiente intitulado *342 Amazônia*. O caminho metodológico adotado foi a pesquisa exploratória bibliográfica e a descrição do aplicativo, do site e dos perfis em redes sociais digitais do *342 Amazônia* (GIL, 2010).

Narrativas em plataformas digitais

A ideia de narrativa “não significa simplesmente descrever acontecimentos ocorridos ou como demarcação de uma realidade.” (CARVALHO, 2012, p. 173). Ela pode ser entendida também como uma estratégia para enfrentar as discordâncias do tempo e do mundo cosmológico, conforme aponta o autor:

As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independentemente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória. (CARVALHO, 2012, p. 173).

Já para Gonçalves e Santos (2016), tudo o que existe no universo depende fundamentalmente das relações que se estabelecem. Assim, o tecido que envolve o indivíduo e o insere no mundo é a narrativa. Todo discurso é construído a partir de uma ação conjunta e não de uma linearidade que pressupõe a ação de um sobre o outro passivo, pois cada sujeito imprime à relação comunicativa aspectos que permitem o seu reconhecimento e exigem que as ideias sejam tratadas de uma forma e não de outra.

Desde a popularização dos computadores – no final dos anos 1990 – e dos smartphones – no início dos anos 2010 – surgem novos espaços para a circulação de narrativas e, mais do que isso, para compartilhamento, discussão e interação. Nas plataformas digitais, as narrativas são caracterizadas pela hipertextualidade, multimidialidade, interatividade,

memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade (CANAVILHAS, 2014).

De acordo com Van Dijck (2013), com o surgimento da web foi possível conectar o hipertexto à internet, sendo a base para a comunicação em rede. Na virada do século, com a web 2.0, os serviços on-line se tornaram interativos, abrindo distintas possibilidades de conexões. Com isso, e a proliferação de redes sociais digitais (Facebook, YouTube, Wikipedia, entre outras), a comunicação em rede transformou-se em uma socialização em plataforma, e a cultura participativa em uma cultura de conectividade (VAN DIJCK, 2013).

As mídias sociais são definidas por Torres (2009, p. 113) como “sites que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos pelas pessoas e para as pessoas, nas quais o consumidor é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor da informação.” Para Recuero, Bastos e Zago (2015, p. 29), a mídia social é um fenômeno emergente “que tem início com a apropriação dos sites de redes sociais pelos usuários. Essa apropriação, que horizontaliza ainda mais os processos de comunicação, dá outra força ao papel dos nós da rede.”

Gonçalves e Santos (2016) explicam que a nova ecologia midiática valoriza o sujeito nas relações sociais e emerge como uma necessidade na sociedade contemporânea. As estruturas rígidas, que determinavam os comportamentos e submetiam os sujeitos, passam a ser determinadas por suas ações e reações. A interatividade promovida pelas mídias sociais faz emergir o indivíduo como sujeito, de fato, no processo. Assim, surgem novas práticas comunicacionais em diversas esferas – desde as relações familiares até as relações mais complexas das comunicações midiáticas, institucionais e mercadológicas.

É no cenário das novas práticas comunicacionais que destacamos a construção de discursos sociais que dão ênfase ao sujeito, à sua participação e colaboração na produção de outras narrativas - a princípio, mais polifônicas -, ainda que as ações ou as práticas nem sempre sejam coerentes com tais discursos. (GONÇALVES; SANTOS, 2016, p. 3).

Nesse contexto, destaca-se também o conceito de narrativa multiplataforma e, ainda, de narrativa transmídia. Logo, as narrativas transitam

de um meio a outro, de uma plataforma a outra, complementam-se e têm o seu conteúdo expandido pela ação interativa do público com o produtor de conteúdos.

No atual cenário, multiplataforma “refere-se a uma abordagem estratégica em que as empresas de mídia estão focadas em criar ou juntar produtos e serviços com vista à entrega e distribuição dessa proposição de conteúdo não apenas em uma, mas em múltiplas plataformas.” (DOYLE, 2015, p. 51, tradução nossa). De modo que se transformar em fornecedor de conteúdo multiplataforma requer o desenvolvimento de novos formatos de informações adequados à matriz digital em seus diferentes suportes. O público, por sua vez, pode optar de que forma prefere acessar os conteúdos.

Já a narrativa transmídia, para Renó *et al.* (2011), é considerada o resultado da articulação das distintas partes de uma grande narrativa, todas elas complementares e ligadas a esta. Cada uma é veiculada pela plataforma que melhor potencialize suas características expressivas. O público fortalece as articulações da narrativa transmídia, como um movimento intensamente criativo e socializador.

Nesse cenário, Jenkins, Ford e Green (2014) chamam a atenção para o surgimento de um modelo de circulação híbrido “em que um mix de forças de cima para baixo e de baixo para cima determina como um material é compartilhado, através de culturas e entre elas, de maneira muito mais participativa (e desorganizada).” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 24). Portanto, compreende-se que a plataforma 342 *Amazônia* foi criada como uma forma de alcançar mais seguidores da causa ambiental, assim como disseminar conteúdos referentes à temática em diferentes suportes digitais.

Meio ambiente, Amazônia e vulnerabilidade

O meio ambiente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compreende:

[...] recursos naturais (solo, subsolo, vegetação, fauna, flora, recursos hídricos, ar); clima; impacto das atividades sociais, econômicas e culturais exercidas pelo homem sobre os recursos naturais e o meio ambiente; prestação de serviços de saneamento (abastecimento de

água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de efluentes líquidos) e doenças relacionadas; gastos e dispêndios com proteção ambiental; indicadores agroambientais (uso de agrotóxicos e fertilizantes, agricultura orgânica); monitoramento ambiental (poluição, ecossistemas, uso da terra, proteção ambiental); riscos e desastres ambientais; unidades de conservação da natureza e terras indígenas; desenvolvimento sustentável; e gestão e política ambientais, entre outros aspectos. (IBGE, 2022, n.p).

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988). Contudo, o ser humano, principalmente da sociedade capitalista, sempre teve uma relação de exploração com a natureza, retirando dela recursos com potencial de transformação, de forma a obter bens por meio do trabalho, comportando-se como se a natureza fosse uma fonte inesgotável de recursos (CASTRO *et al.*, 2018). Nesse sentido, segundo Castro *et al.* (2018), as relações de poder e as questões políticas que envolvem as questões ambientais – até as críticas realizadas pela ecologia – visam à maximização do lucro e à mercantilização da natureza.

A maioria das informações midiáticas sobre o meio ambiente aborda a questão sob o ponto de vista da fauna e flora, dando a impressão que é apenas isso (TRIGUEIRO, 2005). Ainda segundo Trigueiro (2005, p. 24), “existe uma dificuldade de interação entre os especialistas, de um lado os ambientalistas isolados, falando entre si, afastando o público leigo, e de outro lado os jornalistas simplificando demais os conceitos ambientais para facilitar sua vida de ‘informante’”. Na concepção de Ziggatti (2005), é preciso que haja uma abordagem mais intensa na mídia sobre as questões ambientais, uma vez que a comunicação é essencial para a conscientização e sensibilização da sociedade sobre as atitudes e práticas mais sustentáveis.

No caso da Amazônia, alguns dos problemas da região escapam da discussão midiática:

Amazônia mediada por jornalistas e dispositivos midiáticos torna-se a Amazônia representada para todo o Brasil. A região exibida via satélite em rede nacional ‘torna-se’ o próprio real, com atestado de ‘verdade’ porque baseado em regras e rotinas jornalísticas de objetividade e imparcialidade que dificulta identificar, observar em detalhes o papel e a própria ação do mediador, pelo menos em um primeiro momento. (COSTA, 2011, p. 85).

A região – que é o foco da plataforma analisada nesta seção – possui o bioma mais extenso do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a Amazônia tem uma extensão de aproximadamente cinco milhões de km², correspondendo a cerca de 58% do território brasileiro. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 202?, n.p), “o desmatamento, seja para exploração da madeira ou para a criação de gado, e a grande ocorrência de queimadas são hoje as principais ameaças à Amazônia e têm como consequência a extinção de várias espécies animais e vegetais.”

O debate sobre a Amazônia em geral tem aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos, visto a vulnerabilidade da região em distintas dimensões. Nesse sentido, é importante destacar também o conceito de vulnerabilidade. O termo, geralmente, remete a uma condição negativa, relacionada à ideia de fragilidade. Estar vulnerável é estar “sujeito a ser atacado, derrotado.” (HOUAISS, 2020).

De acordo com Carmo e Guizardi (2018), com o exercício etimológico resgata-se que a conexão dos vocábulos em latim “vulnerare”, que significa ferir, lesar, prejudicar e “bilis” – suscetível a – teria dado origem à palavra vulnerabilidade. Conformado na matriz discursiva da Bioética, o conceito de vulnerabilidade como condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda, diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições.

A vulnerabilidade também pode ser associada a questões sociais e se articula de diversas formas e propósitos. Tal conceito envolve a própria relação entre a autonomia das pessoas que só pode ser desenvolvida com base no reconhecimento social, que lhes garantirá autoconfiança e auto-

estima (LAGE, 2020). O autor aponta as contribuições de Honneth para os estudos de vulnerabilidade a partir dos seguintes aspectos:

[...] o estabelecimento de uma abordagem intersubjetiva da vulnerabilidade; a oferta de um quadro normativo fundado em experiências de desrespeito; a associação entre vulnerabilidade e o comprometimento da autonomia e da integridade da pessoa (não apenas a integridade física); uma abordagem positiva da vulnerabilidade como encorajadora da resistência; por fim, a problematização da vulnerabilidade em sua relação com um pano de fundo moral e axiológico. (LAGE, 2020, p. 59).

Assim, a vulnerabilidade é entendida como uma dimensão essencial às práticas das relações sociais e de seus valores morais. A seguir serão descritos o aplicativo, o site e os perfis em redes sociais digitais do 342 *Amazônia*.

342 Amazônia

O 342 *Amazônia* é o primeiro aplicativo¹ de ativismo ambiental do Brasil. Foi lançado em junho de 2019, a partir de uma parceria entre *Mídia NINJA*, *Greenpeace* e o movimento 342 *Amazônia* que gerou o próprio nome do aplicativo:

A ideia de um aplicativo que conectasse as causas ambientais a pessoas e movimentos interessados no engajamento pela Amazônia surgiu desde a formação do 342. O grupo alia movimentos sociais, intelectuais, ambientalistas, ativistas e celebridades, dando peso a causas públicas, ampliando e furando a bolha de assuntos políticos que merecem grande reverberação. O nome remete ao número mínimo de deputados necessários para os votos em plenário no legislativo. (MÍDIA NINJA, 2019, n.p).

Assim, o objetivo do aplicativo é de facilitar a vida de quem quer, mas não sabe como se engajar em causas ambientais, além de aproximar ainda mais pessoas que têm interesse no assunto (SILVA, 2019). O aplicativo traz informações sobre as pautas ambientais mais urgentes e oferece acesso a ferramentas e conteúdos para disseminá-las mais facil-

1. Disponível para Android e IOS.

mente nas redes sociais na internet, fortalecendo a rede de ativistas pela natureza (NUNES, 2019).

Atualmente, a interatividade com o público é algo indispensável no acervo on-line, independente do viés. A *342 Amazônia* oferece toda facilidade e praticidade em seus diversos meios de comunicação (Figura 1). Como irá se observar ao longo da pesquisa, para atrair os interessados e manter a conexão com os mesmos, a plataforma trabalha todas as suas mídias com hipertextualidade, multimídia, instantaneidade, todas buscando a máxima interação, aspectos esses que não podem faltar em uma grande rede de apoio. Outro ponto importante que vale destacar, é a atualização contínua e a personalização desses meios comunicacionais, pois, criar uma identidade singular também faz parte do repertório da *342 Amazônia*.

Seguindo essa linha, se verá a seguir que vídeos, áudios, fotos e textos são elementos sempre presentes nas postagens da plataforma, a fim de expandir o seu alcance o máximo possível através da conexão com o público.

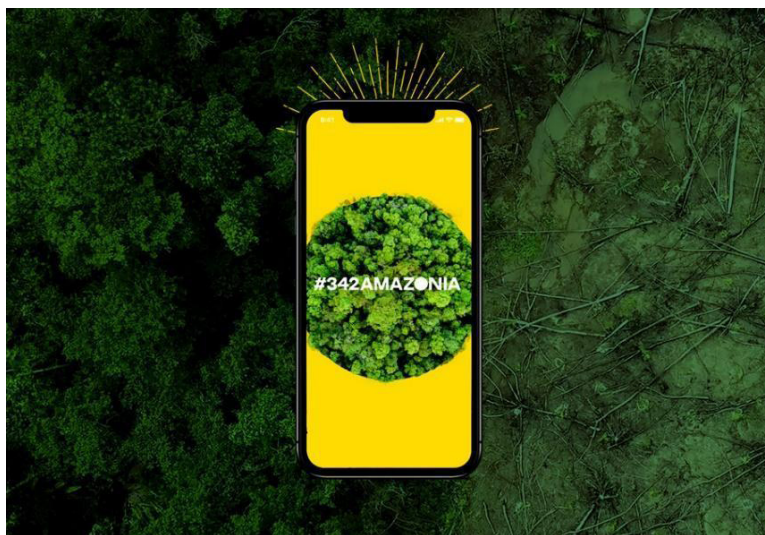


Figura 1: Tela principal do aplicativo *342 Amazônia*
Fonte: Blog Compara Plano (2019)².

2. Disponível em: <https://comparaplano.com.br/blog/342amazonia/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

O aplicativo é dividido em três menus principais: *Termômetro de Causas*, *Campanhas* e *Informações*. No primeiro está a página inicial do aplicativo, na qual aparecem as notícias atuais e urgentes que estão em destaque na imprensa e são relacionadas às pautas ambientais. No segundo, são apresentadas as campanhas, em que as pessoas escolhem as que querem apoiar, além de poder compartilhar o material produzido para ampliar o alcance do movimento. A plataforma disponibiliza tuítes e textos prontos com hashtags, vídeos e materiais gráficos para publicação no feed e stories das plataformas de redes sociais. No terceiro menu, encontra-se o banco de informações elaborado pelo movimento acerca de cada campanha para que as pessoas possam conhecer mais sobre cada tema (NUNES, 2019; SILVA, 2019).

A interface do aplicativo é simples e intuitiva, a fim de facilitar um acesso atrativo e buscar um maior público e mais defensores da causa (Figura 2).

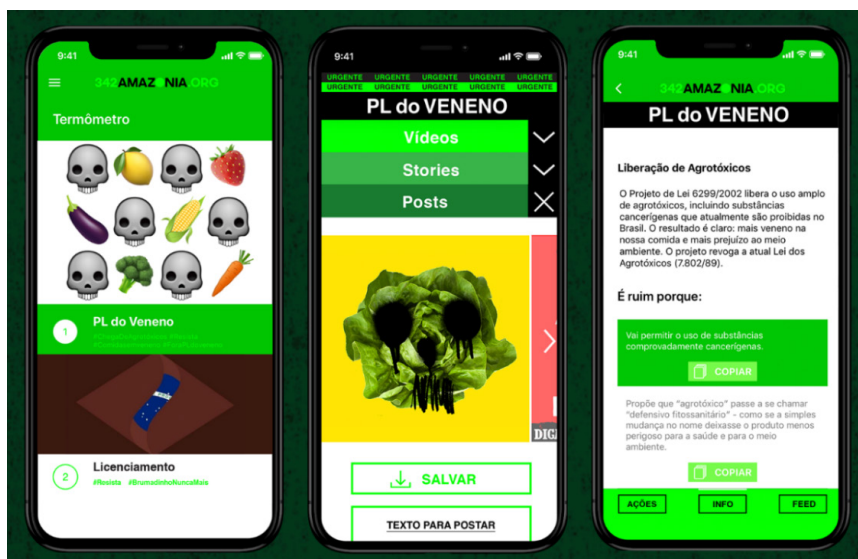


Figura 2: Interface do aplicativo do 342 Amazônia
Fonte: Blog Compara Plano (2019).

Embora os conteúdos noticiosos do aplicativo não sejam atualizados desde 2019, a 342 Amazônia pode ser acessada por meio de um site³ e de

3. Disponível em: <https://342amazonia.org/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

perfis nas plataformas de redes sociais: Facebook⁴, com mais de 52.000 seguidores, Instagram⁵, com aproximadamente 170.000 seguidores, e Twitter⁶ com cerca de 6.000 seguidores.

No site, são publicados poucos textos que tratam de: natureza, gastronomia e preservação ambiental. As narrativas do site diferem das postadas nas plataformas de redes sociais (Figura 3). No geral, as publicações têm periodicidade praticamente diária. No Facebook e no Instagram, as postagens são na maioria das vezes as mesmas. Já no Twitter, há uma dinâmica diferente, com publicações, mas também replicações de mensagens de outros perfis.

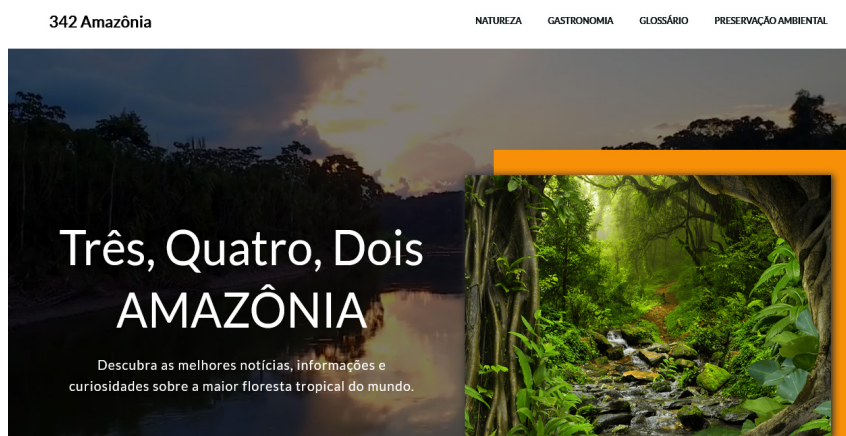


Figura 3: Site do 342 *Amazônia*
Fonte: Captura de tela do site 342 *Amazônia*.

A seguir, nas Figuras 4 e 5, pode-se ver alguns dos assuntos postados no site da plataforma, com a finalidade de informar o leitor sobre todo o teor do conteúdo de suas atividades e também apresentar um pouco do principal objeto de trabalho, a Amazônia.

4. Disponível em: <https://www.facebook.com/342amazonia>. Acesso em: 30 mar. 2022.

5. Disponível em: <https://www.instagram.com/342amazonia/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

6. Disponível em: <https://twitter.com/342amazonia/>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 4: Exemplo 1 de assuntos publicados no site do 342 Amazônia
Fonte: Captura de tela do site 342 Amazônia.



Figura 5: Exemplo 2 de assuntos publicados no site do 342 Amazônia
Fonte: Captura de tela do site 342 Amazônia.

Como visto, conforme ilustração, o ponto principal é manter os seguidores sempre informados sobre a floresta Amazônica e sua biodiversidade, bem como das lutas diárias em defesa do meio ambiente.

Além do site, a plataforma também produz conteúdos para sites de redes sociais. Veremos, ilustrados abaixo (Figura 6), exemplo dessa diversidade comunicacional. O intuito de trabalhar dentro dessas redes mais conhecidas é o seu potencial, pois, este tipo de mídias sociais ajuda a aumentar a taxa de conversão do seu público. É uma forma de estabelecer uma rede de apoio consolidada. O trabalho de divulgação, se bem coordenado, tem a função de aumentar a visibilidade da instituição

para que ela possa atrair novos seguidores e ainda conservar os que já tem. Outro papel que a publicação multiplataforma pode exercer é o de consolidação e fortalecimento da imagem institucional.

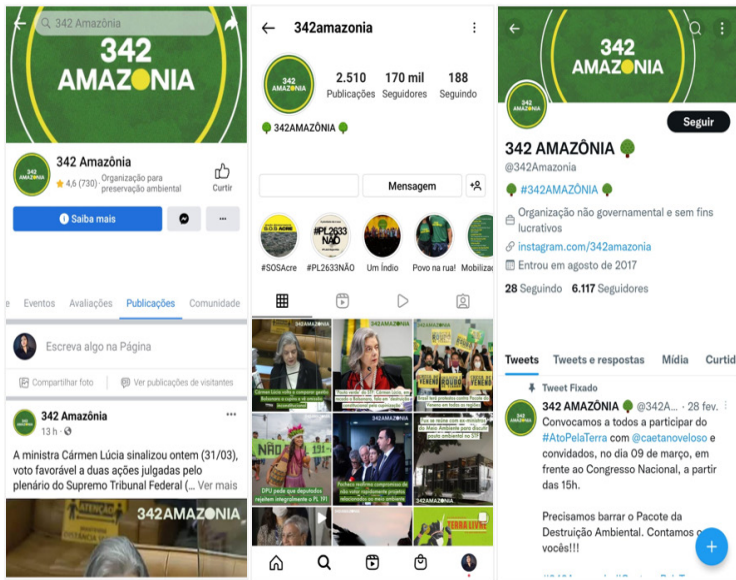


Figura 6: Perfil nas plataformas Facebook, Instagram e Twitter do 342 Amazônia
 Fonte: Elaborado pelos autores por meio de captura de tela do perfil nas redes sociais digitais.

Nas plataformas de redes sociais, a 342 Amazônia tem um perfil ativista semelhante ao do aplicativo com postagens sobre preservação do meio ambiente, manifestações e projetos de lei referentes ao tema. Com a finalidade de seguir explorando um pouco mais sobre a iniciativa, serão mostrados três exemplos de conteúdos divulgados nos perfis da 342 Amazônia em mídias sociais (Figura 7).

No primeiro exemplo, trata-se da “pauta verde” no Supremo Tribunal Federal (STF), divulgada no Facebook e no Instagram, em que a ministra Cármen Lúcia fez duras críticas ao desmatamento e às práticas que negligenciam o meio ambiente. Ela é a relatora da maior parte das ações referentes ao tema. No segundo, aborda-se o Projeto de Lei nº 191/2020 que regulamenta a exploração de terras indígenas no Brasil como ativi-

dades de mineração e aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia.

Já no terceiro exemplo, discute-se a reunião na qual ex-ministros do Meio Ambiente de vários governos se encontraram para discutir ações ligadas às pautas ambientalistas que estão em destaque na Corte. De acordo com o texto da publicação, o intuito da reunião é “apresentar algumas reflexões e propostas que, certamente, poderão ajudar o Brasil a superar a gravíssima e vexatória situação de destruição da Amazônia, e de aumento da violência e do descaso contra os povos indígenas e outras comunidades tradicionais que vivem na floresta.” (342 AMAZÔNIA, 2022, n.p⁷).



Figura 7: Exemplos de conteúdos divulgados pela 342 Amazônia nas plataformas de redes sociais digitais (Facebook e Instagram)
Fonte: Elaborada pelos autores com base em imagens das plataformas de redes sociais digitais da 342 Amazônia.

7. Disponível em: <https://www.facebook.com/342amazonia/photos/a.410765142877824/1017690958851903/> Acesso em: 30 mar. 2022.

A *342 Amazônia* no aplicativo, no site e nas plataformas de redes sociais produz narrativas em defesa do meio ambiente. Para Silva (2019), protestar atualmente não funciona mais como em outras décadas apenas de forma física. Hoje, o compartilhamento de campanhas, assinatura em petições on-line e doações para entidades são exemplos de uma movimentação também chamada de ciberativismo. Com isso, surgem vários fatores que complexificam o processo de mobilização: desde a facilidade de organizar pelos sites de redes sociais uma manifestação nas ruas, até a disseminação de conteúdos falsos.

Um primeiro olhar para ações de ativismo digital pode julgá-las como ineficazes. Afinal, tweetar uma hashtag em prol da Floresta Amazônica pode ser o suficiente para acalmar a indignação de algumas pessoas. E, em alguns casos, é o que de fato acontece. No entanto, o ciberativismo enquanto uma forma complementar de politizar e mobilizar a sociedade já demonstrou também sua força e capacidade de impacto no “mundo real”. (SILVA, 2019, n.p).

Dessa forma, observa-se que a estratégia das plataformas da *342 Amazônia* é: informar o público, mas também oferecer ferramentas para que ele compartilhe os conteúdos em seus perfis nas redes sociais na internet; levar informações e conscientizar àquelas pessoas que ainda desconhecem ou não perceberam a gravidade da questão e a necessidade de cuidar do meio ambiente; agregar pessoas das mais diversas regiões do Brasil e do mundo que possuam esse vínculo em comum: a defesa do meio ambiente e a preservação da Amazônia.

Considerações finais

Esta pesquisa teve o objetivo de compreender a atuação da *342 Amazônia* na luta pela preservação da floresta amazônica através da criação do aplicativo, do site e de perfis em plataformas de redes sociais. Verificou-se que a luta pela defesa da biodiversidade existente na Amazônia ganhou um reforço em potencial com surgimento das plataformas digitais, com destaque para as plataformas de redes sociais.

Com a observação do aplicativo, do site e dos perfis no Facebook, Instagram e Twitter do *342 Amazônia*, constatou-se que as narrativas

sobre a preservação da Amazônia transitam pelas diversas plataformas da *342 Amazônia*, podendo ainda ser replicadas e compartilhadas pelo público. Essas narrativas podem ser compostas de textos, fotos, áudios, vídeos (dependendo das características da plataforma em que circulam), podendo agregar todas as possibilidades que as plataformas digitais permitem, tais como, hipertextualidade, multimídia, interatividade, instantaneidade, atualização contínua, personalização e ubiquidade.

Observou-se, ainda, que nas plataformas digitais, a luta pela preservação da Amazônia se dá pelas narrativas que evidenciam as vulnerabilidades desta região a partir dos mais diversos formatos. Com as mídias sociais, todas as pessoas podem fazer parte dessa luta em combate ao descaso com a Amazônia de forma mais participativa, narrando em seus perfis, mas também comentando e/ou replicando narrativas de outros perfis, como a *342 Amazônia*.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=III%20%2D%20erradicar%20a%20pobreza%20e,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 8 jan. 2022.

CANAVILHAS, João (Org.). *WebJornalismo: 7 Características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCOM, 2014.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francine Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *Matrizes*, v. 6, p. 169-188, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna Maria Ramos de *et al.* Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Paper do NAEA*, UFPA, v. 27, n. 379, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11113>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COSTA, Vânia Maria Torres. “À sombra da floresta”: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade, colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DOYLE, Gillian. Multi-platform media and the miracle of the loaves and fishes. *Journal of Media Business Studies*, v. 12, n. 1, p. 49-65, 2015.

EMBRAPA. *Contando ciência da web – Amazônia*. Embrapa, (202?). Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-amazonia>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Elizabeth; SANTOS, Marli. Um novo ambiente para as produções narrativas: a influência dos sujeitos em (re)ação. *Palavra Chave*, v. 19, n. 2, p. 450-472, 2016.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Moderna, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Meio ambiente*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

LAGE, Leandro Rodrigues. Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (Orgs). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

MÍDIA NINJA. O primeiro aplicativo de ativismo ambiental é lançado em grande evento no RJ. *Mídia Ninja*, 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/o-primeiro-aplicativo-de-ativismo-ambiental-e-lancado-em-grande-evento-no-rj/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

NUNES, Mônica. Primeiro aplicativo de ativismo ambiental do país é lançado pelo movimento 342Amazônia, Greenpeace e Mídia Ninja. *Conexão Planeta*, 2019. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/primeiro-aplicativo-de-ativismo-ambiental-do-pais-e-lancado->

pelo-movimento-342amazonia-greenpeace-e-midia-ninja/#fechar. Acesso em: 30 mar. 2022.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RENÓ, Denis *et al.* Narrativas transmídia: diversidade social, discursiva e comunicacional. *Revista Palavra Clave*, v. 14, n. 2, 2011.

SILVA, Vinicius. 342Amazônia: conheça o app de ativismo ambiental. *Compara Plano*, 2019. Disponível em: <https://comparaplano.com.br/blog/342amazonia/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TORRES, Claudio. *A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar*. São Paulo: Novatec, 2009.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005.

VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity. A critical history of social media*. New York: Oxford University Press, 2013.

ZIGGIATTI, M. M. *Jornalismo Ambiental*. São Paulo: ECA, USP, 2005. Disponível em: <http://www.eca.usp/emalta/densust/jamb.html>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAPÍTULO 13

Cunhaporanga: o uso do Instagram na narrativa contemporânea indígena

GEÓRGIA DE CASTRO ALVES MILHOMEM

GREICIANE DE SOUZA SANTOS

AMANDA PEREIRA LEITE

*Cunhaporanga, que significa
“mulher bonita da aldeia” em tupi.*

Introdução

As mídias sociais têm sido um palco amplamente usado para a mobilização social, apresentação de novas culturas, demonstração de perspectivas habituais do dia a dia, entre outros aspectos da vida de milhares de pessoas ao redor do mundo. Além de capacidade de transcender limites geográficos, a constante troca de ideias e eventos no ambiente virtual permitem mobilizações populares que podem provocar mudanças na forma como sociedades e povos passaram a enxergar e romper paradigmas com relação a diferentes culturas. Sabendo desses espaços, os movimentos indígenas também passaram a usar essas ferramentas tecnológicas para se mobilizar e valorizar a sua cultura. A partir desse contexto, o presente artigo propõe investigar o uso das mídias sociais por indígenas, em especial analisar o perfil no site da rede social Insta-

gram da indígena *Cunhaporanga*, a jovem amazonense Maira Gomes Godinho¹.

O objetivo é entender de que forma a indígena usa a rede e como a ferramenta proporcionou visibilidade para a sua cultura e o seu território, além de discutir a importância dessas ferramentas digitais como meio de produzir contranarrativas para romper as barreiras da vulnerabilidade vividas por comunidades amazônicas.

A escolha do Instagram como mídia social para o desenvolvimento desta pesquisa se justifica devido ao aumento crescente de usuários desde o início da pandemia mundial provocada pela Covid-19. Uma pesquisa realizada pela MLabs (2021) – plataforma de gerenciamento de mídias sociais, aponta que o Instagram obteve uma taxa de engajamento quatro vezes maior que o Facebook desde o início da pandemia, no começo de 2020. O relatório apresenta as médias da Taxa de Engajamento (TE) no ano de 2020 para perfis com até 500 mil seguidores, separadas por segmento de mercado canal – além das médias gerais – tendo como base os resultados obtidos pelas contas de usuários da MLabs.

De acordo com um levantamento divulgado pelo governo brasileiro, no país, 78,3% dos brasileiros estão conectados na internet e o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de países em população on-line. Além disso, o país é o terceiro no mundo no uso diário de internet. Mais de 4.500 municípios estão conectados por fibras ópticas às redes nacionais. Os números são frutos de um webnário promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que contou com a participação do Brasil e de outros três países: México, Coreia do Sul e Espanha (BRASIL, 2021).

Conforme Rabelo (2010), as mídias sociais são vistas como um conjunto de novos processos que contribuem para a renovação de movimentos que lutam por direitos democráticos, sociais e transformações políticas. De acordo com Lévy (1999), a internet possibilitou o fluxo da produção de conteúdo, dando a oportunidade de todos produzirem para todos, alterando a maneira de sociabilidade e interação entre os indivíduos da sociedade.

1. Disponível em: www.instagram.com/cunhaporanga_oficial/. Acesso em: 5 jan. 2021

Para entender como se dá a construção da narrativa no perfil de Maira Gomes Godinho como modelo de resistência cultural no espaço on-line, a netnografia pode ser de grande valia por voltar-se para a comunicação promovida em espaços virtuais que permitem a interação com os usuários. Apesar de a proposta deste artigo não ser estudar a relação com o público, ainda assim, a netnografia pode auxiliar a compreender a presença de uma indígena nas redes sociais como sendo parte de um fenômeno social representativo de uma nova forma de resistência dos povos tradicionais. Isso é possível porque:

Estudos on-line de comunidades tomam um determinado fenômeno social ou comunal como sua área focal de interesse e depois estendem isso, argumentando ou presumindo que, por meio do estudo da comunidade on-line, algo significativo pode ser aprendido sobre a comunidade ou cultura focal mais ampla, e depois generalizado para o todo. (KOZINETS, 2014, p. 65).

Ampliando os estudos da etnografia, uma abordagem antropológica, e focando em comunidades digitais, a netnografia vai estudar o comportamento nas redes, entendendo que ele traz consigo características da tradição e cultura de um povo. No caso da análise em redes sociais na internet, Kozinets (2014) explica que elementos que compõem a publicação, como textos, gráficos, animações, áudios, imagens, podem ser considerados como fontes de significados e carregados de cultura.

Nesse sentido, para esta análise foram selecionadas seis postagens dentre as 175 publicadas entre março de 2020 e novembro de 2021. O período escolhido corresponde ao da pandemia da Covid-19 no Brasil, quando o isolamento social foi mais praticado e o momento em que os indígenas estavam ainda mais vulnerabilizados em virtude da propagação do vírus. Nesse intervalo, também foi o período de maior produção de conteúdo da influenciadora. Para fins de comparação, de sua primeira postagem no Instagram, em 2018, até março de 2020, quando foi decretada a pandemia, Cunhaporanga fez 65 posts. Por outro lado, a seleção das postagens aqui analisadas deu-se em virtude das temáticas abordadas que são ilustrativas e dialogam com a discussão sobre vulnerabilidade e resistência, proposta nesta seção.

Quem é Cunhaporanga?

Cunhã Poranga, a mulher mais bela da tribo, que encanta o coração dos guerreiros indígenas e sacerdotisa, estão entre os significados advindos da junção de duas palavras indígenas: cunhã/moça e poranga/bonita (FEITOZA, 2018). No Brasil, ela está presente em manifestações culturais, como a do Festival de Parintins e a Festa do boi do Amazonas, nas quais se apresentam os bois Caprichoso e Garantido. É empregada no evento para demonstrar a beleza de uma mulher.

E foi daí que, de uma pequena tela de smartphone, uma janela foi aberta dentro da selva amazônica, entre o cotidiano altamente arraigado pela cultura. A globalização trouxe às vistas do mundo, Maira Gomez Godinho, que escolheu o nome Cunhaporanga Tatuyo para o seu perfil no Instagram. Aos 22 anos, esta mulher, indígena e brasileira, alcançou milhões de seguidores em uma plataforma de rede social, mesmo vivendo em um dos lugares mais remotos do país, narrando seu cotidiano em uma aldeia localizada no ventre da Amazônia, localizada na margem direita do Rio Negro, próximo a cidade de Manaus.

Entre os relatos que mais chamam atenção do público na rede estão incluídas as tradições do seu povo, com destaque para as comidas típicas e a alimentação à base de insetos, atividades econômicas como a agricultura e o artesanato, o uso de plantas medicinais e os objetos naturais que fazem parte da vestimenta e rotina de sua família e amigos.



Figura 1: *Printscreen* da descrição de perfil de Cunhaporanga
Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2021).

Sob o olhar do não indígena sobre sua própria cultura, ela desconstrói conceitos e estereótipos em vídeos curtos, por meio de uma narrativa leve, conceitos intrinsecamente arraigados e entranhados sob a ótica do racismo estrutural² com relação aos indígenas, negros e mulheres. Cunhaporanga combina as tradições de sua cultura Tatuoy, com as da cultura pop voltada ao público de idade aproximada a da jovem.

Maira Gomez Godinho, nome de registro da influencer, conseguiu viralizar na internet mesmo em um lugar tão longínquo durante a pandemia provocada pela Covid-19, iniciada em 2020, quando sua aldeia, acessível apenas por barco, deixou de ser visitada pelos turistas. Desde então, em pouco mais de 22 meses, Cunhaporanga começou a dividir com pessoas de diferentes etnias, raças e credos, o cotidiano da família e de amigos em seus perfis nos aplicativos Tik Tok, com mais de 6,4 milhões de seguidores, e Instagram, com mais de 530 mil.

O número de espectadores nas redes é sete vezes maior que a cifra oficial de indígenas brasileiros. De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem, aproximadamente, 897 mil indígenas. Entre essas pessoas, cerca de 517 mil vivem em terras indígenas divididas entre 305 etnias e 274 línguas indígenas. A maioria dos indígenas brasileiros não fala as línguas indígenas (57%), a maioria fala o português (77%). Porém, entre os indígenas que vivem em terras indígenas, a maioria (57,3%) fala alguma língua indígena e a maior parte dos indígenas são alfabetizados (77%) (IBGE EDUCA, 2023).

A história desta indígena nos indica que alguns dos povos, sejam os mais isolados ou as comunidades mais tradicionais do planeta, estão ocupando os espaços e se comunicando de forma horizontal, sem filtros de jornalistas, acadêmicos ou defensores da causa indígena.

As mídias sociais abrem novos horizontes de transformações e configurações políticas. Diversas possibilidades surgem sem a interferência

2. De acordo com Silvio de Almeida (2018), a expressão diz respeito ao fato do racismo no Brasil possuir raízes profundas e ramificadas que alcançam todos os segmentos e níveis sociais. Até mesmo a construção do sujeito em sua subjetividade é alicerçada em ideias racistas. Nesse sentido, o racismo é entendido como parte da estrutura social, ou seja, dentro da sua “normalidade”, as práticas da sociedade em todos os seus aspectos são racistas.

editorial ou administrativa de algum meio de comunicação tradicional. Dentro de um cenário complexo e com poucas leis estabelecidas, essas mídias permitem uma relação de transmissão de conteúdo, estruturadas em redes colaborativas espontâneas dentro da sua rede de amizades, e que vai se abrangendo à medida que amigos de amigos compartilham essa informação, num sistema viral, como efeito bola de neve de difusão de informações (OLIVEIRA, 2012).

Aos olhos do patriarcado colonialista, seria impossível imaginar que em meio século de colonização do Brasil, Cunhaporanga – que é a mais velha de seis irmãos, completou o Ensino Médio e se define como agricultora, artesã, especialista em arte em pinturas com urucum e jenipapo – representaria os indígenas e as vozes desta terra. Pudessem, inclusive, ter os olhos do planeta voltados para si, como em uma entrevista concedida ao *The Washington Post*, publicada em 20 de setembro de 2021. Uma equipe do tabloide visitou a aldeia para entrevistar a indígena, que foi descrita na reportagem como o nascimento de uma estrela vinda das profundezas da Amazônia de uma pequena aldeia nas margens do Rio Negro (MCCOY, 2021). A página inicial da reportagem relata o nascimento de uma grande estrela.



Figura 2: *Printscreen* da página inicial da reportagem no *Washington Post*
Fonte: Washington Post (2021).

Na rotina de influenciadora digital, Maira ensina palavras em diferentes línguas indígenas e responde às perguntas dos seguidores sobre os hábitos e tradições de seu povo, promovendo a diversidade, o interesse e o respeito pelos povos indígenas. Nas mídias sociais, ela compartilha as atividades da aldeia, apresenta comidas típicas e ainda explica como funcionam algumas tradições dos Tatuyo³.

Entre as postagens com maior número de visualizações, está a que a indígena mostra uma panela repleta de larvas mochiva, que são quase do tamanho de um dedo mínimo. No vídeo, um dos irmãos de Cunhaporanga sorri para a câmera com um dos bichos sobre a língua, habitual da dieta do seu povo, e vários outros na palma da mão. Publicado no dia 12 de julho de 2021, em seu perfil do Instagram, o vídeo acabou sendo replicado em escala global e teve mais de 2 mil comentários, 213 mil curtidas e 3,7 milhões de visualizações no aplicativo⁴.

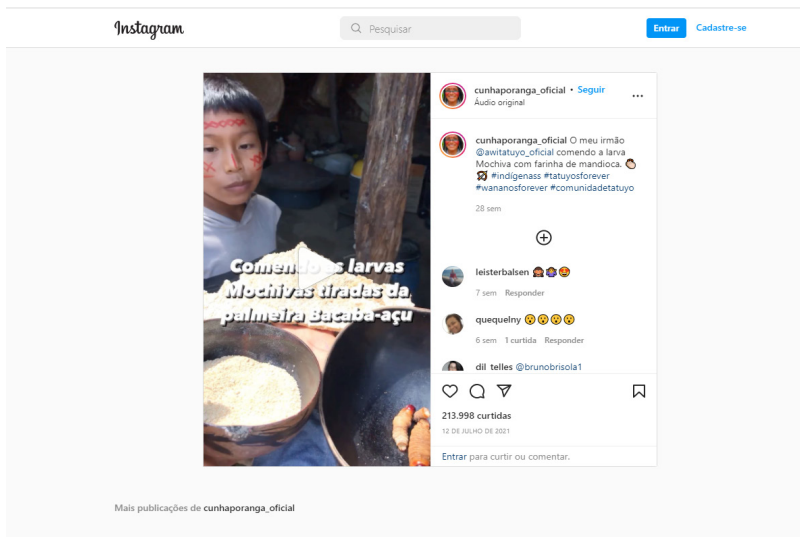


Figura 3: *Printscreen* da postagem sobre o vídeo das larvas
Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2021).

3. Povo: Tatuyo: Autodenominam-se Umerekopinô. Habitam uma área situada na Colômbia: o Alto Rio Pira-Paraná, o Alto Tí e o Caño Japu. No Brasil, são representados sobretudo por mulheres casadas com homens de outras etnias. Existem cerca de oito subdivisões internas. (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2021).

4. Dados coletados no dia 17 de janeiro de 2022.

Recentemente, ela recebeu o selo azul na rede Tik Tok, restrito a usuários populares, autênticos e influentes. O objetivo deste selo é que perfis de usuários com grande alcance, como celebridades, possam garantir sua autenticidade e se diferenciar de possíveis contas falsas ou de fãs, graças ao grande número de seguidores. A jovem também ganhou seu próprio filtro, com pinturas tradicionais indígenas.

Entre as camadas de vulnerabilidade, a resistência

Dada às consequências provocadas pelo contato e convívio forçado com os colonizadores e o histórico de apagamento da cultura indígena no Brasil, os povos tradicionais são considerados vulneráveis, no sentido vernáculo e mais conhecido da palavra que remete à fragilidade e à necessidade de proteção externa. Afinal, no imaginário social, os indígenas estão à margem da sociedade e dos hábitos considerados de urbanidade. A eles, cabe o cuidado paternalista dado por órgãos institucionalizados e um olhar piedoso por parte dos “civilizados” (MILANEZ *et al.*, 2019).

O sentido de vulnerabilidade ligado aos indígenas não é único. Autores como Leal (2020), Butler (2016) e Demarchi (2020), pontuam a maleabilidade do termo. Ele pode fazer referência a situações de violência, fragilidades econômicas, mudanças ambientais e desigualdades sociais. Nesse sentido, e ampliando a perspectiva, constata-se que todos os seres humanos são vulneráveis em certo grau e contexto. O bebê é um exemplo de ser indefeso e que carece de proteção. Em situações climáticas extremas, qualquer corpo humano está exposto ao perigo, caso não esteja com o vestuário adequado. Assim, a possibilidade de estar em vulnerabilidade é intrínseca ao ser humano. Mas, por que o adjetivo da vulnerabilidade é direcionado apenas a alguns?

Primeiro, há de se explicar que a vulnerabilidade está ligada ao contexto histórico-social em que o sujeito está alocado. Para além da vulnerabilidade do corpo humano, essa é uma condição relacional, sendo necessário observar as particularidades situacionais que levam ou não ao ser/estar vulnerável. Segundo Leal (2020), a vulnerabilidade é determinada a partir de um parâmetro de “normalidade” porque é um

adjetivo atribuído por aqueles que pautam e vivem as condições ditas ideais.

Esse entendimento da vulnerabilidade operacionaliza-se a partir da dicotomia “normal” e “anormal” (ou “fora da norma”), na qual uma dada condição de vida, um conjunto de valores e uma realidade histórico-social são homogeneizados e tornados parâmetro para outras, cuja ausência de ao menos parte dos atributos “de referência” as torna frágeis e vulneráveis. (LEAL, 2020, p. 35).

Estar do lado dos vulnerabilizados desencadeia uma série de implicações na vida do sujeito. São consequências que afetam sua identidade, marcam sua subjetividade e a forma como tem acesso aos meios de sobrevivência, o que reforça e o empurra ainda mais à condição de vulnerabilidade.

Sendo parte de um grupo vulnerabilizado, tal homem ou tal mulher veem incidir sobre seu corpo tanto as ações de precarização (menos acesso à saúde e alimentação, piores condições de vida, limitações à sua autonomia, movimento e trânsito, por exemplo) quanto às violências físicas e simbólicas que demarcam, reiteram e os confinam à sua condição de “outro”. (LEAL, 2020, p. 41).

Não se pode, pois, pensar na vulnerabilidade e no corpo vulnerável como obra do acaso. É preciso compreender que são resultados da estrutura social e das forças que operam sobre os sujeitos. Mais ainda, a vulnerabilização tem relação direta com circunstâncias anteriores e que “incluem dependência a condições de infraestrutura e legados de discurso e de poder institucional que precedem e condicionam nossa existência.” (BUTLER, 2016, p. 21, tradução nossa).

Nesse encaço, à medida que um sujeito ou grupo social tido como vulnerável apenas existe, a despeito de todas as condições que inviabilizam a sua existência, a vulnerabilidade ganha um outro aspecto: a de resistência. De acordo com Butler (2016), a resistência não se dá apenas por meio de mobilizações organizadas ou manifestações explícitas. Há força e poder nos corpos que insistem em seguir a vida porque, mesmo provisoriamente, manifestam atos de resistência. Leal (2020, p. 37) corrobora essa ideia e afirma que:

Percebe-se então que a resistência não é alheia ou distante da vulnerabilidade. Pessoas e grupos tidos como vulneráveis aprenderam e aprendem, ao longo dos anos, a atuar na rede de relações que os conformam, manejando diferentes recursos e materializando gestos complexos de negociação, nos quais elementos e posições heterogêneas, como criatividade, conformismo, inteligência, cooptação e esperança, muitas vezes se mesclam.

Assim, a resistência é um ato necessário à existência dos vulneráveis. Em situações em que a humanidade passa por um momento no qual todos estão sujeitos a um vírus com potencial mortalidade, como é o caso da pandemia da Covid-19, grupos historicamente vulnerabilizados são mais expostos aos riscos. Essa foi a realidade vivida por indígenas no Brasil durante o ápice da crise epidemiológica enfrentada pelo mundo no início de 2020 e que não atravessaram imunes à mortalidade trazida pelo vírus. De acordo com os dados da Secretaria de Saúde Indígena e Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, um total de 1.254 indígenas perderam a vida para a Covid-19 no período de março de 2020 a janeiro de 2022 (MÍDIA NINJA, 2023). Até março de 2021, a taxa de mortalidade causada pelo coronavírus, considerando a taxa de óbitos a cada 100 mil habitantes entre esses povos, chegava a ser sete vezes maior do que a da população brasileira, de acordo com a Fiocruz, mesmo quando comparada com diferentes grupos etários. Aos sobreviventes restou articular modos de resistência em meio à vulnerabilidade potencializada (GREENPEACE BRASIL, 2021).

O enfrentamento à pandemia, por parte dos indígenas, deu-se desde ações para impedir o acesso de visitantes às aldeias, até a articulação com órgãos internacionais como forma de pressionar o governo brasileiro para promover a proteção dos povos tradicionais. Quando o isolamento social foi imposto, assim como muitas pessoas em todo mundo, alguns indígenas também recorreram às mídias sociais para ocupar os dias e comunicar-se com o mundo. O que começou como passatempo, como foi o caso de Cunhaporanga, acabou se tornando uma forma de se apresentar e mostrar sua narrativa. Afinal, existir nas redes também é um ato de resistência.

A narrativa em um *feed*

No perfil da influenciadora indígena Cunhaporanga são comuns, além das muitas *selfies*, as postagens mostrando hábitos, comidas e curiosidades de sua comunidade. Por meio de fotos e vídeos, ela conta sobre sua vida e apresenta a rotina de sua aldeia. O que faz nas mídias sociais remete ao que Leal (2013, p. 28) define como narrar, no sentido de “estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de comunicar-se, dar sentido à vida.” Por meio do perfil, o público alheio à cultura indígena consegue ter um vislumbre da vivência em uma aldeia ainda tão estereotipada no imaginário social.

A ação de narrar, como a feita pela influenciadora digital, é inerente às relações humanas e tem papel fundamental na construção do conhecimento sobre a história da humanidade, por meio do compartilhamento de experiências e acontecimentos vividos. O resultado dessa ação, a narrativa, tem diversos sentidos e formatos. Ela pode ser compreendida como gênero literário, jornalístico ou modalidade textual. Todas elas com técnicas e finalidades específicas. A narrativa, conforme distinção feita por Benjamin (2012), vai além do ato de informar, pois:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 2012, p. 204).

Para atuar como modo de registro, entrelaçamento e transmissão de acontecimentos, ficcionais ou reais, a narrativa pode assumir diferentes formatos de linguagem. Ressalta-se as pinturas rupestres dos seres humanos primitivos, as canções dos trovadores medievais e as fotografias jornalísticas da modernidade, cada um desses suportes possibilitou que histórias ganhassem formato, inteligibilidade e a possibilidade de transmissão aos pares. Nas mídias sociais, a imagem prevalece. No perfil analisado nesta seção, por meio das fotografias e vídeos, a influenciadora apresenta sua seleção particular de realidade, cria memória e suscita discussões.

Exemplos como os das postagens das Figuras 4 e 5, abaixo, nas quais Cunhaporanga responde seus seguidores e apresenta outros membros de sua família e comunidade para mostrar situações cotidianas e peculiares, atestam o que Leal define como narrativa e seu papel. Segundo o autor, “ao conciliar aquilo que é disperso, ao dar ordem ao caos, as narrativas tornam a experiência humana apreensível, figurável e, portanto, acessível, inteligível.” (LEAL, 2013, p. 31).



Figura 4: *Printscreen* de post de Cunhaporanga exibindo uma refeição típica de seu povo

Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2021).

Ao humanizar e relatar de forma natural hábitos de seu povo, Cunhaporanga torna sua vida mais compreensível, o que acaba, também, promovendo uma conexão com o público. A naturalidade com que o narrador apresenta seu relato é apontada por Benjamin (2012) como facilitador da assimilação do conteúdo. Não há, nas imagens postadas, um tom didático nem de espetacularização ou viés cômico, mas sim, de apresentação.



Figura 5: *Printscreen* de post sobre o pai de Cunhaporanga
 Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2021).

Narrar também é resistir

Viu-se como as narrativas são fundamentais para o registro e relato dos acontecimentos e, a partir delas, da configuração da história. Também se pontuou como alguns grupos podem ser historicamente vulnerabilizados por outros sujeitos. Ligando os dois pontos, tem-se o panorama de que os vieses mais conhecidos e, até mesmo mais respeitados da história, são aqueles narrados por determinados grupos detentores de poder em detrimento de outros em situação de vulnerabilidade. Esses têm dificuldade de pautar as discussões sociais, inclusive as que dizem respeito a sua própria existência e subjetividade, e apenas acompanham as narrativas sobre si serem conduzidas por quem é alheio à vivência da história.

Se o silenciamento é um traço da vulnerabilidade, buscar estratégias para ter voz e ser ouvido é um modo de resistir. No cenário de popularização das mídias sociais, assumir um espaço nelas é uma forma, por si só, de resistência. É investir num cenário que não lhe é historicamente

favorável e tentar tomar as rédeas, aos poucos, do controle de sua narrativa.

Em um panorama de narrativas já consolidadas, furar a bolha para mostrar uma perspectiva que vai de encontro àquela majoritariamente difundida não é uma tarefa das mais fáceis. Tampouco é simples contestar e apontar equívocos em discursos estabelecidos, especialmente, porque isso também significa questionar a ordem posta. Assim sendo, jogar luz sobre um outro ângulo é um artifício potente para mexer as peças do jogo social.

Contranarrativa é o termo para o levante de grupos socialmente vulnerabilizados. Demarchi (2020), reunindo as definições trazidas por diversos autores, reflete sobre esse conceito ainda pouco teorizado, mas que coaduna com as discussões sobre o estabelecimento de uma narrativa que vai de encontro àquela predominante. O pesquisador apresenta a síntese de Loria⁵ (2017, p. 24 *apud* DEMARCHI, 2020, p. 73) sobre o tema:

A contra-narrativa surge para contrastar de uma forma crítica as leituras hegemônicas e dominantes, no intento de confrontá-las, oferecendo assim significados politizados e críticos sobre um dado fenômeno, nesse caso, as periferias urbanas. O contraimaginário é o que surge como consequência dos efeitos das contranarrativas: novas histórias se narram sobre essas realidades; portanto, novos imaginários surgem sobre esses contextos, constituídos desse modo por novas visões do mundo, novas representações, novos símbolos, novas ideologias.

Enfim, a contranarrativa é a resistência em forma de narrativa. Para os indígenas, especialmente, é importante apresentar uma outra perspectiva de sua história, tendo em vista que nunca tiveram o papel de protagonismo da narrativa de suas vidas. Como resultado do silenciamento histórico, há muito desconhecimento e estereótipos sobre os indígenas.

5. LORIA, Luana. *Manifestações artísticas como contranarrativas: estudos de caso das periferias do Rio de Janeiro e Lisboa*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

Talvez, um dos estereótipos mais comuns relacionados aos povos tradicionais seja o que os identifica como um só povo, apagando a diversidade de etnias e suas especificidades. Contrapondo a essa narrativa errônea, umas das postagens de Cunhaporanga apresenta um vídeo que reúne mulheres indígenas de etnias variadas com vestimentas e adereços diferentes uns dos outros, sob o som de uma música que exalta a força delas enquanto povo. Ao mesmo tempo em que mostram as particularidades de seus povos, as mulheres também demonstram união ao propósito da resistência, como evoca a letra da música que sonoriza o vídeo:

Combatendo a opressão

Protegendo nosso chão

Resistindo ao genocídio

E fazendo revolução

Reafirmo o compromisso

Em marcharmos juntas outra vez. (BITAR; YOSHI, 2020)



Figura 6: *Printscreen* de post com a participação de outras indígenas

Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2020).

Desta forma, na resistência da narrativa indígena, especialmente nas mídias sociais, elas e eles conseguem propor para grandes públicos novas formas de ler e entender a pluralidade de sua cultura. Ao publicar postagens que mostram o preparo de alimentos, as pinturas corporais, a produção de artesanatos, as danças, a interação com animais, entre outras atividades do dia a dia, os indígenas desanuviaram o embaraço com que são vistos. É a possibilidade de conhecê-los por meio de uma imagem feita por eles sobre eles.

A narrativa nas mídias sociais também possibilita interação com os seguidores e estabelece laços, o que facilita a sensibilização e melhor apreensão da contranarrativa apresentada, como argumenta Leite (2020, p. 163):

Pela narrativa nos conectamos, fazemos links, construímos significados, sentidos, produzimos conhecimento. As narrativas nos inspiram a estabelecer relações. Se a figura do narrador for dinâmica conseguirá chamar a atenção do ouvinte e desenvolver a fantasia, o imaginário, ao se comunicar e ao contar histórias.



Figura 7: *Printscreen* de post com vídeo inspirado em uma *trend*

Fonte: Perfil do Instagram de @cunhaporanga_oficial (2021)

Como no post da figura acima, a resistência presente no perfil selecionado também está presente nos momentos em que Cunhaporanga se mostra com vestimentas urbanas. Ela não deixa de ser indígena por conta de suas vestes e seu conteúdo também não precisa resumir as publicações com a temática de sua vivência na aldeia. No caso dessa publicação, ela e seu irmão apresentavam uma dança ao som de uma música pop internacional, ação comum entre os jovens na internet. Com muita naturalidade, apresentar-se como uma pessoa que segue as tendências relativas à sua idade, pouco depois de se mostrar com as pinturas e adereços típicos de sua comunidade e interagir com um boto-cor-de-rosa, transparece a ideia de que não são situações excludentes e nem conflitantes, o que ajuda a fragilizar o estereótipo de indígena apartado da cultura do homem branco.

A postura de Cunhaporanga nas plataformas de redes sociais demonstra a mescla entre o tradicional e o moderno, como apontado por Canclini (2011). Para o autor, a modernidade se tornou sinônimo de pluralidade, em que não há barreiras entre o moderno e tradicional nem entre as culturas ditas “populares”, “massivas” e “cultas”. O que acontece é uma mistura ou compartilhamento de culturas entre variados grupos sociais, como é o caso da coexistência do tradicional e do moderno na apresentação da indígena Cunhaporanga, pois “em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnia, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais.” (CANCLINI, 2011, p. 3).

Algumas considerações

Sim sou Indígena >Mejor
boyband CNCO < Seja Bem Vindo(a)}•
Amante_da_Natureza/ Tiktok(6M)⁶

Butler (2016, p. 13) questiona se a resistência requer a superação da vulnerabilidade. A essa pergunta, ela complementa com outra de caráter

6. Descrição na BIO no Instagram da influenciadora Cunhaporanga em 22 de janeiro de 2022.

retórico: “Ou nós mobilizamos nossa vulnerabilidade?”. Ao analisar o perfil de Cunhaporanga no *Instagram*, e sabendo que ela é uma das várias indígenas presentes nas mídias sociais apresentando ao grande público sua cultura e pluralidade, constata-se que esse é um movimento de resistência. É uma insurreição de quem sempre foi colocado à margem da história e do protagonismo, mas não significa o fim da sua condição de vulnerabilizada.

Indígenas como Cunhaporanga estão mobilizando, mesmo que organicamente e sem articulação formal entre si, uma nova apresentação de suas identidades. A palavra que não lhes foi dada, eles estão tomando-a. E já se consegue ouvir vozes em uníssonos, que contam a sua própria versão da sua própria história, mesmo que para isso façam uso de plataformas de redes sociais e estejam sujeitos às interferências e limitações que são da natureza dessas ferramentas, como os algoritmos, o alcance e o engajamento, e da própria lógica capitalista. Utilizando os artifícios do sistema e adentrando no mundo digital, os indígenas conseguem repercutir suas narrativas.

Quando imersa na vulnerabilidade do apagamento e da marginalização, a existência por si só já carrega a resistência. Contrapor-se à narrativa vigente é dar um passo além, e representa uma quebra de paradigma, uma rachadura no cristalizado imaginário social, que tem seu potencial de expansão impulsionado quando feita nas redes sociais, pois “as comunidades on-line mudam o modo como as pessoas buscam a mudança em seu mundo.” (KOZINETS, 2014, p. 43). Entre conteúdos casuais e de caráter universalista, Cunhaporanga reafirma sua identidade e oportuniza seu público a conhecer para além do que é difundido.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen; 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BITAR, Rodrigo; YOSHI, Ronaldo. *Guardiãs*. Boi Caprichoso. 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/caprichoso-boi-bumba/guardias/>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. *Brasil está entre os cinco países do mundo que mais usam internet*. Governo Federal, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/04/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-do-mundo-que-mais-usam-internet>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BUTLER, Judith. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynepp; SABSAY, Letícia. *Vulnerability in resistance*. Durham: Duke University Press, 2016. p. 12-27.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.
- DEMARCHI, André Luís Campanha. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte/ MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65-91.
- FEITOZA, Laynna. A figura da cunhã e seu relacionamento com o empoderamento feminino. *Acrítica.com*, 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/parintins/a-figura-da-cunh-e-seu-relacionamento-com-o-empoderamento-feminino-1.189886>. Acesso em: 20 mar. 2022
- GREENPEACE BRASIL. *Um ano após primeira contaminação por Covid, povos indígenas já somam mais de 50 mil casos confirmados*. Greenpeace Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/um-ano-apos-primeira-contaminacao-por-covid-povos-indigenas-ja-somam-mais-de-50-mil-casos-confirmados/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

IBGE EDUCA. *População indígena*. IBGE, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/20507-indigenas.html>. Acesso em: 25 jan. 2022.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (Orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. São Paulo/SP: Intermeios, 2013.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte/ MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 30-47.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. Fotografia Política, Política Fotográfica: a obra de Nair Benedicto. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte/ MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 155-171.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MÍDIA NINJA. *Panorama Geral da Covid-19*. Emergência Indígena, 2023. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 12 jan. 2022.

MILANEZ, Felipe *et al.* Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.

MLABS. *Relatório de engajamento Facebook e Instagram 2021*. MLabs, 2021. Disponível em: <https://b-young.me/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-de-Engajamento-2021-Facebook-e-Instagram.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

OLIVEIRA, Leticia de. *Revolução Facebook: em que medida as redes sociais na internet interferiram na deflagração da chamada Primavera Árabe?* 2012. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)

– Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3804>. Acesso em: 5 jan. 2022.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Etnias do Rio Uaupés – Tukano*. Povos Indígenas do Brasil, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano>. Acesso em: 16 jan. 2022.

RABELO, Leon. As mídias sociais e a esfera pública: mudanças de paradigmas na comunicação contemporânea. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE*, 12., 2010, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: UFG, 2010. p. 1-13.

TERRENCE, McCoy. Taking Indigenous culture viral. *Washington Post*, 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2021/brazil-indigenous-tik-tok-star/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

| Sobre as autoras e os autores

Adrienne da Silva Peixoto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA).
Graduada em Letras pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

E-mail: adriannepeixoto@hotmail.com

Amanda Pereira Leite

Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

E-mail: amandaleite@mail.uft.edu.br

Ana Clara Solon Rufino

Professora de Artes. Graduada em Artes Visuais e Tecnologia da Imagem pela Universidade da Amazônia (UNAMA), e em Letras pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (UNINTER), em Arte-Educação (UNIASSELVI), e em Educação Especial e Inclusiva (UNINTER). Integrante do Grupo

de Pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência” (UNAMA/CNPq).

E-mail: clara.solon@hotmail.com

André Demarchi

Antropólogo e Professor Adjunto no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOMS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tutor do Grupo PET Indígena - Conectando Conhecimentos. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Redes de Relações Indígenas no Brasil Central”. Membro do Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas (NEAI/UFT) e do Núcleo de Arte, Imagem e Pesquisa Etnológica (NAIPE/UFRJ).

E-mail: andredemarchi@gmail.com

André Felipe da Costa Cunha

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-Graduado em Gestão Educacional e Docência no Ensino Superior. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenador do Colégio Da Vinci e Pedagogo do Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus Avançado Vigia.

E-mail: andre.cunha@ifpa.edu.br

Camila Ribeiro Castro Soares

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), durante o mestrado foi bolsista da Capes. Psicóloga clínica. Membro do Grupo de Pesquisa “Políticas, afetos e sexualidades não-monogâmicas” (Diretório CNPq).

E-mail: camilaribeiro_castro@yahoo.com.br

Carlos Alberto de Carvalho

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos cursos de Graduação e de Pós-

-Graduação. Doutor em Comunicação Social. Bolsista produtividade nível 2 do CNPq.

E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

Cristiano Alves Viana

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), graduado em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) pela mesma instituição e integrante do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Direitos e Igualdade” (CODiG).

E-mail: cristianoviana.br@gmail.com

Cynthia Mara Miranda

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Ciências Sociais pela UnB e líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Direitos e Igualdade” (CODiG). Bolsista produtividade nível 2 do CNPq.

E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Douglas Junio Fernandes Assumpção

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social e Estética e Cosmética da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Realizou Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA) com Bolsa PNPd/CAPES e no Programa de Pós-graduação em Indústria Criativa da Universidade Feevale (FEEVALE). É Líder do Grupo de Pesquisa (GP) Capital Social e Cultural (UNAMA/CNPq) e Vice-Líder GP ECCOS - Estudos sobre Comunicação, Consumo e Sociedade (UFPR/CNPq).

E-mail: rp.douglas@hotmail.com

Geórgia de Castro Alves Milhomem

Jornalista e discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

E-mail:georgiacastro@gmail.com

Greiciane de Souza Santos

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (2008).

E-mail:greici.uneb@gmail.com

Haroldo Freire da Silva Júnior

Discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Membro do Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação – UbiCom (Unama/CNPq).

E-mail: haroldo_junior17911@hotmail.com

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: ivana.professora2020@gmail.com

Jaqueline Bandeira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (FACIBRA); em Docência do Ensino Superior (FIAMA) e em Gestão Escolar (UNAMA). Graduada em Pedagogia, pela Universidade Paulista (UNIP- São Paulo) e em Letras/Língua Portuguesa, pela Universidade da Amazônia (UNAMA), sendo Bolsista no Programa Residência Pedagógica (UNAMA/CAPES); Bolsista Stricto Sensu Capes do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação- PDPG

Amazônia- Legal. Membro do Grupo de Pesquisa Academia do Peixe Frito (UNAMA/UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Narramazônia: Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense (UFPA/UNAMA). Membro do Projeto de Extensão Trilhas do Literário (PPGCLC) Membro do Projeto Fórum Landi –Moronguetá (UFPA). Membro do Projeto Narracidades (UFPA).

E-mail: jaquelinebandeira16@hotmail.com

Jefferson Luis da Silva Cardoso

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor Assistente do curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Tomé-Açu. Integrante do Grupo de Pesquisa Literatura, Cultura e Sociedade - GELICs, certificado pelo CNPq.

E-mail: jefferson.cardoso@ufra.edu.br

José Fernando Patiño Torres

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Psicólogo, mestre em Psicologia Cultural pela Universidade del Valle – Colômbia e Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do “Grupo Subjetividade: teoria, epistemologia e metodologia” da UnB e do Centro Universitário de Brasília.

E-mail: jfpatinotorres@gmail.com

Lenício da Silva Nascimento

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Bacharel em Psicologia, especialista em Atendimento Sistêmico de Segunda Ordem.

E-mail: psicolenicio@gmail.com

Liana Vidigal Rocha

Docente do curso de Jornalismo, do mestrado em Comunicação e Sociedade e da especialização em Documentação Audiovisual da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq), membro do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação Regional (UFS/CNPq) e do Grupo Geografias da Comunicação (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom).

E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Luana Fernanda Rosa Martins

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela ULBRA (TO). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG).

E-mail: luanafernanda1@gmail.com

Luna Carvalho de Lucena

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA).

E-mail: luna.lucena2@gmail.com

Maíra Evangelista de Sousa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação – UbiCom (Unama/CNPq). E-mail: maira.evangelistadesousa@gmail.com

Paulo Nunes

Doutor em Letras - Literaturas em Língua Portuguesa - pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É professor titular da Universi-

dade da Amazônia (UNAMA), onde atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC). É um dos coordenadores do Grupo de Estudos interinstitucionais (UFPA/UNAMA) Narramazônia: narrativas contemporâneas da Amazônia Paraense, e um dos coordenadores do projeto de Pesquisa Academia do Peixe Frito: interfaces jornalismo e literatura (UNAMA/UFPA).

E-mail: pontedogalo3@gmail.com

Rosângela Araújo Darwich

Psicóloga, psicoterapeuta e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA) e especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (CENSUPEG), com estágio pós-doutoral na Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg, na Alemanha. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”, certificado pelo CNPq, com estudos de campo presenciais e mediados pela internet.

E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

Thainara Ferreira Cavalcante

Mestranda em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOMS), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Psicóloga Social e Consultora em Políticas Públicas para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

E-mail: thainaracavalcante@hotmail.com

Thiago Allan Ribeiro de Oliveira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e

Sudeste do Pará (UNIFESSPA). É professor de sociologia do quadro efetivo da Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul. E-mail: thiagoallanr@gmail.com

Weniskley Barbosa Cavalcante

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Bacharel em Administração, especialista em Administração Pública (UFT). E-mail: agendawenis@gmail.com



Cynthia Mara Miranda é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Ciências Sociais pela UnB e líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Direitos e Igualdade” (CODiG). Bolsista produtividade nível 2 do CNPq.
E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Maira Evangelista de Sousa é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/ UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação – UbiCom (Unama/ CNPq).
E-mail: maira.evangelistadesousa@gmail.com

Carlos Alberto de Carvalho é professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Doutor em Comunicação Social. Bolsista produtividade nível 2 do CNPq.
E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com